

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS (PPGEEI)**

**MAMADOU ALPHA DIALLO**

**ÁFRICA OCIDENTAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL  
FRENTE ÀS RELAÇÕES INTERAFRICANAS (DESDE OS ANOS 1960)**

Porto Alegre  
2015

**MAMADOU ALPHA DIALLO**

**ÁFRICA OCIDENTAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL  
FRENTE ÀS RELAÇÕES INTERAFRICANAS (DESDE OS ANOS 1960)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito para a obtenção do título de doutor em Estudos Estratégicos com ênfase em Política Externa e Integração Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre  
2015

CIP - Catalogação na Publicação

Diallo, Mamadou Alpha

África Ocidental: oportunidades e desafios da  
integração regional frente às relações interafricanas  
(desde os anos 1960) / Mamadou Alpha Diallo. -- 2015.  
249 f.

Orientador: Analúcia Danilevicz Pereira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Relações interafricanas. 2. Integração regional.  
3. CEBEAO. 4. UEMOA. 5. EMOA. I. Pereira, Analúcia  
Danilevicz, orient. II. Título.

MAMADOU ALPHA DIALLO

**ÁFRICA OCIDENTAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL  
FRENTE ÀS RELAÇÕES INTERAFRICANAS (DESDE OS ANOS 1960)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito para a obtenção do título de doutor em Estudos Estratégicos com ênfase em Política Externa e Integração Regional.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kamilla Rizzi  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira  
UNILA

Dedico este trabalho a todos aqueles que sonharam a este momento, mas por determinação de ALLAH, o altíssimo, estão no outro mundo (mundo dos mortos). Refiro-me aos meus Pais, meus tios, Alpha Coto, Amadou (Boy Marché), Ibrahima e a minha prima Ramatoulaye Mala. Dedico este trabalho igualmente, ao colega **Agosto Lopes Beteba**, da Guiné Bissau que nos deixou depois de muita luta, dedicação e companheirismo nesta Universidade (UFRGS).

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão primeiro a Deus, que me deu vida Saúde, força, coragem e oportunidade de estar a esta fase da vida acadêmica. Em segundo lugar, agradeço a todos aqueles que estimularam de perto ou de longe a realização da presente pesquisa. Dentro estes, la vão meus agradecimentos especiais a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPEEI) e ao seu estimado corpo docente em geral e particularmente: a minha Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Analúcia Danilevitz Pereira, que aceitou me orientar e principalmente, por sua disponibilidade em esclarecer minhas dúvidas, disponibilizar material bibliográfico, ler e corrigir o trabalho, assim pelos ensinamentos, a dedicação e o incentivo, além da pontualidade e firmeza na orientação. Igualmente, importa ressaltar a importância dos ensinamentos didáticos e das preciosas dicas, sem os quais não estaria em sala de aula como professor de Relações Internacionais e de Integração na Universidade Federal de Integração latino-Americana (UNILA). Professora, muito obrigado.

Ao Governo brasileiro e a CAPES, pela bolsa de estudo sem a qual com certeza não seria possível realizar este sonho, assim como a secretaria do PPGEEI e especialmente a Alana Teixeira por toda a dedicação e apoio nos diversos momentos desta jornada.

Ao Professor Dr<sup>º</sup>. Paulo Fagundes Visentini não somente por aceitar gentilmente fazer parte da Banca da Tese, mas, também pelos ensinamentos, a disponibilidade e as diversas obras e bibliografias disponibilizada para servir de fonte e referência nesta pesquisa e em pesquisas futuras.

Igualmente agradeço aos outros membros da Banca pela disponibilidade, nomeadamente a Professora Kamila Rizzi e o Professor Dr. Lucas Kerr de Oliveira, que além de aceitar fazer parte da Banca, agradeço pelas longas discussões e trocas e tudo apoio.

Ao Professor Dr. Marco Cepik, qualquer palavra seria pouca para lhe agradecer, pois, suas palavras sabias, no momento certo foram fundamentais para me motivar a continuar minha carreira acadêmica, no momento em que somente DEUS e eu mesmo sabíamos o tão profundo era meu desânimo e estresse. Professor, Expresso aqui minha imensa gratidão e estima.

Meus agradecimentos ao professor José Miguel Martins pelas aulas na oficina de Estudos Estratégicos, assim, como a disponibilidade e dicas e ao Professor Erico Duarte pela bibliografia disponibilizada.

Ao Professor Drº, Alain Pascal Kaly, meu grande *Diarama*, pelas discussões, pelos livros, artigos e dicas, contatos e sobretudo obrigado pelas mais valiosas fontes de inspiração que são a nossa Africanidade. Que continua vivo e suficientemente forte para continuar a luta pelos valores do pan-africanismo, combater as desigualdades, o estigma e desrespeito em relação aos valores da comunidade africana, afrodescendentes, da diáspora, em fim dos valores humanos e principalmente nossa crença nos valores ancestrais.

Ao Professor Boubacar Barry, um agradecimento especial por contribuir imensamente nesta pesquisa me abrindo sua própria casa e biblioteca pessoal em Dakar, assim como agradeço a Professora Sokhna Gueye da Universidade de Dakar e do Instituto da Africa Negra (IFAN).

Meu muito obrigado ao meu primo Dr. Alfa Oumar Diallo da Universidade Federal do Grande Dourado e quanto ao Dr. Moussa Ly, ai vai meu grande *Dieredieuf* pelos inúmeros artigos impressos, e todos os momentos e longas discussões que, com certeza foram fundamentais nesta caminhada.

Agradeço a todos os meus colegas do PPGEEI/UFRGS, e particularmente ao Anselmo e Nilton, Sergio, Bruno, pelas diversas discussões e trocas de ideias e bibliografias, bem como pelas longas jornadas passadas juntos no laboratório, os bem divertidos momentos de café, assim como a colega Vanessa Pfter, pelas diversas bibliografias trocadas e debate.

Finalmente e não menos importante agradeço ao meu colega amigo, e parceiro Lito Nunes Fernandes.

A significação histórica dos movimentos de libertação nacional nas colônias e em particular na África negra, não é mais contestada (...). A nova técnica consiste, a orientar, canalizar o movimento de independência, em direção a estruturas não socialistas, do tipo ocidental. Se este objetivo deveria ser atingido, as antigas metrópoles e os Estados Unidos da América teriam a garantia de que África negra seria não balcanizados, pois, os regimes políticos dos Bálcãs são relativamente estáveis, mas, sul americanizado. Veremos uma proliferação de pequenos Estados ditatoriais sem relações orgânicas, efêmeras, tomados por uma fragilidade crônica, governados pelo terror grãs a uma policia hipertrofiada, mas, sobre a dominação econômica estrangeira, que puxaria a corda através de uma simples embaixada como foi no caso de Guatemala, onde se assiste a uma situação extraordinária: uma simples companhia estrangeira, United Fruit (USA), derrubou o governo local para substituí-lo por outro a sua conveniência em conivência com a embaixada americana, provando assim, que vaidade da pretendida independência de tal Estado é nula. Para evitar tal destino para a África negra, a ideia da Federação deve refletir em todos nós e particularmente nos responsáveis políticos, uma preocupação de sobrevivência (pelo meio de uma organização política e econômica eficaz, a ser realizados no curtíssimo prazo) em vez de ser que uma expressão demagógica dilatória, repetida sem convicção nas pontas dos lábios. É necessário, parar de enganar as massas por ratificações de acordos sem cumprir com o ato de ruptura com os falsos conjuntos (*Comunidade Commonwealth, Euroafrica*), sem futuro histórico e tornar-se definitivamente a África negra em direção de seu destino federal. “Os Estados Africanos nos anos a virem, serão levados (obrigados) a reforçarem progressivamente seus laços federais em detrimento do que resta de seus laços com as antigas metrópoles” (CHEIKH ANTA DIOP 1960, p.33).



## RESUMO

O objetivo desta tese é analisar e compreender as relações interafricanas a partir dos processos de integração regional em curso na parte ocidental do continente. Para tanto parte-se da hipótese de que o pertencimento dos Estados a múltiplas organizações de integração regional constitui o principal problema da construção e da consolidação de uma unidade integrada econômica, política, social e culturalmente. Este objetivo que originou o levantamento desta hipótese partiu da observação das incoerências entre os objetivos (comuns a todos) da integração regional e a criação fragmentada de instituições econômicas e monetárias, baseadas nos laços coloniais, e nas rivalidades internas constitui um freio à integração regional oeste africano. Nesta primeira parte da pesquisa, que iniciou com uma breve introdução, passou por uma revisão da literatura, antes de descrever historicamente os processos e tentativos de integração regional permite concluir que apesar de serem apresentadas como complementares, as organizações de integração econômica e monetárias da África Ocidental, nomeadamente a CEDEAO, UEMOA e ZMOA, representam interesses particulares tanto interna quanto externamente, e conseqüentemente o sonho da real unidade política e econômica demora a se concretizar.

**Palavras-chave:** Relações interafricanas. Integração regional. CEDEAO. UEMOA. ZMOA.

## **ABSTRACT**

The aim of this thesis is to analyze and understand the relationships Inter African from regional integration processes underway in the western part of the continent. For this we start from the assumption that the States belonging to multiple organizations of regional integration is the main problem of the construction and consolidation of a unit integrated economic, political, social and culturally. This goal led to the lifting of this hypothesis came from the observation of inconsistencies between objectives (common to all) regional integration and the creation of fragmented economic and monetary institutions, based on colonial ties, and the infighting is a brake West African regional integration. In this first part of the survey, which began with a brief introduction, went through a literature review, before describing historical processes and tentative regional integration shows that despite of being presented as complementary organizations of economic integration and monetary West Africa, namely ECOWAS, UEMOA and ZMOA represent particular interests both internally and externally, and thus the dream of real political and economic unity takes to materialize.

**Keywords:** African interrelations. Regional integration. ECOWAS. UEMOA. ZEMOA.

## RESUMÉ

L'objectif de cette thèse est d'analyser et comprendre les relations interafricains des processus d'intégration régionale en cours dans la partie occidentale du continent. Pour cela, nous partons de l'hypothèse que l'appartenance des Etats à plusieurs organisations d'intégration régionale est le principal problème de la construction et la consolidation d'une unité intégrée économique, politique, sociale et culturellement. L'objectif qui a conduit à la levée de cette hypothèse est venu de l'observation des incohérences entre les objectifs (communs à tous) l'intégration régionale et la création fragmentée d'institutions économiques et monétaires, basée sur les liens coloniaux et les luttes intestines est un frein à l'intégration régionale ouest-africaine. Dans cette première partie de l'enquête, qui a débuté par une brève introduction, avant de faire une revision de la littérature, et aboutit à la description des processus historiques et de principe de l'intégration régionale, montrant que, malgré d'être présentées comme des organismes complémentaires d'intégration économique et monétaire en Afrique de l'Ouest, la CEDEAO, l'UEMOA et ZMOA représentent des intérêts particuliers tant sur le plan interne qu'externe, et donc le rêve de l'unité politique et économique réel prend du temps à se matérialiser.

**Mots-clés:** Relation interafricaines. Intégration régionale. CEDEAO. UEMOA. ZMAO.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa Blocos e Processos de Integração Regionais no Mundo Contemporâneo .....	31
Figura 2 Mapas da Integração na África Ocidental: a CEDEAO e seus os países membros...	32
Figura 3 Tipologias das formas de Integração Regional .....	37
Figura 4 Mapa dos principais reinos e Impérios Africanos.....	47
Figura 5 Mapas dos diferentes reinos sucessores do império da Gana .....	48
Figura 6 A multiplicidade de organismos de integração regional na África. ....	82
Figura 7 Crescimentos do PIB dos países da CEDEAO entre 2001 e 2011.....	89
Figura 8 Crescimentos do PIB dos países da CEDEAO entre 2001 e 2011 (continuação fig.7) .....	90
Figura 9 Mapa dos países membros da UEMOA. ....	95
Figura 10 Agrupamentos Monetários no espaço CEDEAO.....	146
Figura 11 Relações hierárquicas entre CEDEAO, UEMOA, ZEMOA e IMOA. ....	148
Figura 12 Mapa da presença militar americana e francesa na África.....	163
Figura 13 Estrutura hierárquica da Integração Monetária. ....	195
Figura 14 Principais Portos comerciais da África Ocidental.....	204
Figura 15 Corredores de reexportação do algodão na África Ocidental .....	206
Figura 16 Principais cidades e rotas comerciais entre a África Ocidental e África do norte dos séculos VII ao XVI. ....	208
Figura 17 Projetos de infraestrutura energética da África:.....	210
Figura 18 As principais linhas ferroviárias da África OCIDENTAL: Infraestrutura e projetos de integração ferroviária da CEDEAO.....	213
Figura 19 Projetos de interconexão ferroviária da África Ocidental.....	214
Figura 20 Integração da rede de Fibra ótica na África Ocidental.....	215

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Diferentes fases de uma integração econômica.....	46
Quadro 2 As Diversas Tentativas De Criação De Organizações De Integração Regional Na África Ocidental Entre 1959 E 1975 .....	80
Quadro 3 Diferentes organizações na África Ocidental com seus respectivos países membros e data de criação .....	97
Quadro 4 Relações de Golpes de Estado nos países membros da CEDEAO entre 1960 e 1990 .....	168

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Indicadores econômicos da CEDEAO.....	88
Tabela 2 Intervenção Militar Francesa por país entre 1957 e 1990.....	164
Tabela 3 Alguns exemplos de presidentes e líderes africanos vítimas da cooperação franco-africana .....	165
Tabela 4 Dados gerais e gastos com defesa dos países da África Ocidental.....	176
Tabela 5 Principais parceiros Comerciais da África Ocidental.....	197

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	África Caribe Pacifico.
AEF	África Equatorial Francesa.
AFL	Ato Final de Lagos.
AO	África Ocidental.
AOF	África Ocidental Francesa.
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAO	Banco da África Ocidental.
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental.
BM	Banco Mundial.
CAE	Comunidade da África do Este.
CEA	Comunidade Econômica Africana.
CEAO	Comunidade Econômica da África Ocidental.
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central.
CEMAC	Comunidade Econômica e Monetária da África Central.
CEPAL	Comissão Econômica dos Países da América Latina.
CER	Comunidade Econômica Regional.
CI	Comunidade Internacional.
COI	Comissão do Oceano Índico.
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral.
CP	Ciências Política.
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
EU	União Europeia.
ECA	Comissão Econômica para África
EUA	Estados Unidos da América.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
GEPGL	Comunidade Econômica dos países de Grande Lagos.
GF	Guerra Fria.
GM	Guerra Mundial.
IAO	Instituto da África Ocidental
OCAM	Organização Comum da África e do Madagascar.
OIF	Organização Internacional da Francófia.

OIG	Organização Intergovernamental
OIR	Organização de Integração Regional.
OMVG	Organização pour la Mise em Valeur du Fleuve Gambie.
OMVS	Organização pour la Mise em Valeur du Fleuve Senegal.
OUA	Organização da Unidade Africana.
PAL	Plano de Ação de Lagos.
RI	Relações Internacionais.
SACU	União Aduaneira da África Austral.
SADC	Comunidade do Desenvolvimento da África Austral.
UA	União Africana.
UDAO	União Aduaneira da África Ocidental.
UDEAO	União Aduaneira e Econômica dos Estados da África Ocidental.
UEMOA	União Econômica e Monetária Oeste Africana.
UMA	União do Magreb Árabe.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
URU	União do Rio Mano.
WAMZ	West African Monetary Zone.
ZMOA	Zona Monetária Oeste Africana.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA</b>	<b>26</b>
2.1	OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS	26
2.2	INTEGRAÇÃO REGIONAL	30
2.3	INTEGRAÇÃO AFRICANA: OBJETIVOS COMUNS, VISÕES DIVERGENTES	57
2.4	GLOBALIZAÇÕES, REGIONALIZAÇÃO, FORMAÇÃO DE BLOCOS DE PODER E BALCANIZAÇÃO	60
2.5	IMPERIALISMO, COLONIALISMO, E NEOCOLONIALISMO	63
<b>3</b>	<b>HISTÓRICOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL DE 1960-2010</b>	<b>68</b>
3.1	ORIGENS DA INTEGRAÇÃO OESTE AFRICANA	68
3.2	A EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL OESTE AFRICANA	73
3.3	OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO OESTE AFRICANO: DA INDEPENDÊNCIA ATÉ A CRIAÇÃO DA CEDEAO (1960-1975)	78
3.4	A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL (DE 1975 EM DIANTE)	83
3.5	INTEGRAÇÃO MONETÁRIA (UEMOA, ZMOA)	92
<b>4</b>	<b>RELAÇÕES INTERAFRICANAS</b>	<b>99</b>
4.1	ELITES OESTE AFRICANAS	100
4.2	RELAÇÕES ENTRE PAÍSES ANGLÓFONOS E FRANCÓFONOS NA ÁFRICA OCIDENTAL 124	
4.3	O DISPOSITIVO INSTITUCIONAL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: COOPERAÇÃO OU CONFLITO?	130
4.4	CEDEAO, UEMOA E ZEMAO: ENTRAVES DA APROXIMAÇÃO	134
4.4.1	Fronteiras nacionais ou barreiras físicas	135
4.4.2	Barreiras Linguísticas e Culturais	136
4.4.3	Barreiras Monetárias	143
4.5	CEDEAO, UEMOA E ZMOA: OPORTUNIDADES DE APROXIMAÇÃO	144
<b>5</b>	<b>OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL</b>	<b>151</b>
5.1	DESAFIOS SECURITÁRIOS	151
5.1.1	Retrospectivas Histórica	152
5.1.2	Atores internos e Intra-regionais	172

5.2	DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	180
5.2.1	O Papel da Industria	181
5.2.2	Desafios Econômicos	191
5.2.3	O papel da infraestrutura	202
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>220</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>235</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A temática das relações interafricanas, tema desta tese, tem sido central nos debates político- econômicas e culturais desde o início dos processos de independência na década de 1960 ganhando nova dimensão no começo do século XXI. Dessa forma, o tema é atual, importante e urgente já que, os problemas de desenvolvimento, paz e segurança continuam sem solução. Nesse contexto, o surgimento de chamado “novo regionalismo” na década de 1990, consagrou a ideia da integração como uma das principais vias de resolução dos diferentes problemas econômicos, sociopolíticos e culturais do continente africano, e de forma específica, da sua região ocidental. Em um contexto marcado pelo fim da Guerra Fria e uma economia- mundo globalizado, os Estados e os demais atores políticos, parecem ter se conscientizado da importância de uma real aproximação entre africanos para enfrentar os diferentes desafios relativos ao desenvolvimento, à paz e a segurança, bem como a busca de melhor inserção na dinâmica geopolítica internacional. Intensificam-se os projetos e movimentos em favor da integração econômica e política através da adesão dos países da região a diversas organizações, entre os quais a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), criada em 1975 e revisada nos anos 1990; a União Monetária Oeste Africana (UEMOA) criada em 1990. Além destas Organizações, há que se considerar também outras, como a Organização para a Valorização do Rio Senegal (OMVS),<sup>1</sup> a Organização para a Valorização do Rio Gâmbia (OMVG)<sup>2</sup>, e por fim, a Zona Monetária Oeste Africana (ZMAO), criada em 2002, agrupando Gâmbia, Gana, Guine, Nigéria, Libéria e Serra Leoa. Portanto, observa-se que se de um lado, a problemática da integração, sempre foi vista como uma forma de superar a fragmentação, que inviabiliza muitos projetos de desenvolvimento econômico e sociopolítico, devido à herança colonial do outro, observa-se a criação de inúmeras organizações de integração regional, que mesmo se, em teoria são complementares, na prática se revelam antagônicas por questões históricas tanto no ponto de vista interno quanto externo. Considerando estas constatações, esta tese define como eixo central de análise, a ideia de que os problemas e desafios de integração regional relacionam-se em primeiro lugar as contradições domésticas. Contradições que podem ser deslumbradas entre de um lado, o que se deseja fazer e/ ou ser, onde, a maioria dos atores envolvidos

---

<sup>1</sup>Do Francês Organization pour la Mise em Valeur du Fleuve Senegal (OMVS) cujos membros são Guiné Mali, Mauritânia e Senegal.

<sup>2</sup>Também do francês Organization pour la Mise em Valeu du Fleuve Gambie (OMVG), que tem como membros Guine, Guiné Bissau, Gâmbia e Senegal.

estavam de acordo, quanto a importância e a urgência da união, da integração e da solidariedade oeste africana em primeiro momento e africana em segundo momento. Do outro lado, temos a questão de discordância e de divergência que desrespeite ao “como fazer e quando fazer?”

A discordância neste ponto começa pela definição dos pontos de partida ou de referência do ponto de vista histórico. Para uns a integração, a união e a solidariedade africana na independência significa simplesmente uma reconstrução da África tradicional, ancestral, que antes da chegada dos europeus tinha chegado aos principais objetivos fixados pelos atuais projetos de integração como mostra Sall (2006):

Incontestavelmente, o império do Mali teve um papel fundamental na aproximação dos povos da África Ocidental, o símbolo e o prestígio que ele representa continuou presente a ponto do seu nome ser adotado pelo Sudão (Mali e Senegal). Mali realizou um modelo de integração política onde povos diversos como Tuaregas, Wolofs Mandingas, Malnikês, Bambaras, Songais, Fulas e tuculores, Diakankês e outros reconheceram o mesmo soberano e neste espaço, os homens, os bens e as ideias circulavam livremente (SALL, 2006, p.6).

Portanto, para os tradicionalistas a fonte que deve inspirar a integração e a solidariedade da região deve ser o dos ancestrais, o que significaria esquecer ou pelo menos ignorar as fronteiras e o legado colonial, que paralisou durante séculos todos processos em favor da construção de uma África livre, autônoma e independente. Para os defensores desta linha (Diop, 1974; Nkrumah, 1967; Igue, 1995, Sall, 2006), África Ocidental teria antes da chegada dos europeus, realizado os objetivos da integração regional inclusive a criação de uma moeda comum assim como a realização de intensas trocas comerciais, protegida por um sistema de segurança integrada. Na década de 1950, a lei quadra proposta pelo então representante do Senegal Lamine Gueye (Lei Lamine Gueye), relativa a função pública na África Ocidental Francesa (AOF), teve como efeito imediato a legitimação da mobilidade de funcionário na região, fato que desempenhara um papel fundamental no momento do surgimento dos movimentos de emancipação nas colônias (Sall, 2006), pois, esta inteligência nômade militará pela unidade regional hora de independência.

Nesta mesma, linha os primeiros movimentos sociais e lutas sindicais, atuaram regionalmente para combater o colonialismo e as injustiças sociais. Assim, segundo Sall (2006), o coroamento destas manifestações solidárias será simbolizado pelo congresso dos ferroviários realizada em Conakry (república da Guiné), no dia 30 de setembro de 1956, que foi seguido pelo Congresso da Unidade (CU), realizado em Cotonou (Benin) no dia 16 de janeiro de 1957, que viu a criação da União Geral dos Trabalhadores da África Negra

(UGETAN). É importante ressaltar as proclamações de princípios e criação de instituições regionais, no plano concreto, a solidariedade dos trabalhadores já se manifestava através de greves transfronteiriços<sup>3</sup>

Outro fato importante, que merece destaque nas contradições domésticas foi a criação em 1946, no congresso de Bamako (Mali) do “*Rassemblement Démocratique Africain-RDA*”, um partido político, que pela sua proposta se enquadrava muito bem na ideia da reconstrução da África ancestral (ou tradicional), uma África que ignore as fronteiras e boa parte do legado colonial, que busque inspiração nas fontes ancestrais para reconstruir a solidariedade e as relações interafricanas Segundo Sall (2006), a particularidade deste partido, é não se limitar a um país, mas de estar representado em todos os países por seções<sup>4</sup> e sua estrutura e organização favorecer uma visão pan-africanistas dos problemas. Ou seja, pela própria criação da RDA, buscava-se a integração dos africanos e harmonização dos pensamentos, políticos, ideológicos em favor do fortalecimento da solidariedade africana. Porém a RDA, não era o único partido político da África Ocidental, haviam outras formações políticas, organizadas sobre a base “trans-territorial”, que além das divergências de fundo, eram organizados da mesma forma que RDA, portanto, a vida política se estrutura não dentro dos territórios nacionais, mas em nível regional (Sall, 2006).

Nota-se no entanto, que a independência do ultramar, futura convenção africana era organizada no âmbito dos territórios, tais como União Progressista do Daomey, Bloco Democrático Senegalês, União voltaica, enquanto os socialistas defendiam a “Federação da África Ocidental Francesa-AOF, que se fragmenta em africanos do Daomey, da Costa de Marfim e do Níger, além do estabelecimento de uma fronteira colonial, que cogita uma aproximação com base na dominação colonial, que dividiria a região em três diferentes espaços: África Ocidental Francesa (AOF), a parte de colônia inglesa e as colônias portuguesas.

Estas divisões, imbuídos do nacionalismo individualista das elites serão os ingredientes que, na hora da independência, colocaram a desordem e a divisão dos africanos, em moderados e revolucionários principalmente a partir do referendun organizado pela França onde, suas colônias tinham que escolher entre a Independência total e a independência

<sup>3</sup> Foram marcantes as greves dos professores em 1945 e a dos ferroviários de outubro de 1947 a março de 1948. Esta última, ficou bastante conhecida pois, paralisou definitivamente a economia regional e principalmente impediu a transferência de produtos agrícolas na metrópole, em reconstrução depois da segunda Guerra Mundial (1939-1945).

<sup>4</sup> O RDA, presidida por Felix Houphouet Boigny, tinha deste modo como seção representantes, a União Democrática do Daomey, o Partido Democrático da Guiné, o Partido Democrático de Costa de Marfim, o Partido Progressista da Nigéria, o Movimento Popular Senegalês, a União Sudanesa do Mali e o Partido Democrático Unificado da Alto Volta (atual Burkina Faço).

dentro da comunidade francesa. A opção pela cooperação por todos os territórios francófonos exceto a República da Guiné, não somente, divide a região entre francófonos e anglófonos, mas também dentro do grupo francófonos viu-se o surgimento de dois grupos divergentes, que disputava entre a independência dentro de uma federação, liderada por Leopold Sedar Senghor, Modibo Keita do Mali e aquele que defendia a independência nacional e a construção do Estado nacional antes de qualquer aproximação de cunho federativa, liderado por Felix Houphouet Boigny do Costa de Marfim.

Depois da independência, tais divergências vão se fortalecer, com a radicalização dos grupos de Brazzaville, criado em dezembro de 1960, por um conjunto de Estados moderados e Francófonos, em 1961, sobre iniciativa do Mohamed V, do Marrocos, nasce o grupo de Casablanca<sup>5</sup> em contraposição ao grupo de Brazzaville, com o objetivo fazer triunfar a liberdade em toda África e realizar a unidade do continente, lutar para a liquidação do colonialismo e do neocolonialismo sobre todas as suas formas. Desta maneira, pode se afirmar que as contradições internas que começaram na véspera da independência se consagra nos anos seguintes a autonomia política seguindo o contexto da geopolítica internacional do mundo bipolar. Do ponto de vista das relações interafricanas conforme os debates das relações internacionais, este contexto contraditório em relação a realidade oeste africana pode ser resumido segundo Mamdani (2004), em dois pontos de vistas ou orientações. A orientação moderada e a orientação comunitário também vista como revolucionaria ou radical. Mamdani explica que os modernistas buscam suas inspirações nos levantes dos países do leste europeus na década de 1980 e os adeptos da orientação comunitário focam a denúncia e crítica do euro centrismo liberal ou de esquerda e defendem a ideia de volta as fontes<sup>6</sup>. Na ótica modernista, os problemas das relações interafricanas são causados pelo caráter embrionário e marginal da sociedade civil, enquanto que os adeptos comunitários entendem que as comunidades, a sociedade civil, o povo africano deve ser a base da construção e da resolução dos problemas locais, regionais e continental. Enfim, importa notar que o impasse africano, não é uma questão recente, mas também, está longe de ser somente política, pois, dentro do contexto da Guerra Fria, período do declínio do colonialismo e surgimento do neocolonialismo, não podemos negligenciar as questões históricas e ideológicas. Nesta ótica, os problemas que acabam por obstruir a integração oeste africanas assim como as relações

---

<sup>5</sup> Formado por Marrocos, Egito, Líbia, Gana, Guiné e Mali.

<sup>6</sup> Tradução nossa « Les partisans du communautarisme dénoncent l’Eurocentrisme libéral ou de gauche et prônent le retour aux sources ». (texto original)

interafricanas, podem ser analisados como frutos da herança colonial, mas também resultado da experiência própria da sociedade e da estruturação contemporânea dos Estados africanos.

Para examinar tal questão partimos da seguinte hipótese: o pertencimento dos países a múltiplas organizações regionais constitui um dos principais obstáculos para o fortalecimento e a consolidação da integração e do desenvolvimento econômico, ou seja, o trabalho parte da premissa de que a superposição de organizações de integração regional na África ocidental enfraquece a consolidação da união dos países da região e contraria os objetivos da integração. Igualmente, defende-se o ponto de vista que a falta de harmonização dos objetivos de integração, à existência de uma variedade de organizações somente reforça a fragmentação da região e impede o desenvolvimento econômico, sociocultural e político além de favorecer o surgimento de conflitos ou dificultar a resolução de conflitos existentes. Por fim, as relações neocoloniais estabelecidas entre a região da África Ocidental e as potências extra regionais constitui um fator limitador da aproximação dos africanos e desse modo, impede a realização de uma integração regional viável, respondendo aos únicos interesses da sociedade africana.

Assim, assume-se que a criação de múltiplas organizações, na África Ocidental inviabiliza a realização de projetos de desenvolvimento socioeconômico e reforça o individualismo que caracterizou a região desde independência, favorecendo assim, a velha política imperialista de dividir para reinar; a mesma que em 1960, dividiu a região em inúmeros Estados-Nação, muitos deles inviáveis, política, econômica, social e culturalmente, transformando a região (e o continente) em palco da Guerra Fria. Tais fatos estão na base do desequilíbrio entre os recursos existentes no continente africano, as aspirações da sociedade em direção ao desenvolvimento e as instituições políticas em vigor. Segundo Kaba (1991), apesar do continente ou a maioria da população africana ser rural, se gasta uma boa parte das suas pequenas economias na importação de produtos alimentícios como arroz, farinha. resultado da incapacidade do Estado em garantir as necessidades alimentares da sua população, logo sem condições de buscar o desenvolvimento e conseqüentemente a paz e a segurança. A partir desta explicação, adota-se uma segunda hipótese na qual se afirma que os problemas da integração regional oeste africana são resultado da combinação de variáveis internas e externas.

A variável interna se resume a divergência entre elites dirigentes, assim como a incongruência entre a militância por uma integração regional e a construção de um Estado Federado e a defesa das fronteiras nacionais como limites não somente geográficos, mas também políticos, econômicos e culturais, apesar da consciência da ineficácia e prováveis conseqüências negativas de tal postura. Certamente esta postura foi motivada por uma certa

arrogância de certos estados devidos as pequenas vantagens herdadas da colonização, mas também pelo desejo de cada um dos então protagonistas políticos da região em se tornar o líder, fato que tem muita a ver com a sensação de superioridade gerada pelo papel ocupado na administração colonial, ou do grau de instrução adquirido no ocidente, como foi o caso da divergência entre Senghor do Senegal, acadêmico e poeta, mais tarde membro das academia francesa de letras e Felix Houphouet Boigny de Costa de Marfim, com pouco títulos acadêmicos mas, uma grande personalidade sindical, cujo países é o mais importante polo econômico na Africa Ocidental Francesa (AOF). As variáveis externas são relacionadas a geopolítica, que é de forma restrita o estudo da influência dos fatores geográficos sobre a política (Hugon, 2009) e de forma mais ampla como:

O estudo das forças atuantes no campo da política; faz parte das Relações Internacionais: as relações entre nações, entidades coletivas distintas que reconhecem mutuamente o seu direito à existência; e se refere a uma pluralidade de atores não estatais: coletividades territoriais, firmas multinacionais, Organizações de Solidariedades Internacional (OSIs), Igrejas, migrantes, diásporas, em interação num espaço transnacional (HUGON, 2009, p.9)

Aplicando este conceito de geopolítica a realidade africana debruça-se nas relações assimétrica entre o continente e os países Ocidentais principalmente as antigas potências coloniais (França e Inglaterra, Portugal) e os Estados Unidos da America (EUA). Esta relação, se expressa ou se caracteriza historicamente pela combinação de coerção, uso da força (militar) conhecida como *Hard-Power* e o *Soft-Power*, que convence pela negociação, cooperação, propaganda, ideias, as instituições e atratividade dos valores e da cultura (HUGON, 2009; CARVALHO, 2011). A aplicação ou uso do *Hard-Power* e principalmente do *Soft-Power* pelas potências extra regionais em geral e particularmente pela França, teve e continua tendo um impacto muito forte nas relações interafricanas e na integração oeste africana.

Esta variável externa não pode ser negligenciada na análise dos problemas da integração dos países da CEDEAO, devido principalmente a importância geoestratégica da região dentro do contexto da Guerra Fria, pois, além ser uma placa pivô, foi ponto de entrada e da ocupação do continente africano depois de servir de ponto de partida de milhões de africanos escravizados para trabalhar nas plantações do novo continente. Foi também nesta região que tivemos o primeiro país da Africa negra a conquistar a independência (Gana) e a militar pelo socialismo declarando guerra ao imperialismo, ao colonialismo e neocolonialismo ocidental e berço dos principais movimentos e líderes pan-africanistas e intelectuais pro-



independência (Kwame, Nkrumah, Modibo Keita, Ahmadou Sekou Touré, Amical Cabral, Leopold Sedar Senghor), além de concentrar boa parte das reservas de recursos energéticos e minerais. Isto torna a região importante e interessante para as principais potências mundiais (Estados Unidos e seus aliados ocidentais de um lado e do outro a Rússia), que buscam cada da sua maneira controlar as estruturas e os homens que as dirigem internamente, obviamente isto, se torna muito favorável para as elites políticas estabelecerem suas redes e constituírem uma clientela interna e externa em prol de seus interesses pessoais em detrimento do interesse gerais da sociedade oeste africana.

A partir da problemática e das hipóteses pretende-se chegar ao seguinte objetivo: analisar o estancamento do processo de integração na África Ocidental junto a seus principais atores domésticos (Estados) e regionais (CEDEAO, UEMOA, WAMZ), no processo de integração política que deve levar a consolidação da paz, segurança e do desenvolvimento regional. É importante destacar que como o foco de análise é a CEDEAO, entendeu-se que é importante analisar as duas instituições de integração monetária dentro da CEDEAO, que são a União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e a Zona Monetária Oeste Africana (ZMOA), também conhecida na sua versão inglesa por *West Africa Monetary Zone* (WAMZ). Estas duas instituições simbolizam a ideia do desejo comum, mas também deixa claro a divergência interna e a polarização entre ex-colônias francesas no caso dos países membros da UEMOA exceto Guine Bissau (colonizado pelo Portugal) e ex colônias inglesas da região que formam a ZMOA também com a república da Guine, que foi o único países da África Ocidental Francesa (AOF), a optar pela independência total no referendun de 1958, por isso excluída da UEMOA, apesar de ser ex colônia francesa e portanto integra o grupa da ZMAO. Igualmente, a presença ou a proposta destas duas instituições monetária, com base nos espaços coloniais, como pré-requisito para a integração monetária no âmbito da CEDEAO, mostra as fronteiras e os laços coloniais, vão além das barreiras físicas e cria barreiras culturais, que impedem a visualização da África Ocidental como uma unidade física, política, econômica e cultural. Ou seja, isto mostra que colonização europeia não somente reorganizou o espaço físico, influenciou a formação do Estado, das instituições, das normas e dos dirigentes, mas, principalmente, apagou na memória regional, as referências da África tradicional, dos impérios (Mali, Gana, Songhai), que outra-ora, da Africa Ocidental uma das regiões mais dinâmica, integrada e prospera apesar da existência de certas dificuldade e conflitos natureza da convivência humana.

Este objetivo geral nos leva a elaboração dos seguintes objetivos específicos: Primeiro, apresentar e discutir a evolução histórica da integração regional oeste africana, buscando fazer

uma avaliação crítica desta evolução. Em seguida, analisar os condicionantes internos e externos dos problemas da integração e das relações interafricanas no âmbito da região oeste africana e, por fim, apresentar os novos desafios da integração regional da África Ocidental, focando especificamente o período pós Guerra Fria (2001-2012). Nossa análise propõe-se qualitativa, com base em fontes bibliográficas e documentais. Vale ressaltar que apesar do nosso foco ser a África Ocidental, e visto a quantidade enorme de organizações regionais, serão analisadas, as três organizações vistas como mais relevantes que são a CEDEAO<sup>7</sup> e, as duas zonas monetárias que são respectivamente a UEMOA e a ZMAO.

Para tanto, a tese se apresenta estruturada em cinco partes, sendo a introdução a primeira. No segundo capítulo é feita uma revisão dos conceitos relevantes relacionados com a integração e as relações interafricanas através das organizações e estruturas regionais e internacionais que influenciaram os processos de integração e de evolução dos Estados na África. Deste modo, o capítulo busca cernir no seu primeiro ponto, o conceito de integração, em seguida são abordadas as relações interafricanas. O terceiro e quarto ponto do capítulo debatem respectivamente os conceitos de globalização/ mundialização e, colonialismo e neocolonialismo. O objetivo deste capítulo é em um primeiro momento esclarecer conceitualmente os termos e em seguida buscar entender e elucidar a importância e impacto da globalização e do neocolonialismo na formação, evolução e funcionamento das estruturas da integração regional africana.

O terceiro capítulo traz o histórico dos processos de integração regional na África em geral e particularmente na sua parte ocidental no período de 1960-2010. O intuito aqui é mostrar como o desejo de uma integração por parte das elites políticas dirigentes levou a criação de uma superposição de instituições políticas e econômicas tornando as mesmas poucas viáveis. Igualmente enfatiza-se neste capítulo que apesar do objetivo declarado das diversas instituições de integração regional ser a de construir uma unidade econômica e política capaz de promover a paz, a segurança e o desenvolvimento através do fortalecimento da solidariedade africana, o que se observa, é a divisão e priorização de interesses individuais em detrimento da construção de instituições políticas coletivas fortes e duradouras. Desse modo, conclui-se que a integração regional passa pela construção de instituições políticas

---

<sup>7</sup>Vale ressaltar que a CEDEAO agrupa países de colonização Francesa, Inglesa e Portuguesa enquanto que as Zonas monetárias são ou de colonização francesa como é o caso da UEMOA, ou Inglesa representada aqui pela ZMAO. A UEMOA admitiu a Guiné Bissau ex-colônia portuguesa em 1997 enquanto que a ZMAO tem República de Guiné, ex-colônia francesa, mas, por ter optado pela independência total no referendun de 28 de setembro de 1958, foi excluído do quadrado francês e conseqüentemente não tem o Franco CFA como moeda nacional.

capazes de responder aos interesses da região e não somente da elite política (classe) dirigente e de seus aliados internos e externos.

O quarto capítulo analisa as relações interafricanas focando três pontos considerados principais no entendimento dos problemas da integração regional na África ocidental. O primeiro trata da elite política africana, buscando entender o impacto das rivalidades das mesmas nos processos de integração regional. Em seguida, se analisa as rivalidades entre países de colônia francesa e países de colônia inglesa. Essa análise permite entender como as metrópoles contribuíram na divisão dos africanos e conseqüentemente travaram os processos de integração regional e continental. A terceira e penúltima sessão deste capítulo tenta entender como e por que a rivalidade entre os países francófonos e anglófonos<sup>8</sup> constitui um freio ao bom funcionamento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)<sup>9</sup> e por fim, esboça-se uma conclusão do capítulo.

Finalmente, no quinto capítulo realiza-se uma análise dos desafios da integração regional oeste africano, com o intuito de mostrar que a resolução dos problemas de desenvolvimento e de segurança passa pela efetiva integração política dos países da região, que por sua vez, depende da eliminação da superposição organizacional e da harmonização das políticas e objetivos da integração regional. Isto significa abordar de forma crítica as diversas estruturas de integração, partindo do pressuposto de que a harmonização das políticas de integração regional constitui um dos principais desafios e que o mesmo deve ser enfrentada através da integração setorial. Assim, os desafios securitários, os do desenvolvimento e da integração econômica bem como o papel da indústria devem ser pensadas e enfrentadas regionalmente.

---

<sup>8</sup>Ver anexo A, que mostra a superposição de Organizações de Integração na região oeste africano.

<sup>9</sup>Conforme a nota anterior (3) entende-se que criação de duas zonas monetárias na região se justifica pelos laços históricos, como tal contrária os objetivos da integração, favorecendo a superposição de organismos conforme a anexo (A).

## 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo inicial objetiva fazer uma revisão da literatura que servirá de base para a apreensão dos conceitos utilizados na análise e interpretações dos assuntos abordados na tese. Para tanto, primeiramente, faz-se uma consideração teórica inicial, em seguida aborda-se os conceitos de integração regional, na ótica de esclarecer teoricamente sua natureza, seu uso e suas diversas formas de aplicação encontrada na atualidade. Enfim, abordam-se brevemente os conceitos, de globalização, balcanização, regionalização e formação de blocos de poder, além buscar conceituar os termos de Colonialismo, Imperialismo e Neocolonialismo.

### 2.1 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

As teorias de integração regional foram desenvolvidas para explicar primeiro, o processo vivenciado no âmbito da Europa ocidental, especificamente a União Europeia e, mais tarde com a multiplicação dos processos de integração ao redor do mundo, percebeu-se que cada processo tem suas especificidades e motivos para integrar-se (NINSIN, 2009). Logo, surgiu a necessidade de analisar a integração levando em conta as especificidades de cada processo, usando para isso a teoria que mais explica os fatos naquele contexto. Nesta ótica, a abordagem teórica neofuncionalista, pensada para as necessidades europeias, tem como principal contribuição, a elaboração, modificação e verificação de hipóteses relativas à integração regional (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003). De acordo com essa teoria, o elemento propulsor no processo de integração é a criação de instituições supranacionais. Ou seja, a criação de instituições como a União Europeia, o MERCOSUL, a CEDEAO, é o primeiro passo para a integração regional. Ora, segundo Castro (2012), no caso do MERCOSUL foi à própria diplomacia presidencial que viabilizou a integração, ou seja, nesse caso o projeto de integração foi conduzido pela vontade política de seus líderes executivos e o mesmo pode ser verificado no caso da CEDEAO. Portanto, apesar do neofuncionalismo bem como seu predecessor (Funcionalismo), operarem uma importante ponte que, objetivamente, permeia os assuntos de integração, percebe-se que no caso do MERCOSUL e da CEDEAO, ela é insuficiente para explicar os processos de integração em curso nestas duas regiões.

Para Dougherty, Pfaltzgraff (2003), a teoria neofuncionalista atribui grande importância a um processo integrador que inclui inicialmente tarefas funcionais específicas, mas que dispõe de potencial para se expandir para outros setores, podendo inclusive conduzir a qualquer tipo de união política. Conforme estes autores, Haas, um dos teóricos neofuncionalista, considera que a decisão de prosseguir ou de parar a integração no contexto da Comunidade Europeia de Carvão e Aço (CECA), dependia das expectativas relativas às vantagens e perdas de grandes grupos no interior da unidade integrada. Ou seja, o sucesso ou fracasso de um processo de integração é condicionado à percepção de possibilidades de ganhos reais por parte dos diversos grupos de interesses (políticos, econômicos, cultural, estratégicos.) na integração. Assim, Haas (1964), identifica quatro motivos de integração que são: o desejo de promover a segurança numa dada região, realizando a defesa conjunta contra uma ameaça comum (1); Promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico e maximizar o bem estar (2); o interesse de uma nação mais forte em querer controlar e dirigir as políticas de seus aliados menores por meio de persuasão, de coerção ou de ambos (3) e, por fim, a vontade comum de construir a unificação de comunidades nacionais numa entidade mais ampla (4).

Em suma, a teoria neonacionalista como a funcionalista defende a ideia de integração por parte ou em funções específicas (Energia; comércio, infraestrutura, segurança.) acreditando que benefícios gerados nestas áreas específicas vão encorajar a realização de outros projetos de integração e progressivamente grupos hostis ao processo vão se convencer da necessidade e da importância do mesmo, ampliando cada vez mais o processo. Esta ampliação gradual dos processos racionais de organizações de políticas pública no âmbito internacional, foi denominado pelos (neo) funcionalista de *Spill-over*/transbordamento de processos de integração - da integração econômica e produtiva criando interesses em aprofundar ainda mais outros tipos de integração como a integração política e (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Assim, o neofuncionalismo incorpora a dimensão política ausente na abordagem funcionalista e admite que a integração continue sendo um processo de transferência de competências dos Estados para instituições supranacionais nos quais não se pode confiar que a racionalidade técnica possa garantir a sua continuidade. Por isto Haas vê na dinâmica de transbordamento (*Spill-over*) uma forma menos fragmentada e mais dependente do impulso vindo de centros decisórios incluindo os governos nacionais (HAAS, 1996). Para Haas, os processos de integração seriam impulsionados a partir de um núcleo central formado pelos

governos que dão início às negociações, por serem atores com capacidade e poder para assumir um compromisso deste tipo e fazer com que a sociedade o respeite. Ou seja, a integração é impulsionada pelo núcleo funcional constituído pelos governos e as burocracias especializadas para formular sua estratégia política, e tal processo, iriam se esparramando (*Spill-over*) para a sociedade, criando uma dinâmica de reações, demandas e respostas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; MARIANO, 2002).

Em suma, o *Spillover* (transbordamento) supõe a existência do núcleo funcional com capacidade autônoma de provocar estímulos integracionistas, incorporando, ao longo do tempo, novos atores e setores relevantes. Esse fato ocorre quando políticos e elites percebem que a integração pode produzir mais benefícios econômicos do que sacrifícios e tentam por isso influenciar suas instituições centrais. Sabendo que essa teoria foi pensada no contexto da integração europeia, buscando a promoção desenvolvimento e bem estar social para os seus integrantes.

Neste mesmo período, levantaram-se diversas vozes fora da Europa, especialmente, na América Latina e na África, para opinar, refletir e formular propostas para os processos de integração regional. A Integração Regional passou a ser vista nestas regiões enquanto uma estratégia para alcançar maior desenvolvimento ou para a superação do subdesenvolvimento. Os processos de integração regionais também passaram a ser compreendidos como mecanismos para maior autonomia ou independência, do ponto de vista socioeconômico, político e cultural. A criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em 1948 e a Comissão Econômica para África, criada oficialmente em 1958 pela Organização das Nações Unidas (ONU) tinha como objetivo estudar as medidas necessárias para favorecer o desenvolvimento econômico dos países "subdesenvolvidos" cuja maioria neste período se concentrava nestas regiões. No entanto, CEPAL terá mais agilidade e eficiência nas análises e na apresentação de resultado bem como na tomada de posição a respeito dos assuntos em pauta.

Esse avanço da CEPAL em Relação à ECA se explica certamente pelo fato dos países africanos estarem chegando à independência enquanto na América Latina, tinha-se já Estados consolidados. Por isto, logo no início, os representantes cepalino tinham uma visão e uma perspectiva clara, assim, a perspectiva da CEPAL de integração provinha de preocupações relacionadas com o desenvolvimento agregado da região, e menos com ganhos puramente comerciais e esta perspectiva era completamente distinta da teoria tradicional (MUNDELL, 1961), que assume a ideia de mercado livre como a melhor forma de regulação econômica.

Por isso, vê como pouco problemático o aprofundamento das integrações, defendendo que quanto mais abertos ao mercado forem os países mais ganham em casos de integrações profundas como as uniões monetárias. Ou seja, um distanciamento das teorias de integração existente como o funcionalismo e o neofuncionalismo utilizado no caso da integração da Europa ocidental. A perspectiva da CEPAL era de uma integração relativamente limitada e cautelosa, sendo os ganhos em termos de livre movimentação de mercadorias e meios de produção descartados como condição. A necessidade e a urgência da América Latina era buscar a autonomia econômica e eliminar a dependência externa, a fim de reduzir as intervenções estrangeiras (CERVO, 2008).

Contextualizar as estruturas e buscar explicação para a permanência dos entraves estruturais ao desenvolvimento era prioridade para Celso Furtado e outros pensadores da CEPAL. Nesta ótica, que análise histórico-estrutural de Furtado procura explicar as condições de permanência do subdesenvolvimento, considerado não como uma etapa a ser cumprida, mas um estado decorrente do próprio desenvolvimento capitalista (FURTADO, 1997). A integração econômica na visão cepalina é um instrumento básico para superar o problema dos fechados mercados nacionais e seu princípio norteador sempre foi a promoção do desenvolvimento regional e as relações econômicas entre o centro (países desenvolvidos) e a periferia (países em desenvolvimento ou periféricos) bem com a industrialização formam basicamente o pensamento da CEPAL. Ideias estas que serão mais tarde, compartilhado pelos intelectuais do então chamado terceiro mundo e no caso africano, importa destacar a adesão de Samir Amin a causa centro-periferia e a teoria econômica para tentar explicar a origem do subdesenvolvimento dos países periféricos pelo desenvolvimento dos do centro. A sua produção intelectual será baseada – como foi o caso Celso Furtado, Raul Prebisch –, na crítica sem limite do sistema capitalista e /ou imperialista do norte em relação ao sul; além de buscar desconstruir os conceitos analíticos convencionais e apoiar a emancipação política, econômica e cultural dos países do sul. Ou seja, a autonomia furtadiana, torna-se emancipação no pensamento de Amim, e os dois e suas respectivas escolas ou centros tinham consciência da importância da integração regional como meio de suprir as necessidades locais e regionais e enfraquecer a dependência externa diminuindo desta forma, a intervenção estrangeira nas suas respectivas regiões.

Da mesma forma, uma análise apurada dos trabalhos de Kwamé Nkrumah e principalmente de Cheikh Anta Diop, mostra o uso constante da experiência latino americana como referência a ser seguida ou evitada, pelos africanos no caminho da integração regional e

continental. A industrialização era vista por estes intelectuais, como fundamental para a independência econômica, política e cultural, mas por sua vez, a industrialização, depende fortemente da construção de unidade integrada, bem como uma adoção de política de defesa comum e uma única estratégia de política externa em relação principalmente aos países centrais da Europa e Estados Unidos da América (DIOP, 1960; NKRUMAH, 1967). Em suma, constata-se a partir desta breve revisão bibliográfica que historicamente, houve certa proximidade entre América Latina e África tanto no ponto de vista cultural, econômica e política quanto do ponto de vista intelectual e estratégica, na busca por uma autonomia e afirmação no cenário da política internacional.

## 2.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL

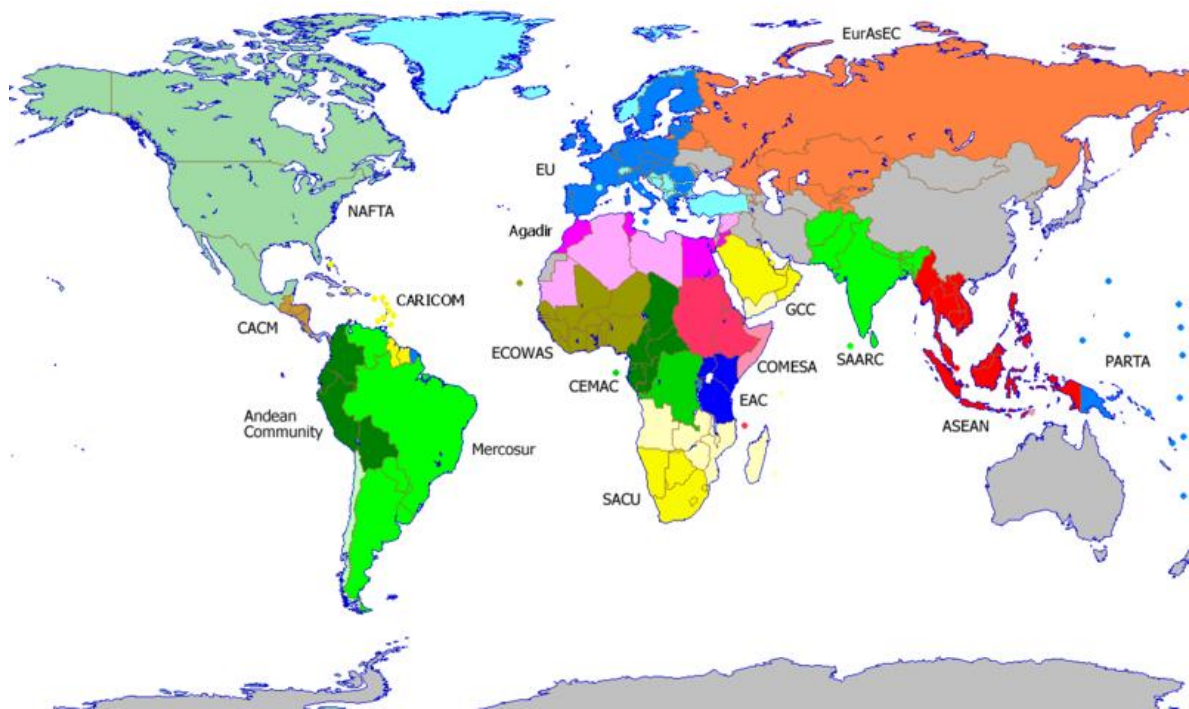
O objetivo desta sessão é de construir um quadro referencial para o debate sobre as intenções e projetos dos Estados oeste africanos em construir uma entidade integrada diante dos desafios da globalização. Trata-se de esclarecer os principais conceitos que darão suporte a análise e busca um melhor entendimento das diferentes ideias sobre os processos da integração em África, em geral e mais especificamente, na África Ocidental, tomando como exemplo e base deste estudo. Desde já, importa ressaltar que é uma das regiões onde as dinâmicas de integração são mais expressivas do continente, apesar da maioria dos Estados desta região ser de dimensões modestas tanto no plano demográfico quanto no plano econômico (LAVERGNE, 1996). Caracterizados por seus espaços socioeconômicos muito estreitos, os países da África Ocidental são obrigados, para alcançar o desenvolvimento econômico de alargar seus horizontes através de instituições e processos de integração regional, que oferecem vantagens como redução dos custos unitários de produção graças a economia de escala, aumento do nível de especialização e de concorrência econômica pela possibilidade de ter acesso a tecnologia além da possibilidade de compartilhar ideias e experiências em todos os níveis da atividade socioeconômica.

Antes de abordar os conceitos de integração, é importante esclarecer o que se entende por região, mas também por organização regional, já que trata se aqui de analisar as organizações e processos de integração regional. A integração regional é um processo prolongado e complexo que requer harmonização de diversos aspectos em diferentes momentos, fases e etapas, por isto, para falar de integração regional é importante salientar que o termo região pode ser usado para descrever qualquer agrupamento internacional, que é inferior no escopo global, e que se caracteriza por alguma relevância mútua entre os membros. Segundo Adetula (2004), esta relevância tem como base a frequência dos contatos e



transações entre os países membros ou simplesmente entre os atores, em busca de complementaridade econômica e em outra área de objetivos comuns. Nesta direção, pode-se identificar na atualidade uma série de processos de agrupamento e formação de blocos regionais, ou mais especificamente, de integração regional, como os que estão em andamento atualmente na América do Sul e América Latina, Europa, Leste e Sudeste da Ásia; na África do Norte, África Austral ou África Ocidental, que é o caso tratado neste estudo.

**FIGURA 1 MAPA BLOCOS E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**



Fonte: WikiCommons

O processo de integração regional na África Ocidental, para os fins deste trabalho, tem como foco a análise do processo de formação de um bloco regional institucionalizado na forma da CEDEAO-ECOWAS. A CEDEAO é composta por Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, conforme disposto no mapa 2.2.2. Destaca-se que no contexto do continente africano, a CEDEAO representa um bloco regional bastante relevante, sendo a instituição catalizadora da integração regional na África Ocidental.

**FIGURA 2 MAPAS DA INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL: A CEDEAO E SEUS OS PAÍSES MEMBROS**



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de mapas da CEDEAO

Existem alianças ou processos de formação de coalizões inter-regionais, que envolvem países de diferentes continentes, como o grupo ACP (África, Caribe e Pacífico), que reúne países de três continentes signatários da Convenção de Lomé de 1975 e que em algum momento das últimas décadas foram identificados como países do Movimento dos Não Alinhados. Este pode ser qualificado como sendo uma coalizão ou agrupamento inter-regional, formada por um conjunto de países que pertencem a mais de uma região, independentemente da semelhança ou proximidade geográfica, mas que possuem interesses comuns de superação do subdesenvolvimento. Destaca-se que diversidade de processos de formação de coalizões e alianças regionais ou inter-regionais, e de processos de formação de

blocos regionais ou processos de integração regionais, implica na necessidade de se ampliar estudos e pesquisas sobre estes fenômenos que apresentam importantes implicações políticas, econômicas e sociais, com impactos significativos na distribuição de poder no Sistema Internacional. Neste sentido, importa analisar brevemente as teorias sobre a integração regional, começando pelas teorias clássicas ou dominantes.

Ao longo da segunda metade do século XX, os avanços da experiência do Norte<sup>10</sup> (especificamente na Europa Ocidental) em relação ao processo de integração regional, tornou-se uma referência, modelo ou exemplo para inúmeros outros processos, por ser e/ou parecer a mais bem sucedida depois da Segunda Guerra Mundial em comparação com os múltiplos insucessos dos esforços de integração no Sul. Segundo Adetula (2004), esse contraste entre o relativo sucesso da integração no Norte e uma série de casos de fracasso no Sul levou os pensadores e estudiosos no assunto a repensarem a integração regional estabelecendo uma série de hipóteses altamente restritivas em certas teorias de integração, especificamente, centrando a definição e a identificação das etapas da integração em termos meramente econômico-comerciais. Estas abordagens tradicionais, que serão mais bem descritas a seguir, mostram-se formulações teóricas bastante restritivas, ou com grandes dificuldades para analisar os ganhos ou benefícios da integração nas sociedades e nos países menos desenvolvidos ou periféricos.

Este tratamento teórico em profundidade teve uma importância na evolução das dinâmicas de integração regional na África em geral e particularmente na sua parte ocidental, por isto, a importância do esclarecimento conceitual do termo integração neste estudo. No caso da integração, podemos se referir ao termo em vários aspectos e múltiplos sentidos, no entanto, serão levados em consideração neste trabalho, quatro aspectos ou dimensões da integração que são: a integração econômica, a integração institucional ou política, a integração de infraestrutura e a integração nas questões de segurança. Ou seja, trabalhara-se na ótica do que se chamou na literatura como o regionalismo aberto ou/e novo regionalismo, visto que ele procura inserir os países membros no seu mercado regional protegido por meio de acordos comerciais, criação de blocos econômicos, áreas de livre comércio e acordos de preferência tarifárias (FERNANDES, 2007, p.16). Segundo Ndlovu (2007), a integração é um conceito que denota o processo da troca de centros das lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro cujas instituições possuem ou exigem jurisdição sobre os

---

<sup>10</sup> Neste caso, o termo Norte refere-se aos países do Norte geopolítico do mundo, especificamente os países centrais que foram classificados como de primeiro mundo ou desenvolvidos ao longo da Guerra Fria, considerados centrais no Sistema Internacional (América Anglo-Saxônica, Europa e Japão). Em contrapartida, o termo Sul usado a seguir, também se refere ao Sul geopolítico, identificando os países subdesenvolvidos ou menos desenvolvidos, ou estruturalmente identificados como periféricos no Sistema Internacional.

estados nacionais preexistente. Este processo é liderado pelas elites, que podem ser líderes de grupos políticos, religiosos ou costumeiros construtores de opinião públicos, fazedores de políticas no governo, lobistas ou porta-vozes de partidos políticos, que buscam fazer o bem para o povo. Deste ponto de vista, percebe-se que o conceito de integração certamente antecede a formação do Estado nação.

Segundo Badi (1992), o conceito é tão antigo quanto o próprio mundo e pode ser encontrado em vários aspectos da vida humana, desde nível micro como, por exemplo, a família, o Estado, a região até no âmbito macro da sociedade, que é a comunidade internacional como um todo. É um conceito difícil a definir, mas de forma simplificada, o termo integração significa trazer peças ou unidade para formar um todo, criando uma interdependência entre as partes, ou então a integração pode representar uma situação em que os Estados se tornam dependentes em qualquer aspecto das suas relações que eles buscam construir (ADETULA, 2004), portanto, pode se disser que há integração quando as unidades se juntam a fim de satisfazer objetivos que não podem cumprir de forma autônoma e individual. Assim, pode se definir a integração como sendo um processo que busca realizar certos objetivos em benefício de uma estrutura ou corpo maior, onde as unidades menores transferem lealdade, expectativas e atividades políticas para um novo e maior centro de decisão, cujas instituições e processos demandam alguma justificativa sobre as unidades menores representados, neste caso pelos Estados Nacionais.

Murapa (2002), afirma que integração refere-se ao movimento para estabelecer entre e em meio a um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado pelos interesses comuns e compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros setores econômicos, em vistas a alcançar uma zona de livre comércio e, subsequentemente, estabelecer uma união alfandegária. Na opinião desse autor, os países soberanos consideram a necessidade de integrar ou cooperar regionalmente apenas se perceberem ganhos coletivos no acordo. Ou seja, são os interesses individuais e coletivos que determinam ou definem as organizações institucionais tanto no nível regional quanto internacional.

É neste sentido a integração regional vem sendo considerada como condição necessária para o desenvolvimento e a sustentabilidade econômicos bem como elemento fundamental para a estabilidade política da África em geral e particularmente na África ocidental. Ou seja, pode se falar de integração se houver agrupamento de unidades (países) no intuito de satisfazer objetivos comuns, que em princípio, nenhuma das unidades está habilitada a realizar de forma individual. Desse modo, pode-se perceber que não há uma única forma de integração, donde a importância de identificar os principais tipos de integração e

classificá-los a fim de melhor compreender o fenômeno de integração e, indicar o mais adequado para cada região em geral e particularmente para a África ocidental.

De partida, importa dizer que existem diferentes tipos e níveis de integração, portanto, pode-se adotar várias formas dependendo do ponto de vista ou do ângulo de análise do autor ou da teoria considerada, entre os vários tipos que existem. A integração pode ser analisada na ótica dos atores, dos objetivos, das relações de poder, da natureza jurídica ou do ponto de vista do enfoque (BADI, 1992). A análise ou a tipificação da integração a partir dos atores busca entender se a integração é nacional, regional ou internacional. A integração nacional é o processo da união dentro de um mesmo país através da criação de sentimentos de pertença nacional, sobretudo nos Estados do terceiro mundo ou nos países do velho mundo com diversidades linguísticas confessionais ou étnicas como Canadá, Bélgica, e tem como objetivo o fortalecimento da coesão interna de uma comunidade ou entidade política preexistente, isto é, expressa um processo de harmonização interna e de equilíbrio entre as diversas comunidades que compõem uma comunidade nacional (FERNANDES, 2011).

A integração analisada a partir dos objetivos será classificada em integração política, econômica<sup>11</sup>, psicossocial, etnológica, portanto, implicando o que é chamado de integração vertical e horizontal, vista como relação de poder entre os atores por Badi. A integração vista do ponto de vista da natureza jurídica dos atores, refere-se à forma legal que rege a união, podendo ser uma federação, confederação ou união dos estados. Finalmente, se olharmos a integração no ângulo do enfoque, falaremos do continentalismo, regionalismo e integração negociadora. Em qualquer dos casos, a integração busca melhoria de vida para a sociedade nacional, regional ou continental; uma fonte de esperança para milhões de pessoas principalmente nos países pobres como é o caso da África ocidental onde existe diversidade étnica, além do tribalismo e do micro regionalismo vistos e descritos por boa parte da literatura e dos analistas internacionais como sendo ameaças permanentes contra a unidade nacional. Assim, serviu de base para a classe governante justificar a adoção do partido único como instrumento para realizar a integração nacional com vista ao desenvolvimento econômico. No entanto importa relativizar tais afirmações e justificativas já que os termos étnicidade ou tribalismo são geralmente usados de forma negativa e errônea. Segundo Amselle e Mbokolo (1999), desde década de 1980, houve um exagero jornalísticos a tentar explicar todos os fatos e acontecimentos no âmbito do continente africana em termos de

---

<sup>11</sup>A integração econômica pode ser dividida em zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total.

“conflitos tribais ou de lutas étnicas” para reafirmar o argumento colonialista de que África é sinônima de selvageria que seria interrompida somente no período da colonização europeia.

Deste modo, explicar a falta de integração, de desenvolvimento ou de paz no continente africanos por estes termos pode contribuir a aprofundar o preconceito e ideia de inferioridade do africano em relação ao resto do mundo. Dito de outra forma, a explicação dos diferentes problemas do mundo em desenvolvimento por elementos como tribalismo, étnicidade, integrismo, pode dar falsas impressões sobre as verdadeiras causas dos problemas. Nesta ótica, Amselle e M’mbokolo (1999, p. III) afirmam que, se no imaginário jornalístico, o mundo árabe é o domínio do integrismo, a Índia o das castas, o continente Africano é por excelência a terra de eleição dos antagonismos étnicos. De qualquer modo, desde independência, os dirigentes africanos viram a integração regional como uma estratégia econômica capaz de se opor a fragmentação e o enfraquecimento econômico que levou a marginalização do continente no plano internacional e isto se deve em parte a divergência das elites africanas e particularmente resultado dos impactos negativos do processo colonial.

Deste modo, a integração regional é o resultante da união de dois ou mais Estados entre diversas unidades estatais de uma mesma área geográfica com o objetivo de favorecer a coesão e o sentimento da interdependência entre os estados membros. No caso da África ocidental a integração de seus pequenos países geograficamente próximos aparece como forma possível de desfrutar as vantagens resultantes da união e resolver potencialmente os diversos problemas da região. Desse modo, a fundamentação teórica da integração encontra sua base ou justificativa na promoção do desenvolvimento socioeconômico político e cultural e no aumento da competitividade internacional (OCAMPO, 2006). Portanto, para os países da África ocidental, a integração representa impulso para melhor posicionamento na economia mundial, um reforço do poder de negociação e possibilidade de criação de mecanismos de proteção das consequências negativas da globalização. Porém isto não significa que há uma única resposta que explique os fenômenos de integracionistas visto que os mesmos podem ser econômicos, políticas, religiosas, bélicas, assim como de segurança e defesa conforme ilustra a figura a seguir:

**FIGURA 3 TIPOLOGIAS DAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Oliveira (2012).

Esta figura mostra que independentemente da teoria usada, pode se afirmar existe uma interdependência e uma interconexão entre os vários processos de integração possíveis. É nesta ótica por exemplo que Gilpin (2001), mostra que as principais abordagens que os economistas usaram para explicar a integração regional originam-se no novo institucionalismo e na nova economia política dependendo do contexto e das circunstâncias, mas, em todas elas existe um elemento comum que é a cooperação.

Segundo o autor supracitado, a abordagem do novo institucionalismo assume que as instituições internacionais, incluindo as regionais são estabelecidas para vencer as falhas no mercado, resolver problemas de coordenação e/ ou eliminar obstáculos à cooperação econômica. Se a finalidade principal neste caso é a criação de um mercado comum ou realizar de forma conjunta qualquer estratégia, Badi (1992) concorda que a mesma pode ser geográfica, político-ideológico, econômica, militar e que se expressa segundo as teorias de relações internacionais como blocos, agrupamentos e/ou organizações regionais, além de poder declinar para uma forma econômica<sup>12</sup> ou política quando se busca criar um espaço econômico maior. Nestas organizações, os participantes estabelecem um marco institucional e concedem ao mesmo poderes para coordenar e atribuir às relações dentro do espaço criado.

<sup>12</sup>Trata-se de um processo através do qual dois ou mais países criam um único espaço econômico na qual suprimem de forma gradual ou imediata, as barreiras discriminatórias com vista à livre circulação de pessoas, bens e capitais.

No entanto, vale ressaltar que independentemente do tipo ou da forma de integração ou de cooperação adotada por um país ou uma região, ela não será eficaz para políticas de desenvolvimento e administração ruins e falidas (Murapa, 2002), como é o caso da maioria dos países africanos. Ou seja, o êxito de uma integração nacional ou regional depende em grande parte a natureza da liderança política e socioeconômica e da forma como são gerenciadas as coisas públicas. Isto significa também rever as relações sociopolíticas estabelecidas entre a maioria dos países da região oeste africana com a principal potência colonial, a França, principalmente aquelas relações estabelecidas e gerenciadas pelas redes criminosas Verschave (2004) denominou a Françafrica. Françafrica é uma associação de franceses e africanos, criada por De Gaulle, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, tinha como objetivo principal sacrificar a independência africana em prol dos interesses da metrópole e de parte das elites dirigentes africanas. Segundo Verschave (2004) os quatro motivos que levaram o líder francês a sacrificar a independência africana e manter as colônias sobre uma nova estratégia e política conhecida na atualidade como o neocolonialismo são:

- a) manter a posição e o peso da França na ONU, com um cortejo de Estados clientes que votam junto à França;
- b) ter acessos às matérias-primas estratégicas, como o petróleo, o urânio, a madeira, o café e o cacau;
- c) manter uma ampla fonte de financiamento da vida política francesa, do partido Gaullista, primeiro, depois todos os outros partidos de governo francês, por meio de uma retenção de uma parte dos recursos destinados à ajuda pública ao desenvolvimento;
- d) representar e defender os Estados Unidos da América na África francófona durante a Guerra Fria, mantendo-a no campo anticomunista.

Desse modo, se percebe como as relações históricas, tem de alguma forma peso nas relações interafricanas e deste ponto de vista, podem ser vistas como obstáculos da integração regional principalmente na África ocidental onde, nove dos dezesseis Estados são antigas colônias francesas. Neste sentido, o argumento de Diop (1960:49), segundo o qual os países da África ocidental não são livres mesmo depois do afrouxamento dos laços, pois não podem escolher um regime político e social diferente daquele recomendado pelo ocidente sem correr o risco de ser atacado militarmente ou de ver seus dirigentes (presidente no caso) ser derrubados por meio de partidos locais de obediência ocidental. Este argumento que poderia soar na época (1960) como mera profecia ou oposição ao ocidente se mostrou verdadeiro ao



longo da história políticas africanas e casos como o problema de Costa de Marfim (2010-2011), a atual crise no Mali e principalmente o assassinato do presidente Thomas Sankara do Burkina Faso em 1987, ilustram a pertinência e a atualidade deste argumento de Cheikh Anta Diop na análise das relações internacionais da África.

Independentemente destes problemas e obstáculos importa dizer que uma integração regional em qualquer parte do mundo se torna benéfico para os países que projetam e colocam em pratica estratégias nacionais que sustenta e estimula a produção, os investimentos, o comércio e pratica do chamado boa governança vista pelo Banco Africano de Desenvolvimento como sendo a maneira pela qual o poder é exercido na gestão do Estado e de suas relações com outros Estados e um meio de luta contra a pobreza (BAD, 2011)<sup>13</sup>. Segundo Traoré (2011), a OCDE define a boa governança como sendo um meio de criar Estados capazes de criar um ambiente favorável em que setores públicos e privados exercem seu papeis de forma mutuamente benéfica e eficaz, enquanto que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a define como sendo o exercício da autoridade política, econômica e administrativa no quadro da gestão dos bens de um Estado em todos os níveis. Em suma, a despeito destas definições, entende-se boa governança como sendo a gestão política, econômica e sociocultural dos Estados e regiões em busca do bem estar da sociedade como um todo. Nesta ótica, estima-se que a boa governança é a gestão dos problemas, dos recursos humanos e materiais com o povo e para o povo.

Nesta ótica Murapa (2002), argumenta que o ambiente político e econômico nacional têm que sustentar o processo de integração para que qualquer desenvolvimento possa ser alcançado. Ou seja, o sucesso ou insucesso de uma integração regional ou de um regionalismo depende da consolidação e fortalecimento das unidades no ponto de vista política, econômica e sociocultural, já que estruturalmente, pode se disser que a integração principalmente econômica é uma iniciativa do Estado.

Segundo Mistry (2003), há controversa quanto ao papel do regionalismo na aceleração do desenvolvimento, mas há convergência de que o foco da integração econômica amplia o regionalismo, portanto, não se deve confundir regionalismo com a integração regional, da mesma forma importa diferenciar a cooperação regional com a integração econômica.

Segundo Lavergne (1996), o conceito de regionalismo indica simplesmente uma forma regional de abordar os problemas sem distinção entre a integração e a cooperação regional, no entanto, estas duas expressões representam duas faces distintas do regionalismo, sendo que

---

<sup>13</sup>BAD. Rapport de l'assemblée annuele: ver um programme pour une croissance inclusive em Afrique, Lisboa, 2011.

em cada um dos casos temos um tipo de esforço de colaboração entre países vizinhos. Assim a cooperação regional tem um caráter mais pontual e temporário, definidos por formulas contratuais estabelecidos no âmbito de projetos de interesses mútuos enquanto que a integração regional tem um caráter mais duradouro, permanente.

Considerando que a natureza da cooperação no âmbito da integração regional pressupõe certo compartilhamento da soberania pela criação de instituições comuns, Lavergne (1996), afirma que o desenho da integração na África ocidental é mais de natureza intergovernamental de que supranacional, portanto, o compartilhamento efetivo da soberania é mínimo. Nesta ótica pode se afirmar que a integração regional que é um tema bastante amplo faz parte da teoria das organizações internacionais apesar da mesma mostrar entre 1950 e 1990 uma cisma que existe entre as teorias do comércio e as do desenvolvimento. De acordo com ambas, o impacto das barreiras (tarifária e não tarifárias), é a principal questão a ser resolvida através de acordos de integração regionais (AIR). No contexto da mundialização e da relativa interdependência das economias, o desenvolvimento africano dependera da cooperação internacional, mas também da reforma interna e regional. A relevância da integração dos espaços regionais se justifica pelo fato de às economias africanas disporem de mercados internos insuficientes e de produções concorrentes umas das outras, dificilmente poderá consolidar as bases do seu desenvolvimento (TORRES, 1999).

Cientes destes limites criados pelas potências coloniais, os líderes da África independente, buscaram atacar diretamente a balcanização a fim de criarem as mínimas condições de coexistência pacífica e de desenvolvimento, primeiro pela criação de federações como a Federação do Mali (1959-1960), Organizações de Integração Regionais (OIR) como CEDEAO e a OUA em nível continental. Mahamat (2005) argumenta que a criação de zonas de integração regional é motivada pela vontade de um grupo de países de melhorar seus dispositivos no âmbito da divisão internacional do trabalho, no intuito de buscar o crescimento econômico dos mesmos pela melhoria da produtividade, fortalecer os mercados internos. Ou seja, a economia de escala é um elemento fundamental no regionalismo, onde o alargamento dos mercados é considerado como uma força motora da integração, dado que nestas zonas, a maioria das vezes os mercados nacionais são incapazes, isoladamente, de garantir uma exploração necessária por uma economia de escala e de especialização.

Do ponto de vista deste autor, a liberalização das trocas internas a uma zona de integração regional obriga as empresas a competirem entre elas, a reduzir custos e melhorar a produtividade. Deste modo, entende-se por integração regional o movimento que busca estabelecer relações entre e em meio a um grupo de países dentro de uma determinada área

geográfica por interesses comuns e compartilhados para a cooperação nas áreas de comércio e outros setores econômicos em busca do estabelecimento e consolidação de uma zona de livre comércio e, subsequentemente, estabelecer uma união aduaneira (MURAPA, 2002). Observa-se que este tipo de integração se refere especificamente ao econômico, já que se preocupa com a ampliação de mercado, criação de condições de livre concorrência e de circulação de bens, mercadorias, capitais e mão de obra.

Deste modo, vê-se que a integração é pensada por e para as elites e como sendo representantes do povo, logo pode se perguntar até que ponto esta representatividade é efetiva ou benéfica para a grande maioria da população. Um breve olhar na atual conjuntura africana permite discordar com a ideia apresentada por Ndlovu, de que as ações das elites são movidas pela expectativa ou desejo de fazer pelo bem do povo, porque se isto fosse verdade certamente não teriam a primavera árabe e muito menos as diversas organizações populares que exigem em diversos países do continente a demissão da equipe governamental. O caso mais recente de manifestação contra uma equipe governamental na África Ocidental é no Togo onde, o coletivo “Sauvon le Togo<sup>14</sup>” organizou uma marcha na data de 22 de agosto de 2012, reclamando a demissão imediata do Presidente Faure Eyadema. No Senegal o movimento “Yana Maar” teve um papel fundamental nas últimas eleições presidenciais onde o Presidente e candidato Abdoulaye Wade perderam as eleições pelo candidato da oposição Macky Sall.

A ideia de integração sugere ao mesmo tempo a união e a conformidade, e é nesta perspectiva que será abordado a integração regional que a África Ocidental (AO) busca realizar no plano político, econômico e sociocultural desde a independência da região. Deste modo, identificam-se no processo de integração seis elementos importantes a serem levados em conta a fim de se chegar aos resultados esperados pelos africanos, que são a compatibilidade mútua de valores principais dos intervenientes

- a) a maneira de vida distinta;
- b) ligações interruptas de comunicação nos territórios juridicamente soberana e ligações entre estratos sociais;<sup>15</sup>
- c) uma elite política abrangente em termos de recrutamento nos diferentes estratos e no que concerne às conexões entre os estratos;

<sup>14</sup>Noticiado por RFI em 22/08/2012 e disponível em: <[http://www.rfi.fr/afrique/20120823-sauvons-le-togo-reclame-le-depart-president-gnassingbe?ns\\_campaign=nl\\_AFRIQUE230812&ns\\_mchannel=newsletter&ns\\_source=emailvision&ns\\_linkname=lire-4&ns\\_fee=0](http://www.rfi.fr/afrique/20120823-sauvons-le-togo-reclame-le-depart-president-gnassingbe?ns_campaign=nl_AFRIQUE230812&ns_mchannel=newsletter&ns_source=emailvision&ns_linkname=lire-4&ns_fee=0)>. Acesso em 22 ago. 2012.

<sup>15</sup> Isto é, segundo Ndlovu (2008), valores, instituições, hábitos de ação que distinguem a área dos interessados da dos maiores vizinhos.

- d) a mobilidade de pessoas e a multiplicidade de um leque comunicações e de transações (v) e, por fim, a previsibilidade do comportamento dos povos que se pretende integrar (NDLOVU, 2008; YASMINA, 2007).

Na opinião destes autores, existe uma integração regional quando se tem o estabelecimento de uma zona de livre comércio, envolvendo a remoção de barreiras tarifária e não tarifárias; de uma união alfandegária ou aduaneira pela qual todas as restrições ao comércio e ao movimento de agentes dentro da área são removidas e finalmente quando há uma harmonização de políticas fiscais, econômicas, monetárias, sociais e outras políticas setoriais. Além disso, a integração regional pode ser influenciada pelo desejo de promover uma frente comum de defesa e de segurança. Ou seja, a integração regional é na atualidade uma resposta aos diversos desafios do mundo globalizado, pois, significa a partilha até da soberania que em via de regras nenhum Estado está preparado a fazer. Vale observar que integração é (ou pelo menos deve ser) uma associação livremente consentida e democraticamente legitimada e pressupõe sempre um elevado grau de convergência política entre os Estados membros e a vontade de atingir um grau significativo de convergência econômica, prosseguir objetivos comuns e resolver eventuais desentendimentos ou conflitos pelo diálogo.

Deste modo, a integração se apresenta como um fator fundamental de organização e de estabilidade do atual sistema internacional caracterizado pela difusão do poder e pela impossibilidade de qualquer país manter alianças estáveis a partir do alinhamento estratégico baseado em antagonismo consistente (MARTINS; VASCONCELOS, 1995). Além disso, é importante notar que não há um único tipo de integração regional e numa mesma região pode se haver organizações de integração com uma dimensão vertical e outra com uma dimensão horizontal.

A dimensão vertical da integração é a que se refere, em termos de autoridade, a estrutura de subordinação mutuamente acordada e ao poder exercido de forma colegial com a liderança rotativa (integração política). Neste processo os intervenientes têm que compartilhar as expectativas, identidades ou consciência comum e mais importante ainda ter o sentido de comunidade. A integração vertical corresponde à integração entre um bloco formado por Estados heterogêneos com claras disparidades, cujo papel é permitir o estabelecimento de uma relação de desigualdade econômica e política atrelando uma exploração dos mais fortes (Centro ou Norte) sobre a periferia ou Sul (NUNES, 2011). Como exemplo de uma integração com dimensão vertical, pode se citar a integração ou cooperação que existe entre

os países da África subsaariana e os países da União Europeia, que são os principais parceiros econômicos, políticos e sociocultural da África subsaariana em geral e particularmente da África Ocidental.

Segundo Egoscozábel (2004), Europa é o principal parceiro comercial da África Ocidental e central, devido principalmente manutenção do vínculo monetário com o Euro de um lado, e do outro, pela existência de referencial política e cultural de origem colonial com algumas potências europeias, além da grande população de origem europeia que, mora e participa nas atividades econômicas, políticas e socioculturais não somente das duas regiões referidas, mas, em todo o continente africano. Além disso, vale ressaltar que até na atualidade a grande maioria das poucas indústrias e empreendimentos que existem na região estão sobre domínio ocidental, pois, apesar de considerar que as empresas francesas estão em fase de desinvestimento na África francófona devido à presença chinesa, conforme Hoh e Vignaux (2006)<sup>16</sup> há ainda um domínio claro da metrópole na região. Como exemplo, pode se citar as empresas como France Telecom, Bouygues e Vinci que atuam na construção, CFAO especializada na distribuição, Rougier que monopoliza a exploração de madeira, Total (petróleo e derivados), Castel no setor de bebidas, Balloré e CMA-CGM exploram os setores de transporte e logística, Veola que domina o setor de exploração e distribuição de água. Mas também pode se citar Dagrís que explora o setor de algodão, Accor, turismo e Hotelaria, além das companhias de transporte aéreas Air France, BNP-Paribas que opera na área de infraestrutura Sociedade Geral des Banques (SGB), Estas empresas operam tanto na África ocidental quanto no resto do continente, mas também temos empresas consideradas nacionais como “la Compagnie Sucrière Senegalesa (CSS), que pertence à família Mimram de nacionalidade francesa”. Portanto, os processos de integração regional africanos têm se desenvolvido neste contexto de dependência.

A dimensão horizontal da integração é a integração por assunto, como a econômica, que ocorre quando os intervenientes se convencem de que seus interesses econômicos e bem estar dos seus povos serão mais bem contemplados com o estabelecimento de um regime<sup>17</sup> econômico mutuamente aceitável. É importante notar que a realização de uma integração econômica demanda tempo já que a mesma é dividida em fases ou etapas que a teoria da integração defendida por Belassa, estima em cinco. A primeira destas etapas é a zona de livre comércio no interior da qual são suprimidos os direitos aduaneiros e as restrições quantitativas

<sup>16</sup> Por mais informação consultar: <http://www.monde-diplomatique.fr/2006/02/HOH/13167>. Acesso em: 22 ago. 2012.

<sup>17</sup> Regime entendido neste contexto como conjunto explícita ou implícito de princípios, regras, normas e procedimentos de tomada de decisões.

à importação; a segunda fase chama-se união aduaneira e visa, além dos objetivos indicados no caso de uma zona de livre comércio, também o estabelecimento de uma pauta comum em relação a terceiros países. Na terceira fase temos o Mercado comum (MC), que satisfaz todos os requisitos anteriores, exigindo também a liberdade de movimento dos fatores de produção. O mercado comum consiste na substituição de um mercado internacional feito da justaposição de mercados nacionais por um mercado único que seja essencialmente um mercado nacional (NUNES, 2011). A quarta e quinta fase é respectivamente União Econômica (UE), a qual pressupõe a harmonização das políticas orçamental, fiscal, monetária, social e anticíclica e União supranacional (US), na qual os governos renunciam à sua soberania nos domínios acima citados em benefício de uma autoridade supranacional cujas decisões têm caráter obrigatório. Esta classificação permite melhor entendimento dos paradoxos da integração regional oeste africana que se caracteriza pela existência concomitante de economias integradas e, políticas separadas devidas entre outros fatores, ao individualismo das elites africanas, ao nacionalismo e micro regionalismo<sup>18</sup> cultuado desde a véspera da independência política na década de 1960; a divergência dos interesses dos parceiros internacionais em geral e particularmente, a busca por uma preservação dos interesses das antigas metrópoles na região. Além disso, observa-se de um lado, a existência de um processo muito elaborado de negociação multilateral que coexiste com processos de vida políticas e eleições nacionais, além do paradoxo da emergência da identidade oeste africana que se afirmar em relação ao resto do continente e do mundo, coexistindo com a lealdade nacional (SOUARÉ, 2010; LAVARGNE, 1996). Ou seja, ao mesmo tempo em que os países da África ocidental se apresentam ao resto do mundo como uma unidade sociopolítica, econômica e cultural, no plano interno cada Estado buscava consolidar um nacionalismo próprio que o diferencia e até distância dos outros.

Independentemente do tipo ou da dimensão, vale lembrar que, a integração regional oeste africana como todos os processos de integração do continente africano se inspirou do Pan-africanismo visto que são pelas mesmas causas que levaram a criação do pan-africanismo que são a origem do fundamento da integração regional e continental da África. Segundo Ouédraogo (2005), o mito da unidade ressurgiu na diáspora africana nas Américas, nascida depois de perda das lutas de resistência contra a escravatura e a colonização do continente, devido à superioridade técnica dos invasores e o pan-africanismo como filho da diáspora, se constitui em uma ideia maior que mobilizou durante vários séculos as elites e os povos negros

---

<sup>18</sup> Segundo Yacou Zerbo (2005), o micro regionalismo africano nasceu das relações históricas entre a África e as potências coloniais europeias.

tanto dentro quanto foram do continente. Assim, depois da segunda Guerra Mundial, o pan-africanismo entra na sua segunda fase a qual, foi marcada por uma cristalização política e uma ofensiva anticolonialista que culmina com a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963 e as décadas que seguiram a independência vera o surgimento de diversos projetos de integração regional no continente. Portanto, pode se afirmar a ideia da integração regional ou do federalismo africano nasce como uma continuação e aprimoramento do pan-africanismo. Ora, este pan-africanismo introduzido pela OUA, desde dia 28 de maio de 1963 em Adis Abeba, não cumpriu ainda sua vocação federador das consciências políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas dos Estados africanos (BULU, 2006, p.145), por isto a criação da União Africana (UA) a fim de se buscar melhoria no funcionamento dos processos de integração regional e continental. Esta transformação da OUA em UA trouxe avanços nas áreas de gestão, prevenção e resolução de conflitos. O princípio de não interferência foi substituído ao de não ingerência. Considerando estes paradoxos, assim como os fatores históricos e geográficos, pode se observar que da mesma forma que em outras regiões do mundo, a integração regional da África ocidental, é um processo multifacetado, abrangendo inúmeros esforços e afetando vários sistemas de valores. Nesta ótica, há certa concordância da literatura na estrutura ou etapas da integração econômica definida por Balassa (1961) e adotada por Guessan (2010), que se resumem na quadro1 a seguir:

**QUADRO 1 DIFERENTES FASES DE UMA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA**

	Integração de Mercado	Integrção Monetária	Integração da Política Econômica		
	Eliminação dos obstáculos ao comércio	Política Comercial Comum	Livre circulação dos fatores de produção e de bens financeiros	Taxa de Câmbio Fixo ou moeda única	Política Econômica comum
1.Zona de livre mercado	X				
2.União aduaneira	X	X			
3.Mercado Comum	X	X	X		
4.União Monetária	X	X	X	X	
5.União Econômica e Monetária	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do modelo de Balassa (1961).

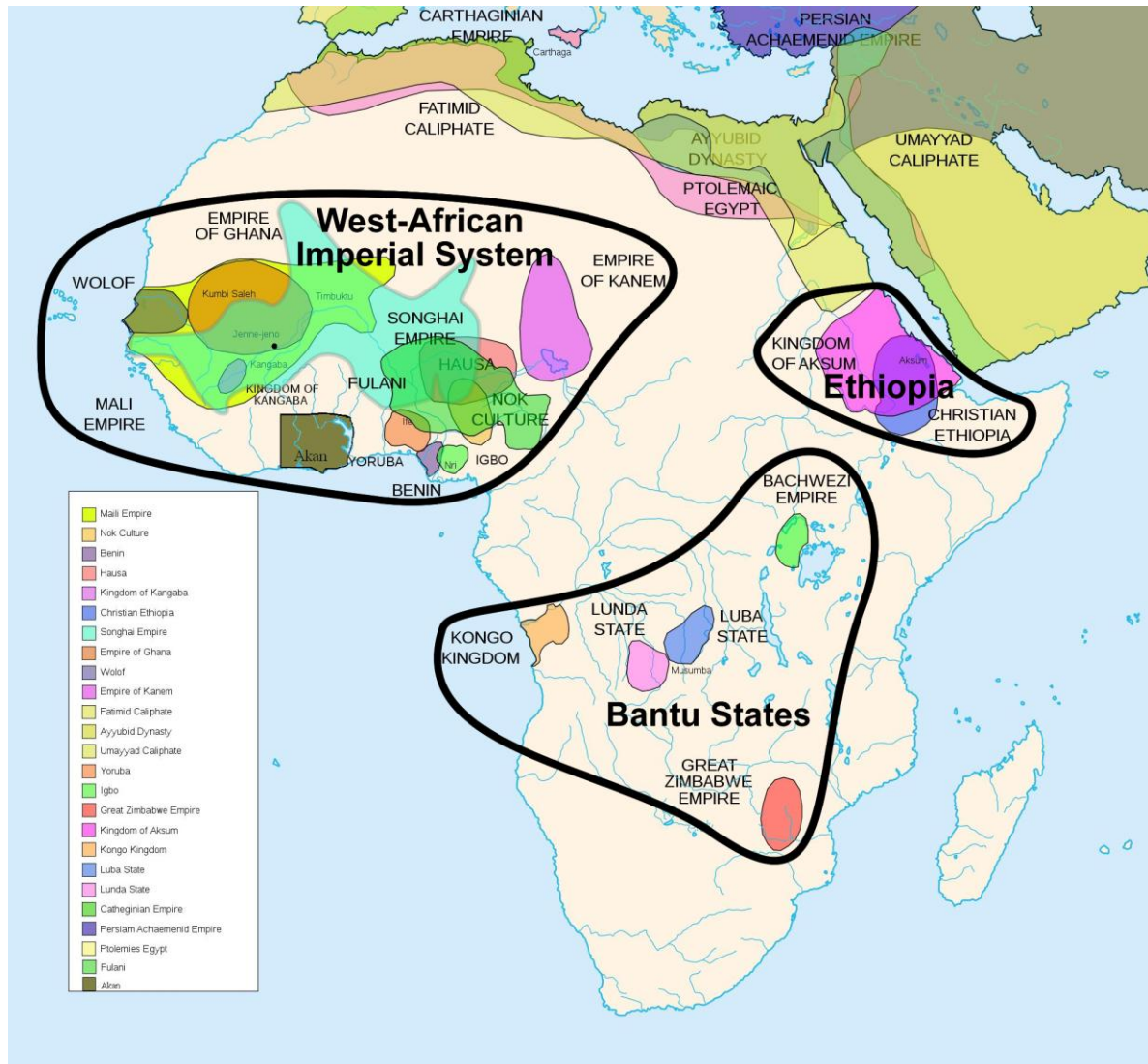
A partir deste quadro, pode se concluir que praticamente a integração econômica é viável ou determinada pelo fator geográfico. Isto é a delimitação de uma região é, portanto determinada através das práticas sociais, que determinam a construção e reconstrução dos limites regionais através de práticas discursivas fazendo a mesma, funcionar como significante (BØÅS; MARCHAND; SHAW 2010). No entanto, é importante observar que a importância do fator geopolítico nos estudos das relações internacionais, especialmente quando se consideram variáveis geográficas, políticas e estratégicas. A questão geopolítica vai muito além da função de limitação do espaço físico ou político, pois permite demonstrar a influência dos fatores da política regional e internacional dos Estados no componente geográfico, e a influência dos elementos geográficos na variável política (ITAUSSU MELLO, 1999; HUGON, 2009; KAPLAN, 2013; CARVALHO, 2011).

No continente africano as unidades políticas mais importantes em termos geo-históricos, estiveram concentradas em determinadas regiões, como na África Centro-Austral, no Chifre da África, na África mediterrânea ou na África Ocidental. As principais unidades políticas de grande duração histórica nestas regiões foram impérios africanos que possuíam importantes redes comerciais regionais com as demais regiões, e cuja delimitação político-territorial era definida muito mais em função das semelhanças e complementariedades



(culturais, econômicas, climáticas e territoriais) do que das diferenças. Um quadro sintético dos reinos e impérios mais importantes para compreender os elementos de história de longa duração e geopolítica destas regiões, demonstrando as principais tendências históricas de estabelecimento de vínculos e conexões regionais, está representado no mapa a 2.seguir:

**FIGURA 4 MAPA DOS PRINCIPAIS REINOS E IMPÉRIOS AFRICANOS**

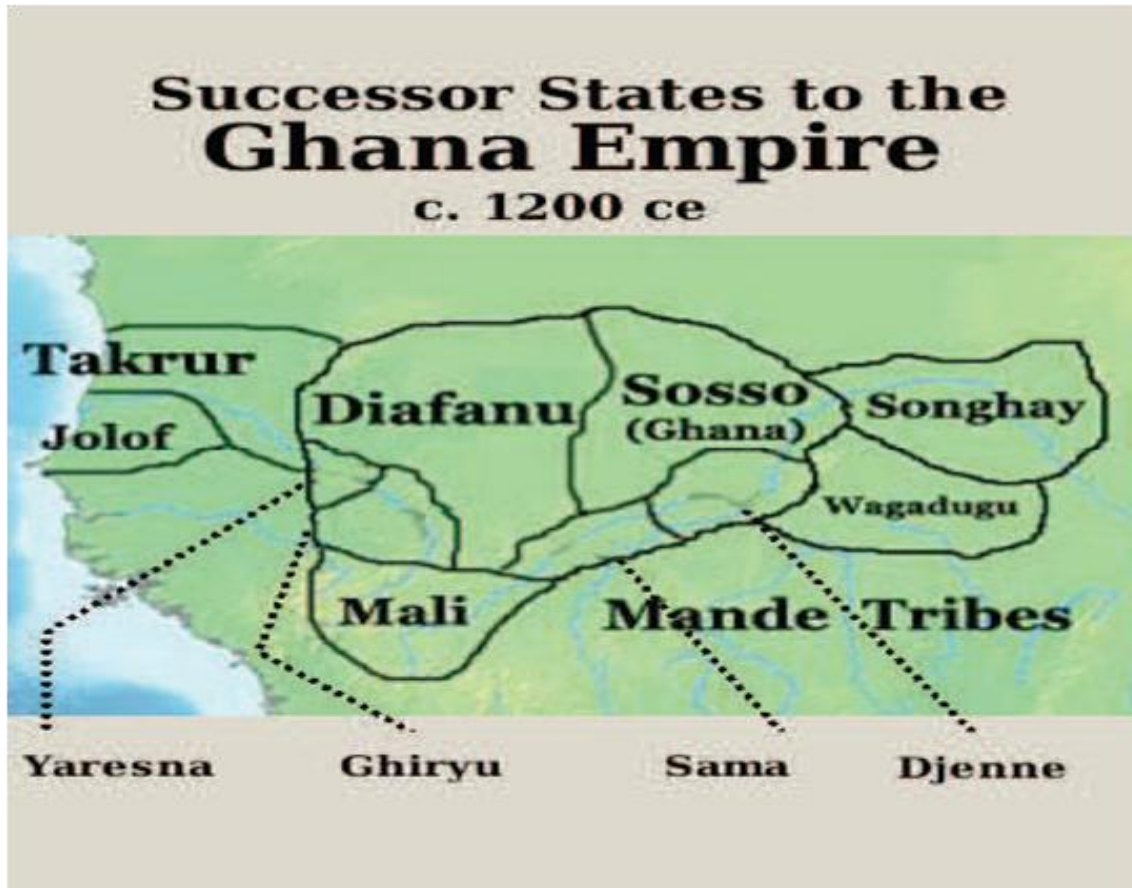


Fonte: Monsieur Fou (2011), WikiCommons.

No caso da África ocidental importa frisar que as atuais fronteiras foram, em certo modo, criação da colonização, já que durante o período pré-colonial, a região, apesar de conhecer situações de instabilidades e de conflitos internos, constituía uma única entidade política e econômica sobre principalmente o domínio do poderoso império do Gana (750-1204). Mais tarde esta entidade se fragmentou em diversos reinos federados e vassallos ao

imperador do Gana, que continuaram estruturalmente vinculadas a este núcleo econômico, conforme mostra o mapa a seguir.

FIGURA 5 MAPAS DOS DIFERENTES REINOS SUCESSORES DO IMPÉRIO DA GANA



Fonte: *Dossier regard sur l’afrique: os reinos africanos na idade média*, 2010<sup>19</sup>.

Segundo Merle (1981) o poder dos Estados depende da relação que se estabelece, pela força das coisas, entre cada coletividade política e o espaço físico considerando três aspectos diferentes e complementares que são a dimensão, a configuração e a situação. Donde, a importância destes aspectos para uma boa compreensão dos problemas dos Estados e da integração regional da África ocidental. Referente ao primeiro elemento, à dimensão, há unanimidade de que o tamanho dos países africanos é um dos fatores limitadores de qualquer iniciativa de desenvolvimento, político, econômico e sociocultural, portanto, impede o fortalecimento dos Estados, já que os Estados pequenos que só controlam uma porção limitada do espaço ficam reduzidos ou/ e obrigados a desempenharem papéis secundárias no palco internacional (MERLE, 1981). Deste ponto de vista, pode se afirmar que a exclusão ou

<sup>19</sup> *Dossier regard sur l’afrique: os reinos africanos na idade média*, 2010. Disponível em: <<http://www-zope.ac/Strasbourg.fr>>. Acesso em 31 jul. 2012.

a marginalização dos países da África ocidental, bem como o resto dos países do continente se justifica efetivamente pela dimensão dos mesmos que é resultado dos processos históricos ligados a colonização e do período da Guerra Fria, conseqüentemente, a integração regional se apresenta como uma solução, desde que a mesma não sofra o mal da fragmentação e da divisão como é o caso na atualidade.

O aspecto configuração do território tem uma influência sobre as relações entre as unidades estatais em geral e impactam particularmente nas relações entre Estados vizinhos, tanto no ponto de vista socioeconômico, político, quanto geoestratégico<sup>20</sup> e geopolítico que tem como objeto de estudo as relações entre a geografia e a política. Segundo Merle, (1981), a geopolítica busca demonstrar a subordinação da política internacional dos Estados ao fator geográfico. Por conseguinte, a constituição ou configuração dos Estados da África ocidental torna a região dependente e vulnerável em relação ao exterior. Finalmente, a situação (geográfica) que por sua vez, não deixa de ter uma influência nas diversas capacidades do Estado, visto que o poder do Estado tem uma estreita relação com as características de do seu território, as quais dependem o controle pelo Estado de pontos estratégicos dentro e fora do seu espaço físico.

A respectiva posição dos Estados no terreno influi na capacidade de uma intervenção militar e explica muitas vezes a influência política, de modo geral no sucesso do imperialismo ocidental na região oeste africana, que serviu de entrada para a dominação de boa parte do continente, pelo cooptação ou articulação com as elites autóctones para a defesa dos interesses recíprocos das mesmas e dos invasores destruindo assim, as diferentes organizações políticas, socioeconômicas e culturais da região. Importa esclarecer o entendimento e uso do termo imperialismo no âmbito deste trabalho já que, os vocábulos imperialismo e imperialista têm sido aplicados indiscriminadamente, independentemente de sua natureza, a qualquer política externa (MORGENTHAU, 2003). Conforme esse autor, o termo imperialismo perdeu seu significado real a partir do momento em que todo mundo passou a ser imperialista aos olhos de alguém que aconteça de não aceitar as suas políticas externas. Ora, considerar toda política externa voltada para o acréscimo no poder de uma nação como uma manifestação imperialista bem como enxergar como imperialista toda política externa que vise à preservação de um império já existente são visões equivocadas do imperialismo. O imperialismo na ótica de

---

<sup>20</sup>Segundo Merle (1981) certos países são bem protegidos contra a invasão estrangeira por barreiras naturais como montanhas e mares e outros ao contrário, são muito abertos à penetração exterior como é o caso da maioria dos países da África ocidental, que por determinação estratégica dos colonizadores se tornaram totalmente vulneráveis em relação ao ocidente que, desta forma continua perpetuando a dominação e a exploração, política, econômica e culturalmente.

Morgenthau (2003) é toda política que visa à demolição do Status quo, que busca uma alteração nas relações de poder entre duas ou mais nações.

Na opinião de Cohen (1976), o imperialismo é um complexo de relações econômico, políticas e militares através dos quais países economicamente menos desenvolvidos são subjugados por países mais desenvolvidos, portanto, imperialismo continua a ser a melhor palavra para designar o sistema geral de desigualdade nas relações econômicas mundiais. Na visão deste autor, após a segunda Guerra Mundial, é inadmissível falar do imperialismo sem pôr em grande relevo o aspecto econômico da questão. Cohen (1976) acrescenta que o imperialismo refere-se especificamente ao tipo de relações internacionais caracterizadas por uma assimetria de dominação e dependência ou a qualquer forma de dominação ou de controle efetivo no plano político e/ou econômico direto e indireto de uma nação sobre outra. A procura de capital adicional constante, sobretudo, a busca de novos materiais, impele o capital para um imperialismo caracterizado pela pilhagem e pelo roubo. O capital e seus donos saqueiam o mundo tudo, obtém seus meios de produção de todos os cantos da terra tomando-os, se for preciso à força, de todos os níveis de civilização e de todas as formas de sociedade (HARDT; NEGRI, 2000, p. 245). Percebe-se o imperialismo como sendo o novo capitalismo, que segundo Lenin (2008), repousa entre outros na concentração da produção e do capital, a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação de oligarquias financeiras baseadas nesta capital financeira. Além de dar uma importância particular a exportação de capitais e de mercadorias e a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, como mecanismo de adaptação ao novo contexto do mundo globalizado.

No século XIX e começo do século XX, o imperialismo contribuiu para a sobrevivência e expansão do capital, devido a seu papel de sistema designada para servir as necessidades e promover os interesses do capital em sua fase de conquista global (HARDT; NEGRI, 2000, P. 354). Estes autores reforçam que imperialismo apesar de fornecer caminhos e mecanismos para que o capital penetrasse novos territórios e difundisse o modo capitalista de produção, também criou e reforçou rígidas fronteiras entre os diversos espaços globais, estritas noções dentro e fora que efetivamente bloquearam o livre fluxo de capital, trabalho e bens, impedindo, dessa maneira, a plena realização do mercado mundial<sup>21</sup>. Desse modo, conclui-se que o imperialismo por ser uma máquina de estriamento global, canaliza, e

---

<sup>21</sup> Conforme as palavras destes autores, o mercado mundial requer um espaço liso de fluxos não codificados e desterritorializados. Ora o imperialismo é um sistema que, principalmente no caso do continente africano contribui amplamente na fragmentação e territorialização do espaço.

territorialidade os fluxos de capital e enquanto bloqueia a circulação de uns, facilita a de outros. Portanto, embora o imperialismo seja o método histórico para prolongar a carreira do capitalismo, é igualmente uma forma segura de levá-lo rapidamente à sua conclusão.

Nesta lógica, percebe-se a ligação que existe entre a história da integração oeste africana e o fim do imperialismo ou pelo menos o seu enfraquecimento no continente negro resultou na independência conquistada sobre a bandeira do Pan-Africanismo. Porém, importa lembrar que o fim do colonialismo depois da segunda Guerra Mundial teve grande apoio dos países capitalistas como os Estados Unidos da América (EUA) interessados a abrir e expandir mercados. Portanto, há de concordar com a asserção de HARDT, NEGRI (2000, p.355), segundo a qual o imperialismo, se fosse derrotado, teria sido a morte do capitalismo, já que a plena realização do mercado mundial é um objetivo do imperialismo.

Igualmente observa-se que apesar de se inspirar do modelo europeu, a ideia do regionalismo na África e no chamado terceiro mundo da década de 1960 e 1970, é importante notar o distanciamento e a oposição ao modelo europeu alimentado pelas ideias imperialista. Segundo Ouadraogo (2005), os agrupamentos regionais do terceiro mundo em geral foram fortemente influenciados pelos teóricos da Comissão Econômica dos Países da América Latina (CEPAL) e a opção dos mesmos pela estratégia de substituição das importações para proteger as indústrias nacionais contra as agressões do sistema econômico internacional comandado pelos países imperialistas e capitalistas.

Desta maneira, a apreciação feita do colonialismo por AIMÉE CESAIRE (1950), nos permite ver que há uma grande relação entre o imperialismo e o colonialismo que de certa forma, são dois meios ou mecanismos que ajudaram na propagação do capitalismo. Segundo Cesaire (1950) na relação entre colonizador e colonizado, há espaço apenas para trabalho forçado, intimidação, pressão, polícia, presunção de estupro, roubo, imposição de culturas, desprezo, desconfiança, arrogância, elites descerebradas, massas degradadas, ou seja, nesta relação tudo era permitido para os impérios coloniais a realizarem seus objetivos de dominar e explorar o mundo em seu favor.

A partir deste momento, tornou-se necessário que o capital gradualmente dispusesse cada vez mais de todo o globo, para dispor de uma escolha ilimitada de meios de produção, com relação tanto a qualidade quanto da quantidade, de modo a encontrar uma aplicação produtiva da mais-valia que ele precisa realizar (HARDT; NEGRI, 2000). Na opinião destes autores, na aquisição de meios adicionais de produção, o capital relaciona-se com seu ambiente não capitalista e nele confia, mas não o internaliza, ou melhor, não o torna necessariamente capitalista (o exterior continua fora do jogo). Assim, Santos (2010) vê no

imperialismo um processo de avanço do capitalismo no sentido de tomada de toda a superfície terrestre.

Ao analisar imperialismo segundo a ótica de Lênin<sup>22</sup>, de um lado, e do outro, a visão de Luxemburgo<sup>23</sup>, SANTOS (2010), afirma que o imperialismo é simplesmente a manifestação em escala internacional da mesma tendência de dominação e exploração apresentada em escalas reduzidas, como no interior de um território específico. Desse modo, acrescenta o autor acima citado, o deslocamento geográfico do capital é um dado da própria realização do capitalismo e se manifesta sob a forma da exploração e /ou colonização de territórios não capitalistas em qualquer escala espacial na qual possam ocorrer os processos de produção capitalista.

Nesta ótica, é importante sublinhar que apesar da integração africana se espelhar em organizações de integração regionais como a da União Europeia (UE) ou mesmo definir as suas estruturas com base nas relações dos países da região com as respectivas metrópoles (França Inglaterra, Portugal), é pouco provável que estes queiram ou tenham interesses reais para a criação de um espaço que promova o relacionamento econômico, político e sociocultural favorável ao desenvolvimento regional, já que segundo Hardt e Negri (2000), todos os conquistadores buscam o alvo de dominar e explorar o país, mas nenhum deles interessou-se em roubar do povo sua força produtiva e destruir sua organização social devido ao fato que no processo de capitalização o exterior é internalizado.

Desse modo, para entender a integração regional ou o regionalismo na África ocidental, é importante tratar de forma mais ampla as diversas dimensões da integração regional, antes de analisar as relações históricas da região com o resto do mundo que de certa forma determina amplamente os desenhos dos processos e instituições das relações interafricanas, sejam, estes no âmbito continental, regional, nacional ou local, visto que o grau da integração social, política e econômica dentro dos Estados difere qualitativamente do grau de integração da sociedade regional e internacional, que parece mais fragmentada (Burcan, 1974). Aliás, em certa medida, é esta fragmentação que levou ao surgimento do conceito de micro regionalismo, em referência aos processos de crescimento regionais, que são as interconectividades que ocorrem abaixo do nível nacional e se estendem além das fronteiras nacionais, sendo que são promovidos na maioria das vezes por atores não estatais e autoridades políticas subnacionais. (BRESLIN; HOOK, 2010).

---

<sup>22</sup>Lenin define o imperialismo e como a manifestação de um momento particular no curso de desenvolvimento do capitalismo.

<sup>23</sup> Este autor vê o imperialismo, como uma manifestação do impulso original do capitalismo, onde a colonização de novas áreas e territórios não capitalista se coloca como a única forma de se realizar a mais-valia.

No entanto, tais projetos compartilham (ou incorporam) os projetos regionalistas e sub-regionalistas promovidos pelos Estados a fim de criar relações e conquistar os espaços onde, são promovidos, a política, a economia, a segurança, a cultura e outros interesses do Estado. É importante dizer que ao contrário dos níveis superiores, os atores subnacionais muitas vezes desempenham papel central na promoção do micro-regionalismo, e, os objetivos conflitantes e as aspirações dos governos locais e nacionais, frequentemente agem como um freio contra a integração microrregional. Isto acontece com regionalização e sub-regionalização, no entanto, o negócio das empresas procurando perceber os interesses em um nível microrregional é simultaneamente separado, do regionalismo como uma parte dos processos da globalização. O micro regionalismo é essencial para a salva guarda da autoridade e da eficácia dos governos nacionais para lidar com questões fronteiriças, onde a legitimidade dos governantes tem sido prejudicada pela transferência de alguns campos de soberania (BRESLIN; HOOK, 2010, p.22).

Para estes autores, existem três principais razões que justificam a criação do micro regionalismo, sendo a primeira, o desejo de explorar as complementaridades econômicas entre o local, nacional e o regional. Nesta ótica, vale lembrar que se de um lado, o papel de qualquer Estado é a regulação das relações que pode variar de acordo com o regime político e com a eficiência com que o mesmo regula suas relações com a sociedade interna, regional e internacional; do outro, como os Estados não são entidades monolíticas sem divisões e contradições, eles não controlam e nem podem controlar exclusiva e totalmente as relações, mas as decisões individuais dos Estados são importantes na autorregulação do sistema interno (BURCAN, 1974).

A segunda razão é a criação de áreas de crescimento sub-regionais para facilitar o desenvolvimento conjunto pela exploração de recursos naturais, implantação de infraestruturas e indústrias em casos em que, os recursos estejam localizados na ou em torno das fronteiras internacionais como é o caso da maioria dos países da África ocidental, onde, por exemplo, identifica-se a exploração conjunta dos rios Senegal, Gâmbia l, bem como a exploração conjunta da zona Sikasso, Korhogo e Bobo dioulasso na região fronteiriça entre Mali, Côte d'Ivoire e Burkina Faso. Segundo Dahou, Gueye (2007), esta região constitui uma das regiões da África do oeste, mais suscetível a colocar em prova a pertinência da noção do espaço de solidariedade sub-regional como local de aproximação e de integração real, devido a sua configuração geográfica particular, sua história de sociedade marcada por uma extrema mobilidade espacial e social, que caracteriza a problemática das relações entre periferias

nacionais de três países da sub-região. Mali, Burkina Faso e Côte d'Ivoire, desenvolvem dinâmicas próprias, se aproximam e formam um subdiretório de funcionamento complexo.

Finalmente, a terceira, é o caso em que vizinhos subnacionais, autoridades políticas considerarem que a ação coletiva local é o mecanismo mais eficiente para lidar com questões locais nas zonas transfronteiriças. Para Breslin e Hook (2010), a análise de micro regionalismo permite entender a integração partindo (ou criando) estruturas sócias espaciais informais em substituição das entidades formais. Assim, as ações dos atores estatais deixam lugar às ações e decisões de atores não estatais, que pelas trocas e relações de boa vizinhança, aproveitam as disparidades e complementaridades (ou diferenças) entre às áreas (esferas) subnacionais, nacionais e regionais. Atores não estatais das regiões mais desenvolvidas, por exemplo, investem na exploração das terras das regiões menos desenvolvidos onde, a mão de obra mais baratas aproveita das oportunidades de empregos e se desenvolva.

Portanto, o que diferencia a economia do micro regionalismo das mais diversas outros níveis de desenvolvimento econômico, é a proximidade geográfica, que faz com que os diferentes atores estatais e não estatais com diferentes habilidades e capacidades, para dar respostas positivas nos vários níveis de regionalização ou de integração. Ora no caso da África ocidental vale ressaltar que não houve um real proveito do fator da proximidade geográfica dos países, para o desenvolvimento econômico devido entre outros motivos ao fato de que entre 1960 e 1990, período em que imperou a Guerra Fria, os africanos não foram os autores das diversas políticas e programas econômica, mas sim consumidores e aplicadores de diretrizes das instituições internacionais como, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) e dos parceiros internacionais. É nesta ótica que nas décadas de 1970 e 1980 foram introduzidas as políticas de reestruturação econômica imposta pelo BM e FMI e cujos resultados catastróficos levaram na desvalorização do Franco CFA, moeda usada pelos atuais países da União Monetária Oeste Africana (UEMOA) sobre mando da França na década de 1990.

Segundo Breslin e Hook (2010), como diferentes atores estatais e não estatais têm diferentes níveis de capacidade de moldar e de responder às exigências da globalização e dos diferentes níveis de regionalização, não há dúvida de que os participantes ou atores do micro regionalismo são motivados pelas possibilidades de tirar proveito das vantagens comparativas, oferecida por custos de produção mais baixos em áreas periféricas. Em geral, o micro regionalismo se aplica em níveis subnacionais de regionalização nas áreas da política, da econômica, da segurança ou nos setores sociais em geral. Ou seja, o conceito de micro regionalismo importa na explicação dos relacionamentos interafricano no plano nacional,



regional e continental bem como na importância da integração regional africana. A África deve juntar todas as forças e recursos para criar condições suficientes de decolagem econômica, pois, os micros Estados não podem se desenvolver isoladamente. Nesta ótica Cheikh Anta Diop em sua obra intitulada Fundamentos Econômicos e culturais de um estado federado da África negra (1960), afirmava que a integração é o único caminho para a integração positiva do continente na economia e na governança mundial. Apesar de esta afirmação ser categórica demais, podemos ver que cinquenta anos depois da publicação da obra de Diop, os africanos continuam acreditando que a integração é sem dúvida alguma, um dos caminhos para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do continente. Kwamé Nkrumah, autor da obra “África deve se unir” (1963), por sua vez defende a ideia de um governo continental supranacional, um mercado comum, uma moeda única e uma cidadania comum africana.

Em oposição, Leopold Sedar Senghor, defende uma posição que coloca em primeiro plano a construção de uma unidade cultural antes de pensar na unidade política, alegando que a base cultural é a condição indispensável para a unidade africana defendida por Nkrumah. Nesta ótica ele defende que o pan-africanismo cultural deve anteceder o pan-africanismo político visto que é a união cultural que deve sustentar a união política. Portanto, se de um lado os africanos são unânimes quanto à integração como via de alcançar a independência política e econômica como base na possibilidade de se desenvolver, suas divergências quanto ao caminho ou fundamento de sustentação da integração são bastante claras. Se analisarmos o passado histórico da ideia unificadora da África com a ideologia do pan-africanismo, podemos concluir que a ação coletiva e a unanimidade em torno deste ideal são devido à convergência entre objetivos coletivos e individuais dos envolvidos, que era eliminar o colonialismo e conquistar a independência política. Ora, conquistar uma independência política pressupõe ter alcançado uma independência ou autonomia econômica e principalmente cultural na ótica da unidade cultural defendida por Cheikh Anta Diop (1960). No entanto, vale ressaltar que mesmo Cheikh Anta Diop, que defende a unidade cultural não aprofunda para definir de qual cultura está se referindo, esquecendo certamente que a própria cultura africana tem sido influenciada não somente pelos europeus, mas também pela cultura arabo-islâmica. Portanto, buscar uma integração africana deve passar pela análise crítica dos diferentes variáveis e fatores externos e internos que contribuíram na divisão dos africanos em, por exemplo, francófonos, anglófonos ou arabofonos, além de serem categorizados em católicos, muçulmanos e tradicionalistas chamados de forma preconceituosa de “animistas”.

Igualmente importa ressaltar que o envolvimento e a participação dos intelectuais e políticos africanos no pan-africanismo somente se tornam significativo depois da segunda Guerra Mundial (1939-1945)<sup>24</sup>, quando Kwamé Nkrumah do Gana, participa na organização da quinta conferência do movimento em Manchester em 1945, cujas recomendações foram fortemente acatadas pelas lideranças políticas africanas, fazendo do pan-africanismo o bastão de luta contra o imperialismo político e cultural europeu. Foi exatamente neste congresso que se formulou claramente a reivindicação de independência africana como meio de conduzir a uma mudança profunda e prolongada, que nos cálculos de curto prazo das chancelarias e ministérios de relações exteriores europeus, os mais otimistas davam no mínimo mais trinta anos depois de segunda Guerra Mundial, para África alcançar a soberania política (Mbokolo, 2000, p.725). Porém, a articulação desta reivindicação de independência devido a sua ligação ou colaboração com movimentos políticos, grupos insurrecionais, culturais, religiosos, que surgiram nos anos 1930, alcançou a independência política, mas não conseguiu se libertar econômica e culturalmente já que continuou a manutenção do cordão umbilical que liga os africanos com a metrópole.

De certa forma, o alcançar da independência política da maioria dos países africanos na década de sessenta e setenta, deslocou o debate de fora para dentro do continente e as divergências passaram a ser entre as elites africanas e não entre estas e o colonizador. Ou seja, perde-se o inimigo comum, que era combater o colonialismo e o imperialismo europeu e lutar para emancipação política dos povos dominados e diversificaram-se os interesses e objetivos conforme os desejos de tal ou tal dirigente ou líder político.

Este novo cenário que inicia com a independência do Gana em 1957 cria espaço para debater sobre que tipo de integração e quais são as formas e meios para alcançar seus objetivos? Ou seja, qual teoria e fundamento podem sustentar e justificar a integração africana tanto no nível regional quanto continental? Para responder a estas questões e demandas os intelectuais africanos criaram uma ampla bibliografia e debate, destacam-se neste trabalho os principais teóricos da África Ocidental devido principalmente à delimitação do tema a esta região. Entre eles pode se citar Kwamé Nkrumah do Gana, Leopold Sedar Senghor e Cheikh Anta Diop do Senegal cujas obras são referência, mas também podemos incluir nesta lista Houphouet Boigny de Côte d'Ivoire e Ahmadou Sekou Touré da República de Guiné, que

---

<sup>24</sup> Antes deste período, os poucos intelectuais africanos que tinham contato efetivo com os líderes do movimento eram entre outros, **Lamine Gueye** do Senegal, que participou na conferência pan-africanista, organizada por um dos principais fundadores do movimento, William Du Bois, em Paris em 1921; **Que num Towalou** do Daomey que participou na conferência de Nova Iorque em 1928, também organizada por Du Bois.

tiveram um papel político significativo na definição da estrutura e nos diversos desenhos da integração oeste africano.

### 2.3 INTEGRAÇÃO AFRICANA: OBJETIVOS COMUNS, VISÕES DIVERGENTES

Para entender a teoria e o fundamento da integração africana é importante voltar ao contexto geopolítico da década de 1960, período da independência africana. Neste período o mundo vive no âmbito da Guerra Fria marcada por uma luta ou oposição ideológica entre o bloco de países socialistas lideradas pela União Soviética (URSS) e o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos das Américas (EUA). Segundo Latoki (2009), é para se proteger da influência desta luta de classe interna e salvar os jovens e frágeis países africanos desta guerra ideológica, que os primeiros dirigentes da África independente, buscaram estabelecer a unidade africana se fundamentando na tese que sustenta que tradicionalmente África era uma e indivisível, sem medir as consequências negativas ou a inviabilidade desta tese na construção do futuro Estado africano.

Assim, os primeiros dirigentes e intelectuais do continente, entre eles, Kwamé Nkrumah, Leopold Sedar Senghor, Cheikh Anta Diop, afirmavam que com base na unidade histórica, psicológica, econômica, geográfica e cultural, se pode construir um Estado federal em nível do continente. Assim no período que vai do fim da segunda Guerra mundial, especificamente a partir de 1950 até a data da criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, a grande preocupação das lideranças políticas do continente vai ser dominada pela questão da unidade. Depois da independência no início da década de 1960, os líderes africanos perceberam que os Estados que emergiram da conferência de Berlim são artificiais e como tal inviáveis em longo prazo e por isto, segundo Herbst, (2000:100), Sylvio Olímpios, primeiro presidente do Togo afirmava que a unificação política é o único desejo dos africanos preocupados em tirar o continente da dominação ocidental.

Segundo Abwa (2005), cada líder procurava a unidade, mas todos não tinham a mesma concepção do método a ser utilizado para alcançar este objetivo comum. Deste modo, Nkrumah advoga por uma África sem fronteira através da realização de uma federação dos Estados Africanos (Estados unidos da África), da mesma forma que existe os Estados Unidos das América. Esta concepção será materializada na sua famosa obra intitulada “África deve se Unir” (1963), e terá o apoio de um grupo de líderes africanos como Modibo Keita do Mali, Sekou Touré da República da Guiné ou o Padre Fulbert Youlou, primeiro presidente do Congo Brazzaville independente. Youlou afirmava que o princípio da unidade do continente

deve ser o primeiro fundamento da política externa dos Estados africanos (Latoki, 2009). Leopold Sedar Senghor (L.S. S), toma como base a sua teoria de negritude para buscar traçar ideologicamente os caminhos da integração. Segundo Tine (2005), o horizonte teórico e prático senghoriano repousa sobre o triângulo, negritude, francófono e socialismo africano.

Além dos líderes políticos, grandes números de intelectuais africanos acreditavam na unidade africana como única saída para o desenvolvimento sociopolítico, econômico e cultural do continente. Cheikh Anta Diop é um dos que mais se destacou intelectualmente na defesa da unidade africana já que boa parte da sua produção científica foi voltada ao resgate da historicidade africana na perspectiva de traçar os caminhos da união, da solidariedade e do desenvolvimento socioeconômico do continente.

Em primeiro lugar importa ressaltar que lista dos intelectuais e políticos que participaram nos esboços das instituições integradoras da África ocidental é bem extensa, no entanto, foram escolhidas as obras de Nkrumah, Senghor e Dipo por entender que são os principais líderes que moldaram os diversos pensamentos teóricos sobre a unidade africana e, sobretudo na parte ocidental do continente, onde estão localizados os Estados membros da CEDEAO. Ou seja, não porque o continente foi dominado pelos europeus e muito menos devido a um florescimento de um processo de integração que os africanos devem seguir o mesmo caminho, mas sim para se libertar da dominação europeia, Nkrumah percebeu que nada melhor que adotar o modelo americano, que também foi colônia. Segundo Abwa (2005), Nkrumah foi muito feliz ao afirmar que a diversidade aparente da África na década de 1950, não deveria ser um obstáculo à realização dos Estados Unidos da África, que continua sendo o único caminho certo para a emancipação do continente negro.

Nkrumah fala de diversidade aparente, já que a mesma se refere à divisão colonial, que transformou o continente em África francesa, inglesa, portuguesa, belga como mostra a afirmação a seguir:

O fato de eu falar inglês não me torna um inglês. Da mesma maneira, o fato de que alguns falam francês ou português não os tornam franceses ou portugueses. Somos africanos em primeira e última instância e como tal, nossos maiores e melhores interesses só podem ser alcançados através da união dentro de uma comunidade africana. Nem o Commonwealth e muito menos a comunidade franco-africana podem ser um substituto (NKRUMAH, 1963, apud ABWA, 2005, p. 160)

Portanto, o mérito do pensamento de Nkrumah quando se trata da integração ou da unidade africana, é de conseguir perceber, desde início da existência do Estado africano que a divisão e a fragmentação do continente em diversas nações somente servem para manter os

africanos dependentes. Desse modo, pode se afirmar que este autor continua vivo quando se trata da integração africana, no entanto, isto não significa que sua teoria ou projeto de uma África única e uniforme seja inquestionável em alguns aspectos.

Segundo Abwa (2005), todas as justificativas e razões que motivam os atuais líderes políticos a buscarem a unidade seja ela regional ou continental são todas contidas nos objetivos declarados por Nkrumah há cinquenta anos. Em 1963, Nkrumah afirmava que a unificação econômica e política do continente deveriam atender três objetivos principais que são sucessivamente, a criação de uma economia organizada e planejada baseada nas diferenças e similitudes do continente; criar uma estratégia comum de defesa militar e finalmente ter um plano de elaboração e de prática de uma política externa e diplomática comum a fim de permitir uma participação mais efetiva da África na geopolítica internacional.

O processo de integração tanto na África Ocidental quanto no resto do continente, deve uma vez direcionada a um determinado objetivo, adotando um modelo teórico apropriado, respeitar os critérios capazes de materializá-lo e de torná-lo funcional do ponto de vista prático (N'GUESSAN, 2010, p.126). São estes critérios que definem as condições a serem respeitados, os meios a serem produzidos ou criados para a realização do projeto, permitindo, desta maneira identificar o grau de evolução e a tipologia organizacional a seguir. Na África Ocidental os projetos de integração em curso a partir da década de 1960 até na atualidade seguem o modelo europeu de integração regional, mas como se mostrou anteriormente, os africanos iniciam os processos de integração divergindo quanto à forma, além de enfrentar um problema de financiamento, de gestão e de liderança.

Estes fatos vão impedir o respeito dos critérios que toda integração requer, resultando na adoção de um caminho intuitivo, que obrigou os países a aderir contra suas necessidades e interesses individuais (N'GUESSAN, 2010), contrariamente aos princípios legendários da unidade e do espírito de solidariedade africana que sustentam a ideia de integração. Ora, como a integração regional é um processo dinâmico que supõe um grau mínimo de realização e não pode ser exclusivamente econômica, mas também social política e cultural. Portanto, a luz da teoria e fundamento da integração africana é importante analisar no âmbito da África Ocidental a integração política, econômica e cultural, a fim de entender melhor o estado da integração e das relações interafricanas do século XXI. No entanto, percebe-se que certamente a integração política deve preceder a integração econômica no processo de regionalização. Obviamente, a relevância do conceito de micro regionalismo terá sentido na explicação das relações entre o povo oeste africano somente com a apreensão e esclarecimento dos conceitos

de colonialismo/neocolonialismo e, de forma geral foram à base da construção ou pelo menos da delimitação geográfica dos Estados da região. Além disso, importa conceituar os termos globalização, para explicar o que se entende como padrões de pertencimento no âmbito deste trabalho.

#### 2.4 GLOBALIZAÇÕES, REGIONALIZAÇÃO, FORMAÇÃO DE BLOCOS DE PODER E BALCANIZAÇÃO

Escrever sobre integração e buscar entender as relações entre os africanos de um lado e de outro entre os africanos e o resto do mundo no século XXI, requer uma consideração da geopolítica internacional. Por isso, se na primeira (2.1) sessão deste capítulo trabalhou-se sobre os conceitos de integração regional, esta sessão tem como objetivo definir o pano de fundo maior da regionalização e da integração econômica, política e sociocultural. Esse pano de fundo é o fenômeno conhecido como globalização, mas também chamado de mundialização. No entanto importa dizer que não há unanimidade quanto à equivalência destes dois conceitos, já que autores como Cruz e Creuz (2009), afirmam que muitas vezes mundialização e globalização são utilizadas indistintamente, de forma equivocada. Na opinião destes autores enquanto globalização refere-se aos aspectos comerciais e econômicos, a mundialização se reserva de tratar de elementos culturais. Porém, neste estudo, se adota a versão que acredita que os dois termos são intercambiáveis, e usaremos o termo globalização, por isto, importa responder as seguintes indagações a respeito da globalização: Qual é o significado real da globalização? Qual a importância do entendimento desses termos no âmbito desta tese que trata de relações interafricanas?

A globalização é um dos conceitos certamente que mais se usou depois da queda do muro de Berlim simbolizando o fim da Guerra Fria, por isso, certamente ele apresenta ampla variedade de significado. Segundo Soros (2003), a globalização pode significar ou designar o desenvolvimento dos mercados financeiro internacional, do crescimento das empresas transnacionais e o crescente domínio destas sobre as economias nacionais. Igualmente é possível discutir este fenômeno pensando no desenvolvimento e na expansão em nível planetário, da informação e da cultura; a difusão da televisão, da internet e de outras formas de comunicação ou/ e de informação bem como o aumento da mobilidade e da comercialização das ideias (SOROS, 2003, p. 44). Ou seja, ela pode ser entendida de maneira geral como a ampliação do espaço econômico que visa aumentar o universo de oportunidades às empresas que se encontram dentro deste cenário regionalizado.

A globalização é deste ponto de vista desejável sobre vários ângulos: nela as empresas privadas são mais eficazes na criação de riqueza do que os Estados, mas também nenhum país é capaz de garantir o grau de liberdade individual e incentivar o talento empreendedor, acelerar a inovação tecnológica, proporcionado pela globalização (SOROS, 2003; STORTTI, 1995). Portanto, dentro do cenário de abertura dos espaços e mercados econômicos, a globalização representa o poder pensar não mais em termos de estratégia por país, mas sim por blocos, por regiões, por isso, numero significativo de autores sobre o assunto, acreditam que ela constitui ao mesmo tempo uma tendência dominante e uma dinâmica diferenciada, visto a especulação e circulação financeira internacional muito maior do que a que seria necessária para cobrir as atividades econômicas reais, (DOWBOR, 1995).

O pensamento amplamente subjacente ao termo globalização é que se está caminhando para um mundo sem fronteiras, com predominância de um sistema internacional autônomo e socialmente sem raízes, onde os mercados de bens e serviços se tornam crescentemente globais (LASTRES, 1998). Desta forma, pode se dizer que este fenômeno consiste no reordenamento dos espaços em busca de uma visão simplificada de abertura e unificação dos ambientes de reprodução social. Ou seja, assiste-se a uma nova hierarquização dos espaços, segundo as diferentes atividades, envolvendo globalização como formação de blocos, fragilização do Estado Nação, surgimento de espaços subnacionais fracionados de diversas formas, transformando o papel das metrópoles, reforço do papel da cidade e uma gradual reconstrução dos espaços comunitários desarticulados por um século e meio de capitalismo (DOWBOR, 1995; STORTTI, 1995).

Desse modo, constata-se que a globalização não é do domínio exclusivo das empresas interessadas na exportação, importação ou algum tipo de associação ou acordos para a formação de empresas sociais ou associadas. A questão da globalização é também de interesse do Estado como instituição convencida da necessidade de adotar uma postura ativa neste processo de mudança, já que o contribuinte também cidadão apercebeu-se da existência de outras variáveis nas relações da sua comunidade, de seu Estado, de seu país, da sua região com o mundo (STORTTI, 1995:39). Nesta ótica, a ideia de uma economia mundial dominada por forças do mercado incontroláveis, cujos principais atores econômicos são as grandes corporações transnacionais que não devem lealdade ou submissão a nenhum, Estado Nação e que se estabelecem em qualquer parte do planeta exclusivamente, em função de vantagens oferecidas pelos diferentes mercados (LASTRES et. al.; 1998), não significa que a globalização é um sistema perfeito e totalmente positivo, onde todos saem ganhando.

A globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico, necessário e desejável (CHESNAIS, 1996) para os mais variados setores econômicos, políticos e socioculturais, no entanto, importante dizer, que a globalização como todo processo ou fenômenos tem seu lado negativo. Entre os aspectos negativos da globalização Soros (2003) destaca fatos importantes. Primeiramente, muitas pessoas, principalmente nos países menos desenvolvidos, foram e continuam sendo atropelados pela globalização, sem amparo de redes de segurança social e muitas outras são simplesmente marginalizadas pelos mercados globais. Neste aspecto, as ondas de imigração dos países em desenvolvimento em direção ao chamado primeiro mundo são vistas como uma das marcas deste atropelamento e marginalização. Segundo Traoré (2008), as migrações internacionais não são em nada fenômenos isolados e autônomos, mas sim, resultado das transformações econômicas e sociopolíticas causados pela mundialização dos mercados. A liberalização da economia monde constitui nesta ótica, uma catástrofe para os países e sociedades menos desenvolvidos como as da África ocidental. Por que se de um lado, se prega a abertura dos mercados e livre circulação das pessoas e dos bens, do outro, se adota políticas antimigratórias repressivas nos países desenvolvidos, principais beneficiários dos mercados do sul e neste dobre processo de transformação entre norte e sul, a mundialização leva à miséria e ao exílio (TRAORÉ, 2008, p. 223).

O segundo ponto negativo destacado por Soros (2003) é a má distribuição dos recursos entre bens privados e públicos onde, os mercados são eficazes na criação de riqueza, mas não servem para cuidar de outras necessidades sociais, além disso, a busca desenfreada de lucros pode danificar o meio ambiente e conflitar com outros valores sociais. Outro ponto negativo da globalização que importa enumerar aqui, esta ligada ao fato dos mercados financeiros globais, serem propensos a crises, que de forma geral, tendem a atingir com muito mais intensidade os países em desenvolvimento, apesar de a atual, estar afetando em cheio os países do norte (Europa e Estados Unidos da Américas), portanto desenvolvidos.

Apesar de tudo importa dizer que a globalização não é um jogo de soma zero já que, os benefícios superam os custos no sentido de que o aumento da riqueza resultante poderia ser usado para compensar as iniquidades e outras deficiências do processo e ainda sobriaria riqueza adicional (SOROS, 2003, p.50). No entanto, mesmo concordando em parte (os benefícios superam os custos) com esta afirmação, importa dizer que a questão não deve ser vista em termos de custos benefício, mas sim importa saber quem aproveita os benefícios gerados pela globalização. E, neste ponto, obviamente podemos afirmar que a África em geral e particularmente, sua parte ocidental, tem tirado mais prejuízo que lucro, devido a sua



submissão ao sistema do imperialismo, fase superior do capitalismo (LENIN<sup>25</sup> *apud* CATANI, 1981), que é de fato o principal marco ou característica da globalização.

Em suma, a globalização pode ser resumida como sendo um processo de transformação na estrutura do sistema econômico e político mundial, decorrente das inovações tecnológicas alcançada no campo da informática que gerou mudanças significativas nos campos da comunicação, informação, transporte assim como na produção. No entanto, apesar de ser apresentada como um processo benéfico e necessário, a globalização, sendo a expressão das forças de mercado por fins liberadas dos entraves nefastos erguidos durante séculos (CHESNAIS, 1996), exige uma difícil adaptação dos países periféricos vítimas da colonização e do neocolonialismo, que são alias dois termos que nortearam a formação dos atuais estados africanos e que a próxima sessão trata de esclarecer.

## 2.5 IMPERIALISMO, COLONIALISMO, E NEOCOLONIALISMO

Esta sessão discute conceitualmente os termos Imperialismo, Colonialismo, e neocolonialismo no contexto africano. Para tanto, entendeu-se que entre a grande gama de literatura que existe sobre o assunto, pode se adotar como base teórica as obras de Kwamé Nkrumah: “Neocolonialismo, último estágio do imperialismo”, publicado em 1967; o livro de Aimé Cesaire: “Discurso sobre o colonialismo” de 1955; além do livro do Benjamin Cohen intitulado: “A questão do Imperialismo: a economia política da dominação e da dependência” editado em 1976 e do livro intitulado “crise do imperialismo organizado por Samir Amin, editado em 1976”.

No entanto, antes de iniciar a discussão vale fazer duas ressalvas. Primeiramente importa observar que somente, com base dos títulos das obras acima citadas que não é possível falar do colonialismo e do neocolonialismo sem entender o significado do imperialismo, por isto será reservado um ponto desta sessão para conceituar imperialismo. Em segundo lugar, importa deixar claro que as definições que serão adotadas aqui tanto para o colonialismo quanto para o neocolonialismo, são feitas, olhando especificamente o caso africano principalmente, no que desrespeite ao fator tempo. Isto porque, sabe-se da existência do antigo sistema colonial durante o regime absolutista e, é segundo Carvalho (1994), o apagar das luzes deste regime que abriu nova etapa na história das civilizações ocidentais,

---

<sup>25</sup> LÊNIN, V. I. **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

interferindo profundamente na evolução histórica, econômica e social da África e da Ásia. Ou seja, será referido ao neocolonialismo não em referência ao colonialismo europeu que teve a sua origem na época do descobrimento e continuou durante a maior parte dos séculos XVI e XVII.

Segundo Cohen (1976), este colonialismo que alcançou seu apogeu após a segunda metade do século XVIII corresponde ao imperialismo antigo, que nunca foi uma prática exclusiva da Europa, já que a história dos impérios é tão antiga quanto o próprio mundo. Portanto, percebe que o colonialismo africano é novo se comparado ao colonialismo europeu do século XVI, pois pode se adotar como ponto de partida da ocupação da África a conferência do Berlim de 1884-1885. Desse modo, o neocolonialismo, que tem como essência o fato de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional (NKRUMAH, 1965) que é o caso dos países africanos a partir da década de sessenta do século XX. Ressalta feita, importa dizer que essa sessão, independentemente dessa introdução, comporta três partes que tratam respectivamente do imperialismo (2.3.1); do colonialismo (2.3.2) e do neocolonialismo (2.3.3).

É importante notar que a difusão da noção do imperialismo no início do século XX, levou em consideração as características da ação política antes da formação do capital financeiro que resultou da fusão do capital bancário com o capital industrial sobre o domínio do primeiro. É na formação do capital financeiro que será indicado a razão estrutural do fenômeno político do imperialismo (CATANI, 1981), que impera até na atualidade no mundo globalizado, visto que a maior parte do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam, mas, aos banqueiros. Isto significa que a industrialização de um país ou de uma região é somente possível com a intermediação dos banqueiros, que por serem obrigado a fixar uma parte cada vez maior do seu capital na indústria, se tornam capitalistas industriais.

Deste modo, o capital industrial é o conhecido capital financeiro disponibilizado pelos bancos para a utilização da indústria, criando assim, um sistema de relação e de interdependência complexa que tem características cíclicas e anônimas. Estas características são fundamentais no funcionamento do imperialismo, pois, ajudam a manter a dependência dos países dominados principalmente os periféricos como os países da África ocidental, que devido efetivamente à ausência de recursos financeiros, não conseguiram alcançar o um nível mínimo de industrialização e conseqüentemente são submissos ao imperialismo capitalista e/ou ao colonialismo e neocolonialismo ocidental, que explora os recursos naturais e humanos em favor de seus países e indústrias. Segundo Catani (1981), uma das conseqüências da cooperação entre o capitalismo é o imperialismo é a colonização dos territórios ultramarinos,

pois, foi esta cooperação que permitiu o inventário aproximado de todas as fontes de matérias primas de um país (Jazidas de minérios) em um primeiro momento, em seguida foi feito o mesmo para todos os países e de todo mundo e criar associações monopolistas gigantescas para se apoderar das referidas fontes.

A partir desta lógica pode se entender o porquê a presença de recursos ou de matérias primas no solo ou no subsolo de um país ou de uma região não garante a industrialização e muito menos o desenvolvimento do mesmo, mas, no caso da África ocidental, contribuiu na manutenção da região em condições de dependência econômica, política e a sua submissão a uma dominação cultural, essência do colonialismo. Os termos imperialismo e colonialismo são usados alternadamente, no entanto o colonialismo é uma política de aquisição de colônias e a manutenção delas como dependente ou ainda uma tendência de um país poderoso de usar suas colônias ou países que são economicamente dele para seu próprio benefício econômico e político. Ou seja, o colonialismo, pode ser visto como um sistema e uma modalidade de produção e reprodução das relações de poder em contexto de dominação e se revela inesperadamente como um sistema de produção diferenciada de identidade e de reprodução das mesmas, no intuito de formatar e apresentar o mundo colonial como uma totalidade homogênea. Desde esse momento, pode se buscar o entendimento do sistema que sucedeu ao colonialismo também conhecido como neocolonialismo nas relações norte-Sul em geral e particularmente ente a África e as antigas metrópoles.

Antes de tudo importa buscar a origem e a sua evolução no campo acadêmico do conceito “neocolonialismo” que é aplicado a territórios ocupados e administrados por um governo, em consequência da conquista ou da colonização de seus súditos, e aos que se impõem uma autoridade estrangeira como foi no caso da África ocidental onde, os atuais países foram todos sobre o domínio da autoridade francesa, inglesa e portuguesa. Tal relação termina quando o povo dominado recupera a soberania ou se incorpora, em igualdades de condições, à estrutura política da potência colonizadora. Portanto, pode se falar de neocolonialismo na África, depois do período ou da era colonial comumente chamado do período pós-colonial, que teoricamente pressupõe o que ocorreu ou ocorre após o colonialismo (CARREIRA, 2003). Esta autora entende que o termo pós-colonialismo, academicamente se reporta uma série de estudos centrados nos efeitos da colonização sobre as culturas e sociedades colonizadas, que podem ser interpretados como parte da teoria pós-modernistas, que busca trazer no debate as vozes das culturas e dos segmentos sociais periféricos.

Nesta ótica, o pós-colonialismo é visto como instrumento teórico-crítico de investigação das regiões mais diversas e se disseminou assim de Gana à Índia, para Barbados e Martinica, para o Brasil e o Chile, e até mesmo nos Estados Unidos (GONÇALVES, 2002). Nesta ótica Carreira (2003) argumenta que admitir o conceito do Estado pós-colonial, é pressupor que o colonialismo teve um fim, ora, se examinarmos a história recente dos países que sofreram o processo de colonização, veremos que em muitos deles, a colonização não terminou. Pelo contrário ela continua e não somente nesses países, mas persiste também na proposta da globalização cuja forma de domínio se esconde sob a ideia de uma aparente igualdade, ou seja, colonialismo continua sobre uma nova forma que é o neocolonialismo.

Desse modo pode se perceber que de forma geral, o neocolonialismo designa a nova forma de relação de domínio entre países do primeiro mundo (desenvolvidos) e países do terceiro mundo (subdesenvolvidos ou em desenvolvimento), entre centro e periferia. Contrariamente ao colonialismo, o neocolonialismo não tem certamente uma variedade de sentidos apesar de poder ter várias definições, mas, a essência do termo continua a mesma independentemente do lugar ou do idioma usado. Neste sentido, o neocolonialismo último estágio do imperialismo, título do livro do maior opositor e crítico do sistema colonial e neocolonial praticado contra o continente africano, Kwamé Nkrumah, sintetiza bem o sentido do neocolonialismo. Carvalho (1994) vê o neocolonialismo como resultado das novas transformações geradas pela revolução industrial que termina com a grande depressão, crise que levou a elaboração de uma nova fase de expansão territorial, que representa o imperialismo, extensão do antigo colonialismo mercantil do século XVI. No caso do continente africano, o surgimento do neocolonialismo também resultado de outras crises do imperialismo capitalista cujo ponto de partida foi à crise de 1929 e seguida da segunda Guerra Mundial (1939-1945), na qual a contribuição africana foi importante tanto no ponto de vista material quanto humano, tornando incontornável a independência pelo menos política. Assim, os países imperiais adotam uma nova forma de dominação, que consiste, em conceder uma independência política que viu o nascimento dos diversos Estados africanos entre os quais os atuais quinze países da CEDEAO.

Este novo sistema de dominação é o neocolonialismo, que significa para aqueles que o exercem, o poder sem a responsabilidade e para aqueles que o sofrem, a exploração sem alívio, portanto é a pior forma do imperialismo (NKRUMAH, 1967). Deste ponto de vista percebe-se que a ideia da integração surge com a percepção da fraqueza ou da impossibilidade dos novos Estados africanos em resolver ou administrar os diversos problemas políticos, econômicos e socioculturais, além de fazer frente à continuação da exploração dos recursos

do continente em favor das empresas estrangeiras implantadas na região desde época do período colonial. Assim, conclui-se que a história da formação do Estado africano e dos processos de integração regional da África ocidental são intimamente ligados aos processos de globalização, do imperialismo europeu no continente africano e principalmente do neocolonialismo que, baseado nos laços de amizade e de cooperação pretendiam “ajudar” na construção das novas instituições políticas e econômicas.

### **3 HISTÓRICOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL DE 1960-2010**

O continente Africano que se independizou a partir da década de sessenta, iniciou os tramites em favor de uma integração continental e/ ou regional logo depois do fim da segunda Guerra Mundial (1939-1945), portanto em um contexto de dependência total, onde o idealismo pan-africano serviu de base e de justificativa em favor de uma união econômica, política e social dos africanos. Depois de um período de tentativas e erros, os líderes africanos se deram conta que era importante passar deste idealismo para um pragmatismo, que representou para os países africanos uma esperança para a conexão internacional do continente e um possível ressurgimento econômico baseado em uma identidade econômica supra regional na complementaridade que apresenta a integração regional. Considerando que de forma geral como ponto crítico da integração econômica, é a promoção do comércio e do bem estar dos países membros, Egoscózábel (2004) afirma que para os países em desenvolvimento em geral e africanos em particular, o fator chave da integração não é tanto a expansão comercial cujo potencial de crescimento é muito limitado por outros fatores, mas os efeitos de estímulo de outras variáveis, tais como o investimento diante dos objetivos de crescimento e de desenvolvimento humano.

Neste sentido, os resultados do regionalismo na África subsaariana são a quem de que se esperava, por isto é importante analisar a evolução histórica da construção da unidade regional oeste africano (3.1), a fim de entender a construção da unidade política através da CEDEAO (3.2), das unidades econômicas e monetárias (3.3) que são atualmente, a União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) e a Zona Monetária Oeste Africana em fase de construção (ZMOA) e analisar a relação entre ambos, na sessão diversidade de polos de fidelidade (3.4), a fim de mostrar a incongruência entre os objetivos da integração regional e a institucionalização da mesma. A última sessão do capítulo (3.5) é reservada para a conclusão, com o objetivo de fazer uma síntese do que foi desenvolvido ao longo do capítulo e estabelecer uma ponte entre o presente e o capítulo seguinte, que trata das relações interafricanas.

#### **3.1 ORIGENS DA INTEGRAÇÃO OESTE AFRICANA**

O objetivo desta sessão é de analisar o passado histórico das diferentes fases da integração regional africana a fim de mostrar que integração não é um fato novo na vida

política da região oeste africana e muito menos no continente como um todo. No entanto, se no passado, apesar da falta de estruturas físicas e independência política houve certa harmonização das ideias e atos levando a independência dos países da região na década de 1960, depois, assistiu-se a uma divergência entre elites que levaram a criação de múltiplas organizações, inviáveis política, econômica e socioculturalmente. Isto favoreceu a implantação do imperialismo e do neocolonialismo tanto na região quanto no resto do continente, em detrimento da união para o desenvolvimento sociopolítico e cultural da região.

A ideia mãe da integração africana vem dos movimentos nacionalistas em geral e especificamente o pan-africanismo, que através da sua mobilização, primeiro, no plano externo e depois no âmbito interno serviu de base para reivindicar a independência política entre o início da década de 1960 e meado da década de 1970. Segundo Wade (2005), é neste sentido que Nkrumah definiu o pan-africanismo como sendo a expressão das aspirações dos descendentes dos povos africanos. Ou seja, é um movimento criado pelos africanos da diáspora e transportado mais tarde pela elite africana da independência tais como Kwamé Nkrumah, Leopold Sedar Senghor e Cheikh Anta Diop do Senegal, Patrice Lumumba do Congo, Jomo Kenyeta do Quênia, Julius Nyerere da Tanzânia para citar somente alguns que se destacaram pela sua dedicação em prol do pan-africanismo e da construção da unidade africana seja, esta no plano regional ou continental. Importa ressaltar que existe uma ampla literatura sobre o pan-africanismo, no entanto, no âmbito desta tese adotamos a definição de Wade (2005:105), que entende o pan-africanismo como sendo uma aspiração dos negros da África e da diáspora que se identificam culturalmente por seu pertencimento a civilização negro-africana, que busca sua força na resistência plurissecular dos negros a escravidão e a colonização. Conforme o autor supracitado é esta aspiração que se projeta na unidade política regional e continental sobre a forma primeiro de integração regional e posteriormente na forma dos Estados Unidos da África.

Portanto, a origem da integração africana pode ser confundida com a do pan-africanismo que nasceu no Caribe e na América do norte (Estados Unidos e Canadá), no fim do século XIX, resultado de uma longa e violenta confrontação entre de um lado as autoridades e escravagistas, do outro, negros livres e escravos. Os atuais países da África ocidental como os do resto do continente, pensaram na união a fim de fazer frente tanto ao passado da escravatura e do colonialismo, mas também para evitar a dominação do imperialismo e neocolonialista ocidental, além de fazer frente aos desafios do desenvolvimento, da emancipação sociopolítica e cultural de seus povos no mundo globalizado. É Diante dos desafios e oportunidades que oferece a era da mundialização, que

se pensou na integração econômica, política e sociocultural na década de sessenta, como condição previa para participar de forma competitiva na geopolítica internacional. No entanto, N'Guessan (2010) argumenta que a integração regional entre Estados oeste africanos, é longe de ser novidade e por isto para analisar historicamente, os esboços de agrupamento destes países, é importante remontar mais um século, para achar os primeiros projetos e especificamente no fim do século XIX com os esforços do governo colonial francês de estabelecer um padrão e uma estrutura comum de administração das entidades políticas da região. Portanto, pode se afirmar que a África Ocidental foi pioneira dos ideais integracionistas no continente africano, certamente devido ao envolvimento e engajamento de alguns de seus líderes políticos tais Kwamé Nkrumah, Leopold Sedar Senghor, Modibo Keita. Além disso, Nunes (2011) chama atenção sobre o fato da região, apresentar ao longo da sua história iniciativas ambiciosas de cooperação para o desenvolvimento.

Apesar de tudo, pode se considerar que a integração regional é um dos elementos do mundo globalizado, da era da liberalização econômica das décadas de 1980-1990, para os africanos. A integração é uma ideia que surge como forma de resistência e de luta contra as agressões externas que o continente e seus povos sofreram ao longo da história. Ou seja, a ideia da unidade, da integração regional e continental surge na África da mesma forma e com os mesmos objetivos com os quais surgiram o pan-africanismo e o nacionalismo, buscando juntar as forças e fazer oposição às agressões externas, portanto, importa dizer que a importação de modelo de integração na África, ultrapassa a ideia de “copiar” e entra na lógica da herança histórica e se justifica pela necessidade de se opor a dominação e se afirmar como nação.

O Pan-Africanismo é entendido aqui como sendo o conjunto das teorias, ideologias e praticas que compartilham dois paradigmas fundamentais (TCHUIGOUA, 2007: 89). A primeira diz respeito à necessidade do continente africano e suas ilhas se tornem rapidamente um território de povo unido em um Estado-África que lhe garanta segurança econômica, uma política externa comum e um desenvolvimento econômico e sociocultural. Este argumento se baseia na hipótese de que a balcanização (fragmentação) em 54 Estados, cujas relações podem ser focos de potenciais conflitos, já que podem ser manipulados facilmente pelos adversários ou opositores da ideia pan-africanista. O segundo paradigma, é relativo ao fator tempo que segundo Nkrumah (1963), trabalha contra a formação do Estado Africano, já que quanto menos rápido a realização do mesmo, mais se cristalizam as consciências nacionais dentro da balcanização.



Segundo Dieng (2005), da mesma forma que o pan-africanismo, o nacionalismo são conceitos importados de fora para dentro do continente africano, a integração também é importada, no entanto, esta importação foi condicionada pelo passado histórico do continente, que se caracteriza pela resistência e oposição ao sistema colonial e a dominação estrangeira. Assim, se de um lado a existência do Estado moderno africano é recente (1960), a ideia da integração regional é muito antiga, pois, segundo Ouadraogo (2005), depois de quatro séculos de escravidão a África, teve que se mobilizar no século XIX para fazer frente ao colonialismo. Esta mobilização feita no âmbito regional simboliza as primeiras tentativas de união para defender interesses comuns da África e dos africanos e ela foi dirigida pelas lideranças tradicionais contra as ambições ocidentais de ocupar e colonizar o continente.

Desse modo, no século XIX, líderes tradicionais como Chaka, Samory Touré, Ousmane Dan Fodio, Alboury Ndiaye, El Hadj Omar Tall, Ahmadou Bamba opuseram uma luta tremenda aos invasores estrangeiros. Na opinião de Wade (2005), a conferência de Berlin de 1884-1885, definiu as regras da divisão e de ocupação da África no mapa, entre as principais potências coloniais da época, França, Inglaterra, Alemanha, e a Bélgica, porém, faltava a estas potências, ocupar os territórios. Nesta segunda fase que é a ocupação, apesar do arsenal sofisticado de armamento, os europeus encontraram uma resistência organizada principalmente na África do Oeste, onde os chefes negros tinham a possibilidade de adquirirem armas em Serra Leoa, território povoado a partir do século XIX de antigos escravos libertados dos Estados Unidos da América, que, por não ser ameaçados pela nova onda de ocupação ocidental da região, manifestava um sentimento de solidariedade às lideranças tradicionais da região.

Ouédraogo, (2005, p.69) argumenta que é esta liderança tradicional que cunhou os primeiros projetos integradores com a ambição de lutar contra a ocupação colonial e reconstruir os vastos conjuntos políticos supra tribais que existiam no continente antes da escravatura. Grosso modo, o mito da unidade que ressurgiu nas Américas, a través da diáspora, sustentado pela ideologia do pan-africanismo, é uma recuperação do espírito de resistência que existiu no continente antes da colonização e é a mesma ideia que vai nortear a mobilização das elites africanas tanto da diáspora quanto do continente em favor da integração regional e continental na década 1960-70. Ou seja, em termo de evolução, pode se afirmar que o estado atual dos projetos e processos de integração regional africana, ao contrário do que se pensa e afirma, foi apenas acelerado pela globalização e /ou mundialização, e não são frutos dos mesmos processos.

Como afirma Ouédraogo (2005), a globalização foi catalisadora de uma vontade dos dirigentes e lideranças africanas em construir uma força continental baseado na cooperação pan-africano. Porém se consideramos as atuais organizações de integração regional, podemos afirmar que a história da integração regional africana remonta ao período da acessão a independência dos antigos territórios colonizados. Devido aos vários problemas e insuficiências herdadas da colonização, os Estados recém-emancipados politicamente, viram na integração a possibilidade de enfrentar e vencer os desafios de desenvolvimento econômico, político e sociocultural, para pretender a uma participação efetiva e respeitosa na geopolítica internacional.

Assim, logo no início das independências, houve várias iniciativas de agrupamentos entre os diferentes Estados a fim de buscar uma complementaridade de força na busca de soluções aos diferentes e enormes problemas de segurança e de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Os países da África Ocidental, a partir da década de 1960, como o resto do mundo libertado e independente politicamente da dominação colonial, se viram diante do desafio de vencer as barreiras do desenvolvimento que se apresentavam primeiro, no plano demográfico e econômico, onde os espaços socioeconômicos muitos pequenos obrigam os novos dirigentes a buscarem o alargamento das fronteiras políticas e geográficas (integração) para postular a qualquer tipo de desenvolvimento. Este alargamento de fronteiras políticas e geográfica permite à redução do custo unitário de produção grãs a economia de escala, a elevação do grau de especialização e de concorrência econômica, o acesso à tecnologia e um melhor compartilhamento de ideias e experiências em todos os níveis da atividade econômica. Ou seja, o primeiro elemento justificativo dos projetos de integração vem da alegação de que a fragmentação da região em pequenos Estados constitui um freio ao desenvolvimento socioeconômico.

Porém, no caso da África Ocidental, N'Guessan (2010, p.142) mostra que o tamanho dos Estados não é o único elemento bloqueador do desenvolvimento, já que ele pode ser totalmente secundário se o Estado souber multiplicar e facilitar suas relações com outros países da região ou do mundo. Ainda acrescenta o autor, que região oeste africana se caracteriza por disposições não propícias ao desenvolvimento, no plano nacional onde as rivalidades étnicas ou sociopolíticas são flagradas nos países como Côte d'Ivoire, Nigéria. No plano regional, um conjunto de obstáculos institucionais, legais e infraestruturais constituem entraves da cooperação socioeconômica que os países da zona poderiam desenvolver e, no plano internacional, África ocidental se localiza cada vez mais na margem dos mercados

mundiais, das redes tecnológicas, dos grandes sistemas de telecomunicações, da comunidade internacional em geral.

Desta maneira, se justifica certamente as múltiplas tentativas de criação de organizações regionais de integração tanto na África Ocidental quanto no resto do continente, pela variedade dos desafios e de tipos de entraves e obstáculos à realização dos objetivos comuns referentes ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. No âmbito deste trabalho em geral e especificamente deste capítulo, importa por uma questão de limitação deste estudo, destacar algumas destas tentativas de união ocorridas na África Ocidental. Os principais projetos de integração que surgiram nesta parte da região foram determinantes na história da integração regional da África Ocidental, mas, também do continente e de certo modo, são estas organizações que foram à origem da convergência e divergência política e ideológica que pauta até na atualidade as relações Inter e interafricanas.

### 3.2 A EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL OESTE AFRICANA

A precedente sessão mostrou a origem longínqua da ideia da integração africana em geral e particularmente da sua parte ocidental, já que ela inicia no período anterior a escravatura com a tentativa integrativa dos chefes tradicionais, passa pelo século XIX que viu o surgimento do movimento pan-africanista em reação a ocupação colonial e culmina no período pós-segunda Guerra mundial marcado, pelo fortalecimento do nacionalismo africano influenciado pelas ideologias do pan-africanismo e da negritude que, juntos conseguiram alcançar o principal objetivo desta união que é conquistar a independência política dos países colonizados em geral e especialmente africanos. Enfatizou-se nesta parte que, apesar da inexistência de Estado africano neste período, houve uma união dos africanos fora e dentro do continente, devido especificamente a uniformidade do objetivo, do foco bem como da estratégia ou do caminho que levou ao alcance com sucesso, da meta que era a libertação dos povos da dominação colonial. Esse processo terminou com a independência política do continente na década de 1960-1970, dando início a um novo processo de integração e de união, que engatinha até na atualidade devido a vários fatores.

Deste modo, o objetivo de analisar a evolução da integração regional oeste africana na presente sessão, consiste em buscar identificar primeiro as principais iniciativas integrativas da região e segundo, entender os motivos de divergência que colocaram em xeque as primeiras tentativas e qual é o impacto disto, nas atuais organizações de integração regional oeste africano. África ocidental, estimulada pelo sucesso da mobilização que levou a

independência política entre o final da década de cinquenta e início da década de setenta, mas também pela construção da comunidade europeia, como os vários processos de aproximação de países ao redor do mundo, desde cedo se posiciona em favor da unidade econômica, política, e sociocultural da região. Aliás como se mostrou anteriormente, importa lembrar que o conceito de regionalismo, de integração é relativamente contemporânea, África Ocidental figura entre as regiões do mundo onde se observa certa tradição nesta linha, já que o próprio sistema colonial francês dominou e administrou a região, instituindo instituições e estruturas de poder comuns a todos os territórios desde 1895, quando foi criado o governo geral da África Ocidental Francesa (AOF).

Esta organização regional tinha como missão de garantir a coordenação administrativa e econômica de todos os territórios oeste africano, de mediar os interesses divergentes das diferentes colônias e instaurar uma solidariedade financeira capaz de oferecer sólida garantia de investimentos na região. No início do século XX, o esforço francês de integrar a região foi voltado no desenvolvimento de infraestruturas através da construção da ferrovia que liga as cidades do Senegal de Saint Louis, Dakar, Thiès ao capital do então Sudão francês, Bamako na atual república do Mali de um lado. Do outro, no desejo de realizar uma integração financeira que se ilustra pela criação do Banco da África Ocidental (BAO) que se beneficiou dos privilégios da emissão de moeda regional (N'GUESSO, 2010, P. 144). Ainda complementa N'guesso que, ao longo período da ocupação colonial francesa da região, que durou aproximadamente seis décadas (1895-1960), a região foi provida de órgãos<sup>26</sup> competentes em termos de orçamento, gestão, consultorias sobre administração públicas, ensino e questões sociais. Portanto, as elites africanas viram na unidade federal da região uma forma de conservar esta estrutura deixada pela metrópole, mas esta última, pensando nas possibilidades e estratégia de influência contínua mesmo depois da independência dos territórios do ultramar, se opusera direta e indiretamente ao projeto.

Durante e depois dos processos de independência a ideia e os projetos de integração regional foram construídos em cima desta unidade feita pela metrópole com o objetivo primeiro de obter uma independência conjunta da unidade federal. Assim, o primeiro projeto que nasce desta ideia foi federação do Mali, que tentou juntar Daomey, Alto Volta; Sudão francês (que são respectivamente na atualidade a República do Benin, Burkina Faço, Mali) e o

---

<sup>26</sup>Entre outros órgãos, pode se citar o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES), destinado a financiar o desenvolvimento dos territórios de ultramar e é alimentado por contribuições da metrópole e dos territórios em questão; o Fundo de Equipamento Rural para o Desenvolvimento Econômico e Social (FERDES), que por sua vez, é destinada a financiar grandes programas de pequenas obras tais como a construção de centro de saúde, hospitais, escolas rurais, estradas, aberturas de mercados públicos, construção de Poços de água, pequenas barragens ou armazéns.

Senegal, no entanto, sobre a pressão do então presidente francês, general De Gaulle e o presidente de Côte d'Ivoire, Felix Houphouët Boigny, Daomey e Alto Volta se retiram do projeto, que Senegal do presidente Senghor e Mali do presidente Modibo Keita levam adiante por um curto período de tempo<sup>27</sup>.

A federação do Mali faz parte de um dos episódios da vida política africana menos conhecida que revelou as forças do micro nacionalismo e mostrou que o tema da unidade africana é ainda uma simples retórica. Esta experiência federal apesar de tão breve, e, conseqüentemente muito pouco estudada, foi um dos elementos que ajudaram acelerar os processos de independência dos países da África francófona e a formação do Estado nação nesta região (DIALLO, 2011). O projeto de se constituir um Estado federal na região visava agrupar todos os países da atual CEDEAO incluindo a Mauritânia, mas diante das dificuldades e divergências tanto interna quanto externa aos territórios, a federação do Mali será formada por quatro países e, com a retirada do Alto volta (atual Burkina Faso e do Daomey (atual república do Benin), ela se consolida somente com os dois países promotores que são Senegal representado por Senghor e Mali de Modibo Keita).

A partir deste breve relato, nos parece bem relevante chamar a atenção sobre a rapidez com que ocorrem os acontecimentos e movimentações políticos tanto no plano interno quanto externo, obviamente acompanhando as mudanças conjunturais e de geopolítica ao redor do mundo. No contexto geral é importante lembrar que depois da segunda guerra mundial, todas as colônias começam a reivindicar o direito à autonomia tanto pela negociação quanto pelo confronto. Assim, a guerra de libertação nacional na Argélia, entre forças nacionalistas e exército Francês em 1956, a independência o Gana de Kwamé Nkrumah em 1957 foram sinais claro para que o governo do General De Gaulle iniciasse um processo de negociação de independência no resto das suas colônias da África. Esta negociação termina com o referendium organizado no dia 28 setembro de 1958, convocando pela primeira vez os africanos a debaterem sobre o futuro de seus países. Segundo Diop (1960), De Gaulle agiu em verdadeiro estrategista em relação às colônias, na esperança de anular todo espírito de luta e de oposição à metrópole partindo da seguinte constatação que seria da autoria dos mesmos:

[...] Territórios que há dez anos (1945-1956), aspiram à independência, a reclama hoje com insistência. Será que tem que deixar se desenvolver este movimento contra

---

<sup>27</sup>A Federação do Mali agrupando Senegal e Mali, primeiro teve que solicitar a independência de forma separa devido à exigência de De Gaulle, apesar de tudo, no dia 04 de Abril de 1960, a assembleia federal elege Senghor presidente e Modibo Keita chefe do Governo da Federação do Mali. Os desentendimentos entre os dois líderes não tardão a surgir e na noite de 19 de agosto de do mesmo ano (1960), houve um suposto tentativa de golpe que acabara pondo fim à confederação.

nós (França) ou, ao contrário tentar compreendê-lo, assimilá-lo e canalizá-lo? [...], estreitamos os laços antes que se rompam (DIOP, 1960, p. 46).

Portanto, para os africanos se independência significava autonomia, liberdade, para a metrópole, a independência era um meio estratégico de evitar o rompimento dos laços históricos caracterizados por uma relação de domínio e de exploração dos territórios africanos pela França e outras potências coloniais. Por isto, a negociação da independência se dará tanto em nível interno quanto externo e os debates tomaram o rumo que pode ser comparado ao jogo de dois níveis de Putnam (1993). Segundo este autor existe profundas relações entre a escolha pela cooperação realizada pelos governos no plano internacional e os interesses domésticos que eles representam. Ou seja, a cooperação pode avançar e/ou sofrer limites ou mesmo refluir, dependendo da capacidade de poder de veto ou apoio dos atores domésticos identificados com a questão em negociação.

Neste contexto as lideranças políticas africanas tiveram que negociar de um lado, com a metrópole (França), do outro lado com as forças interno para definir primeiro se vão optar por uma autonomia dentro da comunidade francesa ou uma independência total e do outro, precisava definir se esta independência será conjunta como o queriam, os propositores da Federação do Mali (Senghor e Modibo Keita), ou individual como defendia Felix Houphouet Boigny do Costa de Marfim. Esta divergência é, apesar de parecer básica, normal que se inscreve na situação do momento, foi crucial para o futuro da unificação regional, pois, ela marca o ponto inicial da formação de blocos (ou grupos) opostos quanto à forma de se chegar a uma África ocidental unificada, econômica, política e socioculturalmente.

No plano interno houve divisão entre pro e contra a independência unificada, a qual teria mantido os territórios da AOF como Estado Federal que seria a base da integração Africana que todos pareciam em concordar quanto à necessidade e a importância. Portanto, apesar da materialização da Federação ser concretizado, através da União Senegal Sudão francês em 1959, a origem desta união tem como base e data o referendun de 1958 quando as colônias foram chamadas a escolherem entre a secessão ou a Federação com a França.

A federação pela qual optaram todos os países a exceção da republica da Guiné onde Sekou Touré optou pela independência imediata, significava a adesão à comunidade francesa a partir da adoção da constituição, que previa que, as antigas colônias podem guardar o seu estatuto dentro da república (francesa) ou então em um prazo de quatro meses, se tornarem departamentos da França seja, em grupos ou individualmente. O art. 76, da constituição francesa da época, é bastante claro ao afirmar que as antigas colônias poderiam guardar o seu

estatuto no âmbito da república, no entanto, segundo Diop (1960), isto era um ato altamente estratégico destinado visivelmente a atrofiar a consciência nacional, a diminuí-la ao ponto de transformar tal consciência a todo tipo de mistura. Assim sendo, a Euro África ou Françafrica que se pretendia construir e se construiu através de relações horizontais e verticais foi realizada de forma mais flexível, onde se acreditava na possibilidade de tornar os países africanos em curto prazo, departamentos franceses ou Estados membros da Comunidade Francesa, individualmente ou agrupada como é o caso da atual Organização Internacional da Francófia (OIF).

Por causa desta clausula, conforme observa Voltolina (2007), o debate entre os federalistas e os que são a favor de uma independência separada se ativa e se torna a prioridade política para todos os governos locais fazendo do período correspondente ao fim dos anos cinquenta e início da década de sessenta uma época de verdadeiro antagonismo das classes políticas africanas. Através do continente, os defensores do pan-africanismo liderados por Kwamé Nkrumah do Gana, Modibo Keita do Mali e Leopold Sedar Senghor (L.S. S) do Senegal eram convictos de que a balcanização do continente piora a situação e por isso defendiam a instauração de confederações primárias para evitar a dissolução da África Ocidental Francesa em vários Estados independentes.

Estes líderes afirmavam que a África era vítima das várias divisões sofridas ao longo da história e que somente a integração política poderia manter a coesão territorial instaurado na África ocidental pela colonização. A busca desta união, no entanto, encontra vários bloqueios e gargalos que dificultaram tanto o projeto ambicioso de um Estado federal que agrupasse todos os territórios não somente da África ocidental Francesa, mas também das colônias inglesas da região como a Gâmbia, Gana, Nigéria, Libéria e Serra Leoa. Ou seja, reconstruir o império do Mali territorial e socialmente falando, era a motivação que guiava os líderes do projeto federal. Segundo Voltolina (2007), os dirigentes viam a federação não somente como uma comodidade econômica, mas, igualmente como a expressão moderna da unidade africana tradicional. A federação permitiria continuar a herança do grande império sudanês da idade média, tomando como preocupação primeira a afirmação da personalidade africana. O que pode significar uma continuação do que se herdou do grande império do Sudão ou uma afirmação da personalidade africana?

Os grandes impérios do Sudão são precisamente Gana, Songhai e Mali que tinham uma estrutura sociopolítica, econômica e militar bem organizada e independente, são eles que se opuseram de forma significativa a toda ocupação estrangeira do continente. As suas relações com o resto do mundo se faziam de forma igualitária enquanto que a colonização

consiste em uma exploração unilateral dos recursos humanos e materiais do continente em favor das metrópoles. Portanto, resgatar esta história no intuito de afirmar a personalidade africana significa claramente questionar as relações de superioridades e de domínio que a Europa em geral e especificamente a França exerce sobre a África e seus habitantes. Logo pode se afirmar que nestas condições, o fortalecimento de um estado africano através de uma união, federação ou confederação significa enfraquecer o estado colonial e, mexer com seus interesses. Era lógica, para os africanos, a independência significava liberdade e autonomia total, enquanto que a França precisamente queria uma independência sem descolonização (GRANVAUD, 2009).

Desse modo, na impossibilidade de continuar dentro do mesmo sistema colonial, a França adota uma nova forma de dominação a qual, se esconde atrás de um sistema supostamente mais liberal a fim de salvaguardar os interesses da metrópole na África. Este sistema consiste na proclamação da independência altamente vigiada e controlada a partir de Paris, que é popularmente conhecido como o neocolonialismo. Nesta ótica, De Gaulle foi bem clara ao declarar que está descartada toda ideia de autonomia, toda possibilidade de evolução fora do bloco ou da comunidade francesa durante conferência de Brazzaville em 1944. Esta afirmação será confirmada na adoção da nova constituição em 1946, que, dá à liberdade de administração das colônias, mas, nega a igualdade jurídica aos colonizados cujo peso político na época ultrapassava a da metrópole. Em soma, aproximações como Federação do Mali que tinha ambições louváveis quanto ao futuro da região acaba sendo o projeto teste que definiu o rumo e a lógica das diversas tentativas de aproximação dos países da região, permitiu a realização do projeto Gaullista da confederação entre a França e suas ex-colônias, abrindo caminhos para a nova forma de dominação adaptada as circunstâncias da época, além de radicalizar as posições das elites africanas minando assim, os projetos de integração regional desde então até na atualidade como se verá nas linhas a seguir.

### **3.3 OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO OESTE AFRICANO: DA INDEPENDÊNCIA ATÉ A CRIAÇÃO DA CEDEAO (1960-1975)**

Na alvorada das independências várias tentativas foram cunhadas no continente em geral e principalmente na sua parte ocidental, onde o engajamento das elites nos diversos movimentos que sucederam a independência tais como o pan-africanismo, a negritude e o espírito nacionalista, viu nascerem diversos agrupamentos entre Estados independentes depois



do fracasso da Federação do Mali. Na véspera da independência a unidade africana era uma visão e desejo comum aos principais líderes políticos do continente, apesar de todos não terem a mesma concepção do caminho quanto ao procedimento a seguir para alcançar o último objetivo, que é a integração política econômica e sociocultural. Esta sessão se propõe a identificar as principais organizações e agrupamentos entre a independência (1960) e a criação da Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste-CEDEAO (1975).

De fato, se viu a criação de organismos com o “Conselho de entente<sup>28</sup>”, a Organização Comum Africana e do Madagascar (OCAM), criada em 1965, agrupando quatorze Estados colonizados pela França<sup>29</sup> que se dividiu em grupo de Monróvia, grupo de Rabat e de Casablanca, estas diferentes instituições e grupos foram precursores da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. Ou seja, a criação da OUA é vista como uma saída negociada dos africanos a fim de resolver as diferenças ideológicas e política que dominaram o continente após a independência política na década de 1960. Desde então, vários esforços foram feitos no intuito de integrar regional e continentalmente a África e isto resultou na proliferação de instituições de cunho unificador, levando a uma quase que reprodução dos processos que levaram a balcanização do continente na independência e a ineficácia das mesmas. Importa destacar algumas destas instituições que foram criadas principalmente na África ocidental entre 1960, data da independência africana e 1975, data da criação Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

---

<sup>28</sup> Criado em 1959 agrupando cinco países membros: Benin, Burkina Faço Côte d’Ivoire Níger e Togo. Este conselho foi criado com a iniciativa de Houphouet Boigny, que defendia a independência separada dos diferentes Estados da África ocidental Francês (AOF) e África Equatorial Francesa (AEF), contradizendo o grupo de Senghor, Modibo Keita, que buscavam a independência de cada uma destas regiões (AEF e AOF) como uma única federação.

<sup>29</sup> Benin, Burkina Faço, Burundi, Camarões, República Centre Africana, Congo Cote d’Ivoire, Gabão, Mali, Madagascar, Níger, Senegal, Chade, Ruanda.

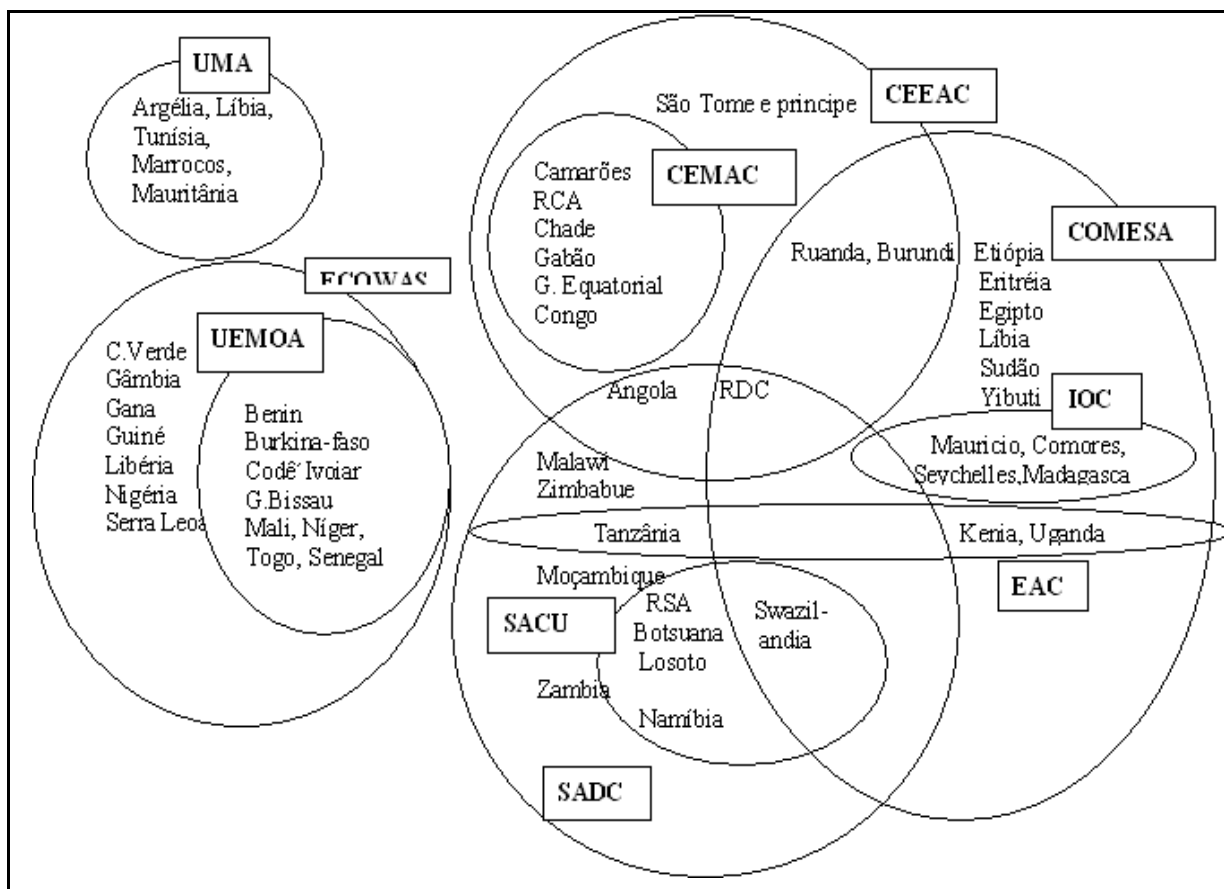
**QUADRO 2 AS DIVERSAS TENTATIVAS DE CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL ENTRE 1959 E 1975**

Data de criação	Organização regional	Área de intervenção	Países membros
1959-1960	Federação do Mali	Política e econômica	Mali, Senegal, Burkina Faço, Benin,
1959-1960	União Gana-Guine	Econômica	Gana, Guiné e Mali.
1959-1962	União aduaneira da África Ocidental (UDAO)	Econômica	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faço, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1963-2001	Organização da Unidade Africana (OUA)	Varias	Os 32 Estados independente do continente da época
1964	Acordo econômico e Financeiro	Econômica	Serra leoa e Guine
1966	União aduaneira dos Estados da África do Oeste (UDEAO)	Econômica	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faço, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1966	Mercado Comum Oeste Africano	Econômica e política	Libéria, Serra Leoa, Côte d'Ivoire, e Guine.
1970	Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO)	Econômica e monetária	Côte d'Ivoire, Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.
1971	Cooperação econômica	Comércio e serviço social	Serra Leoa e Libéria
1973	União do Rio Mano	União aduaneira e econômica	Serra Leoa; Guine e Libéria.
1973	União Monetária da África Ocidental (UMAO)	Econômica	
1973	Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO)	Integração monetária	Côte d'Ivoire, Benin, Burkina Faço, Níger, Mauritânia, Senegal e Mali (Sudão francês).
1975	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	Integração econômica e monetária	Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2013.

Este quadro mostra as varias tentativas de integração ocorridas na região da África Ocidental antes da criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975 e isto comprova a convicção e a convergência das lideranças da região quanto à importância e relevância da união para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região na era da globalização e mundialização, mas também a discordância dos africanos quanto aos caminhos que leva ao objetivo principal e infelizmente é neste ponto que aparece às divergências políticas e ideológicas. De qualquer modo, não se discute ou se questiona a importância e a necessidade da união dos africanos para o desenvolvimento, no entanto, estas divergências se traduziram na pratica pela criação e superposição de organismos de cooperação regional seja estes, de natureza multi ou bilaterais, bem como provoca a adesão dos países africanos independentemente da região, em numeras de instituições, sub-regionais, regionais, continentais e internacionais em busca de vantagens ou benefícios próprios como mostra a Figura 6 a seguir.

FIGURA 6 A MULTIPLICIDADE DE ORGANISMOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA



**UMA:** União do Magreb Árabe

**CEMAC:** Comunidade Econômica e Monetária da África Central

**COMESA:** Mercado Comum da África Oriental e Austral

**CEEAC:** Comunidade Econômica dos Estados da África Central

**GEPGL:** Comunidade Econômica dos países de Grande Lagos

**IOC:** Comissão do Oceano Índico

**EAC:** Comunidade da África do Este

**CEDEAO:** Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

**SACU:** União Aduaneira da África Austral

**SADC:** Comunidade do Desenvolvimento da África Austral.

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Segundo Diouf (2006), entre os cinquenta e três Estados Africanos, vinte e seis são membros de pelo menos a duas organizações diferentes, vinte são afiliados a três, um pertence a quatro organização e seis são membros de uma única organização. Continuando sua análise, o autor acima referido afirma que o processo de integração africano se caracterizou desde cinquenta anos, por um movimento duplo. De um lado, o sonho pan-africanista carregado por grande parte das figuras da luta pela libertação nacional e encarnado pela criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. Do outro, o reconhecimento de um princípio de realidade que defende a priorização da cooperação entre diferentes organizações regionais do continente, já que é quase que inviável evitar a criação e a existência de vários grupos de interesses divergentes. No entanto, mesmo se de um lado está vertente parece a mais realista e mais viável no ponto de vista prático já que responde a interesses individuais, do outro, pode se afirmar que na atualidade é um dos grandes problemas do processo de integração regional africano.

### 3.4 A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL (DE 1975 EM DIANTE)

As divergências e multiplicidades das teorias e fundamentos da integração regional na África que a sessão anterior tratou, explica a complexidade da região oeste africano desde ponto de vista de boa parte dos autores destas teorias são nativos desta região. Igualmente, se mostrou a multiplicidade das organizações na região como um dos gargalos da real integração regional para destacar a importância da política na consolidação da integração regional. Portanto, a presente sessão tem como objetivo mostrar a importância das instituições no desenho da arquitetura da integração regional oeste africana, olhando especificamente a complexidade da região tanto no ponto de vista político quanto cultural. Esta complexidade se explica pelas diversidades de religiões, línguas e vestígios dos sistemas coloniais que reforçaram as clivagens linguísticas (BADI, 2011). Além disso, se destaca a abundância dos recursos humanos, territoriais, energéticos (petróleo e gás) e minerais, bem como a predominância da Nigéria, que representa respectivamente 50 e 68% da população e do PIB da região como características da região que reforçam e justificam a importância de uma integração econômica e política.

A integração econômica é definida como sendo a eliminação das fronteiras econômicas entre dois ou mais economias. Segundo o relatório da Comissão Econômica da

União Africana-CEUA, (2011) uma fronteira econômica representa uma demarcação onde a maioria das vezes as fronteiras geográficas de um dado Estado limitam a circulação de bens, mão de obra e capitais. Desse modo, a integração econômica implica a eliminação dos obstáculos às atividades econômicas transfronteiriças que desrespeitam ao comércio, a movimentação de mão de obras, serviços e circulação de capitais. O principal objetivo de uma integração econômica é em última instância aumentar as trocas comerciais entre os países membros, mas também entre a região como um todo com o resto do mundo. As principais vantagens oferecidas por uma integração econômica são entre outras, a criação de oportunidades comerciais.

As vantagens da integração econômica regional estão nas possibilidades de trocas em mercados maiores de livre concorrência, podendo gerar mais valores agregados que, atraem mais investimentos e incentivos para a instalação de novas indústrias (ECA, 2004). A integração pode motivar os governos a engajarem reformas, aumentar seu poder de negociação reforçando a cooperação e melhorando a segurança interna e regional, porém, importa ressaltar que estas vantagens não são sistemáticas e nem necessariamente substanciais. Nesta ótica, observa o relatório da ECA (2004), que os mecanismos de integração regionais devem ser considerados como meios de melhorar o bem estar nos países membro da organização de integração regional considerada, já que a integração regional pode juntar diversos mercados permitindo assim, o desenvolvimento e a competitividade das empresas operantes na região. Outra vantagem da integração econômica se refere à criação de oportunidades de emprego, desenvolvimento de mercado financeiro e a aumento do investimento estrangeiro direto (IED).

Diante das dificuldades econômicas e políticas dos países africanos, além das oportunidades e desafios que o mundo globalizado oferece, as nações iniciaram a integrarem suas economias as economias dos países vizinhos, criando assim os chamados Blocos Econômicos Regionais (BER) a fim de participar de forma competitiva no comércio internacional e buscarem um desenvolvimento socioeconômico das suas regiões. É nesta perspectiva que os países da África Ocidental criaram em 1975 a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental-CEDEAO.

A CEDEAO é a única organização de integração que agrupa países de língua portuguesa, francesa e inglesa, o que justifica a nossa hipótese de que ela deve ser a norteadora dos processos de integração regional oeste africano, criado por e para os africanos. Na África Ocidental, a CEDEAO, além de reunir países francófonos, anglófonos e lusófonos inclui na sua estrutura, o grupo específico da Comunidade Econômica da África Ocidental

(CEAO), que se transformou em União Econômica e Monetária Oeste Africano (UEMOA) formado por países francófonos e a Guiné Bissau (Torre, 1999). Da mesma forma, a CEDEAO é uma organização de integração regional do ponto de vista econômico já que ela busca estabelecer um mercado comum oeste africano, mas também constitui uma organização de integração política e jurídica, visto as suas instituições de funcionamento.

Ou seja, é uma organização que tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região e certamente, por ser a herdeira variadas tentativas e experiência de agrupamentos de cooperação regional, os seus Estados membros demonstraram uma grande vontade de buscar juntas as soluções aos diversos problemas da região, manifestando assim, a solidariedade e o espírito comunitário da África. Dito de outra forma, a criação da CEDEAO veio reforçar a vontade manifestada antes, durante e depois os processos da independência, de unir os africanos. Portanto o tratado de Lagos, de maio de 1975, veio concretizar o agrupamento dos países da África Ocidental em um processo de integração regional que tem por objetivo constituir uma forma de Estado Federado. A partir de 2001, CEDEAO passou a ser composta de quinze países (agrupando que chegou a ter dezesseis Estados do oeste africanos: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia<sup>30</sup>, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo). O bloco dos Estados da CEDEAO cobre uma superfície de 7,4 milhões de quilômetros quadrados devido à saída da Mauritânia do grupo, e uma população estimada a 318 milhões de pessoas (CEDEAO, 2010). Esta região se caracteriza de um lado por sua homogeneidade geográfica, já que pode ser interligada por terra, por mar e também por ar, evidentemente desde que se investe em infraestruturas. Do outro, a região é conhecida pela variedade da sua população cultura e sistemas políticos, assim como a disparidade econômica entre os diferentes países da região. Nesta ótica por se citar, por exemplo, Nigéria que concentra mais de 52% da população, 50% da superfície de um lado e dos outros países como Cabo Verde, Gâmbia, Guiné Bissau representam cada um menos de 1% da população e do território.

Nota-se que a região da África Ocidental é geograficamente bastante homogênea, no entanto, politicamente fragmentada, resultado de cerca de um século de presença colonial nesta região conhecida como a África Ocidental. Os dezesseis países, tirando a Mauritânia, todos, são membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), fundada em 1975. Além disso, temos a União Monetária Oeste Africana

---

<sup>30</sup>Mauritânia deixou de fazer parte da CEDEAO a partir de 2001, ficando quinze membros da Organização.

(UEMOA), fundada em janeiro de 1994, que agrupa oito (Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) dos dezesseis países da CEDEAO.

A análise da missão, que é de promover a cooperação e o desenvolvimento em todos os setores da atividade econômica e dos objetivos da CEDEAO, que são entre outros, eliminar as barreiras comerciais, promover a livre circulação das pessoas e dos bens, criar políticas setoriais comuns a todos os Estados, nos permite afirmar que apesar de levar em consideração alguns aspectos políticos nas estruturas, CEDEAO é somente mais uma organização de integração econômica. No entanto, isto não significa que se deve ignorar a análise institucional a qual defini a importância da integração política, bem como o seu peso quando se trata das divergências que travam o bom funcionamento da instituição. Igualmente importa lembrar que tanto a elaboração quanto a execução dos projetos econômicos dependem das decisões políticas e por isto certamente, o principal órgão de tomada de decisão é a conferência dos chefes dos Estados e de governo. Além disso, temos o conselho dos ministros, a secretaria executiva e o parlamento que são outros órgãos políticos importante da instituição. Em outro, a CEDEAO se fixa como missão a promoção da integração econômica em todos os setores da atividade econômica, principalmente na área da indústria, do transporte, da energia, da agricultura, do comércio e nas questões monetárias e financeiras, bem como nas questões socioculturais. Para o cumprimento desta missão, uma estrutura institucional composta de uma comissão, de um parlamento da Comunidade, de uma corte de justiça e de um banco de investimento e de desenvolvimento (BIDC), foram criados. A criação desta estrutura, mostra de forma clara que apesar de se apresentar como uma organização de integração econômica, a estrutura é bastante política já que todas as decisões importantes são tomadas em nível dos chefes dos Estados, fato que é na maioria dos casos, é visto como um dos bloqueios do desenvolvimento da integração econômica regional.

Segundo CUA (2011) a Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), foi concebida com o objetivo de garantir a integração econômica e o desenvolvimento no intuito chegar a uma eventual união econômica na África do Oeste, reforçando assim a estabilidade econômica e as relações entre os Estados membros. Igualmente, o organograma mostra a variedade dos setores contemplados estruturalmente pela CEDEAO e prova a preocupação da organização em criar condições de cooperação entre os estados membros em todos os setores econômicos e políticos a fim de tornar concreta a integração regional. É com base nesta visão e perspectiva que o relatório da organização sobre a Política Industrial Comum da África Ocidental (PICA) publicado em 2010, afirma que as ambiciosas reformas em curso no âmbito da CEDEAO buscam envolver de forma mais ampla os Estados membros, da sociedade civil e



do setor privado para desempenharem um papel importante no processo de integração através das instituições criadas ao nível nacional e regional apoiadas pela visão 2020 “Rumo à CEDEAO dos Povos” com o objetivo de acabar com a pobreza e elevar cada um dos seus membros à categoria de cidadão com dignidade (CEDEAO, 2010). Para tanto é importante contar com uma integração econômica consolidada que possa explorar de forma benéfica o mercado da região que, segundo as estimativas da organização poderá alcançar a capacidade de mais de quatro centos (400) milhões de consumidores em 2020, num espaço econômico e social caracterizado pela sua diversidade cultural que é cada vez mais um grande apoio para a integração regional (CEDEAO, 2010). Desde 2001, os esforços realizados no quadro da integração regional permitiram o fortalecimento da zona de livre comércio favorecendo o crescimento acumulado do PIB estimado em cerca de 80% apesar da crise econômica e financeira mundial. De certa forma apesar desse objetivo não ser totalmente satisfatória, nos últimos anos a região conheceu um desenvolvimento positivo pelo menos quando consideramos o Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 216 bilhões de dólares em 2006 para 261,7 bilhões de dólares em 2007 (CUA, 2011). Ou seja, antes da crise econômica que afetou o mundo a partir de 2008, a região registrava crescimento econômico promissores em seu conjunto, como mostra os indicadores econômicos entre 2004 e 2009.

TABELA 1 INDICADORES ECONÔMICOS DA CEDEAO

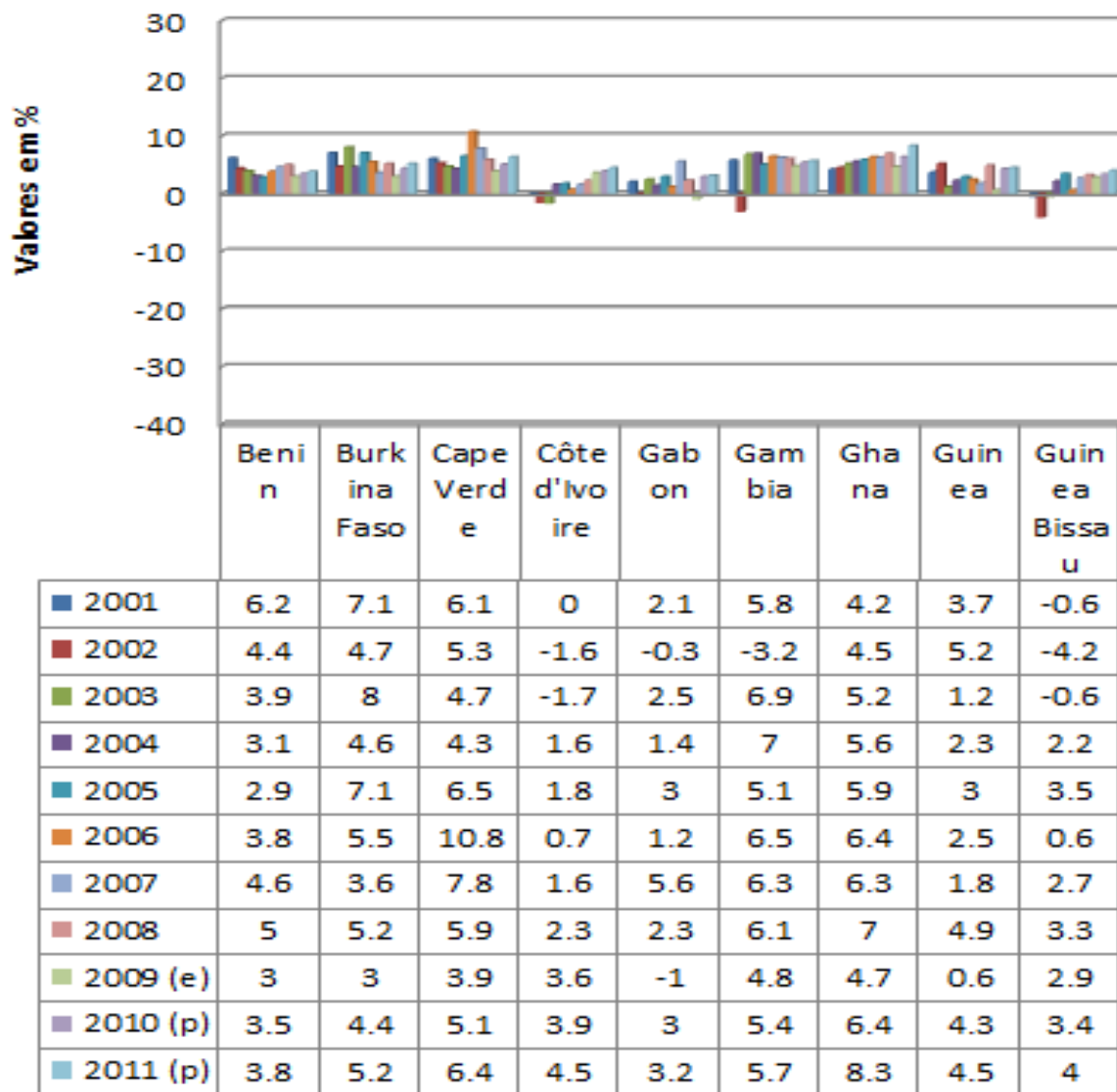
Indicadores/Ano	2004 em %	2005 em %	2006 em %	2007 em %	2008 em %	2009 em %
Taxa de Crescimento Real do PIB	3,1	3,6	4,12	5,0	6,4	6,7
Taxa de investimento	14,2	15,1	15,9	18,4	20,1	21,9
Taxa de crescimento do estoque de capital	1,61	1,54	2,70	2,96	3,59	4,28
<b>Exportações intrabloco</b>	<b>13,8</b>	<b>13,8</b>	<b>11,2</b>	<b>11,2</b>	<b>11,8</b>	<b>12,1</b>
<b>Comércio intrabloco</b>	<b>11,7</b>	<b>11,9</b>	<b>10,4</b>	<b>10,8</b>	<b>11,5</b>	<b>11,9</b>
Dívidas em percentagens do PIB	68,9	64,9	59,1	54,0	49,3	44,4
Taxa de poupança	7,7	10,9	11,8	11,3	11,4	11,4
Renda per capita (dólar EUA)	276,3	279,4	283,0	289,5	300,3	312,6

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da UEMOA, 2012.

Chama atenção nesta tabela os números das exportações intra-bloco, que variaram durante o período considerado entre 13,8 e 12,1%. Ou seja, há poucas trocas comerciais entre os países do bloco, apesar do comércio intra-regional avaliado em média a vinte (20) milhões de dólares Americano por ano, durante o período de 1995-2001 aumentar de 11% para 15% entre 2001 e 2007 segundo dados da UEMOA (2009). Fato que pode se explicar pela falta de complementariedade ou de políticas de industrialização, já que é sabido que a maioria dos países africanos em geral é exportadora de matérias primas e importadoras de produtos acabados. O PIB da região cresceu sucessivamente de 5,6 em 2007; 4,7 em 2008, ano de crise alimentar mundial e 4,4% em 2009. Este crescimento regional reflete o crescimento dos

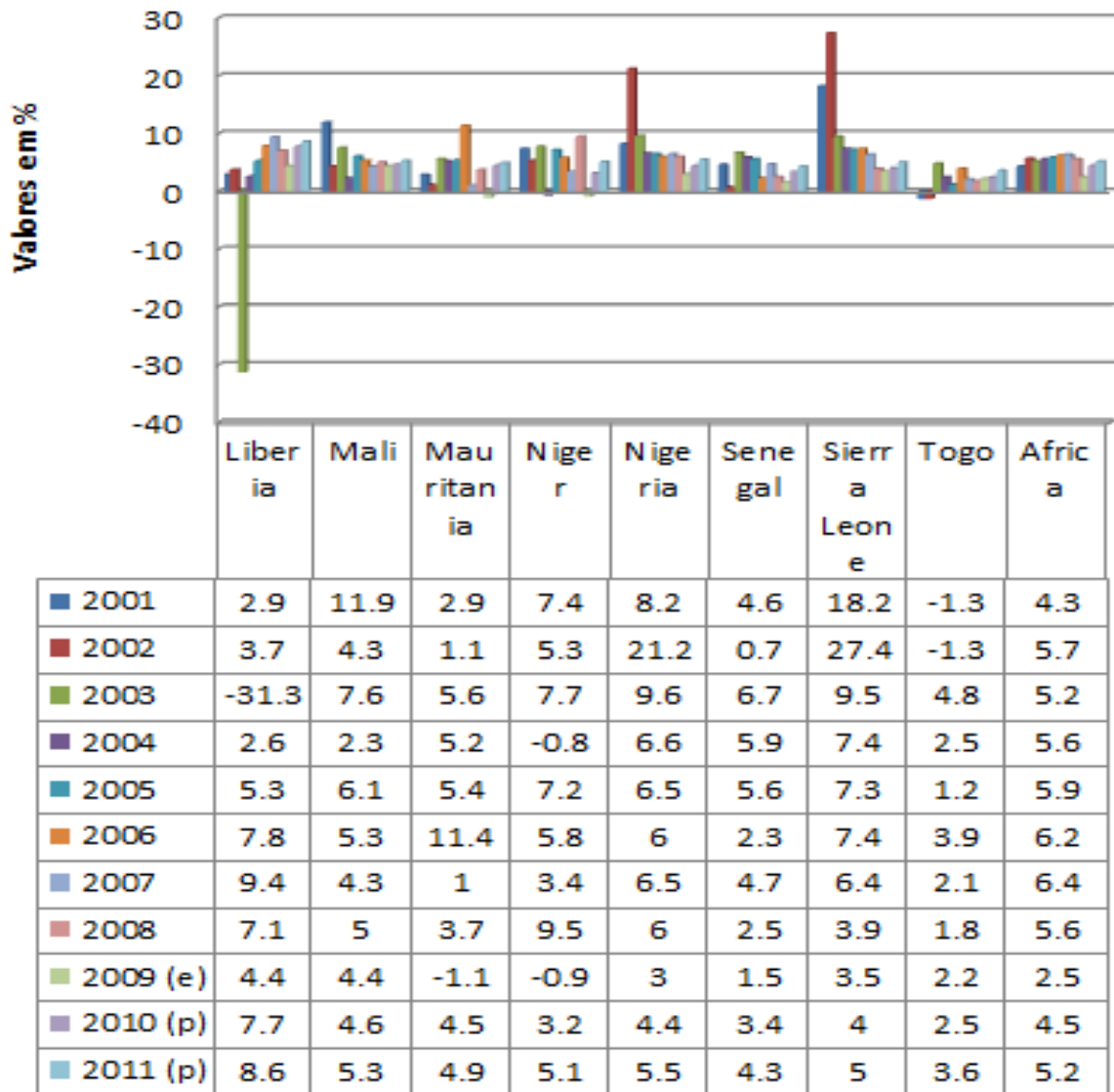
países individualmente considerado como mostra a gráfico2.1, que mostra o crescimento do PIB dos países da CEDEAO entre 2001 e 2011.

FIGURA 7 CRESCIMENTOS DO PIB DOS PAÍSES DA CEDEAO ENTRE 2001 E 2011



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Perspectiva Econômica Africana (PEA), 2012.

FIGURA 8 CRESCIMENTOS DO PIB DOS PAÍSES DA CEDEAO ENTRE 2001 E 2011 (CONTINUAÇÃO FIG.7)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Perspectiva Econômica Africana (PEA), 2012.

Esta evolução do PIB apesar de ser positivo, apresenta algumas peculiaridades entre os quais o comércio intra-regional baixo. Isto é resultado da histórica política de industrialização adotada na região imediatamente após a independência que favoreceu a substituição da importação para estabelecer uma base industrial nacional através de uma forte participação dos Estados no setor produtivo. Segundo CEDEAO (2011), esta escolha foi feita sem consulta prévia ao nível regional e teve consequências que impactam até na atualidade na economia regional. As consequências são entre outras a criação de unidades de produção semelhantes e concorrentes na região, dependência excessiva dos produtos importados que

engloba as matérias primas, os bens de capital, as máquinas e o capital humano, além do pouco interesse para a transformação dos produtos endógenos em benefício da exportação no estado bruto das matérias primas, onde os preços mundiais foram atrativos até na década de 1980. Observa-se que estas escolhas tem muito a ver com a divergência dos dirigentes africanos na véspera da independência a respeito do tipo de relação intrafricana. Divergência que impactou tanto na criação da federação do Mali inviabilizando política e economicamente o projeto, quanto na criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, que viu o confronto entre grupos de Casablanca e Monróvia ou entre radicais e moderados.

Em suma, isto explica porque o setor industrial da CEDEAO é ainda embrionário limitando as possibilidades de produzir uma gama variada de produtos intermediários e acabados. Nesta ótica, o diagnóstico feito pela CEDEAO revela que a indústria manufatureira, dominada pela agro-indústria representava em 2006, apenas 7,36% do PIB e mais de quatro quintos do valor agregado das manufaturas globais da região neste mesmo período provêm de quatro países, nomeadamente da Nigéria, do Côte d'Ivoire, do Gana e do Senegal cujas percentagens correspondentes são respectivamente 39,7%, 23,4%, 10,0% e 9,3% (CEDEAO, 2011).

No entanto, se de um lado às trocas intra-regionais são consideradas baixas, do outro, as expectativas são positivas e os números promissores entre principalmente alguns Estados individualmente considerados como observa o relatório da CEDEAO de 2011:

As tendências são favoráveis a um aumento do comércio total na região apesar dos obstáculos à implementação enfrentados pela CEDEAO desde 2000, dos acordos aduaneiros e comerciais. Há uma forte integração econômica entre alguns Estados que se traduz nos níveis relativamente elevados de comércio que oscilam entre os 60 e 80%. E o que acontece entre Côte d'Ivoire e Burkina Faso, entre Nigéria e Benin e entre Nigéria e Níger (CEDEAO, 201, p.18).

Contudo, importa relativizar a ligação desse fluxo comercial com as iniciativas da CEDEAO, pois trata-se países historicamente ligados, já que a divisão sociopolítica e cultural foi resultado das fronteiras traçadas pela administração colonial. Ou seja, nestes países as populações desenvolveram antes, durante e depois da colonização tradições de trocas comerciais e conseqüentemente, pode se afirmar devido a falta de ruptura com as lógicas e herança coloniais, ainda na atualidade apesar dos esforços dos processos de integração, as políticas comerciais da região são amplamente voltadas ao norte especificamente, aos países da União Europeia (EU), como revelam os próprios dados da CEDEAO, por exemplo entre 1995 e 2006, as exportações dos países da CEDEAO para outros países africanos representou

14% do total enquanto que as exportações para EU totalizava 40%. Ou seja, olhando os numeros, pode se afirmar que integração dos mercados nesta região favoreceu mais os parceiros externos em geral e particularmente a União europeia, continuando e reforçando dessa maneira a dependência dos países da África Ocidental em relação ao seus antigos dominadores, que não deixa de ser uma outra forma de colonização ou pelo menos de dominação, ilustrando perfeitamente a manifestação do neocolonialismo e do imperialismo na regioao.

Esta alta dependência ocidental não se explica somente pela história, mas também pelos modelos e tipos de organização bem como a forma e os objetivos na institucionalização das mesmas. Assim, para África ocidental, a Comissão da União Africana, acreditando que a integração regional pode se fazer de varias maneiras, afirma que a abordagem da integração africana para ser eficaz, deve ser diferente das outras forma de integração que existem no mundo. Por isso, se a realidade atual das Comunidade Economicas Regionais através do continente mostra que alguns são mais proximos de uma União Econômica e monetária mesmo não tendo realizado uma união aduaneiro ou Mercado Comum (MC) como é o caso da CEEAC que fornece enormes esforços para a harmonização e coordenação das politicas econômicas e se tornar uma zona monetaria única, apesar da União aduaneira, a livre circulação das pessoas e o Mercado comum estar longe de ser uma realidade. Desse modo, percebe-se que o processo de integração regional não é linear, respeitando pontualmente as cinco fases<sup>de</sup> integração sugeridas por Balassa por exemplo. A CEDAO por sua vez, tem uma zona monetária Comum consolidadada, a União Economica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e esta em fase de criar uma segunda zonas econômica e monetarias ZMOA.

### 3.5 INTEGRAÇÃO MONETÁRIA (UEMOA, ZMOA)

A União Econômica e Monetária é um dos tipos de integração, considerado por vários autores (TORRES, 1993, FERREIRA; ALMEIDA, 2001, FERNANDES, 2011) como a etapa mais avançada, e se caracteriza principalmente pela existência de uma moeda única condicionando a integração de políticas econômicas no âmbito da região. União Econômica e Monetária (UEM) constitui a etapa mais avançada e complexa do processo de integração e implica a existência de uma moeda única e uma política monetária comum conduzida por um banco Central comunitária. Segundo Coimbra (2001), a Integração Monetária (IM), é entendida como um conjunto de moedas com conversão a uma paridade absolutamente fixa e dotada de credibilidade no que à manutenção daquela paridade diz respeito. Na opinião de

Angeloni et al. (2005), a integração monetária significa abrir mão da utilização das políticas monetária e cambial para fins nacionais. A união monetária é um tipo de acordo onde os países participantes abrem mão dos ganhos relativos à senhoriagem derivada da emissão da moeda nacional por uma moeda regional comum de livre circulação para todos esses países, emitida por autoridade regional como é o caso do Euro relativamente à maioria dos países da União Europeia e o franco CFA para os países da UEMOA (FERNANDES, 2011). Na opinião deste autor, a União Econômica e Monetária fundamenta-se na existência de vários Estados, de políticas econômicas concentradas, de uma moeda única e de um banco central comum que detém o poder de emitir a moeda.

Com base nestes conceitos, pode se afirmar que a África ocidental além da CEDEAO como uma organização de integração econômica possui, entre as variedades de organizações de integração, uma organização de integração monetária consolidada e uma em fase de constituição. A primeira se refere à União Econômica e Monetária Oeste Africano (UEMOA), criada em 1994 e contempla os países de colônia francesa e a segunda formada de países anglófonos, em fase de criação, a Zona Monetária Oeste Africana (ZEMOA), que foi cunhado desde 2002. Enquanto a UEMOA é constituída por oito dos dezesseis países da CEDEAO, que são nomeadamente, Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, ZEMOA é formado por cinco países da CEDEAO que são Gâmbia, Guiné Gana, Libéria e Nigéria.

A criação da UEMOA entra na perspectiva do que se chamou anteriormente de integração vertical, onde os países africanos buscaram uma maior aproximação com os antigos colonizadores em geral e particularmente com a França. Torres (1993) afirma que a hipótese da integração vertical se refere à associação da Comunidade Europeia como continente africano e tem como ponto de partida a aprovação, em 1991, entre o governo francês e os países da zona do franco CFA da ideia de transformação da mesma numa verdadeira União Econômica e Monetária e num Mercado Único. Nesta integração ou relação vertical França e os países da zona do franco que são a antiga colônia francesa, de criar uma organização de integração numa perspectiva mais alargada. Ou seja, reconstruí o império francês, já que é uma integração que inclua não apenas, França e as nações francófonas do continente, mas o conjunto da CE e dos países da África ocidental e austral num primeiro momento, e da África Central e oriental num segundo momento, sendo que os países da África do norte poderão ser incluídos.

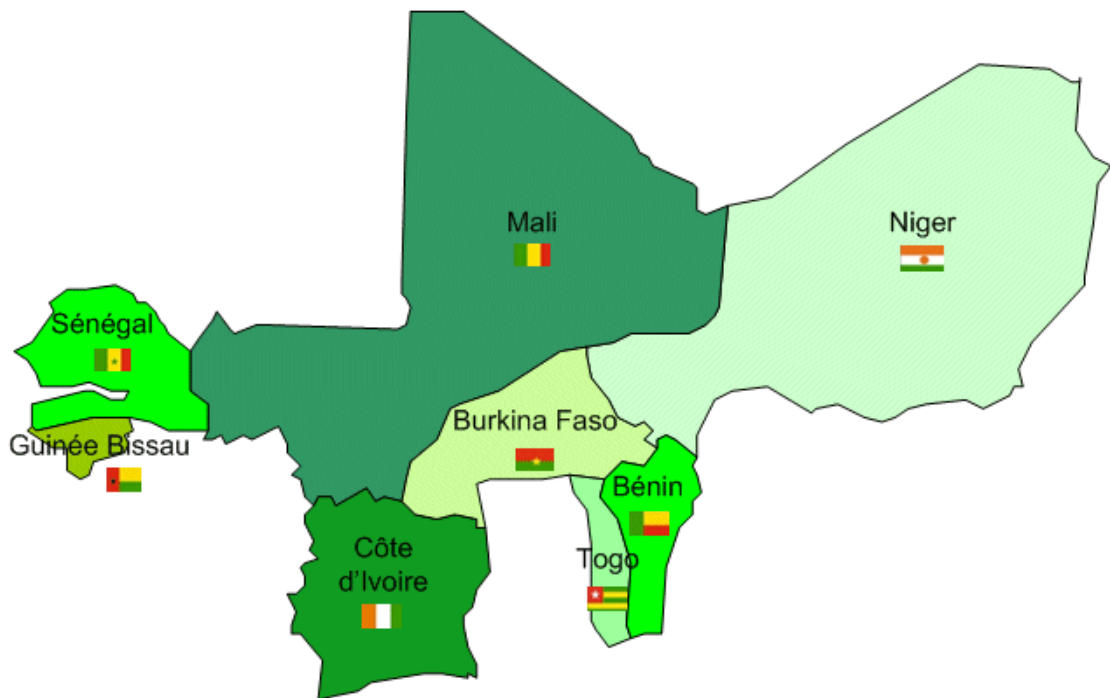
Portanto, apesar da importância da UEMOA, na integração oeste africana, não se deve perder de vista as condições históricas e os verdadeiros motivos da sua criação, se realmente

se quer identificar os pontos de incongruência entre principalmente a integração econômica e monetária com a integração econômica proposta pela CEDEAO. Desse modo, analise-se a UEMOA nesta sessão partindo da hipótese de que ela é um dos principais instrumentos do neocolonialismo e do imperialismo francês e por isso, o embate entre seus objetivos e os da CEDEAO ou de alguns países membros da CEDEAO, resultando na criação de uma segunda Zona Econômica e Monetária Oeste África (ZEMOA).

A criação da União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), se deu num contexto sociopolítico e econômico particular, marcado pelo fim de Guerra Fria e a queda do muro de Berlim consagrando a vitória do capitalismo representado pelos Estados Unidos da América e seus aliados da Europa ocidental sobre o socialismo liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No contexto africano isto se deu depois da década perdida de 1980, onde a maioria dos países do continente passou por diversas crises econômicas, sociais e políticas. Estas mudanças panorâmicas criaram condições para que no seio do sentimentalismo africano, se começa a se verificar um maior comprometimento e consciência da importância que representa a integração para o desenvolvimento (FERNANDES, 2011), mas também do outro lado, a França tinha necessidade de criar novos parâmetros de relacionamento com os países da África ocidental em geral e particularmente da antiga África Ocidental Francesa (AOF) conforme mostra a figura 9.



FIGURA 9 MAPA DOS PAÍSES MEMBROS DA UEMOA



Fonte: UEMOA, 2012.

Como mostra o mapa, entre os países membros somente a Guiné Bissau, que não fazia parte da África Ocidental Francesa e por isto é o único país que teve que cumprir pré-requisitos de adesão que são entre outro o abandono do Peso Guineense, a abertura do mercado e a liberalização da economia. Historicamente, a UEMOA existe a partir do final da década 1890 quando, ainda sete dos oito países membros formavam a África Ocidental Francesa (AOF), que mais tarde será designada como Comunidade do Franco da África (CFA). Nesta ótica Fernandes (2011) afirma que tanto a formação da AOF quanto do CFA, que são predecessoras da UEMOA, foi uma estratégia do governo colonial francês de estabelecer uma política monetária e comercial nas suas colônias para seu melhor controle. Portanto, procede a hipótese de que UEMOA, apesar de ser um órgão importante economicamente para a região, é meio de controle e de dominação francês na região.

Um meio de continuação da política colonial em suas novas formas que definimos anteriormente como o neocolonialismo francês. Por isso, até a criação da moeda se efetivou num período de bastante perturbação marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e a intensificação das reivindicações para a independência das colônias. Foi exatamente, no dia 26 de dezembro de 1945 que foi oficialmente criado a moeda denominada “Franco CFA”, que significa o Franco da colônia francesa da África (CFA), para circular tanto na África

Ocidental quanto Equatorial francesa (AOF e AEF). Ou seja, a zona do franco ou Comunidade (colônia) Francesa da África correspondia aos países da AOF e AEF que atualmente se transformaram em UEMOA na África Ocidental e Comunidade Econômica Monetária da África Central (CEMAC), integrada por Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e República Centro Africana. Fernandes (2011) argumenta que o lançamento do Franco CFA para circular nas colônias francesas da África ocidental e Equatorial, que se fez ao mesmo tempo em que a França ratificava os acordos de *Breton Woods*, faz desta zona o exemplo mais antigo de cooperação financeira entre grupos de países menos desenvolvidos.

Em suma, apesar da criação da UEMOA, ser reconhecida somente em 1994, pode se afirmar que o sistema e a zona têm um funcionamento bem anterior a independência africana, obviamente depois da independência operaram-se mudanças entre as quais podemos citar a criação do Banco Central da África Ocidental-BCEAO em 1962, para substituir o instituto da emissão de moeda da AOF, que imperava até então, com a função de colocar em circulação novas moedas ou papel de crédito. A respeito desse ponto igualmente há um grande, porém, já que o Franco CFA é e sempre foi garantido pela França, portanto, depende diretamente do tesouro francês e por isto tem uma paridade fixa com o franco francês e constitui conforme as palavras de François Xavier Verschave (2004), outro meio de controle da metrópole em relação aos países africanos, que entra em ação de forma eficaz é o Franco CFA (Franco das Colônias francesas da África).

O CFA foi (certamente continua sendo) o meio de evasão de divisas dos países africanos em direção à metrópole durante longos anos, financiando campanhas eleitorais francesas enquanto, o funcionalismo publica africano ficavam meses sem pagamento de salários (VERSCAVE, 2004). Conforme Fernandes (2011, p.161), até 1948, 1 Franco CFA era igual a 1,70 Franco Francês (FF) e devido à desvalorização do FF em 1948, 1FCFA passou a valer 2FF. Em 1958, com a instauração do novo Franco Francês, 1 FCFA passou a equivaler a 0,02FF e em 1994, especificamente no dia 12 de janeiro houve uma desvalorização brusca do FCFA de 50%, passando de 0,02FF para 0,01FF. Esta desvalorização foi uma imposição da França aos países da zona com o aval das instituições do Breton Woods, Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

A partir da entrada em vigor da moeda única europeia, em janeiro de 1999, a paridade do franco CFA foi fixado com o euro e 1 euro equivale a 665. Esta breve história da evolução das relações entre a moeda francesa e europeia com o FCFA, mostra claramente que independentemente dos benéficos ou sucesso da União Econômica e Monetária Oeste

africana, do ponto de vista econômico e/ou político, a realidade é que ela é uma herança colonial e como tal, constitui ainda um meio de controle e de ligação entre a ex. metrópole e suas ex. colônias e conseqüentemente cria certa divisão entre os africanos da região dificultando ou postergando a possibilidade da criação de uma moeda única no âmbito regional, por exemplo.

**QUADRO 3 DIFERENTES ORGANIZAÇÕES NA ÁFRICA OCIDENTAL COM SEUS RESPECTIVOS PAÍSES MEMBROS E DATA DE CRIAÇÃO**

CEDEAO 1975	UEMOA 1994	ZEMOA 2002	CPLP 1996	OIF 1960	OMVS 1963	OMVG 1978
Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia Gana, Guine, Guine Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal Serra Leoa, Togo.	Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guine Bissau; Mali, Níger; Senegal Togo	Gâmbia; Guiné Gana; Libéria. Nigéria; ( <b>Serra Leoa</b> ) * <sup>31</sup>	Cabo Verde Guine Bissau	Benin; B. Faso; C. de Marfim; Mali; Níger; Senegal Togo.	Guiné Mali Mauritânia Senegal	Gambia Guine Guine Bissau Senegal

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, a criação de uma segunda Zona monetária no âmbito da CEDEAO, surge para contemplar aqueles países que não fazem parte da UEMOA, por que em primeiro lugar não foram colônias francesas exceto a República de Guiné, que, devido à opção de independência total em 1958 foi banida dentro da comunidade franco-africana e desde então, tem se aproximado com os países como Gana, Nigéria Libéria, portanto, mesmo se no plano estrutural, legal e formal, o convívio das duas zonas monetárias no âmbito da CEDEAO é

<sup>31</sup>Este país não mostrou interesse em integrar por enquanto nenhuma das zonas monetária o que leva a acreditar que apesar dos laços históricos (coloniais) serem fatores fundamentais na aproximação dos países, é insuficiente. Ou seja, se de um lado, interpretou-se a não pertencimento da Republica da Guine a UEMOA, a partir do “Não” de Sekou Touré a De Gaulle em 1958, no que desrespeite a comunidade francesa, o caso de Serra Leoa, pode ser visto como sendo a opção da elite dirigente de continuar com o *Leone* como moeda, assim como Cabo Verde que não quer se desfazer de seu *Escudo*.

apresentado como avanço do processo de integração Entende-se que este avanço depende do ponto de vista ou do ângulo de análise, por isso, tem que ser relativizado.

O quadro acima mostra as principais organizações aos quais são membros os Estados da África Ocidental e evidencia que todos são membros de mais de uma entidade regional e internacional. Além disto, o quadro acima mostra que desde a ascensão a independência no âmbito dos antigos territórios coloniais, os Estados africanos em geral e particularmente os da parte ocidental nunca deixaram de pensar em formas de agrupamentos a fim de eliminar os legados coloniais entre os quais a tal de “balcanização”. Mas este desejo levou como bem ilustra o quadro 3, a uma proliferação de Organismos Internacionais que apresentam características variadas quanto a seus objetivos, sua composição, suas funções bem como seus poderes e modos de funcionamento.

No entanto, nas últimas duas décadas os dirigentes oestes africanos sentiram a necessidade de questionar esta evolução histórica das organizações regionais e a partir dos resultados buscarem racionalizar as diferentes estruturas interestatais e ao mesmo tempo, se percebeu a necessidade de ultrapassar o Estado da simples cooperação intergovernamental (QUENEUDEEC, 2006). Ou seja, as atuais estruturas e instituições da integração oeste africana têm como base a própria solidariedade histórica das populações da região e a homogeneidade territorial. Esta abordagem, que iniciou com o fim da Guerra Fria, ao redinamizar os processos de integração regional oeste africano, nos leva afirmar olhando a análise histórica das organizações da África Ocidental que, a Guerra Fria, que levou a bipolarização do espaço africano teve um papel fundamental nas relações interafricanas. Mas a final, quais os outros fatos ou fatores que guiaram e influenciaram Estas relações? Até que ponto e como o antagonismo ideológico impactou no funcionamento das Organizações regionais? Qual foi o papel das elites políticas? Eis são algumas questões que podem nos ajudar a entender as Relações Interafricanas, objeto do próximo capítulo do trabalho.

#### 4 RELAÇÕES INTERAFRICANAS

Este capítulo tem como objetivo analisar as relações interafricanas buscando entender o que determina os padrões de pertencimento e se estrutura em quatro sessões independentemente dessa introdução. Na primeira (3.1), trata-se de descrever e analisar a elite africana, buscando entender como os padrões de aproximação e distanciamento ou de amizade/ inimizade, impactou e impacta ainda os processos de integração regional. Esta sessão parte da hipótese de que pelo menos no que desrespeite ao pertencimento ou não às organizações regionais de integração, há ainda uma forte influência da herança colonial. Assim, a segunda (3.2) sessão analisará as relações entre países de língua inglesa e países de língua francesa, já que quatorze dos dezesseis dos países da região são ex. colônia da Inglaterra e da França. Ou seja, somente Cabo Verde e Guiné Bissau foi colônia portuguesa na região. Partindo das conclusões desta sessão, aborda-se a terceira (3.3), que analisa as relações entre o bloco CEDEAO, que engloba todos os países da região exceto a Mauritânia e UEMOA, tratada aqui como uma organização de países francófonos. A quarta e última sessão será reservada a conclusão do capítulo, sintetizando as principais ideias e conclusões de cada sessão objetivando, identificar elementos impeditivos da efetivação da integração política regional oeste africana.

Importa lembrar que a integração econômica que constitui o principal objetivo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), apesar de ser lançada em 1975 e ter sido fortalecida nas últimas décadas está longe de atingir os objetivos da realização das metas de segurança; desenvolvimento econômico e social. No plano monetário a constituição da União Econômica e Monetária Oeste Africano (UEMOA) com o intuito de criar condições de trocas e de desenvolvimento do comércio inter-regional em busca do bem estar da população local está a quem do esperado. Segundo Bwenge (2010) os projetos de integração regional são formalidade dominada muito mais por relações interpessoais dos dirigentes políticos do que por relações realmente estatais. Por isto depois de mais quatro décadas de tentativas de integração regional na África Ocidental, os resultados estão ainda longe do esperado. Ou seja, as relações interafricanas são muito mais pautadas nas relações individuais dos dirigentes (presidentes) políticos do que nos interesses dos Estados, da onde a importância de buscar entender as relações interafricanas analisando os elementos responsáveis como as elites dirigentes e seus papéis ou responsabilidades na atual situação dos processos de integração regional.

#### 4.1 ELITES OESTE AFRICANAS

O objetivo desta sessão é o entendimento do conceito ou da categoria elite política oeste africana e o papel da mesma no fortalecimento ou enfraquecimento das instituições de integração regional vistas como necessário para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992) é chamado elite política em uma sociedade a minoria que, por várias formas, é detentora do poder em detrimento de uma maioria que dela está privada.

A elite é o extrato da sociedade que reúne condições para exercer o controle do poder decisório no campo político, ideológico e econômico. Segundo Noronha (2009) este seguimento detém o controle do campo político na maioria das sociedades tradicionais ou modernas e, estando organizadas institucionalmente, pode, em última instância, recorrer à força para tornar validas suas decisões. No entanto, no caso africano apesar das elites terem um papel fundamental nos processos de construção do Estado, na evolução dos processos sociopolíticos e econômicos da integração regional, não constituem as únicas forças ou os únicos atores das mudanças sociais. Segundo Cardoso (2010), o afrontamento entre interesses de fações diversas das elites política é certamente um dos elementos importante a ser levado em conta na análise das relações sociais. Na opinião do autor acima referido, não se sustenta a ideia de que as massas africanas são simples destinatários das orientações e decisões da elite política, a espectadora dos seus combates, já que a ação da mesma, só se torna efetiva quando reflete ou na medida em que for capaz de interessar as massas. Evidentemente, toda mudança ou relação entre dominado e dominador somente faz sentido quando a ação do mandante (dirigente) provoca uma reação do dominado desde que a mesma não afete negativamente os objetivos dos mandantes. Por isto certamente é mais interessante, no caso oeste africano focar a compreensão do contexto em que se insere a liderança tanto no ponto de vista interno (nacional, regional e continental) e quanto externo (mundial), analisando as dinâmicas e as motivações imanentes à mudança de atitude e das representações mentais das elites, em vez de tentar caracterizá-la.

Cardoso (2010) entende que compreender as sociedades africanas a partir de uma análise da estruturação do político é fundamental, se partimos do princípio de que uma análise sociológica em termos de classe, embora pertinente em alguns casos, é insuficiente para captar a complexidade das relações sociais em geral e das relações políticas em particular. Segundo este autor, no caso dos países da África Ocidental em geral juntamente com a pouca desenvolvida estratificação baseada na propriedade dos meios de produção, tem-se uma

diferenciação dos cidadãos que se fundamentam na capacidade de influenciar as decisões políticas, na detenção de um capital social e/ou conhecimento, de educação, formação, de prestígio e de *status*. Ou seja, apesar da camada que detém os meios de produção tender a ser os mais ricos e a exercer maior influência nas tomadas de decisão, eles não necessariamente, constituem a elite no poder. Esta categoria é composta de homens cuja posição lhes permite transcenderem o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Deste modo a elite do poder não pode ser vista como governantes independentes e isolados.

A elite do poder não é de governantes solitários. Conselheiros e consultores, porta-vozes e promotores de opinião são, frequentemente, os capitães de seus pensamentos e decisões superiores. Imediatamente abaixo da elite, estão os políticos profissionais dos níveis médio do poder, no congresso, e nos grupos de pressão, bem como entre as novas e antigas classes superiores da cidade, da metrópole e da região (Dutra, 2008, p.12).

No caso oeste africano, os capitães de pensamentos e decisões superiores da elite do poder da década de 1960 até no início do atual século XXI, coincidência ou não eram originários das metrópoles, e/ou oriundo das classes superiores formadas na escola colonial, o que corrobora com a hipótese da priorização das relações com a ex- potências coloniais em detrimentos das relações interafricanas.

Deste modo, percebe-se que definir elite em termos de posição, rendimentos ou de riqueza, de instrução, de classes, de estatutos, de prestígio, de superioridade, não é suficiente no contexto africano, é importante levar em consideração as relações históricas que são fontes ou origem dos capitães de pensamentos e decisões dos dirigentes africanos. Portanto, a elite como tal não se define por categoria Profissional ou política. O termo elite se refere, de forma geral, e um tanto imprecisa, àqueles indivíduos pertencentes aos grupos melhores situados na estrutura social como um todo. Podemos referir à elite quando pensamos nos “líderes” ou personalidades sociais, políticas, culturais e econômicas que detém certos privilégios em relação a grande maioria da população. A elite é o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio bem como todos os modos de vida que estes levam e apesar de possuir uma flexibilidade conceitual ampla, é utilizado de forma geral em pesquisas para classificar setores que detém o poder político ou econômico, mas também, o conceito designa estratos sociais vinculados às burocracias, ao conhecimento, à religião além de grupos estrategicamente organizados em sociedades secretas como a maçonaria (DUTRA, 2008, ANDRIUS, 2009).

No entanto, é importante levar em consideração a ideia de Monteiro (2009) de que uma elite social, intelectual e/ou política não é algo dado, é, antes de tudo, um fenômeno social e histórico a ser explorado, e enquanto tal deve ser apreendido, tanto pelas suas bases e atributos sociais quanto pelas suas práticas sociais, tomada de posição, em um dado contexto. Assim, a apreensão da elite oeste africana deve se fazer no contexto da Guerra Fria que teve grande influência nas decisões tomadas por aqueles que eram vistos e considerados heróis nacionais e pães dos novos Estados, portanto socialmente ocupando um lugar destaque diante do fato histórico que a colonização.

Em suma, observa-se que não há uma única definição ou conceito para o termo elite, mas a palavra elite designa indivíduos, grupos ou entidades abstratas, utilizado em diferentes sentidos conforme a etimologia, o sentido, a linguagem ou às conotações particulares que conferem a ele, as representações do pensamento contemporâneo. Para Duma (2003), podemos identificar ou caracterizar elite com base em elementos como o nível de fortuna (1), o peso da genealogia (2), as funções ocupadas (3), a questão da identidade de um grupo (4) e a maneira pela qual ela vai se definir através de um culto da distinção e da aparência (5).

Assim se perceber que os critérios de definição da elite podem ser amplos e variados, mas no que diz respeito ao caso africano, estes cinco elementos podem ser usados para definir ou pelo menos entender o termo. Porém, considera-se indispensável ir além destes elementos, buscar outros critérios até porque, o caso africano é particular no sentido de que nesta região do mundo, a elite, política, (ou elite do poder), econômica e social foi formada pelo mesmo grupo social. Tal grupo se caracteriza pelo nível de educação e de formação, a ideologia e principalmente a forma como se relacionam e são vistas pelas ex-metrópoles. Isto não significa a rejeição dos critérios conhecidos como tradicionais nos estudos sobre elites, que sem dúvida oferecem a possibilidade de definir claramente os mecanismos de reprodução social desse seguimento (Noronha, 2009), além de serem encontrados em praticamente em todas as sociedades, um destes elementos, nos grupos de comando das áreas política e socioeconômica.

Andrius (2009) argumenta que a elite política tem uma origem social descentralizada, muitas vezes estrategicamente articulada nas instituições da sociedade civil, o que significa que não é apenas a burocracia estatal que fornece projeção política, porém cabe ressaltar que no caso da África ocidental, até recentemente era difícil de falar de uma sociedade civil organizada, devido à natureza histórica (colonização) e política (partido único) da região. Desta maneira, considera-se que a projeção política nos países africanos depois da independência, é sim fornecida por apenas a burocracia estatal, não considerando, obviamente



as organizações religiosas<sup>32</sup> como a ou parte da sociedade civil. Neste caso, se dentro da sociedade americana, base de poderio nacional está nos domínios econômicos, políticos e militar como afirma Mills (1968), na sociedade oeste africana, se não fosse à superposição<sup>33</sup> ou cumulo de posição, a situação seria a mesma. Ou seja, as instituições econômicas, políticas e militares são os principais pilares do poder e as demais ocupam posições marginais e são submetidas ao mando das três principais.

Segundo o autor acima referido, as instituições religiosas, educacionais e familiares, neste sistema, não são centros autônomos de poder nacional pelo contrário, tais áreas descentralizadas são cada vez mais influenciadas pelos três grandes, onde acontecem os fatos de consequências imediatas. Porém, os símbolos de todas essas instituições secundárias são usados para legitimar o poder e as decisões dos três grandes. Como se percebe, a concentração do poder e a interligação do poder político, econômico e militar fez destas áreas tanto em países desenvolvidos como os Estados da América quanto subdesenvolvidos como os da África Ocidental. Assim fica claro que não faz muita diferença falar de elite política, econômica ou militar na África Ocidental, já que, é a mesma equipe ou grupo que está no comando destas áreas chaves do poder. Situação bem resumida por Mills (1968) quando ele afirma:

[...] à medida que cada um desses domínios, se amplia e, centraliza as consequências de suas atividades se tornam maiores, e seus contatos com os outros domínios aumentam. As decisões de um punhado de empresas influem nos acontecimentos militares e políticos, além dos econômicos, em todo mundo. As decisões da organização militar repousam sobre a vida política, e afetam bem como o nível mesmo da atividade econômica. As decisões tomadas no domínio político determinam as atividades econômicas e programas militares (MILLS, 1968, p.16).

Através destas linhas Mills, mostra que, independente do país, a interdependência entre a área econômica, política e militar tornou estes setores principais centros de poder, portanto, de interesse particular das elites.

No caso da África Ocidental, podemos perceber a concentração destas áreas nas mãos do mesmo grupo se justifica não somente a interdependência das mesmas, mas também

---

<sup>32</sup>Em alguns casos como no Senegal, as organizações religiosas tais como as confrarias muçulmanas (Mouride e Tidjane) bem como a igreja católica tiveram papel fundamental na projeção da política. A cumplicidade destas organizações com o poder político foi fundamental na manutenção da classe dirigente no poder durante mais de quarenta anos. Igualmente, importa ressaltar que tiveram um papel político importante na região durante e depois a colonização e por isto se transformaram em uma classe intermediária entre governo central e a sociedade.

<sup>33</sup> Nos países oeste africanos, a elite política, econômica e militar a partir do meado da década de 1960 e início da década de 1970, passou a ser a mesma devido à tomada do poder político pelos militares que, conseqüentemente passam a controlarem também a economia.

devido aos tamanhos reduzidos dos países e conseqüentemente da economia e do número reduzido da área militar. No entanto o particularismo africano neste caso se limita no fato, do comando destas áreas, ser centralizado pelo mesmo grupo de elite que dirigem cada Estado, mas em qualquer outro país do mundo, pode se observar que não há separação entre a ordem econômica de um lado e do outro uma ordem política encerrando uma organização sem importância para a política e os lucros. Segundo Mills (1968), Há, sim, uma economia política ligada, de mil modos às instituições e decisões militares e de cada lado da divisão do mundo que passa pela Europa central e em volta das fronteiras asiáticas, há uma ligação cada vez maior entre as estruturas econômicas, militares e políticas. Outro fato que pode explicar a concentração dos três principais pilares do poder nas mãos do mesmo grupo pode ser buscado na origem mesmo da formação do sistema interafricano. Para tanto, Castellano da Silva (2012) lembrar bem, a importância da terceira imagem waltziana, a estrutura na instituição do sistema interafricano bem como o contexto da Guerra Fria, no qual a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, pela primeira vez, a égide do direito internacional sobre o sistema de Estados anárquicos constituído após Vestefália. Mais que isso, a carta da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, reconheceu as fronteiras herdadas da colonização europeia como as únicas válidas, restringindo desta forma, a função das forças armadas na África negra a coerção interna.

Estes elementos explicam em parte as dificuldades encontradas pelos Estados africanos em constituírem a imagem do que acontecem em outros lugares do mundo, instituições socioeconômicas, e políticas separadas. Ou seja, o contexto, as normas e as condições socioeconômicas dificultaram como bem afirma Castellano da Silva (2012, p.28) que o exército e os gastos militares cumprissem a função de sustentar o surgimento de uma burocracia nacional e de empresas estatais, de promover uma diferenciação social, que significa o surgimento de uma classe média urbana e de servir como base para a constituição de instituições políticas.

Portanto, é deste ponto de vista que se deve analisar tanto o surgimento das relações interafricanas contemporâneas bem como as elites que são os principais mentores e primeiros beneficiários de todos estes processos. Igualmente, é nesta altura, que importa mostrar o período de referência e a origem desta elite, que coincidem neste caso de análise ao período colonial que deu origem a elite do poder da África pós-colonial. Isto significa, que da mesma

forma que se falou da existência de processos de integração<sup>34</sup> na região oeste africana bem antes da colonização, poderia se falar da existência de elites pré-coloniais e bem como elites coloniais, mas, como do nosso estudo se limita na África contemporânea, trata-se aqui da elite pós-colonial, que, como se viu teve sua origem e formação no período colonial.

É nesta ótica, que uma breve revisão da literatura sobre elite africana indica a década de quarenta e cinquenta como ponto inicial de pesquisa nesta área e exatamente as personagens destas literaturas são aquelas que mais tarde serão os principais atores da política e das relações interafricanas. Nesta ótica, Cardoso (2010) afirma que o surgimento de estudos voltados à análise da elite africana apareceu em volta da década de quarenta, se intensificando no período pouco antes e pouco depois das independências entre os meados dos anos 1950 e início dos anos 1960. Neste curto período de tempo foi bastante profícuo em termos de produção de conceitos e depois, os estudos voltados ao assunto diminuíram em benefício de outras temáticas tais como a construção do Estado Nacional, a modernização, o desenvolvimento político, o partido único além dos debates sobre a integração regional.

No entanto, Cardoso (2010, p.4) deplora o fato de que, no quadro específico de estudos de elite africana, foi privilegiada análise voltada a assuntos menos relevantes tais como a clivagem assimétrica entre de um lado, as elites governantes e as massas governadas e do outro, entre diferentes elites dirigentes dos Estados nacionais. Além disso, focou-se muito na análise das condições de emergência e as características relativas à idade, sexo, origem social e geográfica, nível de educação, profissão, que são coisas relativamente conhecidas. Ou seja, menos importantes, já que negligenciam a perspectiva histórica, não leva em consideração a transformação das elites e nem medem as consequências a todos os níveis da presença no poder de um pessoal político determinado e, muito raramente se tem uma dimensão comparativa. Ora, tal debate deve necessariamente posar e tratar teórica e empiricamente três dimensões essenciais do papel das elites nos sistemas políticos africanas que são: a identidade e coesão social dos grupos dirigentes, a forma de coerção política empregada e o modo de controle dos recursos raros.

Fatos que nos remetem diretamente nas relações entre o econômico, político e militar referidas anteriormente, mostrando que são três dimensões que permitem definir a dinâmica das relações políticas, a natureza do sistema político, o modo de constituição da elite, a base social de tomada de decisão, as referências simbólicas em que se baseia a elite, o modo de

---

<sup>34</sup>Segundo Ibrahim Diop (2007) a integração oeste africana existe desde idade média e teve como foco e preocupação a busca constante do estreitamento dos laços econômicos e culturais, mas sem muito pensar na integração política.

dominação no sistema político e os aparatos de legitimação. Mas também segundo Diop (2007) são dimensões que permitem definir a estruturação das relações entre as elites e os outros componentes da sociedade, o espaço disponível para a formação de um consenso (ou não) da elite, o papel dos poderes externos no processo de apoio ou de oposição a constituição e consolidação de grupos de elites e por fim permitem definir a relativa estabilidade da ordem política.

Estes elementos remetem diretamente no caso da elite oeste africana e mostram que a partir das dimensões acima referidas, a importância do entendimento do papel da elite nas relações interafricanas na contemporaneidade. Importância que se justifica pelo fato da constituição de uma elite estar ligada às tendências e dinâmicas sociais e históricas que contribuíram na estruturação das esferas públicas locais, nacionais e regionais. Isto é visível na África ocidental onde, desde a independência, os Estados buscaram de maneira concomitante realizar dois objetivos que podem parecer contraditórios que são a construção do Estado Nação dentro das fronteiras herdadas e a integração regional para combater o subdesenvolvimento e a dependência externa (BARRY, 2007).

No entanto, devido certamente ao perfil e a origem da formação dos atores destes dois processos, as elites políticas da independência, não se percebeu que tanto os elementos da formação do Estado Nação quanto às bases da integração regional foram herdados da colonização como ilustra esta afirmação de Kamian:

No fim do regime colonial e depois da liberação total do continente do domínio imperial, os novos Estados africanos, conscientes das suas fraquezas individuais no mundo globalizado, acabaram fazendo concessões recíprocas entre eles a fim de enfrentar os problemas econômicos e sociais dos seus territórios dando maior importância à integração africana, a democratização, sem abrir mão dos laços de cooperação bilateral e multilateral com o mundo externo. Apesar das rivalidades dos líderes, o egoísmo nacional fechado nos moldes territoriais legados pela colonização, as pressões e interesses externos, as emoções e a euforia do amanhecer das independências, a África, mesmo repudiando o colonialismo e o pacto colonial, se torna em direção ao seu passado colonial, adotando um tipo de integração realizada por alguns colonizadores como fonte de inspiração para a aproximação das diferentes sub-regiões (KAMIAN, 2007, p.47).

Esta afirmação de Kamian mostra o debate sobre o tipo ou a forma de integração que colocou em oposição às elites políticas da década de 1960 é não indica o verdadeiro problema das relações interafricanas na contemporaneidade, já que usa como única fonte de referência o legado colonial que além de artificial e inconsistente desconecta a minoria dirigente (a elite), da grande maioria da população dominada, além de criar um vácuo entre Estado e sociedade. Os dirigentes que conduziram os diferentes Estados oeste africano a independência na década

de 1960 constituem ao mesmo tempo a elite política e intelectual, portanto formava o fenômeno social e histórico (MONTEIRO, 2009) da região em um contexto marcado pelo domínio da ideia da construção do Estado Nação que levou a manifestação do egoísmo nacional e as pressões externas lembradas por Kamian. Importa notar que há uma estreita relação entre o egoísmo nacional e pressão internacional, que são por sua vez é estreitamente relacionado à formação intelectual e ideológica das elites africanas.

No que se refere à formação intelectual, sabe-se que ela foi adquirida na escola europeia até porque era e é ainda considerado intelectual, alfabetizado aquele que frequentou a escola colonial (francesa inglesa ou portuguesa), onde tiveram que lidar com a ideologia civilizadora do ocidente que, se mostrava superior a qualquer outra civilização e negava a existência da civilização africana Segundo Somé (2002) África e os africanos eram apresentados como um mundo de mistérios, de hostilidades e de medo com traços culturais “chocantes além de costumes sangrentos”. Portanto um dos primeiros desafios da elite africana foi desconstruir a imagem da África apresentada pela ideologia civilizadora, que para justificar seu projeto imperialista nega a existência de cultura no continente berço da humanidade.

Estas considerações negativas e as visões errôneas e etnocêntricas sobre África levaram intelectuais e homens políticos do continente e da diáspora a lutarem depois da segunda Guerra Mundial pela reabilitação da cultura e da personalidade africana. Essa luta será embasada na ideologia do pan-africanismo que adotou como expressão de luta o nacionalismo e o anti- colonialismo, e terá como principais atores a elite social, intelectual e política. A partir de então se começou a reescrever a história africana afim da construção do Estado moderno que resulta da herança pré-colonial, colonial e pós-colonial.

Esta tripla herança teve e continua tendo um impacto importante nos processos de integração política, econômica e cultura, mas também serve de referências e de justificativas para a aproximação, a amizade ou para o distanciamento e a inimizades principalmente entre as elites políticas do poder. Deste modo, um dos grandes pontos de divergência que perpassa os principais processos de construção do Estado, da integração regional na África é a falta de convergência quanto ao passado e isto se deve em parte a interrupção dos processos causada pelos períodos de escravatura e de colonização que, de maneira geral, tentaram apagar o passado ancestral do africano pela desestruturação do tecido social, econômico e político. A colonização, por exemplo, permitiu o estabelecimento de novas fronteiras, introdução de novos valores além de estabelecerem novas hierarquias através principalmente do cooptação,

e de formação de colaboradores alienados principalmente nas quatro comunas<sup>35</sup> na colônia francesa.

Isto explica porque enquanto boa parte das elites políticas e sociais principalmente de colônias inglesas tais como Kwamé Kuruma do Gana, Jomo Kenyeta buscavam resgatar o período pré-colonial marcado pela emergência e prosperidade dos impérios do Mali, Songhai, Benin, Ioruba, Kongo ou então os Estados Bantos e de Monomotapa onde houve uma vitalidade política considerável através da busca constante por melhores formas de vida e de governo de maneira mútua (BADI, 1992, p.434). Esta África pré-colonial se caracteriza pelo reconhecimento das liberdades individuais, uma organização administrativa exemplar, uma complementariedade produtiva das diferentes zonas ecológica e econômicas, além da interconexão dos polos de desenvolvimento sub-regionais (BADI, 1992) Segundo Diop, (2007) o dinamismo destas relações foi facilitado pela importância dos eixos de comunicação que prolongavam as vias transsaariana ligando os diversos centros comerciais além de uma pluralidade de moeda e uma padronização de pesos e medidas além da existência de redes inter-regionais dotadas de serviços públicos de qualidade (segurança, agente de informação, interprete e atravessadores).

A prosperidade destes impérios ao longo da idade Média se justifica pelo crescimento da demanda por Ouro do mundo muçulmano e igualmente, o comércio transsaariana permitiu além do crescimento econômico, a consolidação da integração econômica da África Ocidental, portanto, do fortalecimento das relações interafricanas. Os defensores desta ideia de reconstrução da região oeste africana a imagem das entidades pré-coloniais apesar de não citar pontos negativos em relação à organização sociopolítica, econômica e cultural da região deste período reconhece que nem tudo era perfeito, já que citam os conflitos armados que existiram entre diferentes impérios tradicionais, bem como as pilhagens de aldeias inteiras durante as expedições efetuadas por exércitos rivais bem como a escravização de povos dominados bem antes da chegada do imperialismo europeu.

No entanto, em comparação com os que buscam uma aproximação com base nas fronteiras ou espaços legado pela colonização europeia admite-se que a probabilidade insucesso é maior já que traz além das dificuldades preexistentes, novos elementos de divisão

---

<sup>35</sup>As quatro comunas são Dakar, Gorée, Thiês e Saint Louis do Senegal. Nestas comunas, os cidadãos tinham um estatuto diferenciado. Tinham mais direitos entre os quais votar ou ser votado, eram cidadãos franceses de nascença. E ali tinha as escolas de formação que preparava uma mão de obra colaboradora e que futuramente se transformaram nos famosos governadores de pele negra que De Gaulle sobe aproveitar na década de 1960, para construir o império neocolonial da Françafrica bem descrito por Verschave (2004). Portanto as quatro comunas eram verdadeiros laboratórios de formação de elites e de colaboradores durante e depois da colonização.

e de diferenciações entre os povos, sejam estes de natureza ideológica, linguísticas religiosas ou culturais além de desestimular as relações interafricanas em benefício dos laços eurafricana marcada por uma constante dominação e exploração dos africanos. Igualmente, pode se afirmar que o nacionalismo em que se baseou a busca pela construção do Estado-Nação no continente é em parte fruto da experiência vivida ao longo do período colonial, ora se os Estados nasceram com a independência, a construção da nação é ainda um processo em andamento. Nesta ótica, Zerbo (2005), afirma que na África o Estado antecede a nação e por isto Leopold Sedar Senghor<sup>36</sup> afirma que se a nação é uma vontade consciente de reconstrução, o Estado é o meio mais adequado de realizá-lo. Nesta mesma ordem de ideia Guimarães (2008) afirma:

A ideia de que o Estado nasce com a nação não corresponde à verdade na maior parte dos casos, pois a nação seria de fato uma construção ideológica posterior, tendo muitas vezes a nação sido “construída” pelo Estado. A emergência natural das nações teria sido em realidade impossível em razão da ignorância das massas, da diversidade de etnias e de religiões, da ausência de tradições reais, efetivas, da tardia fixação das línguas, das difusas tradições orais e, portanto, a emergência de uma nação teria sido possível após o surgimento do Estado moderno, que organiza uma administração central do Estado e como consequência dos programas de educação pública, do serviço militar e da vontade dos dirigentes de unificar as populações (GUIMARÃES, 2008, p.4).

Certamente não se discute a lógica e a consistência desta ideia senghoriano, pois se remetendo aos conceitos de Estado que vem do latim “Status” que indica uma situação permanente de convivência ligada à sociedade política conforme definido pelo Maquiavel em seu livro *o príncipe* publicado em 1513. Portanto, é nesta perspectiva que as elites africanas buscaram em primeiro lugar formar os Estados lutando pela independência dos territórios colonizados por meio do nacionalismo africano que é ao mesmo tempo uma forma de protesto, uma negação e/ou uma reivindicação (ZERBO, 2005, p.13). Este nacionalismo africano que nasce sem nação (DIENG, 2005), para fazer oposição ao sistema colonial, à dominação estrangeira rapidamente, se radicaliza contra a dominação política, econômica e cultural, ao qual são submetidos os povos africanos há séculos. Considera-se aqui nação em seu sentido político moderno conforme definido por Guimarães (2008):

[...] Nação é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham certo território, que reconhece a existência de um passado comum; ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro em comum e acreditam que esse futuro será melhor se se mantiverem unidos

---

<sup>36</sup>Citado por Zerbo (2005)

do que se separarem, ainda que alguns aspirem modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado (GUIMARÃES, 2008, p.1).

Este conceito de nação ilustra bem a importância do ponto de partido ou de referência discutido anteriormente neste texto, pois, considerando o passado pré-colonial vê-se que, na independência a África Ocidental precisava reconstruir economicamente e reconfigurar o território esquecendo as fronteiras coloniais, para se formar uma Nação oeste africana.

Mas se consideramos como ponto de partido o período colonial (como foi feito), vê-se que é possível construir o vínculo socioeconômico, criar um território compartilhado, mas, não pode existir um passado comum reconhecido, já que apesar de serem colonizados, os modelos, as culturas são diferentes entre as diferentes administrações coloniais, inglesa, francesa e portuguesa. Portanto, a situação vivida pela região na atualidade é resultado da opção e das escolhas feita pelas elites em relação ao ponto de referência que coloca os Estados diante de uma situação de um passado histórico diferente e conseqüentemente na ausência da Nação oeste africana. Na falta da nação o movimento nacionalismo reivindicativo, opositor da opressão externa, imperialista se transforma em um movimento de oposição entre territórios e entre Estados definidos dentro dos moldes coloniais criando assim, condições favoráveis à instituição do micro regionalismo, fruto da multiplicação das soberanias.

O micro regionalismo também chamado de nacionalismo territorial, é visto aqui como sendo, o desenvolvimento dos particularismos locais e de egoísmos territoriais nascidos da colonização, orientação que os novos Estados africanos, na ausência de uma ideologia própria, baseada na defesa da identidade e da unidade africana, do desenvolvimento econômico e a afirmação do continente no tabuleiro internacional, preparavam um campo fértil para a instauração do neocolonialismo. Assim, percebe-se como o nacionalismo africano além de não permitir a construção da Nação sonhada e defendida pelas elites políticas ideologicamente alinhadas ao pan-africanismo, criou condições apropriadas para a perpetuação do imperialismo colonial, do subdesenvolvimento econômico, social e político-cultural. Conforme Zerbo (2005) a África sentiu e experimento o peso dos reversos do seu nacionalismo, que em vez de se tornar um instrumento de coesão, de combate e de unidade, serviu para os Estados marcarem suas particularidades e defenderem interesses de uns em relação aos outros ou em detrimentos dos outros (ZERBO, 2005, p.17).

Portanto, o nacionalismo africano, que em um primeiro momento serviu de bastão de luta para a independência em seguida se transformou em elemento impeditivo da



solidariedade regional em favor do florescimento do micro regionalismo que é o resultado das relações históricas entre a África e as potências coloniais e do individualismo estatal introduzida pelo egoísmo e desejo das então elites de se definir um espaço de domínio próprio. Nesta ótica, entende-se porque o abandono da referência ancestrais em prol do passado histórico colonial para a construção de uma África Ocidental viável econômica, política e sociocultural mente. Isto levou grande maioria da elite política oeste africana de colônia francesa como Leopold Sedar Senghor do Senegal, Modibo Keita do Mali Felix Houphouet Boigny do Costa de Marfim. a defenderem a conservação ou a reconstrução da África Ocidental francesa (AOF) como entidade política, mesmo sabendo das dificuldades estruturais e a dependência que tal projeto traz para os novos Estados.

Importa destacar que a constituição da África Ocidental Francesa (AOF), é resultado da invasão europeia entre os séculos XVII e XIX e a destruição do sistema tradicional africano dos impérios, que provoca importantes mudanças sociopolíticas e econômicas. A primeira grande mudança consistiu no estabelecimento de um novo sistema geoeconômico voltado em direção ao atlântico em detrimento das rotas transsaariana de comércio, causando assim a perda total de autonomia do continente negro que passa a ter como principal função abastecer as plantações das Américas em mão de obra escrava e matéria primas para a Europa ocidental. Desde então, o comércio de escravos se torna a principal atividade econômica da África Ocidental, causando a destruição da estrutura social da região que, tinha como núcleo social a tribo, dirigida por um chefe e um conselho tribal formado pelo conjunto de chefes dos clãs.

Segundo Badi (1992) nesta organização o chefe de tribo pertencia sempre ao clã dominante e o conselho, que tem como tarefa a regulamentação da exploração das zonas econômicas como a caça, pesca, agricultura. e a resolução de conflitos ou de qualquer outro problema que surgia na comunidade com base no trabalho coletivo fundamentado na divisão de tarefas ou trabalho por idade e por sexo. Uma vez destruídas o sistema tradicional existente, os europeus (França Inglaterra, Portugal e Holanda), reorganizaram o espaço socioeconômico oeste africana em seu favor. Nesta reorganização, cada potência se esforça em garantir uma zona para ai exercer influência política e econômica, o que levou a França a ocupar primeiro o litoral senegalês que os ingleses que ocupavam o rio Gâmbia também queriam ocupar, enquanto os portugueses controlavam as ilhas do Cabo Verde e o território de Guiné Bissau.

Esta configuração leva ao aprimoramento do comércio triangular de escravos e enfraquece totalmente a sociedade africana que será mais tarde ocupada e colonizada a partir

da conferência do Berlin (1884-1885), que determinou as condições que permitiram a construção do império francês conhecido como África Ocidental Francesa reivindicada como modelo ou base da integração econômica e política da região apesar da violência e da má lembrança que boa parte da sociedade tem do período colonial, como ilustra esta afirmação de Diop (2007):

Toda política de entreposto e de ocupação colonial consistiu em despertar o ódio e a discórdia entre vizinhos e suscitar guerras civis ou estatais, já que tanto o comércio de escravos quanto a colonização não podem ser executadas, realizadas de forma eficaz se não houver perturbações internas e guerras entre Estados. É com esta estratégia que se viu as grandes entidades territoriais da África Ocidental se desintegrar em vários pequenos reinos<sup>37</sup> enquanto, na parte meridional e no golfo de Guiné emergiam grandes entidades<sup>38</sup> governados por soberanos escravagistas investidos de grandes poderes (DIOP, 2007, p.32, tradução nossa)<sup>39</sup>.

As linhas acima mostram como o processo de construção dos impérios coloniais como a AOF é encarregado de elementos explicativas da situação vivida na África desde 1960 até na atualidade que, além de incentivar a violência interna trabalhou para o enfraquecimento das possibilidades de criar relações interafricanas, voltadas à defesa de interesses locais, opostos às do ocidente e de seus representantes africanos, nominalmente, a elite africana, que foram à escolha francesa aprenderem a vencer sem ter a razão como diria Cheikh Hamidou Kane a sua personagem Samba Diallo no romance “*Aventura Ambígua*” (1961). Ou seja, a elite africana não somente herdou os territórios dentro das fronteiras traçadas pela colonização e as infraestruturas, mas também a maneira de conduzir, administrar, em fim de gerenciar as coisas públicas. Isto é mais um elemento explicativo do peso que o período colonial representa na busca de resposta as diferentes indagações sobre o continente africano, seja, a respeito do Estado, da burocracia ou da governança.

É importante ressaltar em primeiro lugar que a análise do período colonial não significa inocentar as elites dirigentes africanas dos resultados positivos e negativos do funcionamento das instituições sociopolíticas desde a independência até na atualidade. Mas

---

<sup>37</sup> Na Senegâmbia setentrional, o Djolof se desintegrou e suas províncias do Walo, do Cayor, do Bawol, Sine e Saloum emergem como entidades políticas soberanas (Diop, 2007) que, serão logo eliminadas ou dominadas uma a uma pela França para construir a base e a capital administrativa da AOF.

<sup>38</sup> Trata-se dos impérios de Gaabu e do Oyo entre os séculos XVIIº- XVIII e do império de Fouta Djallon nos séculos XVIII-XIX.

<sup>39</sup> Do original em francês: *Toutes les politiques de l'entrepôt et d'occupation coloniale est d'éveiller la haine et la discorde entre voisins et augmenter guerres civiles ou l'état, à la fois comme la traite négrière et de la colonisation ne peuvent pas être effectuées, exécuté de manière efficace, s'il n'y a pas de perturbations internes et guerres entre Etats. C'est avec cette stratégie qu'on a vu les grandes entités territoriales en Afrique de l'Ouest se désintégrer en plusieurs petits royaumes tandis que dans la partie sud et dans le golfe de Guinée, surgissaient de grandes entités régies par des souverains esclavagistes investis de grands pouvoirs.*

sim, procurar mostrar como a continuação e o aprimoramento de processos e práticas coloniais são responsáveis tanto pela deterioração da situação sociopolítica, econômica e cultural nos últimos cinquenta anos quanto, pela manutenção da classe dirigente no poder. Em segundo lugar, importa esclarecer que o termo governança é considerado aqui não no sentido moralista e normativo como é usado pelas instituições internacionais como Banco mundial, mas corresponde ao que alguns autores como Foucault chamavam de “*governabilidades*” porque somente assim, segundo Sardan (2007,p.118) tem-se a condição de incluir no mesmo, os modos de funcionamento de serviços públicos, cultura Profissional dos funcionários, as formas de gestão administrativas e as relações entre agentes do estado e usuários ou cidadãos. Ou seja, não se trata aqui nem de boas políticas e muito menos de política de cima para baixo, mas do conjunto de processos de tratamento e entrega de bens e serviços públicos tanto pelos aparelhos oficiais do Estado quanto por outros operadores tais como as instituições de desenvolvimento, Organizações não governamentais (ONGs), que muitas vezes substituem o Estado ou o acompanha nas suas tarefas.

Considerado nestes termos, a governança praticada na África ocidental em geral e particularmente nas ex-colônias francesas apesar da aparenta diferença políticas pós-coloniais seguidas pela elite, pois, são características comuns que sustenta a estruturação dos países francófonos da região. Assim temos, por exemplo, Senegal e sua democracia estável sobre domínio do mesmo partido político, partido socialista senegalês (PS), Benim com sua experiência marxista, Mali e Níger com regimes sucessivos de partido único depois de ditadura militar.

Sardan (2007, p.119), argumenta que não importa se temos mudanças de regimes ou de ideologia oficial, instabilidade política ou não (golpes militares), conferência nacional ou coabitação política e alternância em um ou outro destes países, mas sim, importa observar que seus sistemas de funcionamento real dos aparelhos político-administrativo são muito similares. Isto se deve em parte ao fato de todos, terem a mesma referência histórica, que a colonização francesa e uma elite local parecida pelo menos nos projetos de construção do Estado-nação inspirada na modernidade europeia, que via o Estado como sendo uma comunidade monolítica, que divide a mesma história e demonstra os mesmos desejos de viverem juntas, no mesmo território, tendo a mesma língua, as mesmas tradições e transmite valores comuns, seja pela mídia, pela oralidade ou pelo ensino para se manter e reproduzir.

Infelizmente, as elites não perceberam certamente, que este tipo de estado se aplica a realidade europeia, mas não a africana, já que ele tem como base a negação das diferenças, onde o projeto unitário é muitas vezes, o de um grupo hegemônico, ora África é pluralidade,

diversidades, por isto, em todos os cantos da África pós-colonial, caracterizada por uma kleptocracia étnica e indenitária, este projeto se chocou com a negação de certas populações de abandonar suas identidades para embarcar naquelas imaginadas para e pelas elites políticas e seus cúmplices do ocidente. Assim se percebe que a herança colonial vai além dos territórios, das fronteiras e das infraestruturas físicas e embarcam as formas de pensar e de fazer das elites, beneficiários diretos do legado do passado. Na opinião de Aluko (1977), o período colonial deixou atrás da independência um capital tangível e intangível que liga os novos Estados com as potências metropolitanas e entre países da mesma colônia como é o caso dos países da África Ocidental francesa (AOF), que atualmente fazem parte da União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA). Os mais importantes entre esses elementos, pode se citar a língua comum, mesma moeda, mesa forma de administração, educação e sistema legal.

Dentro desta ampla gama de elementos herdados da colonização pelas elites africanas Sardan (2007) inclui até elementos que, são na atualidade visto como principais causas de todos os males que o continente sofre, (fome, miséria a pobreza, conflitos). Estes elementos são entre outros, corrupção sistematizada, nepotismo ou favoritismo, clientelismo, troca generalizada de favores, cultura de impunidade, improdutividade e principalmente burocracia, concordando com Sardan, podemos ver que realmente estes são alguns dos males que são citados em qualquer tipo de documento explicativos sobre principalmente o subdesenvolvimento africano. No entanto, encontrasse somente descrições e poucas explicações ou questionamentos do tipo porque a frequência de tais elementos nos Estados Africanos?

Entre as várias respostas ou hipóteses que o autor avança está a herança colonial e os impactos da Guerra Fria que introduziram prêmios de vassalagem destinados aos novos regimes africanos, a demissão das elites pós-coloniais, a ineficácia das reformas vindas de cima ou do exterior com suas series de condicionalidades de subvenções, os efeitos perversos dos projetos de desenvolvimentos e de estratégias das instituições financeiras internacionais (BM e FMI), os gafes causadas pelos programas de ajustamento estruturais da década 1980-1990 e finalmente, o mecanismo infernal do atual processo de privatização informal no plano interno aos Estados e as relações estabelecidas entre homens de negócios e partidos políticos, dentro desta gama de fatores quais são que os que remetem a herança colonial e as modalidades de construção da administração moderna em África e, portanto da relação entre público e privado?

Antes de tentar dar uma resposta a esta indagação, é interessante observar que boa parte dos elementos acima citados é proveniente de fora para dentro do Estado Africano, o que mostra de fato que a elite dirigente africana tem sua autonomia controlada se não limitada e a própria natureza do Estado não somente como entidade, mas também como processo social complexo não se define somente olhando de dentro para fora, mas de fora para dentro. Por isto certamente, ele é designado como Estado importado (BADIE, 1992) ou clientelista (MÉDARD APUD SARDAN, 2007). Tanto um quanto outro destes dois qualificativos mostra a dependência externa do Estado africano, isto é, sua burocracia ou forma de agir como entidade moderna é longe de ser totalmente autônoma.

[...] Não há na África, um modelo de burocracia radicalmente autônoma, que remeteria a qualquer cultura tradicional, mais que isto, sobre a base de toda burocracia moderna, que postula a uma ruptura entre público e privado, fonte de uma produção de indiferença, se operou em África uma produção histórica particular, herdada da colonização depois acentuada no período pós-colonial [...]. As burocracias africanas são de fato, nascidas de uma dupla ruptura: a ruptura colonial, em relação às formas de poder pré-colonial e a ruptura burocrática para criar uma oposição entre público e privado (SARDAN, 2007, P.128).

Assim vê se que o atual Estado africano tem traços do período colonial, mas também possui marcas próprias que são criação dos seus mentores e dirigentes que denominamos elite dirigente ou elite do poder. Pode se afirmar que a natureza ou a situação do Estado Oeste africano bem como sua administração, independentemente da dupla ruptura constatado anteriormente, guarda certa continuidade e similaridade com o Estado colonial. Neste ponto de vista, Sardan (2007) mostra três principais elementos que o permite afirmar que a burocracia africana, por exemplo, é uma criação colonial, que são o despotismo, o favoritismo e o uso de intermediário na administração pública. Estes elementos muito presentes nas relações interafricanas, dificultam o estabelecimento de relações de confiança e principalmente são contrários aos princípios de competição democráticos, igualitários além de gerar um clima de competição e de rivalidade nocivas em detrimento do mérito e da eficiência.

O despotismo colonial conforme o autor é bem documentado, no entanto, suas consequências na burocracia colonial, apesar de evidentes e importantes são menos conhecidas. Uma dela é a grande diferença que separava ou existia entre burocratas (administradores) e usuários (indígena) conforme as normas e hábitos coloniais (racismo e paternalismo em proporções variadas) introduziram uma ampla margem de arbitrariedade e mesmo de violência na racionalidade processual na burocracia metropolitana clássica

oficialmente importada, que no longo prazo resultou no que Sardan descrever de seguinte forma:

As consequências no longo prazo são importantes, na medida em que, acima da desconsideração mostrada por muitos funcionários da administração colonial em relação aos administrados, são gerações de auxiliares e de ajudantes africanos que, aprenderam dos colonizadores como estabelecer uma barreira ou limite entre eles mesmo e a população local, a duplicarem os sinais afirmativos de seu estatuto de privilegiados, a construir sua superioridade pela afirmação da inferioridade dos outros, a mal tratar seus subordinados, a usarem e abusarem do arbitrário (SARDAN, 2007, p.132).

A partir desta linha é fácil entender como foi inevitável transferir estes elementos na prática administrativa oeste africana depois da independência, pois, estes auxiliares e ajudantes da administração colonial que são promovidos nos postos de responsabilidade e de comando dos novos Estados.

Isto significa que não apenas estes pequenos funcionários africanos de ontem, sucederam seus mestres europeus no comando dos territórios, mas também, garantiram a continuidade e reprodução de outros subordinados nesta mesma cultura administrativa muito particular ou específica herdada da colonização em geral e francesa especificamente. Assim se percebe que a indiferença burocrática que tem início no período colonial, se transforma em modelo na África pós- independência. Portanto, enquanto na Europa ou em outras partes do mundo, por exemplo, a burocracia moderna se desenvolveu paralelamente com a emergência de certa cidadania e preocupação com o povo a través das normas da democracia (governo do povo para o povo), ao longo da história principalmente do século XIX, na África, ao contrário a burocracia caminha desde cedo junto com a falta igualdade, violência e desprezo da elite governante em relação ao povo, por isto surge o favoritismo é regra de relacionamento e funcionamento do aparelho dos Estados.

O favoritismo que cobre parte do despotismo pode ser entendido aqui como sendo as diferenças maneiras de tirar vantagens de forma ilegal ou/e imoral da função pública. Segundo Sardan (2007) isto é característica própria da burocracia colonial, pois, além da duplicação de salários através de pagamento de todo tipo de benefícios (indenização), o administrador colonial tinha direito a alojamento, meios de transporte, presentes em natura que recebiam das populações, e outros tipos de serviços gratuitos faziam com que mesmo como uma formação inferior aos funcionários ficados nas metrópoles, que seus ganhos fossem muito superiores. Ou seja, o único fato de ser admitida na administração colonial dava direito a todas as regalias independentemente da competência e do mérito. Olhando o funcionamento

de boa parte dos atuais Estados africanos é fácil perceber a perpetuação desta prática, isto explica, por exemplo, até na atualidade, a alegria manifestada em forma de festa por populações cuja representante ou próximo foi nomeado num cargo público em países como Senegal. Em Guiné Bissau é comum ver ou ouvir falar de alguém que assumiu um cargo num dado departamento ou ministério no lugar de um pai, mãe ou parente geralmente falecido ou apesentado ocupava o cargo. Como se percebe, além de perpetuar a prática ela toma amplitudes cada vez maiores e o pior é que isto é visto como sendo normal e assim, quem não tem parente ou conhecido no aparelho do Estado é obrigado passar pelo amigo do amigo ou pelo conhecido do conhecido, que é conhecido pela figura do intermediário.

A figura do intermediário foi certamente a personagem mais importante para o funcionamento da burocracia colonial, já que ele era indispensável fazer a ponte entre o colonizador e a sociedade. Por isto Sardan (2007) afirma:

Quant aux intermédiaires, ils furent indispensables au fonctionnement de la bureaucratie coloniale, dans la mesure où celle-ci a été caractérisée à la fois par une sous-administration chronique et par un décalage maximal entre les normes et usages locaux et les normes et règles officielles. Faute de ressources humaines, et faute de maîtrise des codes et usage locaux, les bureaucrates coloniaux ont non seulement toléré, mais aussi utilisé systématiquement diverses formes de sous-traitance, là encore loin des règles métropolitaines, faisant part belle aux auxiliaires, suppletifs, chefs administratifs, coutiers et autres hommes de main ou de confiance (SARDAN, 2007, p.133)<sup>40</sup>.

Portanto, a figura do intermediário, era necessária (e usado) durante a colonização e foi herdado e aprimorado pela elite dirigente do Estado africano depois da independência e continua sendo usado apesar das consequências negativas que isto induz. Desse modo, vê-se como os vários interesses que se escondem atrás da figura do dirigente africano, seja este o presidente, um ministro, prefeito, governador ou simplesmente um diretor de escolha, dão importância aos cargos públicos, principalmente, quando se sabe, que as possibilidades de emprego e de sobrevivência são difíceis como bem ilustra esta passagem do livro *“Soleil des independances”* de Ahmadou Kourouma:

---

<sup>40</sup>Tradução nossa: No que desrespeite aos intermediários, eles foram indispensáveis ao funcionamento da burocracia colonial, na medida em que a mesma foi caracterizada tanto pela sub-administração crônica e por uma decalagem máxima entre as normas e práticas locais e as normas e regras oficiais. Por falta de recursos humanos e por falta de domínio dos códigos, regras e práticas locais, os burocratas coloniais não somente toleraram, mas também utilizaram de forma sistemática diversas formas de sub-tratamento, sem levar em consideração as normas metropolitanas, beneficiando assim, auxiliares, chefes administrativos, suplentes e outros de confiança.

Antes (do brilho) do sol da colonização e das independências, O quadragésimo dia da morte de um grande Malinke, era motivo do derramamento de rios de sangue (quantidade de animais sacrificados). Mas agora, com o partido único, a independência, a escassez, a fome e as epidemias, nos funerais dos mais renomados, se matam ao máximo um cabrito tão faminto que seu sangue era menos que de um peixe. (KOUROUMA, 1970, p.138).

Em fim a partir destes três exemplos, podemos ver que a herança colonial não se limita às fronteiras, nem nos territórios, mas englobam a própria classe dirigente que, de certa forma constitui o núcleo duro da questão, porque além de ser responsável pela continuação dos processos coloniais e, ela assumiu e incorporou o papel do colonizador europeu e inventou nova forma mais sofisticada de permanecer no poder e de explorar a população em benefício próprio. A ideia da construção do Estado nação entra nesta lógica e por isto, cada território evoluirá a imagem de seu líder ou grupo de líderes, que em toda África Ocidental como em outra parte do continente é formada pela elite formada no período e na escolha colonial. No caso do Senegal como em outros Estados africanos pós-coloniais, a ideia de construção nacional é muito pregada no discurso político da primeira década da independência. Ela aparece como um projeto político que busca construir a nação a partir de símbolos imaginários como o hino nacional, a bandeira, os monumentos, o exército em volta dos quais qualquer outra diferença, independentemente da sua natureza, deveria se diluir ou ser eliminado. Os símbolos da arquitetura do novo Estado-Nação senegalesa definiam convergências nacionais que transcendem qualquer geografia indenitária. Ao criar os ideais como o pan-africanismo, a negritude, a francófonia e o socialismo africano, a primeira preocupação de Senghor era de absorber os particularismos no imaginário das minorias.

Esta situação mostra a importância do papel empenhado pelas elites políticas nas relações interafricanas, mas, igualmente nos permite afirmar que o debate sobre a referência ou não ao passado pré-colonial apesar de parecer ultrapassado, é importante já que o sistema que impera é calcado no modelo colonial, que parece mostrar seus limites. Isto não significa, no entanto, voltar ao passado pré-colonial, mas sim, ousar experimentar outras formas de aproximação ultrapassando de vez as divergências “fúteis” tais como as diferenças coloniais (francesa, inglesa ou portuguesa), bem como o nacionalismo que transformou os intelectuais em portadores de uma modernidade inscrita em uma dinâmica de continuidade em relação ao projeto imperial. Esta continuidade colocou em funcionamento procedimentos de exclusão e de controle da sociedade, produzindo assim à democracia dos letrados, construída essencialmente em volta dos mitos fundadores da nação e do desenvolvimento os moldes coloniais (DIAW, 2002).



Por isto, é necessário questionar os processos de construção do Estado-Nação elaborado no âmbito das fronteiras herdadas da colonização sem necessariamente apagá-las. Igualmente, importa reconhecer que os sistemas de monopólios de poder (partido único) que resultaram nas atuais entidades políticas, base das estruturas físicas e institucionais da integração regional oeste africana é uma herança do período colonial. Nesta ótica, as elites políticas da década de sessenta ao reivindicar uma integração regional com base nas instituições da AOF enquanto se fechavam dentro das fronteiras nacionais e instauravam o sistema de partido único como forma de governo, se colocaram em favor da neocolonização e da exploração das massas populares não somente pela e para a metrópole, mas também em favor da nova classe dirigente. Ou seja, na independência, para muitos dirigentes, a integração deveria ser uma réplica à tentativa de balcanização inspirada ou incentivada por alguns centros metropolitanos.

Segundo Sidibé (2007) esta visão levou os opositores ao projeto de continuação como o presidente Ahmed Sékou Touré (república da Guiné), a afirmar que a integração econômica deve ser “uma réplica contundente aos poderes imperiais que ainda aderem a perpetuar as nossas divisões para estender sua influência nociva para nossas jovens economias”. Esta visão controversa da integração regional oeste africano das elites dirigentes é a principal causa de insucessos para não dizer retrocesso dos processos de construção de instituições sociopolíticas e culturais que pudesse levar um mínimo de bem estar e de paz para a sociedade.

Dessa maneira, os equilíbrios sociopolíticos elaborados pelas elites africanas entre 1945 e 1970, passam a serem questionados por diversas forças de erosão convergentes como a crise econômica da década de setenta, a contestação política interna generalizada e a degradação das condições de vida da população dos anos 1980 alimentaram a instabilidade crônica da quase totalidade dos países da África Ocidental e do continente na década de 1990. A multiplicação de golpes militares, lutas de facções armadas, choques constantes entre força locais, regionais e forças nacionais e/ou estatais colocaram em cheque alguns Estados da região como foi o caso da Libéria, Serra Leoa (THIOUB, 2005). Para contornar estas crises, as elites dirigentes tomaram uma serie de medidas sendo o desvio das emoções populares domesticadas em direção alvos externos aos territórios nacionais, a mais usada. Isto é procurar responsabilizar ou culpar o vizinho pela situação interna garante a legitimidade do governo, mas, aumenta o distanciamento dos Estados e alimenta sentimentos de ódio entre populações transfronteiriças.

O caso senegalês ilustra bem esta situação que caracterizou as relações entre países vizinhos na África Ocidental no período de crise (1970-1990). Durante este período

argumenta Thioub (2005), a abordagem da questão da unidade regional e continental por círculos concêntricos, pilar da diplomacia senghoriano, foi submetida a uma dura prova pelas dificuldades do Estado senegalês em gerenciar as relações com seus vizinhos, transformando literalmente o primeiro circo<sup>41</sup>, supostamente mais fácil a consolidar, em um cinturão de fogo. Neste período as relações do Senegal com seus vizinhos da República de Guine, da Gâmbia, Mauritânia e Guiné Bissau foram fortemente abaladas teoricamente por questões de fronteiras, mas, na realidade a principal causa é econômica e ideológica.

A perturbação das relações Senegal- Guine na década de 1970 e especificamente entre Senghor e Sekou Touré, foi motivado pela constante desconfiança e denúncia da existência de um complô imperialista baseado em Dakar contra o regime de Conakry. Segundo Thioub (2005), este confronto, pela sua expressão tinha a forma de uma divergência da orientação política e ideológica enquanto que, por exemplo, a oposição do Senegal com a Gâmbia se justificava pelas dificuldades das relações econômicas<sup>42</sup> entre os dois países. As crises entre Senegal, Mauritânia e Guiné Bissau respectivamente em 1989 e 1993 terão como motivo as divergências fronteiriças que tem como desdobramento os problemas socioeconômicos relacionados à gestão dos problemas fundiários e os movimentos de populações em torno da barragem de Diaman no rio Senegal e problemas sociopolíticos e econômicos no Sul<sup>43</sup>. Ou seja, durante este período somente a fronteira do Senegal com Mali que ficou sem distúrbios diplomáticos, mas as ameaças de conflitos armado entre Senegal e seus vizinhos (Mauritânia e Guiné Bissau) abalou a segurança regional, mostrando assim como as relações entre elites políticas divergentes ideologicamente foram e certamente continuam sendo determinantes nas relações interafricanas da independência até a atualidade.

Portanto, apesar de todos concordarem em reconstruir os grandes espaços políticos do passado pré-colonial para uns e colonial para outros, as ambições pessoais e as brigas ideológicas impediram a realização de qualquer tipo de federação. Porém, a briga que dividiu o executivo federal da África Ocidental Francesa (AOF) em dois grupos adversários era mais que uma luta entre Federalista e antifederalista, mas sim, consequências da rivalidade entre

---

<sup>41</sup>Constituído pelos vizinhos diretos como Gâmbia, Guiné, Guiné Bissau Mali, e Mauritânia,

<sup>42</sup> Devido à situação geográfica da Gâmbia, muitas vezes ela é usada como depósito ou trampolim de mercadorias destinadas a abastecer o mercado Senegalês sem o pagamento das devidas taxas de importação ao Estado Senegalês. No caso da região sul do Senegal, por exemplo, devido à proximidade geográfica, mesmo pagando taxas de importação, às vezes é mais lucrativo para os comerciantes se abastecerem da Gâmbia em vez de Dakar, economizando assim os custos de transporte.

<sup>43</sup> Os problemas sociopolíticos que influenciaram negativamente as relações entre Dakar e Bissau estão ligadas à incapacidade do Estado senegalês de gerenciar a crise casamancês que, perturbava e ameaçava a integridade nacional e a questão econômica tem a ver com a descoberta de petróleo *off short* na fronteira marítima entre os dois países.

Senghor e Houphouet Boigny pelo posto de *leadership* regional. De fato, se os dois líderes concordavam em lutar por uma independência única da federação AOF, os interesses individuais e ideológicos serão principais pontos de discordância que resultará na independência separada dos territórios. Assim, a descentralização política que se queria realizar no âmbito do grupo de territórios do ultramar liderado por Leopold Sedar Senghor deputado do Senegal, se viu contrariado pelo particularismo territorial do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), dirigido por Felix Houphouet Boigny deputado de Costa de Marfim (SIDIDIBÉ, 2007, P.23).

A situação acima ilustra o importante papel do individualismo da elite política dirigente principalmente no distanciamento dos africanos depois da independência apesar de todos levantarem a bandeira da integração econômica e política além de formular críticas e responsabilizar as metrópoles pela divisão da região em vários Estados inviáveis econômica e politicamente. Igualmente a divergência ideológica das mesmas elites tem sido um elemento nefasto na realização dos sonhos pan-africanistas de uma África única e indivisível.

No caso específica da África Ocidental Francesa, parte da balcanização se deve a oposição ideológica entre o grupo dos *Indépendants d'Outre-Mer* de Senghor e o *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA) de Boigny que, eleito ministro do Estado francês em 1956 desempenhara um papel fundamental na elaboração da lei quadra que preconizou em seu artigo primeiro que as instituições dos territórios devem se tornar simples organismos de coordenação (SIDIBÉ, 2007). Ou seja, se durante a colonização a região era uma federação onde a mobilidade de funcionários, estudantes desconheciam as fronteiras e os sindicatos e homens políticos agiam nas mesmas organizações federais defendendo os mesmos interesses. Na véspera da independência normas, a lei quadro foi inventada para evitar a unidade política e territorial da região.

É neste sentido que Sanankoua (2007) observa que nem a lei quadra nem seus decretos de aplicação previam um conselho governamental no âmbito dos territórios da AOF apesar de ser elaborado com a ajuda de Houphouet Boigny, um dos principais líderes políticos da região. Situação que verá o surgimento de duas tendências. A primeira mostra a vontade de alguns líderes em se tornarem “donos” do poder político em seus territórios e a segunda lutava pela recriação um grande conjunto econômico e político. Como se percebe, o primeiro grupo terá mais êxito em sua proposta já que as fronteiras coloniais por mais artificiais que sejam, determinaram as unidades políticas (Estados) dentro das quais rapidamente se desenvolve um forte nacionalismo consolidando desta forma a balcanização da região.

Segundo Sidibé (2007) depois da independência, a primeira obra da maioria dos governantes, foi de buscar imediatamente instaurar um sentimento nacional, que mais tarde complica a concretização dos projetos de integração regional. O segundo grupo composto por grandes líderes carismáticos e engajados como Kwamé Nkrumah, Modibo Keita, Cheikh Anta Diop, Sekou Touré, que sonhavam com a África livre e unida priorizaram a criação de agrupamentos políticos, mas não resistiram às divisões ideológicas entre moderados e progressistas: Gana-Guiné-Mali, Conselho de entente, grupo de Casablanca e de Monróvia. No contexto da Guerra Fria, esta briga de elite é reforçada pelas clivagens político-ideológicas e a ingerência das antigas potências coloniais em busca da preservação dos interesses econômicos, políticos e geoestratégicos. Estes elementos são presentes tanto nos processos e nas estruturas quanto na elaboração e gestação das relações interafricanas e são fatos fundamentais para avaliar o grau de aproximação ou de amizade e de distanciamento ou de inimizades entre os atuais Estados membros da CEDEAO.

Igualmente pode se afirmar que estes elementos estão em parte na base da criação de uma variedade de organizações intergovernamentais na África Ocidental desde a independência em 1960. Estas organizações simbolizam no plano institucional e estrutural a vitória dos defensores da integração baseada nos espaços delineados no período colonial sobre aqueles que buscavam referência na África pré-colonial. Por isto, toda discussão ou problematizarão das relações interafricanas se desenvolveu buscando se aproximar do modelo da União europeia a tal ponto que as rivalidades entre França e Inglaterra que existiram desde o período da conquista e colonização da África até mesmo na atualidade dentro da comunidade europeia, são ainda visíveis nas relações entre suas respectivas ex-colônias oeste africanas. Nesta região as relações entre os diferentes países são marcadas não somente por rivalidades entre elites, mas também entre interesses das ex-colônias francesa e inglesa. Importa sublinhar que estes interesses são econômicos, políticos e ideológicos o que em geral torna mais complexa a realização ou concretização da solidariedade africana sem o resgate dos valores ancestrais, vistos como inferiores e bárbaros tanto pela cultura católica ocidental quanto pela cultura arabo-islâmica. E, é com base nestas concepções que foi formada a elite dirigente do atual Estado oeste africano e por isto são eternos discípulos e seguidores de preceitos e valores importados, que mais divide que aproxima como mostra esta afirmação de Alain Pascal Kaly:

Se ontem eram os árabo-muçulmanos e os cristãos, hoje são os radicais muçulmanos e cristãos e os evangélicos com pastores/as estrangeiros/as e autóctones fazendo sistematicamente um trabalho de desintegração, de desconexão física, mental e

ambiental, de mutilações psíquicas e de genocídios mentais e psicológicos em nome de Deus! Os estragos iniciados desde os primeiros contatos continuam deixando lastros fúnebres sem corpos visíveis na África, nas Américas e na Ásia. Inculcando medos, incertezas e introduzindo novos paradigmas-espacos sobre a morte (paraíso & inferno) em nome de um Deus (KALY, 2013).

Esta reflexão de Kaly mostra que as consequências da influência externa vão além da desintegração física (dos territórios) e política afetando o psíquico e mental dos africanos. Isto explica o fato da diversidade (étnica, linguística e religiosa) africana ter sido vista de forma equivocada como base de todos os males da formação e consolidação do Estado na região.

Este pensamento é fruto do passado histórico que serviu de base referencial a formação do Estado e das relações interafricanas na contemporaneidade e como tal, pode ser considerada como consequência direta da adoção do período colonial como referência e base de todos os processos de construção sociopolítica, econômica e cultural do Estado moderno depois da independência. Ora segundo Kaly (2013) ao longo dos processos coloniais, nem os árabo-muçulmanos e nem os ocidentais aceitavam, por exemplo, que pudesse haver diversas formas de cultuar Deus, de dialogar, negociar, fazer pactos e barganhar com Ele. Ou seja, qualquer pratica ou forma de oração que não se encaixa nos formatos dos seus Livros Sagrados (Bíblia, Alcorão) não tem nenhuma validade religiosa. Da mesma maneira, depois da independência todas as formas de organização social, política, econômica e cultural que não seja aquela copiada da ex- metrópole ou conforme aos preceitos destas religiões tidos como únicas monoteístas era rejeitada. Deste modo, pode se considerar a adoção de referenciais externas a realidade africana como outro problema nas relações interafricanas, já que isto introduz a necessidade de intermediários e cria elo de dependência continua. Assim, o impacto culturale linguístico que foi difundida, especialmente na África subsaariana, onde a língua do colonizador continuou a desfrutar de status oficial e a cultura religiosa do islamismo e catolicismo se tornaram simbol da civilização em detrimento das linguas e religiões africanas. Incorporado nas instituições dos novos Estados, estes elementos são à marca profundamente das rotinas de seus antecessores coloniais.

De forma geral, o legado colonial sobre os emergentes Estados africanos gerou um impacto particular se comparado com outros territorios colonizado, como os da Asia, e da America Latina. Desse modo, pode se afirmar que as relações dos Estados oestes africanos como outros do continente e do mundo dependem muito da herança colonial de cada entidade. Assim pode se enxergar a história e herança colonial como dois elementos mais determinantes mais significativos das relações exteriores do Estado africano.

O período colonial deixou ao novo Estado independente tangíveis e intangíveis relações com as potências metropolitanas e com os países (territórios) anteriormente sobre o mesmo domínio colonial. Os mais comuns destas relações são língua, zona monetária, sistema administrativo, educacional e sistemas legais, mas, pode-se citar outros links que incluem intangíveis relações como o Estado de direito, as instituições democráticas e laços pessoais informais entre políticos, homens de negócios, e corpos profissionais dos novos Estados independentes e as metrópoles de um lado, do outro entre territórios da mesma potência colonial (ALUKO, 1977, p. 7).

Esta reflexão de Aluko mostra como os laços herdados do período colonial são fortes e complexos a ponto de frear todo outro tipo de relacionamento entre Estados vizinhos como no caso da África Ocidental, onde as rivalidades entre ex-colônias francesas e inglesas dificultam a construção e consolidação de uma unidade socioeconômica, cultural e politicamente viável. As relações interafricanas são marcadas nesta região como no resto do continente pela forte presença de elementos tangíveis e intangíveis herdadas da colonização francesa e inglesa, por isto, para analisar as bases e fundamento das atuais estruturas e instituições de integração regional oeste africana, é importante entender os laços e relações entre Estados de colônia francesa (AOF) e os da colônia inglesa.

#### 4.2 RELAÇÕES ENTRE PAÍSES ANGLÓFONOS E FRANCÓFONOS NA ÁFRICA OCIDENTAL

Animados pela mesma vontade e desejo de construir uma África ocidental unida, os dirigentes e líderes políticos da região, influenciados pelos ideais do pan-africanismo se viram divididos quanto à questão de definir forma e modelo institucional e geográfico. Kwamé Nkrumah, por ser o primeiro a liderar um país independente da região e por sua visão solidária foi também o primeiro a se engajar na constituição de uma grande formação política de dimensão regional com um projeto de uma união oeste Africana (OIF, 2004). A visão oeste africana de Nkrumah não se limitava, no entanto, nos atuais contornos da CEDEAO mais englobava também a região da África central notadamente a República de Camarões e as duas Congo (Kinshasa e Brazaville). Cheikh Anta Diop em seu livro « *Les fondements économiques et culturels d'un État fédéral en Afrique Noire* » publicado em 1960, se mostra solidário a esta ideia de uma África Ocidental que vai além das atuais fronteiras e por isto defende a ideia do Congo ser o principal pilar econômico e industrial da federação.

É com esta ideia que Nkrumah cria o West African Secretary (WANS) em 1945 e viaja para Grande Bretanha e França para encontrar os intelectuais e principalmente representantes africanos na assembleia constituinte francesa: Lamine Gueye, Felix Houphouët

Boigny e Leopold Sedar Senghor (OIF, 2004). Como se percebe o objetivo de WANS e de seu líder era de evitar a divisão interna da região com base nos laços coloniais e exigir a independência completa da África Ocidental. Importa lembrar que nesta altura existia um debate na perspectiva de guardar Federação da África Ocidental Francês (AOF), porém isto criava uma divisão entre francófonos e anglófonos, que de fato se concretiza depois que o projeto pan-africanista de Nkrumah ter sido vista e acusada de comunista, enquanto a África Francófona sobre o impulso da RDA se consolidava como alternativa como ilustra o texto a seguir:

[...] De fato, as mesmas aspirações deram nascimento a um partido pan-africanista-RDA (*Ressementement Démocratique Africain*) que apesar das dificuldades teve uma vida mais longa que o WANS e colocou em seu favor os sucessos indiscutíveis. RDA surgiu num contexto de grande agitação da política francesa após a segunda Guerra Mundial, marcado pela presença de representantes africanos eleitos ao parlamento francês, fato que não tem equivalência no império britânico ou em qualquer outro regime colonial [...] (OIF, 2004, p.18).

Deste modo, a criação do RDA e a presença de representantes africanos no parlamento francês é apresentado como um fato inédito, mas, se de um lado isto possibilitou a aproximação dos líderes das colônias francesa, do outro os distanciava dos de colônias inglesas em geral e especificamente da Nigéria.

Assim, Senegal e Costa de Marfim, considerados os dois gigantes da colônia francesa da região, se preocupando com o crescente poderio da Nigéria, decidem deixar do lado as suas velhas rivalidades, para se juntarem em uma comunidade econômica capaz de contrabalancear o vizinho nigeriano. Importante observar que a França tinha a mesma visão e preocupação com Nigéria. No ponto de vista geopolítico, General De Gaulle, enxergava a federação nigeriana em uma situação de contraste em relação aos pequenos territórios francófonos da região, em termos de recursos econômicos e humanos. Portanto percebe-se que a preocupação da administração colonial francesa se confundia com a de alguns homens políticos como Felix Houphouet Boigny e Leopold Sedar Senghor. Segundo Bach (1990), é neste sentido que Senghor, oposto a ideia de fragmentação da AOF, declarava de forma dramática que se a França dissolver a federação da África negra deveria temer que os territórios franceses tomassem rumo uns em direção a Lagos e outros em direção a Acra. Ou seja, os territórios da África Ocidental Francesa (AOF), corriam o risco de serem dominados pelas duas principais ex-colônias inglesas da região. Nesta mesma ordem de ideia Bach, relata a inquietação de um funcionário da administração francesa em Abidjan em 1956, expressa nas palavras a seguir:

Diante a uma grande Bretanha que está disposta a manter a unidade do enorme bloco da Nigéria, apesar da coexistência de diversas forças centrífuga, ela favoreceu a absorção do Togo britânica pelo Gana independente. E mesmo sem falar em termos militares, que pesariam no futuro nas relações entre a variedade de Estados francófonos e estas duas potências anglófonos (BACH, 1990).

Assim, fica claro que as colônias inglesas eram vistas e apresentadas de forma, (errônea de nosso ponto de vista), como sendo a principal ameaça aos Estados africanos de língua francesa, já que o principal defensor da unidade africana era o então presidente do Gana, Kwamé Nkrumah.

Certamente, a esta altura houve uma tentativa de confundir interesse francês com os interesses dos países africanos de colônia francesa, pois, a ideia da unidade africana defendida por Nkrumah e companhia buscava eliminar o colonialismo bem como evitar a instituição de uma nova forma de relacionamento (neocolonialismo) entre metrópoles e os novos territórios independentes pautadas na perpetuação da exploração imperialista das potências ocidentais em relação aos Estados africanos. No entanto, como se sabe, as metrópoles em geral e principalmente a França não estava disposta a ver suas ex-colônias serem autônomas e tão pouco vê-las se transformarem em Estados fortes econômica, política e culturalmente. Por isto, Desde cedo, houve uma tentativa de manter o princípio de dividir para reinar, que favorecia, em primeiro lugar o neocolonialismo francês e em segundo lugar a classe de dirigentes que apostavam na cooperação com a França para a construção e desenvolvimento do Estado-Nação. Todo isto é resultado da conferência de Brazzaville que reuniu entre o dia trinta de janeiro e oito de fevereiro de 1944, governadores e colonos que decidiram não abrir sobre qualquer pretexto a via da descolonização e estabeleceram como regra básica descartar que toda ideia de autonomia, e/ou toda possibilidade de evolução fora do bloco francês do império (CANALE; BOABEN, 2010). Ou seja, a única opção de independência política possível é dentro do bloco francês, que significa automaticamente, embarcar numa perspectiva de continuação dentro dos moldes coloniais, o que torna automaticamente a possibilidade de aproximação entre Estados de colônia diferente quase nula.

Assim, temos uma África Ocidental britânica com cinco entidades<sup>44</sup> distintas, e uma África Ocidental francesa constituída por uma “federação” de oito colônias<sup>45</sup> chamadas, a partir de 1946, “territórios de além-mar” formando uma unidade administrativa centralizada sob a autoridade de um governador- geral que toma em 1946 o título de alto- comissário da

---

<sup>44</sup> Nigéria, Gana, Gâmbia e Serra Leoa e Libéria.

<sup>45</sup> Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Guine, Mali, Níger, Senegal e Togo.



República. Segundo Bach (1990) esta África Ocidental Francesa (AOF) encontrava-se em atraso em todos os domínios, comparativamente a África Ocidental britânica excetuando-se as três comunas de pleno exercício do Senegal (Dakar, Rufisque e Saint Louis) cujos nativos negros ou brancos, eram cidadãos franceses e podem participar da vida política e das eleições, enquanto que o regime colonial tinha excluído toda a forma de vida política para o resto dos “sujeitos” coloniais que são tanto na administração pública quanto no setor privado, submetidos inclusive a empregos de perfil subalterno a concorrência de um colonato de “pequenos brancos” não existentes na África Ocidental britânica.

Estes fatos explicam o medo da França e das suas elites africanas têm de ser dominados pela parte inglesa depois da independência, mas também mostra a diferença estratégica entre França e Inglaterra no que desrespeite a independência africana. Em quanto à primeira busca permanecer através da política de fragmentação da região em pequenos Estados governada por personagens escolhidas pela metrópole, à segunda prefere seguir sua política de *self government* que privilegia o apoio das lideranças locais que mantém certa continuidade das estruturas políticas pré-coloniais caracterizadas pelo federalismo descentralizado. Nigéria apesar de todas as dificuldades e problemas internos, é um exemplo típico deste tipo de federalismo, por isto o medo que esta seja capaz de interferir e influenciar as relações entre França e suas antigas colônias da região.

Este medo que se baseava em suposições e projeções se torna realidade logo depois da independência da Nigéria e especialmente a partir de janeiro de 1961, quando o governo do país ordenou o fechamento da embaixada da França em quarenta e oito horas e proibiu o acesso de navios e aviões francês nos portos e aeroportos nigerianos, depois de sucessivas explosões nucleares no Saara (BACH, 1990). Isto afeta diretamente Níger que viu mais noventa mil toneladas de seu amendoim bloqueadas em Lagos enquanto Benin congelava a importação de materiais pesados para a construção do porto de Cotonou, prejudicando, nos dois casos, a França, que é ao mesmo tempo importadora do amendoim e exportadora das máquinas. Assim percebe-se o interesse da França em preservar tanto a independência separada de seus territórios coloniais em vários Estados dirigidos por líderes amigos quanto evitar a aproximação dos mesmos com as ex-colônias britânicas com sua cultura de autonomia política (*self-government*). Em soma, a estratégia de cooptar elites, colocar em pratica um sistema de independência controlada, incitar uma rivalidade com as colônias britânicas, tinham o mesmo objetivo, evitar a mobilização e aproximação que possa resultar numa independência total como queriam boa parte dos parlamentares africanos e caribenhos,

que juntos não escondiam seu repúdio ao sistema bem como a reação das elites coloniais contra uma reforma do sistema em vigor.

Nesta busca pela reforma do sistema em favor da independência incondicional dos países africanos se filia massivamente aos partidos de esquerda francesa que também pregavam uma mudança radical da sociedade e do Estado francês e diante desta pressão o governo Gaullista elabora o projeto da união francesa<sup>46</sup> que será submetida ao referendun popular nas colônias. O paradoxo é que esta suposta União livre optada pelas elites da África francesa era apresentada como ponto de diferenciação das elites francesas (evoluídas) com as das colônias inglesas, mas ao mesmo tempo, somente os comunistas apoiavam a ideia de um grande partido pan-africanista entre os três que compunham a maioria presidencial francesa. Os socialistas da *Section Française de l'internacional ouvrière (SFIO)* e democratas cristãos do Movimento Popular Republicano (MPR) buscavam constantemente bloquear a criação de forças libertadoras das colônias. Ou seja, todo não passava de uma armadilha que buscava um meio de perpetuar a dominação colonial por meio de representantes locais, os governadores de pele negra como os chamavam o General De Gaulle.

Entre os governadores de pele negra havia Felix Houphouet Boigny, quem é segundo Huguex (2013) autor do neologismo Françafrica, que é resultado do pacto entre Boigny, chefe do RDA ligada na metrópole ao grupo comunista de François Mitterand. É em favor desta aproximação que surge o tema de um espaço franco-africano, juntamente com uma dimensão europeia. Conforme o autor acima referido a Françafrica era nesta época, um projeto positivo, global e coerente, que substitui a União Francesa, assim que os países africanos forem independentes. É interessante notar que, a ideia da Françafrica idealizada pelo líder de Costa de Marfim apesar de parecer alternativa a união Francesa proposta pelo então General De Gaulle, tinha como única diferença o fato de ser cunhado e coordenado por Boigny, franco-africano. Todavia, o projeto se coloca numa lógica de integração entre a França e suas ex-colônias da África, e não uma integração entre os países africanos. Deste modo, pode se afirmar que a proposta de Boigny nada mais nada menos que o projeto da União francesa proposta por De Gaulle já que consiste em realizar através da integração de capitais via substanciais investimentos franceses na África Ocidental e equatorial francesa (respectivamente AOF e AEF) em geral e particularmente em Costa de Marfim:

- a) a integração monetária, que consiste na manutenção da Zona do Franco CFA;

---

<sup>46</sup> Este projeto consistia em teoricamente libertar as colônias para formar uma União Francês livremente consentido, no entanto, esta liberdade era condicionada, pois, quem rejeitasse a União como foi o caso da República de Guiné era considerado inimigo da República francesa.

- b) a integração política através da forte presença de conselheiros franceses ao lado dos respectivos presidentes dos novos Estados africanos;
- c) e, por fim, uma integração pela circulação de pessoas que visava particularmente à entrada e saída de cidadãos franceses nas ex-colônias.

Estes elementos permitem ver que todos os tipos de integração prevista neste projeto se inscrevem numa relação vertical de subordinação fundamentada no assistencialismo que, mais tarde será o principal pilar da cooperação francesa. Igualmente vale observar que não há nenhuma referência às relações entre os países africanos mesmo dentro da AOF, e por fim, observa-se que são os mesmos mecanismos que guiaram as relações franco-africanas durante às últimas cinco décadas. Portanto, se aceitamos que o projeto foi da autoria de Boigny, podemos afirmar que ele foi o artesão do neocolonialismo francês, que Vincent Hugeux (2013) define como sendo um bloco hegemônico pós-colonial. A busca da hegemonia reflete neste sentido, a emergência do Estado Nação dentro das fronteiras coloniais defendidas por Houphouet Boigny em oposição ao sonho federalista de Leopold Sedar Senghor do Senegal que obedece a três visões que são respectivamente a desenvolvimentista baseada numa economia com um real crescimento do setor agroindustrial. Uma visão civilizatória inspirada do modelo ocidental, mas, nunca desligada da historicidade da sociedade africana em geral e marfinense<sup>47</sup> em particular e por fim, uma visão do sistema internacional, que além de preservar certo clientelismo diplomático ou militar, já que Houphouet era claramente anticomunista e durante a Guerra Fria, escolheu seu campo apesar dos outros africanos jogarem no time dos países não alinhados (PNA).

Desta forma percebe-se que, o legado colonial teve um impacto direto e indireto nas relações externa dos países da África Ocidental Francesa (AOF) e conseqüentemente nas suas relações com seus vizinhos de colônia inglesa. Isto porque se entendem que é racional e mais fácil misturar, e trabalhar de perto com pessoas e países cuja língua e sistemas educacionais, legais e administrativos se entendem. Segundo Aluko, (1977) no caso dos países francófonos da África negra, o impacto da herança colonial foi mais visível, embora em 1957-1958 a Federação da África Ocidental Francesa (AOF) e da África Equatorial Francesa (AEF) foram

---

<sup>47</sup>Hugeux observa que Houphouet era um africano que buscava se aproximar da modernidade ocidental, e por isto, misturava uma aproximação com o ocidente com a preservação do poder dos chefes tradicionais como os Akan. É importante notar que na realidade Felix Houphouet Boigny como outros presidentes africanos, privilegiavam as relações no plano interno com os chefes locais a fim de guardar certa legitimidade e contar com uma clientela política forte, respeitada e temida ao mesmo tempo pela sociedade. Senghor teve o mesmo relacionamento tanto com os líderes religiosos (muçulmanos e católicos) quanto os chefes tradicionais Serere do Salum e Diola de Casamance

substituídos por novos arranjos ao longo do ano 1959, a fim de promover novas e estreitas relações entre seus membros e a metrópoles. Importa observar que efetivamente são devido a esta divisão que os impactos da colonização foram mais sentidos, pois, é traves dela que se fragmentou a região em vários pequenos territórios (Estados) inviáveis política, econômica e socialmente.

Deste ponto de vista, a autonomia da AOF, seja como federação ou como unidades (estados) independentes como foi, pela aplicação integral da constituição francesa em específico da lei quadra e do princípio da comunidade francesa, significava acrescentar nas então fronteiras físicas/ territoriais, a fronteira linguística e cultural impedindo desta forma a fusão e aproximação dos africanos a não ser em relação ao quadrado colonial francês, Inglês e português, que de certo modo, caracteriza até na atualidade as estruturas de integração regional na África Ocidental. Assim o contexto político, econômico e social da região é marcado no plano institucional por uma arquitetura complexa que pode ser qualificada de dual e múltipla.

#### 4.3 O DISPOSITIVO INSTITUCIONAL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: COOPERAÇÃO OU CONFLITO?

Os processos de integração regional na África Ocidental bem como no resto do continente, são marcadas por uma dualidade e multiplicidade de arquitetura institucional, resultado das clivagens entre países anglófonos e francófonos e em certa medida lusófonos. Esta rivalidade não se limita somente à estrutura e tipo de arquitetura de integração colocada em funcionamento na região, mas, se estende aos limites geográficos que variam dependendo da ótica de quem esta analisando. Nesta ótica, Évora (2012), afirma que a própria ideia da “África Ocidental” entendido como um espaço westfaliano e territorialmente organizado, é uma criação moderna e um fenômeno pós- independência, já que no contexto do colonialismo, a África Ocidental, para os britânicos, compreendia as quatro colônias protetorados: Nigéria, Costa do Ouro (atual Gana) Serra Leoa e Gâmbia. Para os franceses até 1958, a África Ocidental correspondia à federação de oito países que são: Mauritânia, Senegal, Sudão francês (atual Mali), Guine francês, Daomey (agora Benin), Níger, Costa de Marfim, e Alto Volta atual república de Burkina Faso.

Observa-se de passagem que, para a França a África Ocidental continua sendo o mesmo espaço que forma atualmente a União Econômica e Monetária Oeste Africana

(UEMOA), com uma única mudança, que consistiu na saída da Guiné francesa e na entrada da Guiné Bissau na união. Enfim, para a colônia portuguesa a África Ocidental era composta de Guiné Bissau e Cabo Verde. Adedeji, (2004) relata que Leopold Sedar Senghor, na sua visão federativa ou regionalista defendia a ideia de uma África Ocidental que vai de Cabo verde, passa pela Mauritânia até o Zaire, atual República Democrática de Congo, numa tentativa de equilibrar o poderio nigeriano no quadro das negociações para a constituição de uma união econômica na década de 1970. Esta ideia de Senghor que representa o pensamento da maioria dos líderes e elites africana da colônia francesa mostra até que ponto, a fronteira colonial é internalizada pelos dirigentes, que em vez de contar com a provável complementaridade entre africanos, se preocupam em como neutralizar Nigéria, se opondo provavelmente aos projetos não por objetividade e realismo, mas sim por ideologia e fidelidade a metrópole.

Desta maneira, depois da independência com base nas fronteiras herdadas da colonização, o triângulo África portuguesa, inglesa e francesa acompanhou a formação dos Estados que foram frutos das rivalidades e estratégias geopolíticas das ex-potências coloniais, que deste modo, continuam influenciando as relações interafricanas de forma direta e indireta<sup>48</sup>. Influência que faz das ex-metrópoles os representantes legítimos dos países africanos nos principais campos da política internacional e assim, perpetua a dependência dos mesmos e impede a afirmação dos Estados africanos no sistema internacional. Segundo Chazan et al.(1992), os Estados africanos são raramente atores principais da política mundial, mas o continente tem sido muito afetado pelos interesses e ambições das potências externas. Este autor entende que durante o século XVI, o comércio de escravos começou a integrar África negra na divisão mundial do trabalho, mas a maior parte não foi incorporada no sistema político global até o fim do século XIX, todavia, o colonialismo transformou o continente do ponto de vista, histórica, política, geográfica e social. Estas transformações são o legado do imperialismo colonial europeia aos novos Estados africanos e constitui a base da influência (direta e indireta) ocidental na política africana do mundo contemporâneo.

---

<sup>48</sup>Entende-se que as relações interafricanas são influenciadas de forma indireta quando os representantes africanos (como foi à maioria dos líderes na independência) pelo vínculo com a ex-metrópoles são coagidos a adotarem certa postura em relação a parceiros tanto internos quanto externos. A título de exemplo, pode se citar a postura de boa parte de países da África Ocidental Francesa (AOF) em relação à Nigéria logo depois da independência. Neste período, a política externa dos países africanos tinha que levar em consideração os interesses da França, ou seja, não havia liberdade e autonomia de tomar qualquer decisão ou de estabelecer alianças com quaisquer outros países do continente e do mundo sem o acordo prévio das metrópoles. A influência direta se manifesta a través tanto do ponto de vista da herança histórica (língua, instituições e praticam administrativas) quanto ao condicionamento da ajuda, da cooperação no caso da França, a certa postura.

Em suma, depois da independência, visto a importância dada aos laços com antigos colonizadores, vários fatores corroboraram a tornarem as relações e políticas externas dos novos Estados africanos dependentes. Igualmente, importa destacar que a intensidade dos laços entre os africanos e os países ocidentais varia conforme a ex-metrópole considerada e a forma como se deu a independência. Nesta ótica, Young (2009), mostra que no caso em que a independência foi ganha a través de luta armada também conhecida como guerra de libertação (Algéria, Guiné Bissau, Angola) em vez de negociação, a transferência do poder trouxe inicialmente uma ruptura com a metrópole, foi também o caso, em países como República de Guine, Congo Kinshasa, onde, a transferência do poder se deu no meio de crise entre lideranças locais e elite metropolitana. Nestes últimos casos, observa-se que devido a este desentendimento que causou descontinuidade antes da restauração das relações, até na atualidade grau de intimidade continua baixo.

Young observa também que os antigos poderes coloniais de menor peso como Itália, Espanha, Bélgica, desempenharam e continuam desempenhando uma influência menos visível que os dois principais ocupantes imperiais do continente, Grã-Bretanha e França e no caso do Português, a mitologia imperial da comunidade luso tropical mundial, multirracial, chave do autoritarismo corporativista de Caetano Salazar do Estado novo, se vera desacreditada e odiada por suas ruínas e intermináveis guerras coloniais na África entre 1961-1974. (YOUNG, 2009, p.42). Deste modo, coincidência ou não, percebe-se que os dois principais poderes coloniais (Grã-Bretanha e França) que mantiveram maior influência direta e indireta no continente, foram os dois dominadores da África Ocidental, sendo que nos atuais quinze países da CEDEAO, oito foram sobre domínio francês<sup>49</sup>, cinco sobre colonização inglesa<sup>50</sup> e duas colônias portuguesas<sup>51</sup> e paradoxalmente desde a independência assiste-se a uma expansão da França enquanto Grã-Bretanha tende a diminuir sua influência nos assuntos internos da região. Portanto, apesar de se esperar uma influência continua da Inglaterra na África Ocidental devido, ao sistema de bom relacionamento, a importância das suas colônias na região (Nigéria e Gana principalmente), assistiu-se a um recuo britânico como bem ilustra as linhas a seguir:

Surpreendente foi o relativo desaparecimento da grande Bretanha no cenário africano, pois, ela foi há muito tempo vista como um grande poder, embora os recursos para apoiar tal afirmação silenciosamente declinava por causa do colapso imperial Na década de 1950, quando se iniciou a era da descolonização da África, a

<sup>49</sup> Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Guiné, Mali, Níger, Senegal e Togo.

<sup>50</sup> Gana, Gambia, Nigéria, Libéria e Serra Leoa.

<sup>51</sup> Guiné Bissau e Cabo Verde.

Grã-Bretanha era vista como a provável potência entre os colonizadores, que poderia manter sua permanência em seus vastos territórios colonial devido à estrutura e modo flexível de administração adotada ao longo da evolução da comunidade britânica. No entanto, a realidade mostrou que isto era apenas uma ilusão baseada em falsas inferências deduzidas da antiga constelação do *self-government*, que permaneceu intimamente ligada nas relações imperiais de segurança com Londres. Muitos pensaram que ao Commonwealth poderia preservar o conjunto britânico na ordem global para além da concessão formal de soberania na Ásia e África (YOUNG, 2009, p 43).

Esta reflexão de Young permite inferir que a colônia britânica permaneceu fiel a sua política de não interferência direta nas colônias diferentemente da política “civilizatória” francesa. Esta diferença entre os dois principais sistemas coloniais que dominaram a África Ocidental explica, em parte, a inquietação da França e de seus aliados africanos em relação às ex-colônias inglesas da região, bem como a tentativa de desestabilização da Federação nigeriana apoiando o movimento separatista de Biafra e pelo mesmo gesto, reforçar a oposição entre os países francófonos (como Senegal, Gabão, Costa de Marfim) e Nigéria e consequentemente, dificultar a possibilidade de integração regional. A este respeito, Derogy (2013), afirma que o General De Gaulle apoiou a sessão apesar deste apoio se limitar em reconhecer a legitimidade do Estado de Biafra, envio de armas, munição e conselheiros militares, além de incentivar Costa de Marfim e Gabão em reconhecerem oficialmente o dirigente da rebelião, o General Odumegwu Ojukwu<sup>52</sup>.

Deste modo, França se torna a potência externa que mais influência a política externa dos países da África Ocidental, estabelecendo nova forma de relacionamento e de interferência, que além de manter os africanos subordinados, dificulta a aproximação dos mesmos usando bem o princípio de dividir para reinar que impera desde conferência do Berlin a qual seguiu o período colonial. Assim, se consideramos que cada país herdou a política e práticas da sua ex-metrópoles, podemos, admitir que as antigas colônias inglesas tenham mais liberdade de tomar decisões no que desrespeite as formas e maneira de conduzir tanto individual quanto coletivamente os projetos socioeconômicos, políticos e culturais da região que as colônias francesas.

No entanto, da mesma forma que tivemos dois sistemas de colonização na região ao longo do século XIX e XX, criou-se dois tipos de organizações de integração regionais, respeitando a cultura de cada sistema. O primeiro e o mais antigo, é a integração do tipo

---

<sup>52</sup>Segundo a mesma fonte, o chefe da rebelião, apesar de agradecer pelo envio de mantimentos e medico reclamava da França por não ter se esforçado mais no campo diplomático e militar, o que revela que França mandava também alimentação, médicos. Ou seja, dava apoio geral a rebelião, apesar de tudo, foi um fracasso, além da mesma França se ver obrigada a voltar atrás para negociar com Nigéria devido ao envolvimento de suas tropas no conflito no Chade.

francês que, devido à busca incessante de prorrogar a presença na região, agrupou os países da África Ocidental Franceses (AOF) no âmbito da União Econômica e Monetária Oeste Africano - UEMOA e o segundo, a Comunidade dos Estados da África Ocidental-CEDEAO, criado com o incentivo da maior ex-colônia inglesa (Nigéria) da região, agrupa todos os países oeste africanos, independentemente da antiga potência colonial. Por isto, para entender os principais desafios da integração regional oeste africana, é preciso analisar as estruturas e processos da CEDEAO, UEMOA e ZMAO, mas para tanto, é de fundamental importância compreender o modo de relacionamento funcional e de convivência destes organismos no mesmo espaço físico. Isto é, identificar quais são os elementos de aproximação e de distanciamento dos Estados membros e principalmente dos povos da região.

#### 4.4 CEDEAO, UEMOA E ZEMAO: ENTRAVES DA APROXIMAÇÃO

Nascido no cenário conturbado de pós- segunda Guerra Mundial marcado pela Guerra Fria, os processos de construção de uma unidade regional iniciam ainda na década de 1960 com as diversas tentativas que culminaram na criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975, buscando liberalizar o comércio, uniformizar a tarifa comercial, harmonizar a política fiscal e comercial, criar uma zona monetária, maximizar o compromisso dos Estados com o orçamento da organização e ratificar, e colocar em funcionamento os protocolos adicionais de maneira ampla.

Com o fim da Guerra Fria e início da chamada onda liberal na década de 1990, um grupo de sete países<sup>53</sup> da região que tem em comum o passado colonial francês cria em 1994 a União Econômica e monetária Oeste Africana (UEMOA). A principal base de aproximação destes países é o fato, de terem sido colonizados pela mesma metrópole, a França e, portanto, dividem o uso do francês como língua oficial, além da herança colonial, tanto no ponto de vista administrativo quanto estrutural. Assim, conservam o Franco CFA como moeda comum e mantiveram uma única política monetária, determinada e aplicada pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO) e a convertibilidade do franco CFA é garantida pelo tesouro francês. Segundo BAD (2011), grãs a este ponto comum os países da UEMOA, que incorporaram a Guiné Bissau em 1997, tiveram um progresso louvável em matéria de integração em comparação aos outros países da CEDEAO. Este relativo sucesso dos países francófonos no âmbito da UEMOA, pode ser um dos motivos que levou o resto dos países da CEDEAO menos Cabo Verde, a formar uma segunda Zona Monetária Oeste Africana

---

<sup>53</sup>Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Mali, Níger, Senegal e Togo.



(ZMAO)<sup>54</sup>, que poderia no longo prazo se juntar a UEMOA para formar uma única zona monetária no espaço CEDEAO. O segundo elemento que caracteriza a dualidade acima referida, está no ambiente institucional, com a existência de inúmeras organizações ligadas a UEMOA e/ou a CEDEAO. Conta-se nestes dois blocos que caminham em busca de uma mesma estrutura, cerca de trinta organismos regionais colaboradoras ou da UEMOA ou da CEDEAO.

Neste contexto segundo BAD, (2011, p.9), é normal ter um avanço desproporcional em termos de integração respectiva apesar dos esforços dos membros em ultrapassar as diferenças linguísticas e geopolíticas que constituem obstáculos ao processo de integração apesar do caráter complexo tanto do ponto de vista política quanto cultural da região, devido à diversidade religiosa, linguística e dos sistemas legados pela colonização. Além da diversidade de recursos humanos, energéticos e minerais, com grande concentração destes recursos na Nigéria<sup>55</sup>. Não obstante, apesar desta complexidade intrínseca, a mobilidade da população é relativamente mais fácil na África Ocidental se comparada com o resto do continente, devido à política de livre circulação adotada pela CEDEAO de um lado e do outro, da existência de fatores históricos e culturais resultados da existência de grandes impérios pré-coloniais (BAD, 2011). Ou seja, boa parte das diferenças referidas acima são frutos da colonização e, portanto, se os principais problemas da aproximação dos africanos são realmente, as diferenças culturais, linguísticas, religiosas ou/e diversidade étnica é necessária perguntar se são as diferenças importadas ou locais?

Boa parte dos diagnósticos e argumentos aponta a segunda opção como principal barreira. Isto é por que, há uma aceitação consciente ou inconsciente do legado colonial como sendo sempre o bom exemplo a ser copiado e seguido. Assim, as fronteiras físicas se transformaram em fronteiras culturais e linguísticas, aumentando cada vez mais a distância os processos de construção de Estado e de organizações supranacionais da realidade local, africana, e perpetuando os laços com as ex-metrópoles ocidentais e conseqüentemente se tornara elementos de distanciamento no ponto de vista cultural, linguística e física nas relações interafricanas.

#### 4.4.1 Fronteiras nacionais ou barreiras físicas

---

<sup>54</sup> Os países membros são: Gâmbia, Gana, República de Guiné, Nigéria, Libéria e Serra Leoa.

<sup>55</sup> Segundo BAD (2011) este país concentra respectivamente 50 e 60% da população e do PIB da região

As barreiras físicas na África em geral são aquelas ligadas às fronteiras nacionais herdadas da colonização francesa, inglesa e portuguesa. Os limites dos Estados nacionais são linhas retas traçadas levando em consideração somente os interesses econômicos dos colonizadores no contexto do século XVIII. A construção do Estado nação e dos processos de integração regional oeste africana foram concebidas dentro dos limites geográficos (fronteiras) traçadas pela colonização. Isto teve como consequências além da fragmentação da região em vários Estados inviável econômica e politicamente, a criação de rivalidades entre a africana de colônia inglesa, francesa e de certa medida portuguesa. É nesta ótica que, foram pensados os primeiros processos de integração econômica política e monetária regional que resultaram nas atuais organizações da CEDEAO, UEMOA e da ZMOA, que tem como desafio de ultrapassar as diversas barreiras e maximizar as oportunidades. Entre os desafios, pode se citar o de eliminar as barreiras físicas através de programas e projetos de integração de infraestrutura de transporte (rodovia, ferrovia, porto e aeroportos), de comunicação (telecomunicação), energia (gasoduto, oleodutos) a fim de facilitar as trocas comerciais interafricana. Para tanto, é necessário diminuir a duplicidade das instituições políticas bem como a superposição de objetivos a fim de maximizar o uso dos recursos. A existência de várias organizações de integração regional até pode ser útil, mas não é necessário na medida em que causa a dispersão dos esforços e recursos humanos, materiais e financeiros escassos. Todavia importa lembrar que a coexistência de várias organizações de integração regional não é uma particularidade da África Ocidental, já que, no continente contam-se cerca de quatorze agrupamentos regionais, entre os quais a União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA), a União do Rio Mano (URM), e a Zona Monetária da África do Oeste (ZMAO em fase de construção) que coexistem com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

#### 4.4.2 Barreiras Linguísticas e Culturais

A influência da língua é tão importante que as diferentes metrópoles europeias pensam que podem sem grande prejuízo se retirar de maneira aparente politicamente da África, mas, continuando de forma real no domínio econômico, espiritual e cultural (DIOP, 1960, p. 26).

Esta epígrafe deixa clara a importância estratégica de convencer os africanos a adotar inglês, francês ou português como idioma oficial, sobre o pretexto de que é a única que pode unir os africanos, mas cabe perguntar em que?

Certamente a única resposta certa a esta indagação seria admitir que as línguas das antigas metrópoles unissem os africanos no sofrimento, na submissão e na perpetuação da alienação cultural, econômica e política. Nesta ótica, que se ouve falar que as diversidades de línguas e culturais são os principais problemas da construção do Estado nacional na África, e infelizmente, esta ideia foi internalizada e aceita pelos africanos em geral e particularmente pela classe dirigente. Assim, ser eloquente, se expressar bem em francês, português ou em inglês se tornou sinônimo de inteligência, intelectualidade ou simplesmente o principal elemento do poder simbólico como diria Pierre Bourdieu. Este autor acredita que existe um poder simbólico, diante o qual, as classes dominantes são beneficiadas de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais que possibilita exercer o poder. Segundo Cappelle, Melo e Brito (2005), para Bourdieu, esses símbolos são instrumentos por excelência da integração social e tornam possível se obter o consenso acerca do sentido do mundo social a qual contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem dominante.

Ou seja, há uma presença implícita da necessidade de legitimação do poder pelo outro que seria no caso africano a sociedade, para que seu exercício surte efeito. Deste modo, algumas das elites políticas africana da década de 1960, se encaixam bem no poder simbólico visto e definido por Bourdieu (2001) como sendo aquele poder invisível que pode ser exercido somente com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. A linguística e o cultural entram neste campo como produção simbólica e instrumentos de dominação vistos sua capacidade de integrar, aproximar as classes dominantes, distinguindo-as das outras classes, para a desmobilização das classes dominadas, a legitimação da ordem estabelecida, mediante a hierarquização e legitimação das distinções. Segundo Bourdieu apud Cappelle, Melo e Brito (2005, p. 359):

Esse efeito ideológico produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) e também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Estas linhas resumem muito bem a situação que se buscou estabelecer entre as metrópoles e suas antigas colônias da África bem como promoção generalizada do francês, inglês e/ou português em detrimento das línguas e culturas africanas. O papel integrador que foi dado às línguas europeias, para justificar seu uso como linguais oficiais dos atuais Estados africanos. No entanto, a realidade vivida ao longo dos anos parece mostrar o contrário, pois,

além de constituírem uma barreira cultural entre dirigentes e população, bloqueiam ou dificultam os fluxos sociais que caracterizavam a região no período pré-colonial. Igualmente esta opção coloca um impasse quanto à escolha de uma única língua no nível regional e continental mesmo considerando somente as três línguas metropolitanas (Inglês, Francês e Português) faladas na África Ocidental. Portanto, a falta de unidade linguística e cultural não se justifica somente pela diversidade de línguas africanas, mas também e principalmente pela imposição das línguas estrangeiras como oficiais para uma população que, de maneira geral as desconhecem totalmente.

Do ponto de vista linguística e cultural, não se discute que a África Ocidental como qualquer outra região do continente é um mosaico visto a diversidade de espaços e de populações que formam a região. Porém há de convir que pelo menos tais populações e culturas tenham uma história em comum apesar desta se caracterizar em termos de conflitos, negociações e compromissos ao longo dos tempos. Segundo Thiaw (2010) apesar dos esforços dos poderes coloniais e pós-coloniais com suas cartografias e suas múltiplas tecnologias de controle na busca de tornar possível a coincidência entre identidade e territórios, esta região é um conjunto plural culturalmente, um caleidoscópio de nações étnicas correspondentes às identidades mais ou menos distintas. Portanto, a diversidade cultural, étnicas e linguísticas não são novidades na região, mas sim, elementos que compõe e fazem parte da formação histórica da região.

Se levarmos em consideração a organização sociopolítica, cultural e econômica da África Ocidental do período pré-colonial que se caracterizava pela construção integrada regionalmente de infraestruturas urbanas, comercial e um forte aproximação e interconexão socioculturais e políticas, podemos descartar a hipótese de que a diversidade cultural e linguística é um freio à integração e estreitamento das relações interafricanas. Ao contrário, a riqueza e a grandeza da África Ocidental se devem historicamente a sua diversidade cultural e linguística e, a sua unidade política moderna certamente será dificilmente alcançada sem se levar em consideração estes elementos. Aliás um dos fundamentos da integração é a complementaridade que somente existe quando há diversidade, desse modo, é importante olhar com cuidado os argumentos negativistas sobre a diversidade oeste africana, já que os mesmos vêm na maioria de vezes de fora para dentro em prol de interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos locais e regionais.

Os grandes impérios e reinos da região no período pré-colonial tais como Mali, Gana, Songhai, Fouta Djallon, Gaabu. bem como a federação da África Ocidental Francesa (AOF) existiram sem eliminar as diversidades culturais e linguísticas da região. No entanto, ao fim

do regime colonial e depois da liberação total do continente, os novos Estados nacionais marcados pelas rivalidades entre suas elites e dirigentes e o individualismo egoísta dentro dos moldes das fronteiras nacionais tentaram apagar as diversidades linguísticas e culturais pela instauração do partido único, a escolha em vários dos casos de um único herói nacional além da imposição da língua do colonizador como língua oficial de cada país em busca da formação do Estado-Nação aparece na atualidade como um dos gargalos das relações interafricanas. Não se pode negar a diversidade cultural, étnica e linguística na África Ocidental como no resto do continente e tão pouco querer eliminá-la, pois a mesma faz parte da essência da formação sociológica da região.

Deste modo, pode se afirmar que certamente um dos grandes erros dos Estados nacionais é buscar uma homogeneização da cultura e particularmente, a língua nacional adotando a do colonizador europeu em detrimento da promoção das línguas nacionais e regionais. A língua, por ser um dos principais meios de comunicação e de transmissão de valores locais e regionais, tem um papel fundamental na promoção da integração regional oeste africana. Deste modo, a promoção das línguas nacionais e regionais interessa diferentes atores da vida civil, política, administrativa, e, chama a atenção quanto à delicadeza da questão, por ser a maioria das vezes cercada de paixão além de ser vista como referência incontornável da identidade cultural (GUINDO, 2007, p.81).

A promoção das línguas oeste africanas é importante não somente pela capacidade de inclusão das massas populares nos processos de integração regionais, mas também evita o desenvolvimento de particularismos nocivos para a promoção da paz regional. Segundo Diop (1960), a ignorância das línguas africanas e do parentesco que existe entre as mesmas mantém e alimenta o particularismo que tem uma verdadeira força de micro regionalismo. Portanto, da mesma forma que a União Africana (UA) sugeriu fortalecer as organizações de integração regionais como pré-requisito e caminho certo para reforçar os laços entre africanos, enfatiza-se a importância em nível local e regional do resgate e da valorização das línguas africanas, a imagem de qualquer outra língua europeia. Não há mais necessidade de impor as línguas europeias como único meio de aquisição de conhecimento e de “civilidade” como ilustra as linhas a seguir:

[...] Estamos até agora sobre as sequelas da época onde era indispensável conhecer a língua da metrópole para ser elegível a uma função da vida pública em geral e particularmente aos cargos de parlamentar (deputado). Nesta época a participação aos debates no parlamento francês tornava o conhecimento do francês necessário, mas, é um paradoxo manter esta obrigatoriedade no âmbito de um dado Estado africano independente (DIOP, 1960, p.22).

A partir desta afirmação de Diop, pode se ver que não se justifica mais uso de uma língua europeia em uma assembleia de representante do povo de qualquer que seja o país oeste africano da atualidade. Isto não significa rejeição das línguas das ex-metrópoles, mas sim significa ser objetivo e realista visto que a maior parte de qualquer território ignora ainda totalmente estas línguas (francês, inglês, português).

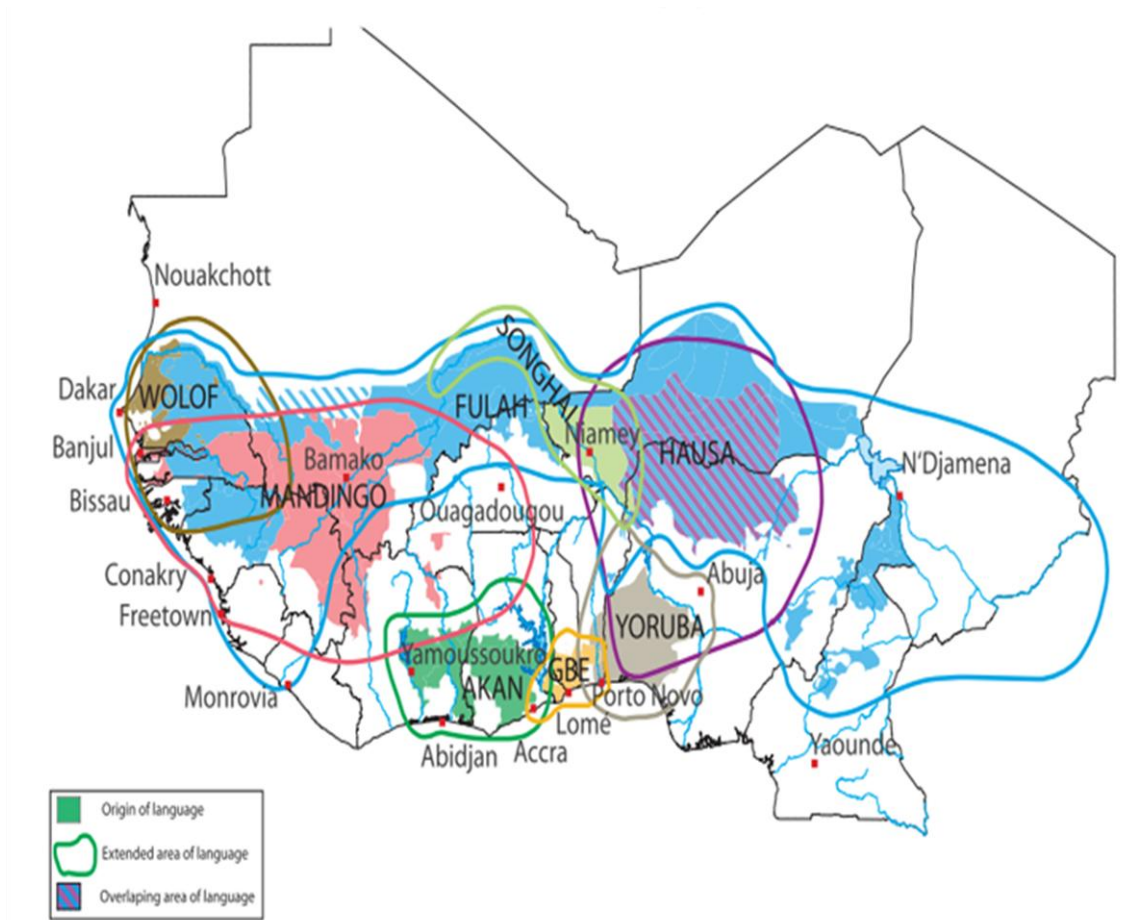
Assim, entende-se que uma representação do povo, com base nos critérios antigos (coloniais), é inadequada, injusto, já que é uma mera maneira da elite dirigente evitar o diálogo direto com os governados. É uma forma de evitar quanto mais longo período de tempo possível ouvir e compreender os verdadeiros pedidos e reivindicações do povo iletrado e não alfabetizado na língua europeia<sup>56</sup>, mas não desprovidos de bom senso (DIOP, 1960). Ou seja, é necessário romper com a ideia adotada e internalizada por comodidade, pela elite dirigente africana de que são intelectuais, pensadores e donos da verdade aqueles que tiveram acesso à formação e educação europeia, a organização ou reorganização da sociedade africana precisa somar os esforços de todos, por isto é importante resgatar o papel integrador das línguas africanas.

No caso da África Ocidental, apesar das diversidades de linguais e “dialetos” que existem na região, observa-se a existência de línguas veiculares e transfronteiriços que permitem a comunicação entre os diferentes povos da região como mostra o mapa a seguir:

---

<sup>56</sup> Importante notar que grande parte da população da África Ocidental, é considerada analfabeta porque não sabem ler e escrever na língua do ex- colonizador (Francês, inglês e Português), mas sabem ler e escrever em árabe ou em uma das línguas locais tais como Fula, Mandinga, Wolof, Dioula, e Ioruba.

FIGURA 10 LÍNGUAS COMUNS NA ÁFRICA OCIDENTAL



Fonte: OECD, Sahel and West Africa (2009).

Segundo Sangaré (2009, p.217), o conceito de língua veicular se aplica a línguas que ultrapassaram seus berços regionais e são utilizadas para compensar as necessidades de comunicação Inter étnicas, enquanto que o de língua transfronteiriços se aplica a aquelas que, mesmo estando dentro do seu berço regional, se encontra no mínimo em dois países vizinhos. Estes dois tipos de línguas se caracterizam pelo fato de se apresentarem como o lugar ou elemento nos quais se baseiam as diferenças nacionais e étnicas.

Aplicando estes conceitos à região, encontraremos várias línguas veiculares entre os quais pode se citar o Akan, Mandinga, Dioula, Ewe, Fula, Inglês francês, português. Portanto, se consideramos somente a justificativa de que as línguas do colonizador são as que são faladas por todos, para tornar o português, inglês e francesas línguas oficiais dos diferentes Estados da África Ocidental, veremos que há outras línguas africanas que são regionais e, portanto poderia da mesma maneira servir e alias servem de meio de comunicação entre a maioria da população. Desse modo, pode concordar com a ideia de boa parte da literatura que argumenta em favor da promoção das línguas africanas e que afirmam que se nunca é mais

prático preconizar o uso de simultâneo do francês, do inglês e do africâner, não teria motivo também para preconizar o uso exclusivo do francês ou do inglês (DIOP, 1960; SANGARÉ, 2009).

No que desrespeite as línguas transfronteiriças, considerando o espaço da CEDEAO que ocupa o antigo espaço do império do Mali verifica-se na atualidade, entre as treze línguas<sup>57</sup> reconhecidas como linguais nacionais pelo atual Estado do Mali, dez são faladas além das fronteiras do país. Entre estas pode se citar a língua mandinga (mandê), que é falada em Burkina Faso, Costa de Marfim, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné Conakry, Mali Senegal e, portanto mais falada que qualquer outra língua europeia da região, somente em termos geográficos, mas também em nível da sociedade. O francês é a língua oficial da maioria dos países da região, oito dos quinze países da CEDEAO, mas ela é um idioma usado pela minoria escolarizada enquanto que a língua mandinga é falada tanto por países de colônia francesa (Costa de Marfim, Mali, Burkina Faso, Guiné Conakry) países de colônia inglesa (Gâmbia) e Guine Bissau de colônia portuguesa e é usada pela maioria da população, sejam esta alfabetizada ou não.

Neste caso, constata-se que há mais de um motivo de se adotar uma língua africana em vez, de optar por uma ou outra herdada da colonização que além de ser acessível somente a minoria em seus países de uso, cria além das fronteiras físicas uma fronteira cultural e dialética, e dificulta de um lado a aproximação das próprias elites e entre esse a população as elites e do outro possibilita a continuação da ingerência externa das ex. potências coloniais. Esta rivalidade presente na região desde antes da independência até na atualidade, pode ser ilustrada nas seguintes palavras de Cheikh Anta Diop.

Devemos ser extremamente desconfiado das tentativas discretas de “saxonização” da África negra, devido à largura dos territórios da colônia britânica”. O esforço conjugado da Inglaterra e principalmente dos Estados Unidos das América, tende a desorganizar os hábitos dos “intelectuais” e a levar assim as antigas colônias francesas, portuguesas. em optarem pelo inglês de forma que a unificação linguística se faça a partir deste idioma. Mas a unidade linguística com base numa língua estrangeira qualquer, independentemente da ótica ou do ângulo, que se preconiza seria um abortamento cultural. Ela consagraria irremediavelmente a morte da cultura nacional autêntica, o fim da nossa vida espiritual e intelectual profunda, para nos reduzir ao papel de eternos pastores que teriam fracassado em sua missão neste mundo (DIOP, 1960, p.24).

Este texto mostra que a pretensão de se criar uma unidade linguística na África ocidental com base no inglês ou no francês não teria em hipótese alguma o efeito esperado,

---

<sup>57</sup>São Bamananka, djula, Dogã, Fula, Hasanya, Maninkankan, Soninké, Synara, Senoufu, Kassonké.



que é facilitar a integração regional e o estreitamento dos laços entre africanos, mas também deixa clara a existência de rivalidades entre francófonos e anglófonos na região. Esta rivalidade transposta nestes termos reforça as diferenças entre africanos e esconde o verdadeiro problema da questão que é a rivalidade entre interesses individuais, egoísta da elite dirigente do ponto de vista interno e do ponto de vista externa, temos o antagonismo entre interesses das ex-metrópoles em manter sua influência na região e a necessidade local de construir um espaço viável econômica, política e socialmente.

#### 4.4.3 Barreiras Monetárias

A união monetária é penúltima fase ou etapa da integração regional conforme a classificação de Bela Balassa (1962). Ela consiste além da eliminação dos obstáculos ao comércio na fase da zona de livre comércio, da política comercial comum realizada na união aduaneira e da integração da política econômica na fase do mercado comum, na adoção de uma moeda única. Historicamente, a moeda pode ser considerada como um verdadeiro símbolo da colonização e da divisão da região oeste africana em África Francesa e inglesa. Assim, temos a zona do Franco CFA<sup>58</sup> que um arranjo monetário entre os quinze países<sup>59</sup> de colônia francesa da África Ocidental e Central, criada em dezembro de 1945 quando a França ratificou o tratado que institui o sistema Breton Woods (TAPSOBA, 2011). É com base nesta zona que a França convenceu os dirigentes africanos a assinar acordos monetários em 1962, o qual estipula que a ex- metrópole garante a convertibilidade das partes africanas em Franco Frances até 1999 depois em EURO a uma paridade fixa. Para tanto, os países africanos se comprometeram em depositarem 65% das reservas das zonas em contas “operacionais” gerenciadas pelo tesouro francês. Isto significa que mais da metade da liquidez de cada dos quatorze países das duas futuras Uniões Monetárias (UEMOA e CEMAC) está sobre controle Frances justificando assim, o argumento segundo o qual a moeda é um dos principais elementos do neocolonialismo francês na região. Nesta ótica percebe-se que se de um lado, a moeda única facilitava as trocas<sup>60</sup> entre os países da chamada África francesa, em vez de

---

<sup>58</sup>Sigla que passou de colônia francesa da África em vigor na região até 1945 a Comunidade Financeira da África.

<sup>59</sup> Benin, Burkina Faso, Camarões Comores, Congo Costa de Marfim, Gabão, Guiné Equatorial, Guiné Bissau (colônia portuguesa entrou na zona em 1997), Mali, Níger, República Centre africana, Senegal, Chade e Togo.

<sup>60</sup>FCFA das duas zonas monetárias eram livremente convertíveis e tinha certa paridade até 1993 quando a França decidiu eliminar a paridade entre CFA usado na Zona UEMOA e aquele usado na zona CEMAC, objetivando assim, frear uma possível aproximação comercial entre as duas zonas.

contribuir no desenvolvimento local e regional é usada para facilitar a fuga dos capitais legal e ilegalmente em direção à metrópole.

Nas colônias inglesas da região<sup>61</sup> houve iniciativas parecidas antes da independência com a chamada caixa da emissão da África de Oeste que colocava em circulação uma moeda chamada Sterling da África do Oeste (West African Sterling). Esta moeda foi criada pelos britânicos em 1913 e foi extinta formalmente em 1968. Ou seja, ela funcionou dez anos depois da independência (1958-1968). Gana de Nkrumah criou sua própria moeda em 1958 buscando assim afirmar sua autonomia em relação à metrópole, Nigéria fara a mesma coisa em 1962, Serra Leoa em 1964 e Gâmbia em 1968 (TAPSOBA, 2011, p. 28).

Deste modo, vê-se que o projeto de construir uma união monetária é longe de ser novidade na África Ocidental, mas sim um objetivo político que se fixou as lideranças da independência e, portanto, a ideia de criar uma segunda zona monetária (ZMAO) ao lado da UEMOA, se inscreve numa perspectiva de acelerar os processos de integração monetária travada por divergências ideológicas e políticas dentro da CEDEAO. Bundu (1995) deplora o fato de esta divergência impedir a concretização de projetos de solidariedade africana, considerando que a existência de mais de quarenta Organizações Intergovernamentais (OIG) comprova o espírito de solidariedade comunitária na África Ocidental, no entanto, esta OIG não teve ou causaram um impacto significativo sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural devido a lacunas na eficácia da realização dos programas de integração regional nos países membros da CEDEAO.

Neste contexto marcado pela mundialização vista a partir da criação da Organização Mundial do Comercio (OMC) em 1994, como capaz de deixar os países africanos a margem da economia mundo, adotou-se novas perspectivas e uma nova visão e um novo modelo de integração, que entrou em vigor a partir de janeiro de 1994 com a criação da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) como medida paliativa a desvalorização do Franco CFA.

#### 4.5 CEDEAO, UEMOA E ZMOA: OPORTUNIDADES DE APROXIMAÇÃO

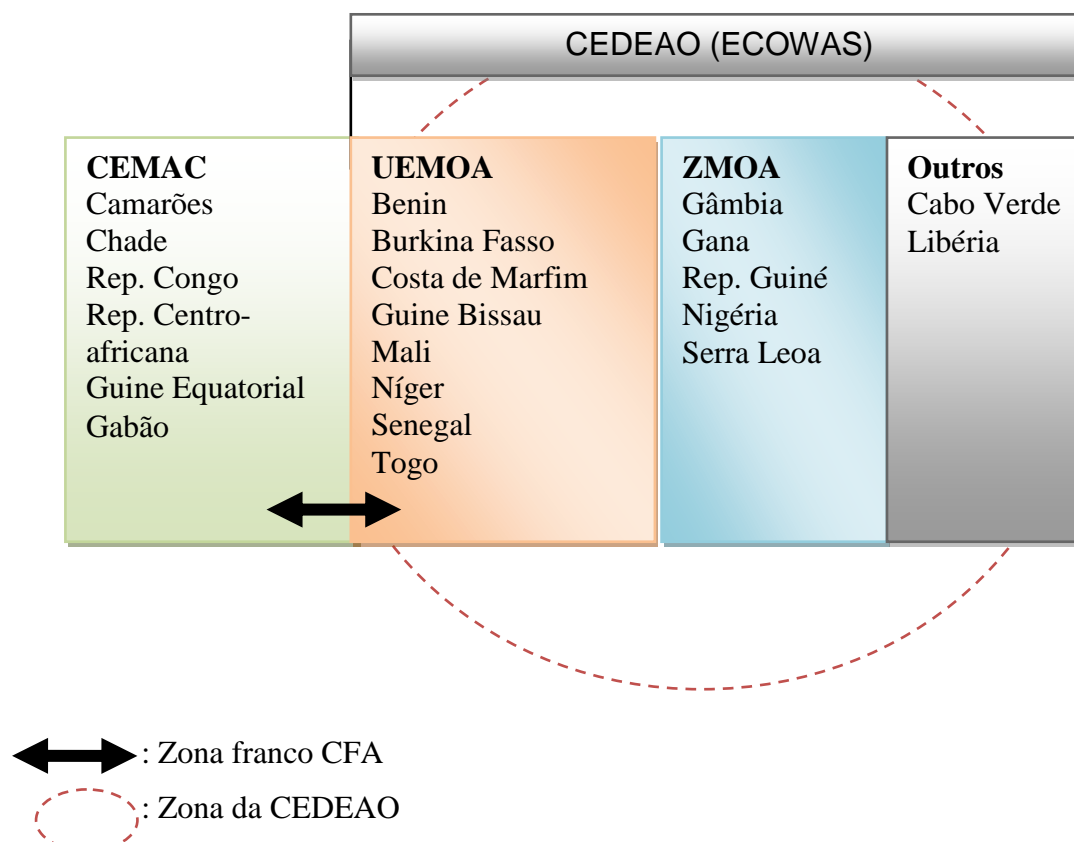
A coabitação ou coexistência da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União Econômica, Monetária Oeste África (UEMOA) e a Zona Monetária Oeste Africana (ZMOA) na parte ocidental do continente africano tem sido vista e

---

<sup>61</sup>Nigéria, Gana, Serra Leoa, e Gâmbia, Libéria (que, apesar de não ser membro, utilizou a moeda até 1943). Além destes países, o Sterling foi usado nas colônias de Camarões e do Togo quando estes foram protetorados ingleses.

apresentado como o verdadeiro caminho da integração e do fortalecimento das relações interafricanas (Senghor, 2009, p. 177). De fato ao considerar que o período colonial dividiu a região em territórios francófonos, anglófonos e lusófonos que deixou como herança amplas diferenças tanto do ponto de vista da orientação política, dos sistemas jurídicos quanto no que tange às estruturas administrativas e frágeis economias nacionais voltadas às respectivas metrópoles coloniais, pode se afirmar que a atual coexistência harmônica destas organizações é benéfica para a aproximação e dinamização das relações interafricanas. Isto se deve em parte, a consciência e maturidade da CEDEAO, que a partir de 1987 decidiu iniciar um programa de cooperação monetária e para tanto, passou a reforçar os laços com a zona UEMOA, composto pelos países francófonos usando uma única moeda, o Franco CFA e incentivou a criação da Zona Monetária Oeste Africana (ZEMOA), a fim de agrupar os sete países (Nigéria, Gana, Gâmbia, Guine, Cabo Verde, Libéria e Serra Leoa) da CEDEAO não membros da UEMOA para criar uma única moeda. Isto sugere um grande avanço na cooperação entre os países da região e um passo importante para a aproximação de países de colônia inglesa e francesa na região eliminando assim, ruídos e rivalidades históricas além de permitir a diminuição de quantidades de moedas nacionais de oito para duas na região, já que na atualidade cada um dos sete países da CEDEAO não membro da UEMOA tem sua própria moeda. Nesta ótica, pode se ver que devido aos laços coloniais os países da UEMOA têm mais proximidade com os países da CEMAC visto o uso do Franco CFA como moeda nas duas zonas, o que permite ver que além da UEMOA e da ZMOA, temos Cabo Verde e Libéria com suas moedas nacionais.

FIGURA 10 AGRUPAMENTOS MONETÁRIOS NO ESPAÇO CEDEAO



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do modelo de Quéré e Coupet (2003).

Esta figura reflete em primeiro lugar a divisão colonial da região entre a França (CEMAC e UEMOA) e a Inglaterra (ZMOA) e em segundo lugar mostra a importância da CEDEAO na região já que agrega todos os países da África Ocidental (UEMOA, ZEMOA e Libéria e Cabo Verde que do ponto de vista monetária não integrou nenhuma das zonas). No caso específico da África Ocidental, percebe-se que apesar da superposição de organizações serem um dos grandes gargalos da integração regional, a figura acima mostra que esta superposição ou coexistência é necessária em um primeiro momento, já que facilita a aproximação interafricana. CEDEAO percebeu esta necessidade, por isto não somente permitiu, mas incentivou a criação ao lado da UMOA, de uma segunda Zona Monetária Oeste Africana (ZMOA), que por si só diminui o número intervenientes<sup>62</sup> na negociação pela criação de uma Zona Monetária Oeste Africana no âmbito da CEDEAO. Além disto, as organizações passam de adversários, concorrentes a complementares, já que o objetivo final é

<sup>62</sup>Como mostra a figura antes da criação da ZMOA, um projeto de moeda única na CEDEAO poderia ser negociado pelo representante da UEMOA e um representante de cada um dos sete países membros da CEDEAO. Com a criação da ZMOA, o número pode cair pela metade (de oito para quatro), sendo um representante da UEMOA, um da ZMOA, um de Cabo Verde e Um de Serra Leoa.

o mesmo, chegar a uma única União Monetária, com uma única moeda. Assim, ZEMOA tem como objetivo harmonizar os critérios econômicos a fim de caminhar em direção a uma moeda única até 2015 e depois se juntar com a primeira zona monetária (UEMOA) para criar a moeda única da CEDEAO até 2020.

Deste modo, pode se afirmar que além das duas comunidades econômicas sub-regionais, (CEDEAO e UEMOA) coexistirem na África Ocidental foram capazes de estabelecerem estreitas relações de cooperação a ponto de adotarem programas de ação comuns em várias áreas, nomeadamente a liberalização do comércio e a convergência macroeconômica e acelerarem os processos de integração regional (ECA, 2012). A ZEMOA surge nesta ótica, a fim de acelerar a criação da moeda única, que passa necessariamente pela adoção de critérios de convergência econômica comuns. Desde sua criação, CEDEAO esta em busca de políticas macroeconômicas e critérios de convergência no intuito de estabelecer uma moeda comum na região.

No entanto, é o processo de convergência da UEMOA iniciado depois da desvalorização do franco CFA em 1994, com o objetivo de controlar melhor a taxa de câmbio, que indicara o caminho. Segundo a ECA (2012), esta vigilância multilateral como mecanismo de supervisão, foi seguida pelos países da CEDEAO não membros da UEMOA, exceto Cabo Verde, criando a Zona Monetária Oeste Africana (ZMOA), o Instituto Monetário Oeste Africano cujo papel é garantir os mecanismos de vigilância econômica da ZMOA. Assim, caso, seja efetiva a criação da moeda única no espaço ZMOA (previsto para 2015), terra-se quatro sistemas ou tipos monetários dentro da CEDEAO que são respectivamente, o sistema UEMOA, ZMOA, o sistema de Cabo Verde que tem sua moeda atrelada ao EURO da mesma forma que o Franco CFA e o sistema Leonês.

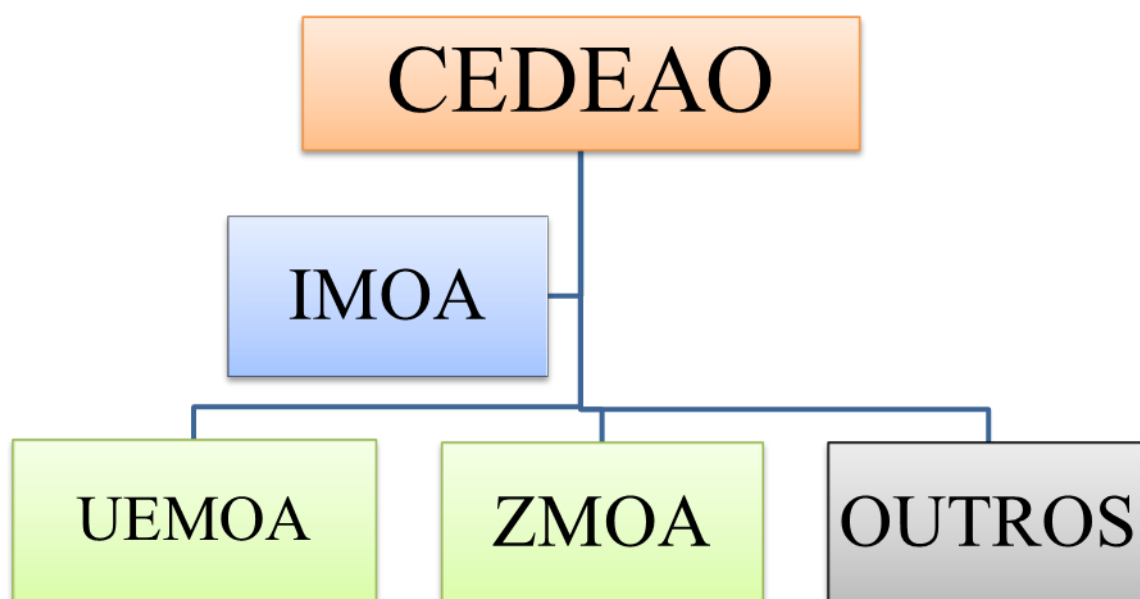
Para gerenciar e controlar o bom funcionamento destes sistemas monetários buscando a criação de uma única moeda na região, CEDEAO criou o Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO), também com a ajuda da UNESCO, foi criado o Instituto da África Ocidental (IAO)<sup>63</sup> a fim de melhor pensar as estratégias de aproximação e de fortalecimento das relações interafricanas na região. Portanto, apesar da rivalidade que existiu e certamente continuará existindo entre as duas grandes organizações de integração oeste africanas, bem como a existência de da União do Rio Mano (URM) e de mais vinte instituições de integração

---

<sup>63</sup>Criado em 2010, IAO é segundo John Igue (2014), atual diretor geral, o elo que faltava às experiências que a sub-região conheceu desde os anos 1950 do século XX, porque se “dedica exclusivamente” à integração regional. IAO, com sede em Praia (Cabo Verde), é a única organização para a integração regional a as transformações sociais existentes até na atualidade na região que “goza realmente de autonomia em relação aos seus promotores.

sub-regionais, os quais não tem nenhuma ligação orgânica direta com CEDEAO e UEMOA (ECA, 2012) pode se afirmar que a criação da ZMOA paralelamente a UEMOA, faz da CEDEAO a principal organização de integração da África Ocidental. Ou seja, a partir da criação da ZMOA, houve certa aceitação da supremacia da CEDEAO (Fig.7) nos processos de integração tendo as uniões monetárias assim como as outras instituições existentes na região como órgão funcionais da CEDEAO. É como esta prerrogativa que foi criado IMAO para coordenar a integração monetária oeste africana buscando maximizar as complementariedades e minimizar as divergências, papel que pode ser facilitado pelo Instituto da África Ocidental (IAO), devido a sua autonomia em relação aos processos históricos e a sua visão de ser independente em relação a seus promotores e ter a total liberdade de pensamento e de ação.

**FIGURA 11 RELAÇÕES HIERÁRQUICAS ENTRE CEDEAO, UEMOA, ZEMOA E IMAO**



**Fonte.** Elaborado pelo autor, 2012

Este organograma mostra que, quando tomada como órgãos complementares a diversidade institucional pode ser bastante benéfico para ultrapassar pequenas divergências e ruídos facilitando desta forma a aproximação e a cooperação em busca da realização dos principais objetivos e projetos regionais em benefício da sociedade oeste africana em geral. No entanto, se considerados como concorrentes ou até mesmo antagônicos como foi durante muito tempo entre CEDEAO e UEMOA, esta coexistência e multiplicidade institucional será um dos grandes freios a integração regional.

Esta parte do trabalho buscou entender as relações interafricanas em suas diferentes formas, para tanto, ele iniciou analisando os principais atores do processo, que denominamos de elite política ou elite dirigente, mostrando como o individualismo e os interesses e crenças desta classe norteou a criação e o funcionamento das Organizações Internacionais na região. Percebeu-se que foram peças chaves tanto na aproximação quanto no distanciamento dos novos Estados da região e do continente, motivo pelo qual, se buscou os elementos de aproximação ou de distanciamento analisando, as relações entre países de ex-colônia inglesa e países da então África Ocidental Francesa (AOF) dentro do dispositivo institucional. A última parte do texto se interessou em identificar os mesmos elementos através das principais organizações de integração econômica e monetária (CEDEAO, UEMOA e ZMOA), para no final, mostrar como tais estruturas podem ser fatores de aproximação e de dinamização das atuais relações interafricanas.

Ao longo desta análise observou-se que a falta de dinamismo dos processos de integração regional oeste africana tem a ver com a politização que permitiu que antagonismo ideológico impactasse tanto na formação quanto no funcionamento das mesmas. Ou seja, o fato das Organizações Internacionais Africanas ter sido formada com base ideológica de um lado, de interesses nacionais e individuais do outro, as transformou em instituições fechadas e excludentes, além de antagônicas e conseqüentemente, elementos de diferenciação e de divisão. Assim, foi o caso das primeiras ideias e organizações integracionistas surgidas África Ocidental (UAM, OCAM, UEMOA), pois, os embriões destas instituições surgiram na bipolarização do espaço a través dos grupos de Brazaville (moderado e francófono) e o grupo de Casablanca considerado progressista e revolucionário.

Importa observar que a bipolarização e a politização dos organismos oeste africano, permitiu a manutenção da região no guarda-chuva do neocolonialismo, através da perpetuação da dependência econômica e da instabilidade política, fato, que é em grande parte responsável pelo enfraquecimento do Estado e do mau funcionamento das organizações interafricanas. Portanto, como as Organizações Internacionais africanas, é agrupamento de Estados que é fruto da opção ideológica, de interesses individuais e nacionais ditada pela personalidade do dirigente (presidente), as instabilidades políticas ou a mudança inconstitucional de regime em qualquer um dos Estados membros afeta negativamente o funcionamento das instituições regionais.

Deste modo, fica claro como a “opção” ideológica, do líder e as rivalidades entre elites, no contexto da Guerra Fria, constituíram um ambiente desfavorável ao florescimento

de organizações regionais fortalecedoras das relações interafricanas, contraria aos objetivos do neocolonialismo em plena expansão. Aliás colocou-se entre aspas a palavra opção, por que se viu ao longo desta reflexão, que a margem de manobra da elite política africana neste contexto, era muita limitada e a situação assustadora, já que, a tal opção poderia significar perpetuar-se no poder, ser eliminado<sup>64</sup> política ou fisicamente. Em suma, pode se ver que a nova dinâmica dos processos integração regional oeste africano que iniciou no final da década de 1990, é um dos sinais do fim da Guerra que induziu a despolitização das relações interafricanas, que são cada vez mais pragmáticas e menos militantes. Isto é longe de significar que os objetivos da integração regional são alcançados e muito menos significar que os desafios são vencidos. Portanto, a nova era e o novo dinamismo político africano têm seus novos desafios estruturais, econômicos, políticos e securitária, que o capítulo a seguir busca identificar, analisar, prospectar e propor soluções.

---

<sup>64</sup> Entre 1960 e 1990 os golpes de Estado era o modo ordinário de alcançar o poder, o que fez com ele se produzem constantemente como mostra Glaser Smith, (2005, p.80) ao afirmarem que neste período, setenta e nove golpes de Estado tiveram sucesso, (as tentativas verdadeiras ou falsas foram tantos que não foram ainda contabilizadas ou catalogadas); a tomada de radiotelevisão nacionais e a aparição de blindados em pontos estratégicos das capitais foram sinais banais de mudança brutal de regimes. Ao longo das três décadas (1960-1990) de independência oitenta e dois (82) dirigentes foram depostos ou assassinados; somente oito (08) se retiraram em paz; um único dirigente, (o primeiro ministro da ilha Maurício **SEEWOOAGUR RAMGOOLAM**) deixou o poder por derrota eleitoral.



## 5 OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL

Este capítulo tem como objetivo analisar os principais desafios da integração regional oeste africana, partindo da apreensão dos desafios securitário, analisa-se o papel da indústria e da infraestrutura física e, os desafios ao desenvolvimento socioeconômico.

### 5.1 DESAFIOS SECURITÁRIOS

A segurança é uma das principais preocupações do Estado moderno em geral, problema que se torna mais relevante no continente africano principalmente depois do fim da Guerra Fria que sucedeu a chamada década perdida. No que diz respeito a parte ocidental do continente africano, sua posição geográfica, sua importância estratégica e política desde era dos impérios até na atualidade faz da questão da segurança um tema fundamental não só para compreender as relações interafricanas, mas também, as relações da região com resto do mundo. Neste sentido, Adebayo (2001) afirma que a África ocidental é única em vários aspectos importantes. A região conta com o maior país de população negra (Nigéria) e a mais velha república do continente (Libéria), além de ser o berço do primeiro Estado a conquistar a emancipação política da África negra (Gana) cujo nacionalismo serviu de inspiração para Ahmad Sékou Toure, criar uma oposição única ao projeto da comunidade francesa do General De Gaulle e tornar Guiné Conakry o primeiro país da África francófona a conquistar a independência. Igualmente é na África Ocidental que ocorre o primeiro golpe militar do continente depois da independência quando numa operação encoberta das forças armadas togolesa, o então presidente Sylvio Olympio foi assassinado em janeiro de 1963. Deste período até o fim da Guerra Fria, a região é lembrada pelos sucessivos golpes de Estado, principalmente, porque entre os quinze países da CEDEAO, somente Cabo Verde, Costa de Marfim e Senegal escaparam deste modo de tomada do poder. Todos os outros treze (13) Estados membros da CEDEAO, tiveram em média três (3) golpes cada entre 1960 e 1999. No período pós-guerra Fria, a região foi marcada pelo surgimento dos conflitos internos da Libéria (1989-1996), Serra Leoa (1991-2002), Casamance região sul do Senegal (1982), Guiné Bissau (1998). Estes fatos trouxeram no centro dos debates sobre a integração, os desafios da segurança regional africana e, no âmbito da CEDEAO, incorporou-se indagações como: o que são problema de segurança? São elementos novos ou fazem parte do pacote que acompanhou a formação dos Estados? Como as organizações de Integração regionais como a CEDEAO, podem e devem enfrentar tais desafios? Quais são os fatores internos e externos da

segurança? Ou seja, qual é a trajetória securitária nesta região, que faz do assunto atualmente uma das principais preocupações regional?

Em síntese, tais questões são algumas indagações que podem guiar a nossa reflexão. As respostas destas indagações poderão ajudar-nos na compreensão da atual situação securitária da região e projetar cenários futuros. Para tanto, é necessário fazer uma análise retrospectiva/ histórica depois, identificar os principais atores interveniente do ponto de vista internos e externos e por fim analisar as relações entre estes atores, assim, como as dificuldades político-financeiras.

### 5.1.1 Retrospectivas Histórica

O tema da paz e segurança tem sido uma preocupação constante da comunidade internacional e, quanto aos países africanos, desde a independência, o assunto constitui uma das principais preocupações e desafios. Nesta ótica, podemos afirmar que a manutenção ou não do questionamento das fronteiras coloniais se inscreve nesta lógica de buscar evitar problemas que poderiam resultar em situações de insegurança no continente principalmente no contexto da Guerra Fria. Portanto, do ponto de vista histórico, é importante quando se analisa a questão da segurança na África em geral e na sua parte ocidental em particular, considerar o contexto internacional do surgimento dos Estados africanos pós-colonial. Segundo a maioria dos Estados africanos não surgiu como um resultado do livre arbítrio de indivíduos com história, língua, religião ou etnia comuns que desejaram formar uma associação pública. Eles surgiram, na verdade, do resultado de uma divisão externa do continente para propósitos meramente administrativos realizada pelas potências coloniais (KINSEY; KRIEG, 2014). Na opinião destes autores a consequência direta disto é que muitos Estados africanos atualmente são entidades altamente pluralistas em questões como a afiliação étnica, religiosa, tribal ou linguística de seus cidadãos, as quais muitas vezes prevalecem sobre o sentimento de pertencimento nacional. Logo, o sentimento individual de afiliação com uma entidade pública é, comumente enfraquecido por formas difundidas de afiliações subnacionais não públicas. De certo modo, isto mostra a ruptura operada pela colonização nos processos de formação sociopolítica africana e justifica e reforça o argumento de que tanto os processos de formação do Estado quanto os processos de integração regionais africanos têm como referencia e ponto de partida a era colonial, contrariando a realidade histórica da sociedade africana como bem mostra esta assertiva de Kinsey e Krieg:

Em certa medida isso entra em forte oposição com a integração individual com a sua comunidade e com o sentimento de servir sua comunidade na África pré-colonial africanos na era pré-colonial mantinham fortes afiliações como suas comunidades mais homogêneas, dispostos a pegar em armas para fornecer segurança em defesa do público. Os sentimentos de filiação nacional são tradicionalmente alheios às sociedades africanas, os Estados que emergem da era colonial foram confrontados como a tarefa de cultivar a consciência de pertencimento público, além das identidades subnacionais, a fim de criar domínios de segurança pública inclusiva<sup>65</sup> para todos os indivíduos dentro de suas fronteiras (KINSEY; KRIEG, 2014, p.7).

Visto nesta ótica percebe-se que o setor securitário na África raramente foi de natureza pública para as sociedades e sempre faltou aos Estados o sentido de coesão pública e responsabilidade mútua em relação aos indivíduos dentro de uma associação pública. Isto porque a administração do setor segurança, pelos Estados africanos na independência, pode ser caracterizada de privada já que tinha como prioridade proteger as vidas, o poder e o acesso as riquezas das elites dirigentes e de seus principais aliados internos e externos. Ou seja, na África, o fornecimento de segurança estatal (ou não estatal) tinha pouca preocupação em prover segurança inclusive como um bem publico, fato, que na atualidade, deve ser levado em conta na análise dos desafios da segurança regional africana cuja apreensão passa pelo entendimento do contexto geopolítico em que surgiu o Estado africano pós-colonial. Nesta perspectiva, Cepik (2012) afirma que:

O surgimento dos Estados africanos pós-coloniais se deu sob a égide da carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Direito Internacional, que proscreveram a Guerra como Instrumento de política externa Tratava-se, pois, de uma circunstância única, de um sistema de Estados que contava com a ordem internacional para a defesa de suas fronteiras. Anteriormente, essa era a tarefa típica, a característica essencial, do Estado soberano territorial. Além disso, as emancipações políticas africanas, portanto, o surgimento nominal dos Estados soberanos se deu sob o influxo da Guerra Fria e da bipolaridade (CEPIK, 2012)<sup>66</sup>.

Portanto, os Estados Africanos surgiram neste contexto internacional tenso e perigoso, marcado por rivalidades ideológicas, que direta e indiretamente levou os protagonistas da Guerra Fria e seus aliados a interferirem subversivamente nos assuntos nacionais africanas. Assim segundo (Sall, 2006), da independência dos países africanos até os anos oitenta e

---

<sup>65</sup> Kinsey, Krieg (2014) definem o termo segurança pública inclusiva em relação a boa governança, que é nesse sentido, caracterizada pelo grau de inclusão pública que Estado é capaz ou almeja proteger. Conforme os mesmos autores, ainda que nenhum país tenha algum dia atingido total inclusão na promoção de segurança pública, os Estados liberais ocidentais chegaram perto de fornecer segurança pública de modo inclusivo para todos os indivíduos, membros e minorias da sociedade.

<sup>66</sup> Por mais detalhes, ver **prefácio** do Livro do Igor Castellano da Silva (2012). Congo: A Guerra Mundial Africana, Leitura, Porto Alegre.

noventa, a quantidade de distúrbios e golpes de Estados organizados com apoio do exterior é relativamente comuns nos países africanos.

Tais intervenções levaram os países membros da CEDEAO e seus dirigentes como os do resto do continente africano a entrarem no jogo da Guerra Fria apesar de se declarem membro do grupo dos países não alinhados. Deste modo, a preocupação com a segurança interna dos regimes instigou as rivalidades ideológicas internas que resultaram na politização e oposição entre os grupos de Monróvia e de Casablanca dentro das Organizações regionais africanas (OUA, CEDEAO). Esta politização foi suficiente para impedir o florescimento de um pensamento comum a respeito da guerra e conseqüentemente uma verdadeira cooperação em matéria a segurança e defesa. O foco dos dirigentes e formuladores de política foram outros como mostra as linhas a seguir:

Os formuladores de política e tomadores de decisão africanos focaram as suas preocupações na segurança e nos desafios do desenvolvimento. Negligenciou-se o componente, de resto tão caro às revoluções nacionais, de construção de um exército nacional, da base industrial de defesa ou mesmo a compreensão acerca do papel da logística nacional para a guerra (CEPIK, 2012).

Desse modo, percebe-se que, a preocupação dos dirigentes ou da elite política como referida anteriormente, era de garantir a segurança do regime e proteger o Estado contra eventuais ataques no contexto da bipolaridade, mas não de fundar uma base sólida de aparato de segurança e defesa, apesar de o ambiente favorecer a presença contínua das questões securitárias no psíquico dos governantes vistas o ambiente de suspeição e de desconfiança que imperava.

Logo após a independência tivemos ensaios em favor da segurança regional e continental através das primeiras organizações africanas como a União dos Estados Africanos (UEA)<sup>67</sup> que preconizava a organização de um sistema de defesa comum que possibilita a mobilização rápida de todas as forças em benefício de qualquer estado membro da União. É nesta ótica, que a conferência de Casablanca que se reuniu entre dia 04 e 07 de janeiro de

---

<sup>67</sup> Formada por três Estados: Guine Gana e Mali, a carta desta instituição foi promulgada em abril de 1961 em Acra (Gana) e se considera um embrião dos Futuros Estados Unidos da África. A UEA se declara aberta a qualquer Estado que aceita seus objetivos que se resumem em: estreitar a cooperação dos Estados membros em todos os campos (áreas); lutar contra o imperialismo, o colonialismo; o neocolonialismo. Estes objetivos que parecem vagos são definidos e orientados em cinco áreas: Política interna (elaborar uma única orientação); em política externa (observar estreitamente uma diplomacia concertada); em defesa (organizar um sistema de defesa comum contra qualquer agressão), em termos econômicos, adotar uma orientação comum nas diretrizes do planejamento econômico com o objetivo de “descolonizar as estruturas herdadas do regime colonial” e produzir o que é de interesse da população e finalmente em termos culturais, reabilitar e desenvolver a cultura africana. UEA confirma sua adesão a Carta Africana de Casablanca.

1961, que contou com a presença dos chefes de Estados do Marrocos, Egito, Líbia, Gana, Guiné e Mali adotou uma carta africana e cinco resoluções sobre os problemas da Argélia, Congo, Israel, Mauritânia, bem como os testes nucleares no Saara. Pode se perceber que são questões de segurança estritamente ligada às incertezas e desconfiança do contexto da política internacional marcada pela Guerra Fria. A instituição de um alto comando africano de Defesa (ACAD) pela carta de Casablanca em Janeiro de 1961 com o intuito de se unir os africanos contra eventuais ataques aos mais novos membros da comunidade internacional e preservar desta forma a independência dos mesmos.

Do ponto de vista da segurança, percebe-se que a carta de Casablanca também conhecida como a carta africana, tinha como a principal preocupação a preservação da liberdade e da Unidade do continente. Para tanto, definiu-se a política externa e interna como principais linhas de atuação para garantir a existência e a segurança do continente conforme ilustra as linhas a seguir:

Em política externa estes estados buscarão a consolidação da Unidade de visão e de ação nos assuntos internacionais [...] para reforçar a paz no mundo pela adoção de uma política de “não engajamento”; no ponto de vista africano (interna), lutar para liquidar todas as formas de colonialismo, neocolonialismo, se comprometem a não encorajar o estabelecimento de tropas e bases militares estrangeiras no continente e a livrar o continente das intervenções políticas e das pressões econômicas (BORELLA, 1961).

Em outras palavras a UEA tinha como propósito de política externa tomar distância em relação ao conflito Leste-Oeste, da onde a adoção de posição neutra dentro do grupo dos países não alinhados (PNA). Tal posicionamento era vista pelos seus defensores como a forma mais segura de garantir a autonomia interna do Estado africano e de eliminar o colonialismo e o neocolonialismo, pré-requisitos para a conquista de condições econômicas, institucionais e militares para o exercício efetivo da soberania.

No entanto, a rejeição desta posição pelo grupo de Monróvia (moderado), integrante da União da África e do Madagascar (UAM), formado por ex-colônias francesas reforça a divisão interna dos africanos. Divisão que segue o contexto internacional da Guerra Fria, ou seja, houve uma bipolarização clara das relações interafricanas, a partir da adoção da "carta de Tananarive" criando oficialmente a UAM em sete (7) de setembro de 1961. Os membros do grupo se engajaram em manter formalmente relações particulares e especiais entre os quais a cooperação militar com a ex-metrópoles-França.

Segundo Sall (2006), o Pacto de Defesa (PD) assinado em 1961 entre os Estados membros desta Organização de um lado e entre a França e os mesmos era uma resposta a União dos Estados Africanos (UEA). Portanto, após o período de independência dos países africanos, o principal desafio de segurança estava relacionado com as divergências ideológicas que dividia as lideranças e os países do continente entre moderados e progressista ou revolucionário. Cabe ressaltar que esta bipolaridade das relações africanas fruto da Guerra Fria e das divergências entre elites políticas acompanhara o continente em geral e especificamente, sua parte ocidental, durante as três décadas de presença africana no contexto do conflito Leste-Oeste (1960-1990). Assim, a questão da segurança ao longo deste período foi intimamente ligada a este fato e aparece em todos os fóruns, desde a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Adis- Abeba em 1963, quando o líder ganense, Kwame Nkrumah reiterou a ideia da criação de um Sistema de Defesa Comum (SDC) com um Alto Comando Africano (ACA) para garantir a estabilidade e a segurança continental.

A ideia não ganhou respaldo não pela falta de pertinência, mas, sobretudo por questões ideológicas e oposição individual. No lugar, foi criada uma Comissão de Defesa (CD), definido como órgão de consulta, preparação e recomendação para Defesa coletiva ou autodefesa contra qualquer ameaça ou ato de agressão. Percebe-se que a diferença desta Comissão de Defesa com o Sistema de Defesa proposta por Nkrumah está no fato da comissão ser totalmente política, pois era formada pelos chefes de Estados e de Governo enquanto que o primeiro (SDC) previa o envolvimento e responsabilização dos setores e instituições especializadas da área securitária (Forças Armadas, Serviços de Informação e de Inteligência).

Ou seja, o Sistema de Defesa tinha como propósito buscar a autonomia em termos de segurança pela formação e fortalecimento de forças securitárias próprias, e tinha o respaldo na África ocidental de países como Guiné, Mali além do Gana. Mas prevaleceu a Comissão de Defesa, que dependia da ex-metrópoles para sanar as questões de segurança nacional e regionalmente. O que significava, na realidade, a invenção de mais um mecanismo de consulta para legitimar o neocolonialismo Francês e aprofundar a dependência africana. Apesar de tudo, com exceção da República de Guiné e seu líder, Ahmad Sekou Touré, todos os Estados da África Ocidental Francesa, apoiaram a criação da comissão de Defesa no lugar do Sistema de defesa.

A partir de então, as medidas de segurança seguiram as linhas traçadas pela comissão, portanto, eliminou as possibilidades de construção e consolidação da autonomia em defesa tanto da África ocidental quanto do resto do continente. Entre outras medidas tomadas pela

comissão, pode citar a recomendação da criação da Organização Africana de Defesa (OAD) feita em 1965; a criação de uma Força Africana de Intervenção (FAI) em 1978, para atuar juntamente com as forças francesas e belgas, contra a invasão do Shaba (SALL, 2006). Esta atuação conjunta, além de comprovar a oposição entre a proposta adotada pela Comissão de Defesa e o Sistema de Defesa proposta Nkrumah e aliados, ilustrar a bipolarização das relações interafricanas. Esta bipolarização se manifesta através da atuação dos Estados e líderes moderados pro- intervenção externa e Estados e líderes progressistas contra o chamado neoimperialismo. Deste modo, constata-se que as relações interafricanas nas duas primeiras décadas depois da independência, seguiram estritamente o contexto internacional, marcada pela dualidade Leste-Oeste, resultando na politização extrema dos principais assuntos e desafios nacionais, regional e continental entre os quais a da segurança.

Pensada do ponto de vista estritamente interna, a questão securitária na África foi desde cedo, problemático já que em muitos casos o setor é remanescente da era colonial, não fornecendo segurança de maneira inclusiva para todos os indivíduos da esfera pública mas, exclusivamente para certos grupos ou regimes, em vez de ser um verdadeiro servidor do desejo público de proteção descomprometida a ameaças domésticas e externas (KINSEY; KRIEG, 2014, p.8). Isto torna o setor, uma área voltada por interesses privados e particulares das elites dirigentes e de seus aliados internos e externos e impossibilita qualquer iniciativa de cooperação regional.

Segundo Sall (2006), do ponto de vista securitária, somente em 1981 que as condições de intervenção de uma força Africana no Chade foram menos politizadas, mas no ponto de vista técnica, relativamente à filosofia da manutenção da paz e ao controle das forças engajadas na operação as divergências não tardem a aparecerem. Ou seja, mesmo quando havia acordo quanto à necessidade de uma ação conjunta, sempre aparece discordância de natureza ideológica ou pessoal, abrindo deste modo, caminhos para a ocorrência constante de intervenções militares externa em assunto interno dos Estados africanos. Importa ressaltar que se considera intervenção qualquer ação por meio do qual um ou mais Estados têm impacto nos assuntos interno de outro. Assim, a intervenção militar que ocorre constantemente no continente africano, pode ser definida como um envolvimento militar coercitivo em conflitos civis ou regionais, afetando normalmente resultados políticos internos (ESCORREGA, 2010).

Portanto, a intervenção é um instrumento de ação, um meio e não um fim, pois dependendo da moralidade ou imoralidade do objetivo para o qual é destinada, pode servir na defesa dos direitos humanos e preservar a Ordem Internacional, mas por outro lado, muitas destas intervenções invadem a privacidade das pessoas e a soberania dos Estados. Deste

modo, comprometem a estabilidade do Sistema Internacional através da destruição das suas unidades bases, que são os Estados. As intervenções ocorridas no continente africano ao longo da história em sua grande maioria se encaixam neste tipo de intervenção. Assim, Costa de Marfim (2011), Líbia (2011), Mali (2012) e a atual presença francesa na República Centro Africana (RCA) são exemplos mais recentes.

Voltando ao período da Guerra Fria, constata-se que de 1960 até 1990, não houve uma concordância ou colaboração concreta dos países africanos e particularmente dos membros da CEDEAO nos assuntos referentes à segurança. É somente na década de 1990, com o fim da bipolaridade no Sistema Internacional, o continente africano e sua região ocidental especificamente, realiza concretamente uma ação conjunta na área de segurança, quando, em nível continental (OUA), a declaração do Cairo adotada em junho de 1993 pelos chefes de Estados e de governos coloca em pratica um antigo projeto de Mecanismo de Prevenção, Gestão e Regulamento de Conflitos (MPGRC), com o objetivo de antecipar e prevenir conflitos no continente.

Isto evidentemente, é resultado de um longo processo iniciado no final da década perdida (1980), acelerado a partir da ascensão do diplomata tanzaniano, Salim Ahmed Salim, ao cargo de secretário geral da Organização da Unidade Africana-OUA em 1989, data que coincide com a criação do Movimento de Kampala (*Kampala Movement*). Este Movimento surge como processo de mudança institucional interna, em consonância com as mudanças da conjuntura internacional marcada pelo fim da bipolaridade. Desse ponto de vista, o Movimento de Kampala tinha ciência que a mudança geopolítica além de amenizar as tensões militares entre as duas grandes potências (EUA e URSS) e seus aliados, reforçava a tendência para o pluralismo político no continente africano e criava um ambiente favorável à promoção da segurança Intra e interestados bem como a estabilidade dos países africanos.

É com esse pano de fundo e sob liderança de Olusegun Obasanjo, que o Movimento de Kampala inicia o processo de reforma política e cooperação regional objetivando aumentar as capacidades africanas na promoção de estabilidade e desenvolvimento econômico, incluir nas discussões o conceito de segurança humana além de incorporar o mesmo nas normas e diretrizes da OUA (DIENG, 2007).

No plano regional, a CEDEAO criou em 1990 a ECOMOG (Grupo de Monitoramento da Comunidade) para intervir na guerra civil liberiana que começou em 1989 e no ano seguinte na vizinha, Serra Leoa. Porém, contrariamente ao continente que toma pela primeira vez uma iniciativa concreta, os Estados da África do Oeste (CEDEAO), já tinham manifestado interesse em incluir a questão securitária em seu desenvolvimento, portanto,



neste quesito a região é mais avançada (tem mais experiência) em relação às outras regiões do continente (SALL, 2006, p. 134). Ainda segundo o autor, em 1977, os Estados membros da extinta Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO) e o Togo assinaram um Acordo (de caráter mais político) de Não Agressão e de Defesa (ANAD), no quarto encontro franco africano.

Mas, sabendo que é os países considerados progressistas ou revolucionários da África Ocidental (Gana, Guine e Mali) que, ao formar a União dos Estados Africanos (UEA), propuseram primeiro a criação de um Sistema de Defesa Comum (SDC), podemos afirmar que os desafios de segurança sempre foram uma das grandes preocupações dos países da região apesar de não faltar vontade política em eliminar/minimizar a insegurança regional, mas sim, pela falta de estratégia adequada, optou-se pela facilidade e a tentação oferecida pela cooperação internacional através das ex- potências coloniais em geral e especificamente a cooperação francesa, no lugar da autonomia proposta por Kwame Nkrumah e companhia. Nesta ótica, é ilustrativa a afirmação de Visentini (2011) de que:

A heterogeneidade dos sistemas africanos contribui para a emergência de uma permanente rivalidade interafricana, expressa na formação de dois "campos" opostos fragilmente acompanhados na formação da Organização da Unidade Africana (OUA). Devido ao fato deles serem suscetíveis às influências externas por causa da sua fragilidade econômica e da vulnerabilidade política, os governos africanos concederem alta prioridade a política exterior (VISENTINI, 2011, p.18).

Deste modo, pode se perceber que o dilema de segurança sua origem no nascimento do Estado Africano, pois, somado às vulnerabilidades econômicas e políticas que são duas principais heranças coloniais. A primeira pode se explica não somente pela destruição das estruturas e sistema de produção tradicional e introdução de sistemas de monoculturas que tornou improdutivos os solos; a exploração da mão de obra pelo trabalho forçado ou a extração e apropriação das riquezas do solo e do subsolo, mas também (e principalmente) pela criação de múltiplas unidades políticas (estados) inviáveis economicamente na véspera da independência. Ou seja, a criação de unidades políticas com capacidade estatal limitada, condiciona os mesmos de antemão, a serem dependentes da ajuda externa e vulneráveis politicamente.

Este fato será reforçado pelo contexto político internacional marcado pela Guerra Fria, no qual, os países africanos se tornaram independentes, que por se só constitui um elemento de pressão para os novos dirigentes (presidentes) africanos. Além disto, a busca constante de zonas de influência e de distribuição de poder pelas grandes potências e o surgimento de

problemas domésticos e conflitos condicionaram as elites políticas africanas a voltarem para protetores externos (VISENTINI, 2011). No caso da África ocidental, a França se apresenta como o grande parceiro e protetor das novas unidades políticas, através da famosa e bem conhecida cooperação franco-africana institucionalizada pelo referendun proposta por De Gaulle no qual se definiu a independência política dentro da união francesa, dando continuidade sobre outras formas (neocolonialismo), as práticas coloniais.

Portanto, o grande erro ou problema securitário na África ocidental ao longo das três primeiras décadas (1960-1990), foi à manutenção do aparato burocrático-administrativo colonial e sua sofisticação devido a sua terceirização e privatização, que criou uma rede complexa de dependência externa, e transformou os dirigentes (presidentes) dos países africanos em servidores que tem a honra e o dever de governar em nome da França e para a França os territórios africanos, verdadeiros "governadores de pele negra" como previa o General De Gaulle na conferência de Brazzaville em 1944 (DE GAULLE, 1944)<sup>68</sup>. Isto se justifica não somente pelas ambições imperiais francesas, mas sim pela a importância geopolítica da África na nova ordem internacional que se desenhava depois da segunda Guerra Mundial (1939-1945). Segundo Touati (2007):

No final da Segunda Guerra Mundial, uma das razões que permitiu França reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas foi o seu império colonial. Com a independência Africana essa posição poderia ter sido ameaçada, por assim França desenvolveu uma estratégia neocolonial para a suas ex-colônias. No momento da descolonização oficial em 1960, o general De Gaulle ofereceu, e de certa forma impôs, um pacote que amarru a França aos novos estados: regimes africanos recém-criados deveriam permanecer sob a proteção de Paris. França iria prestar assistência técnica, militar e financeiro, em contrapartida, os países envolvidos apoiariam as políticas internacionais da França (TOUATI, 2007, p. 2).

Desta maneira, pode se perceber que a vulnerabilidade econômica e política do novo Estado africano, além de ter origem no sistema colonial, impediu o mesmo a ter um sistema próprio de segurança e conseqüentemente induziu a terceirização e privatização deste setor e logo, alienando o Estado moderno de uma das suas principais funções e um dos símbolos de autonomia: o de proteger e garantir a segurança interna e das instituições. De fato, a segurança, uma função originalmente de responsabilidade do Estado, está começando a ser realizado por atores não governamentais (privados), semelhantemente ao que ocorre nos

---

<sup>68</sup> Discurso pronunciado na abertura da conferência de Brazzaville em 1944. In: NDAO, Papa Aliou, La francophonie des pères fondateur, Karthala, Paris 2008.

campos de comércio e das finanças (ZABCI, 2007)<sup>69</sup>. As implicações deste ato foram trágicas e continua sendo, pois, constitui uma das principais bases da instabilidade política vivida no continente principalmente, durante o período da Guerra Fria e contribuiu na eclosão dos diversos conflitos civis na primeira década após a queda do muro do Berlim em 1989.

Assim, a instabilidade política na África Ocidental ao longo do período que vai de 1960 até 1990 é gerada pela disputa pelo poder praticamente. Portanto, pode se afirmar que é resultado de briga entre elites por interesse individuais e/ou ideológicas que se manifestaram pela tomada ou tentativa de tomada do poder pela força militar (Golpes de Estado). Durante este período, esta forma de tomada de poder utilizada em muitos países africanos, que além de causar instabilidade, criou um ambiente de desconfiança e de suspeição entre protagonistas e adversários político-ideológico internamente. Esta instabilidade interna geralmente é utilizada como uma das principais justificativa para intervenção militar externa, que por sua vez são legitimadas pelos acordos bilaterais de defesa<sup>70</sup> assinados entre os novos Estados africanos e suas respectivas ex-potências coloniais. Assim, se configurava os mecanismos de atuação e de funcionamento do neocolonialismo ocidental, que, assim como o colonialismo, em todos os lugares onde passou trouxe e deixou como legado:

A brutalidade, a crueldade, o sadismo, a pancada, e parodiando formações culturais, o fabrico intensivo de alguns milhares de funcionários subalternos, de criados, de artífices, de empregados comerciais e de interpretes, necessários ao bom andamento dos negócios (CESAIRE, 1971, p.22).

Este inventário de Cesaire sobre o colonialismo bem aplicável, ao período posterior a independência africana mostra a continuidade do imperialismo e de forma mais sofisticada, pois, na maioria das vezes age no anonimato, conhecido no jargão político como operações encobertas, sobre tudo, na área de segurança. Segundo Cepik (2002) operações encobertas

<sup>69</sup> Para mais detalhes ver: ZABCI, Filiz. PrivateMilitary Companies: ‘Shadow Soldiers’ of Neo-colonialism. In: Capital & Class. N.92, p.1-10 London: CSE/Capital & Class, 2007. Disponível em: <<http://cnc.sagepub.com/content/31/2/1.full.pdf+html>>.

<sup>70</sup> O curioso é que no caso específico dos acordos de cooperação franco-africana, a celebração de certos acordos antecede a independência dos países africanos. Segundo Granvaud (2009, p.57), em nome da defesa comum da Comunidade Franco-africana, os primeiros acordos militares foram estabelecidos antes da independência e mesmo assim consta, nos mesmos que ‘as partes contratantes’ se comprometem a se apoiarem mutuamente em caso de agressão externa. No artigo primeiro do acordo de defesa franco-gabonesa, por exemplo, estipula que a República Francesa e a República gabonesa preparam e garantem em comum sua defesa e a defesa da comunidade a que pertencem. Dito de outra forma, se um país africano signatário dos acordos de defesa for agredido por um país vizinho, ele poderá receber o apoio do exército francês e se, a França for invadida pelos soviéticos, a França terá a sua disposição os atiradores (nome dado às forças armadas africanas que lutou na segunda Guerra mundial) e das bases africanas. E nos dois casos, é previsto que as forças armadas africanas passaram automaticamente ao comando e controle do exército francês durante as operações. Importa observar que assiste ainda na atualidade, o respeito destes acordos como foi o caso das últimas intervenções francesa no continente seja em Costa de Marfim em 2011 ou no Mali em 2013.

são ferramentas de implementação de políticas tais como sanções econômicas, ameaça de uso ou uso de força militar. São atividades governamentais voltadas para influenciar as condições políticas, econômicas ou militares no estrangeiro, quando se pretende que o papel do governo que patrocina a operação não seja aparente ou publicamente reconhecido. Na mesma linha, Severo (2011) argumenta que ações encobertas constituem um elemento integral na busca dos interesses e metas de políticas externas, através do emprego de meios secretos para alcançar o que não poderia ser obtido abertamente. Em suma, como bem afirma Cepik (2002, p.10), a definição deste conceito abarca um amplo leque de atividades situadas na zona cinzenta entre a diplomacia e a guerra e deste modo, suas ações vão do:

Suporte relativamente "aberto" a governos e forças políticas aliadas, até o uso de agentes de influência, agitação e propaganda, campanhas de desinformação, treinamento de guerrilhas, desestabilização de adversários, assassinatos, apoia a golpes de estados e operações paramilitares (CEPIK, 2002, p.10).

Portanto, percebe-se que as operações encobertas foram e certamente continuam sendo uma das ferramentas mais usadas pelo neocolonialismo ocidental para alcançar suas metas e objetivos. Segundo Keylor (1997), o fenômeno do neoimperialismo britânico na África se desenvolveu de maneira relativamente sutil e encoberta, para garantir uma série de privilégios militares em muitos dos Estados que formavam seu império africano. O exemplo desta presença inglesa na África ocidental se manifesta no pacto anglo nigeriano assinado em 1960, preservando assim a antiga colônia, os privilégios de manutenção de bases militares em território nigeriano, intervenção militar e o uso em casos críticos do espaço aéreo. Importa ressaltar que este tipo de acordo assim como a exigência de manutenção da federação nigeriana foi imposto aos nigerianos como condição para a independência. Portanto, é visto a contradição que representa esta abordagem autoritária da gestão da segurança do estado pós-colonial, com o princípio da soberania nacional, que na primeira ocasião, o governo nigeriano revogou este acordo e automaticamente, tendo que arcar com o prejuízo da redução substancial da ajuda inglesa em termos securitários<sup>71</sup>. Enquanto que em países amigos como Uganda, Quênia e Tanzânia Londres enviava tropas para "proteger" os regimes com os quais mantinha boas relações. Da mesma forma e de maneira mais incisiva, França manteve uma forma de poder neoimperial muito mais aberta e direta com o continente africano logo depois

---

<sup>71</sup> A revogação deste acordo pelo governo nigeriano justifica o tímido apoio inglês ao mesmo durante a tentativa de separação do Estado de Biafra. Certamente, boa parte do apoio externo dado aos separatistas foi possível devido ao desengajamento da Inglaterra, apesar de tudo, o desfecho do conflito, somente fortaleceu Nigéria principalmente em relação aos que apoiaram os separatistas em geral e especificamente, França e seus aliados africanos.



Assim, a ampla presença militar garantida pelos acordos de segurança feita entre os chefes de Estados africanos a suas respectivas metrópoles, possibilitou, no lugar da construção de exércitos nacionais, a criação de unidades de combates e de bases militares comandada do exterior pode ser considerada no que Castellano Silva (2012, p.27)<sup>75</sup> chamou de medida auto enfraquecedora do Estado em oposição a opção por uma ação auto fortalecedora. A instabilidade, os desafios da segurança da África ocidental como no resto do continente, ao longo das primeiras três décadas (1960-1990) de independência, têm como causa estas medidas auto enfraquecedoras, que permitiram o uso contínuo de vários tipos de operações entre as quais as encobertas, em prol da defesa de interesses da elite dirigentes e de seus aliados estrangeiros, em detrimento dos povos africanos. Os acordos de defesa, as instalações de bases militares franceses, permitiram ao "Gendarme" da África de realizar várias intervenções para proteger seus interesses e apoiar seus amigos e protegidos presidentes africanos ou simplesmente eliminar os inimigos.

**TABELA 2 INTERVENÇÃO MILITAR FRANCESA POR PAÍS ENTRE 1957 E 1990**

<b>País</b>	<b>Ano</b>					
<b>Camarões</b>	1957-71					
<b>Gabão*</b>	1960-62	1964	1990			
<b>Mauritânia</b>	1960	1962	1977			
<b>Congo</b>	1960	1962				
<b>Chade*</b>	1960	1962	1968	1977-	1978	1983
			-	1980	-80	
			1972			
<b>Tunísia</b>	1961					
<b>Senegal*</b>	1962					
<b>Níger</b>	1963					
<b>RCA*</b>	1967	1978-81				
<b>Mali</b>	1968					
<b>Djibuti*</b>	1976-77					
<b>Zaire</b>	1977	1978				
<b>Togo</b>	1986					
<b>Comores</b>	1989					

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados de Survi, 2011; Glaser e Smith, 2005; Schmidt, 2013.

\* Países sedes das principais bases militares francesas no continente.

<sup>75</sup> Segundo o autor, os indivíduos (chefes de estados), têm a opção de empreender medidas auto enfraquecedoras ou auto fortalecedoras, que seria a construção de um exército nacional efetivo e permanente que inclui o estabelecimento de escolas de treinamento e ensino que instruem noções de cidadania e o sentido da nacionalidade, bem como através do instituto de conscrição; o incentivo ao desenvolvimento da economia nacional, (esforço público para empreender planos econômicos de crescimento, o processo de industrialização e redes de infraestruturas que distribuam o desenvolvimento para diferentes regiões e as vinculam ao centro de poder) e a distribuição de direitos e garantias individuais à população em geral, gerando formas adicionais de coesão e legitimidade do Estado.

Como se observa nesta tabela, o uso das forças militar francesa no continente africano não é uma novidade, pois começa durante a colonização e somente toma uma nova forma depois da independência. Nesta nova configuração das relações franco-africana, encorada nos acordos de cooperação, há certa unanimidade dos analistas (GLASER; SMITH, 2005; GRANVAUD, 2009; SCHIMDT, 2013), de que o caso do Senegal<sup>76</sup> constitui o ponto de partida do intervencionismo francesa na África. Depois do sucesso da operação em Dakar, os fatos se repetiram em países como Gabão, Chade, Mauritânia; Níger, República Centre Africana para proteger, presidentes amigos, ou derrubar líderes rivais, seja de forma oficial ou secreta (operações encobertas) como foi o caso de Modibo Keita do Mali em 1968.

**TABELA 3 ALGUNS EXEMPLOS DE PRESIDENTES E LÍDERES AFRICANOS VÍTIMAS DA COOPERAÇÃO FRANCO-AFRICANA**

Nome	País de origem	de	Ano da eliminação	Forma ou tipo
<b>Ferhat Hached</b>	Tunísia		1952	Assassinato
<b>Daniel Um Nyobé</b>	Camarões		1958	Assassinato
<b>Felix Moumié</b>	Camarões		1960	Envenenamento
<b>Bem Barka**<sup>77</sup></b>	Marrocos		1965-1973	Sequestrado e assassinado
<b>Outel Bono</b>	Chade		1973	Assassinado (Paris)
<b>Sylvio Olympio*<sup>78</sup></b>	Togo		1963	Morto no golpe de Eyadema
<b>Thomas Sankara*</b>	Burkina Fasso		1987	Morto no Golpe de Blaise Compaoré

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Granvaud (2009).

As operações encobertas eram usadas para descartar aliados que caíram na desgraça como N'garta Tombalbaye do Chade em 1975, Moctar Ould Dada da Mauritânia em 1978 e Jean Bader Bokassa da Republica Centro Africana em 1979 (KEYLOR, 1997; GLASER, SMITH, 2005), ou para eliminar personalidades suspeitas de lutar contra o interesse da metrópole e de seus aliados africanos. As intervenções francesas são justificadas das mais varadas formas, mas a base legal e formal se encontra nos acordos de cooperação estabelecidos na véspera da ascensão à soberania dos países africanos, deixando o caminho

<sup>76</sup> O sucesso da ação das forças francesas simbolicamente é visto como o início de uma nova fase das relações franco-africana. O simbolismo desta intervenção se justifica pelo fato que, foi no mesmo lugar que início a conquista e construção do império francês da África um século antes (1861), com a chegada de Faiderbe, governador do Senegal entre 1854 e 1861, e fundou as bases da colonização francesa entre 1863 e 1865. Portanto, coincidência ou não, foi na antiga capital da AOF, em 1962, que discretamente o exercito Frances depois de uma suposta tentativa de golpe, impediu a guarda republicana local, posicionada na cidade de Thês a setenta (70) km da capital do país sobre comando do então primeiro ministro senegalês Mamadou Dia, de avançar para controlar a situação.

<sup>77</sup> \*\* Sequestrado em Paris em 1965 e assassinado oito anos depois (1973).

<sup>78</sup> \* Fuzilado durante o golpe de Estado

livre para ações subversivas e trágicas organizada do exterior. A tabela 3 mostra alguns dos casos que simbolizam tragicamente a cooperação franco-africana. Esta tabela, apesar de não apresentar casos específicos da África ocidental, mostra como a continuidade das relações com a ex-metrópoles, com base nos novos mecanismos (cooperação), gerou instabilidades e bloqueou a constituição de um sistema própria de segurança nos países africanos. Ou seja, urge buscar uma alternativa ao pacto colonial e seus mecanismos de funcionamento para enfrentar os desafios securitários, econômicos e geopolíticos dos países africanos.

Se de um lado não se pode negar as significativas mudanças ou modificação do modo de funcionamento das diversas formas de relacionamento do continente africano com o resto do mundo, a partir do fim da Guerra Fria e especificamente desde a criação da União Africana em 2002, do outro, pode se afirmar que ainda o dilema securitário oeste africanos está relacionado com a manutenção do histórico cordão umbilical com as ex- metrópoles e principalmente a continuidade do intervencionismo francês na região, assim como o uso da segurança em benefício de grupos particulares em detrimento da sociedade. Na opinião de Kinsey e Krieg (2014), a falha do setor securitário africano de assumir o papel de prover segurança como um bem público em prol da sociedade pode ser em grande parte explicado por duas instâncias que levaram os setores de segurança pública africanos a tornarem-se politizados. Em primeira instância, um Estado forte tenta mitigar a influência do setor securitário e, em segunda instância, um setor securitário forte tenta mitigar a influência do Estado. O setor de segurança pública normalmente constitui a dimensão mais poderosa de um Estado.

Ora os regimes autocráticos africanos que chegaram ao poder depois da independência estavam muitas vezes com medo que o setor de segurança pública pudesse vir a proteger os interesses públicos em vez dos interesses privados do regime. Deste modo, muitos regimes pós-coloniais africanos tentaram remodelar o setor securitário público doméstico através do investimento do “comissarismo” que seria a tentativa de controlar o setor de segurança pública através do estabelecimento de forças paralelas concorrentes ou de várias formas de favoritismo étnico, tribal ou partidário (KINSEY; KRIEG, 2014, p. 9).Igualmente, a continuidade da política externa ocidental de ingerência nos assuntos africanos (Francesa, Inglesa, Americana), limita a soberania destes países e os coloca em risco cada vez que, interesses particulares das potências e de seus aliados africanos são supostamente ameaçados. As últimas intervenções ocidental e francesa respectivamente na Líbia (2011), na costa de



Marfim (2011) e no Mali (2012) ilustram bem a continuidade dos mecanismos neocoloniais bem como a logística das operações<sup>79</sup> apesar da mudança do discurso e dos homens.

As justificativas sofreram mudança e adaptação ao contexto político internacional. Assim, enquanto durante a Guerra Fria os motivos de intervenção giravam em torno de temas como resgate de residentes europeus em zonas de conflito, proteção de presidentes amigos como foi o caso da intervenção francesa na província zairese de Shaba em março de 1977 e maio de 1978, na atualidade os motivos avançados são entre outros, combate ao terrorismo (Mali), proteção da democracia e dos direitos humanos (Costa de Marfim) e os acordos de cooperação militar franco-africano como base legal que sustenta a intervenção deixou o lugar para as missões de paz das Nações Unidas (ONU) como é no atual caso da República Central Africana (RCA).

A política externa das ex-potências coloniais para África se caracteriza desde sempre, pela defesa dos interesses e manutenção da dominação a qualquer custo, incluindo eliminação de líderes africanos contrários à realização destes objetivos. Como exemplos ilustrativos desta prática, pode se citar o assassinato da alma do nacionalismo camaronês Ruben Um Nyobe e o envenenamento do seu sucessor Felix Moumié dois anos mais tarde (1960), que deram início à pacificação do país bamelekês (à La Frances). Esta pacificação termina com a prisão (em 1970) e execução (em 1971) de Ernesto Ouandié<sup>80</sup>, (GLASER; SMITH, 2005, p. 66). Da mesma forma, em 1962, Moïse Tshombe faz um golpe com apoio de Robert Denard no Ex Congo belga, mas também o mesmo atua em nome da França em conflitos internos como foi o caso de Biafra, na Nigéria em 1967. Neste conflito, Paris apoiou tentativa de separação usando os serviços de Denard, que, garantiu a partir das cidades de Abidjan e Libreville o suprimento em armas aos separatistas. O sucesso desta operação dará legitimidade ao mercenário para atuar em outros cenários, menos bem sucedidos como em Guine em 1960, e no Benin em 1977 que foram um fiasco e bem como nos Comores em 1989, que teve um desfecho trágico<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Neste aspecto, Keylor (1997), lembra que durante a Guerra Fria Paris utilizava os territórios de Senegal e Gabão como base de operações encobertas para o continente e ao mesmo tempo os especialistas de contra insurgência francesa treinavam as forças securitárias de muitos de seus Estados clientes e, da mesma maneira, as tropas de intervenção francesa no Mali, partiram de Dakar, bem como a operação de Costa de Marfim se serviu como bases logísticas de apoio, Dakar, Libreville e Bangui.

<sup>80</sup> O líder que tinha tomado à frente da luta armada em prol da independência definitiva do Camarões.

<sup>81</sup> Quando o então presidente do país, Ahmad Abdallah foi friamente assassinado no dia 26 de novembro 1989.

**QUADRO 4 RELAÇÕES DE GOLPES DE ESTADO NOS PAÍSES MEMBROS DA CEDEAO ENTRE 1960 E 1990**

País membro	Ano de independência	Ano de golpe	Líder do golpe	Total de golpes	Apoio externo
Benin	1960	1963 1967 1968 1972	Cor. Soglo Com Maurice Kouandete (Alphone Alley) Col. Methieu Kerekou	4	Não disponível
Burkina Faso	1960	1966 1974 1980 1983 1987 2014	Gen. Sangoulé (1960-66) Laminzana (1966-80) Col. Saye Zerbo (1980-1981) Jean Baptiste Ouédraogo (1981-83) Cap. Thomas Sankara (1983-87). Cap. Blaise Compaoré (1987-2014). Revolta Popular-	6	França  Líbia
Cabo Verde	1975	-	-	-	-
Costa de Marfim	1960	-	-	-	-
Gâmbia	1965	1981 1994	Koukoi Samba Sagna Yaya Jammey	2	Líbia
Gana	1957	1966 1972 1979	Kofi Busia Cor. Igatius Acheampong Tem. Jerry Rawlins	3	Líbia
Guiné	1958	1960 1966 1976 1981	Mercenários contra Sekou Touré (1958-1984) Tentativas sem sucesso	4 tentativas	França Itália
Guiné-Bissau	1974	1980	Joao Bernardo Vieira	1	Portugal
Libéria	1847	1980 1989	Samuel Doe Charles Taylor	2	EUA Inglaterra
Mali	1960	1968 1991	Moussa Traoré Levante Popular	2	França Nd
Níger	1960	1974 1996 1999	Seyni Kountche (1974-1989) Ali Saibou	3	Líbia França
Nigéria	1960	1966 1966 1975 1983 1985 1993	Gen. John Aguiyi Cor. Yakubu Murtala R. Mohammed Gen. Olesegun Obasanjo Gen. Mohammed	6	França Portugal Israel

			Buhari Gen. Ibrahim Babaguida		
Senegal	1960	-	-	-	-
Serra Leoa	1961	1967 1968 1992 1996 1997	David Lansana Stevans Solomon Musa Julius Maada Bio Foday Sankoh	5	Inglaterra Guine Nigéria Libéria
Togo	1960	1963	Gansimbe Eyadema	1	França

Fonte: elaboração do autor, adaptado ao modelo de Thomson (2010).

Em suma, percebe-se que a principal causa de instabilidade e de insegurança para o Estado da África Ocidental durante o período da Guerra Fria (1960-1990) está ligada aos golpes de Estados. Pode-se afirmar que a sustentação destes atos, foram os acordos de defesa assinados entre os novos Estados e as ex-potências que foram suas respectivas metrópoles no período colonial. Ou seja, preferiu empreender medidas auto enfraquecedoras que terá como consequência lógica a instabilidade interna causada pela constante mudança de governos devidos aos inúmeros golpes de estados como mostra o quadro a seguir.

Este quadro resume de forma geral os impactos das decisões auto- enfraquecedoras tomadas pelas elites políticas no momento da independência e nos permite visualizar as consequências securitárias principalmente dos acordos de cooperação militar entre França e a grande maioria dos atuais países membros da CEDEAO. Portanto, além de legitimar as intervenções francesas no continente durante a Guerra Fria, estes acordos permitiram a instituição de governos autoritários, partidos únicos e a permanência no poder durante décadas, de líderes autoritários. Ou seja, o impediram o desenvolvimento de processos dignos de tomada de poder no continente e bloquearam todo tipo e possibilidade de democratização ou de estabelecimento do Estado comprometido com os direitos humanos e a cidadania em solo africano.

Os acordos de cooperação permitiram o uso abusivo da força contra grupos e personalidades tidas como inimigas ou ameaça, legitimaram o domínio de uma minoria elitizada e a exploração da grande maioria semelhando deste modo, as bases dos conflitos "étnico e/ou tribais" vivenciadas no período pós-guerra fria, como na Libéria, Serra Leoa, Costa de Marfim e Senegal (Casamance). Outra consequência destes acordos é a baixa capacidade, para não dizer na inexistência, de força nacionais de segurança capazes de enfrentar os novos desafios securitários tais como o crime organizado, o terrorismo ou

simplesmente de conter levantes internos. A final, Nkrumah (1963), tinha razão quando afirmou:

Neste nosso continente, não precisou muito tempo para descobrir que a luta contra o colonialismo não termina no ato da aquisição da independência nacional, que é somente o prelúdio de um novo combate mais complexo para a conquista do direito de dirigir, nos mesmos nossas questões econômicas e sociais, fora dos entraves esmagadores e humilhante da dominação e da intervenção neocolonialista (NKRUMAH, 1963)<sup>82</sup>.

A atual questão securitária na África ocidental mostra nitidamente que os africanos ainda não conquistaram o direito de dirigir suas questões econômicas e sociais, visto a continuação da dominação humilhante e das constantes intervenções neocolonialistas do ocidente na região. Portanto, como países que surgiram em um período em que o imperialismo se tornou mais forte, mais implacável, mais experiente e mais perigoso também em suas associações internacionais (NKRUMAH, 1963, DIOP, 1974), o enfrentamento dos desafios econômicos, sociopolítico exige como se viu durante as últimas cinco décadas (1960-2010), não somente o fim do regime colonial, mas também neocolonial da África. Isto é, enfrenta-los em dois níveis (interno e externo), para tanto é necessário em primeiro lugar, abrir mão do pelo menos uma parte do legado colonial que insiste na subordinação; na dependência e principalmente deixar de tratar os problemas africanos seja no nível nacional, regional ou continente com uma mentalidade de funcionário (DIOP, 1974) do ocidente e/ou das organizações Internacionais (ONU, FMI, BM, OIF).

Em segundo lugar empreender reformas auto fortalecedoras que são conforme Castellano Silva (2012, p.43), aquelas relativas ao aumento da capacidade econômica estatal (e regional), a ampliação da força militar e ao desenvolvimento de estratégias inteligentes por parte de líderes políticos. Importa ressaltar que, as ideias contidas neste segundo empreendimento, não foram ainda implantadas principalmente na África ocidental devido à eliminação (política) prematura via golpes de Estado de líderes como Kwamé Nkrumah, Modibo Keita, Mamadou Dia e a postura pró-ocidental assumida pela elite política dirigente, tais como Leopold, Sedar Senghor, Felix Houphouet Boigny, Omar Bongo, Moussa Traoré além da marginalização de intelectuais como Cheikh Anta Diop que escreveu:

---

<sup>82</sup> Tradução do autor, texto original em francês: "Sur notre continent, il ne nous a pas fallu longtemps pour découvrir que la lutte contre le colonialisme ne prend pas fin lorsqu'on a réalisé l'indépendance nationale. Cette indépendance n'est que le prélude d'un combat nouveau et plus complexe pour la conquête du droit de diriger nous-mêmes nos questions économiques et sociales, en dehors des entraves écrasantes et humiliantes de la domination et de l'intervention néo-colonialiste.(NKRUMAH, 1963).

Não há ainda, nenhum trabalho político feito para transformar as mentalidades de uma maneira radical, a fim de se preparar para as tarefas hostis que exige uma independência, pois, nenhum estado neste momento tem uma política sistemática de renovação do idioma nacional, nenhum usa uma língua africana como ferramenta governamental, muito menos criar sem prazo (imediatamente), um exército moderno potente, dotada de uma forte aviação, civicamente educada, capaz de enfrentar as tarefas históricas de segurança que poderiam estar nos esperando ainda, corremos o risco de ter somente embriões de forças armadas, com material ultrapassada, sem aviação, sem aparelhos balísticos de qualquer tipo, mas que possa balancear uma polícia ultramoderna de tipo ditatorial (DIOP, 1974,p.44).

Estas linhas de Diop, nos leva a sugerir como terceiro e último ponto necessário, a luta contra a privatização do setor de segurança como outros setores importantes na preservação da autonomia do Estado, devido a opção de empreender ações auto enfraquecedoras, que é de fato, consequências da soma dos dois primeiros pontos enunciados. Importa ressaltar que foi graças a essa privatização do setor de segurança que a maioria dos regimes na África pós-colonial tentaram assegurar seus interesses patrimoniais privados contra revoltas populares ou motins do setor securitário interno a partir do fomento de forças privadas paralelas como um contrapeso às existentes forças securitárias públicas e, em vez de fornecer segurança como um bem público, essas forças securitárias paralelas fornecem segurança como um bem privado às elites próximas do regime<sup>83</sup>,mas igualmente, regimes autoritários na África tradicionalmente se esforçaram para separar o setor securitário da sociedade a partir de favoritismo étnico, tribal ou partidário.

Esta estratégia herdada do sistema colonial e certamente aprimorada pelos novos dirigentes africanos busca estabelecer limites entre setor securitário público e o a sociedade que deveria ser protegida pelo mesmo setor, consistiu no preenchimento de cargos e posições chaves da liderança do setor da segurança pública com indivíduos aliados ao Estado, não através da etnia, religião, tribo, família ou ideologia (KINSEY; KRIEG, 2014, p. 9).

Grosso modo, pode se dizer que sanar os problemas securitários da África ocidental como no resto do continente começa pela criação de uma força nacional de segurança capaz de defender a autonomia do Estado, contra inimigos internos e externos. Ora, este papel de defender autonomia do estado africano, foi delegado ou nunca foi assumido nacional, regional ou continentalmente por defensores de interesses particulares em detrimento do interesse geral da sociedade através da terceirização do setor de segurança. Portanto, importa rever a

---

<sup>83</sup> Segundo Kinsey e Krieg (2014), os regimes africanos também criaram fortes serviços de inteligência, os quais são frequentemente afiliados étnica, tribal e religiosamente às elites no poder para garantir que as forças de segurança pública protejam os interesses privados da elite patrimonial em vez dos interesses do público.

terceirização<sup>84</sup> e privatização dos setores chaves do Estado como a segurança e o setor monetário que ficaram a mando e desmando das ex-metrópoles, logo atualmente pode se dizer que o grande desafio é “*desprivatizar*” ou pelo menos controlar o funcionamento destes setores e isto exige a consideração de atores e fatores internos e externos.

### 5.1.2 Atores internos e Intra-regionais

De Júlio Cesar a Santo Agostinho, das invasões anglo-saxônicas 1066, da reforma à emergência do Estado moderno em conflito com os vizinhos europeus, até o tempo do império e da Guerra Mundial, o nacional e o internacional sempre interagiram. [...] O que é vivido, e normalmente estudado como algo que acontece "dentro" de países, revela-se como parte de processos internacionais muito mais amplos de mudança política e econômica. Através das histórias "nacionais" a competição internacional desempenha um papel formativo bastante central, como influência e exemplo. A taxa para propósitos militares, as arrecadações de taxas no comércio habitam o coração do Estado moderno. (...) Portanto, não pode haver uma história puramente nacional de qualquer Estado; da mesma forma, não pode ter teoria da economia, do Estado e das relações sociais que negue o impacto formativo, residual ou recente do internacional (HALLIDAY, 2007, p.17-18).

Estas palavras de Fred Halliday, mostram a permanência da interação entre o "interno e o externo"; o nacional e o nacional e o internacional, ilustra a importância de identificar, analisar e entender os atores internos e externos da segurança oeste africana, objetivo desta sessão. Como mostrado em sessões anteriores, à administração e gestão do Estado e dos assuntos africanos nunca deixou de ser tarefa empenhada por atores internos (Elite política especificamente) e atores externos formados por representantes das potências coloniais (França, Inglaterra, Portugal) e novos atores das relações internacionais como as instituições internacionais (ONU, FMI, BM, OMC). Neste sentido Visentini (2011) observa que por um lado, a política externa dos Estados africanos é conduzida com recursos limitados e devido à falta de especialistas, embaixadas e informações sobre política mundial, a ONU representa, no plano global, o quadro mais conveniente para a diplomacia africana. Por outro, os desafios de segurança são menos ameaças militares externas do que guerra civil pela disputa do poder interno o que torna, a solidariedade entre as lideranças “conservadoras e as progressistas representa uma forma de segurança coletivo”. Ou seja, do ponto de vista externo temos atores representativos da análise da política externa e da segurança africana atrelada a ONU cujos representantes tradicionais se confundem com as ex-potências coloniais, especificamente

---

<sup>84</sup> A terceirização do uso da força tem provocado perniciosa permeabilidade entre as esferas de interesse do setor público e privado a ponto de afetar a elaboração de diretrizes governamentais na alocação de recursos públicos relativos à defesa militar (NASCIMENTO, 2010).

França e Inglaterra. Do ponto de vista interno, destaca-se a importância das lideranças africanas como atores fundamentais principalmente nas questões de segurança. Lembrando que são elas, que optaram tanto pelas ações auto enfraquecedoras quanto pelos acordos militares além de serem principais beneficiários em parte das operações encobertas.

Porém, mesmo que as ameaças de segurança sejam guerras civis pela disputa de poder, não se pode negar que este poder interessa tanto quanto atores internos que externos. Assim, as elites africanas pressionadas por problemas domésticos (internos), sempre buscaram apoio das grandes potências interessada na distribuição do poder e em busca de zonas de influência no continente (VISENTINI, 2011). Esta parceria entre elites e potências estrangeiras apesar de ajudar a estabilizar relativamente o continente durante o período da Guerra Fria, ajudou a moldar uma estrutura, que, ao fim da bipolaridade se revelou não somente ineficiente para garantir a segurança interna, mas também, fonte de instabilidade e de guerras civis generalizadas em vários países da região (Serra Leoa, Libéria, Senegal (Casamance), Costa de Marfim, Guiné Bissau e Mali). É nesta ótica que Head and Scott (2009), afirmam que os regimes militares prolongados na África Ocidental além de gerar instabilidade política profunda, atizou uma crescente cultura do militarismo que, combinado com outros fatores, (não menos importante) como o profundo declínio econômico e o mal-estar generalizado, afundou vários países da sub-região em uma guerra de grande escala. Ou seja, os conflitos civis que abalaram internamente o Estado oeste africano depois do fim da Guerra Fria é apenas uma das consequências da gestão autoritária e ditatorial (seja militar ou não) do Estado africano nas primeiras três décadas posteriores à independência (1960-1990).

Ora, como se mostrou anteriormente, tanto a tomada do poder quanto a permanência prolongada destes atores internos não seriam possíveis sem o apoio e a legitimação externa, de práticas e governos autoritários, inclusive violação dos direitos humanos como a perseguição, assassinato de opositores, uso indevida da violência e da força pela minoria dirigente contra a população em geral. Desta maneira, pode se afirmar que a premissa realista de consenso entre atores internos em torno dos objetivos que o Estado deveria seguir não foi observada na África ocidental. Portanto, se o uso das forças armadas para segurança interna caracteriza uma mudança recente (guerra ao terror) na política internacional, nos países africanos é uma prática normal, apesar disto ter implicações nefastas nas liberdades civis e mesmo assim, são acompanhadas de ações externas como mostra as linhas a seguir:

O caráter internacional da mudança em direção ao uso das forças armadas para a segurança interna torna ainda mais importante para analisar criticamente os fundamentos e conteúdo das medidas. Além disso, as mudanças internas foram

acompanhadas em cada caso por expansões das forças armadas para intervenções externas, no contexto de uma volta ao militarismo dos Estados Unidos e seus aliados, principalmente no Oriente Médio. Estas medidas têm implicações profundas para as liberdades civis, bem como para o futuro de convênios internacionais, como o Pacto Internacional sobre os direitos civis e políticos (HEAD; SCOTT, 2009, p.24).

Dessa forma, pode se perceber se de um lado, as ameaças securitárias do Estado africano são ligadas as guerras civis ou problemas internos, do outro, vê se que a política ou assuntos internos são estreitamente ligados ao ambiente externo, devido principalmente às questões de política externa, segurança, continuar mesmo depois da independência política nas mãos das ex- potencias coloniais. Assim, do ponto de vista das relações internacionais, no caso africano, pode se afirmar que o Estado não foi durante um longo período de tempo o ator central, já que nunca assumiu as funções de manutenção de paz dentro das suas fronteiras e muito menos a segurança dos seus cidadãos em relação a agressões externas.

A primeira foi delegada a milícias<sup>85</sup>, senhores da guerra ou grupos locais enquanto a segunda função foi objeto da cooperação militar com as metrópoles e pactos de não agressão entre as elites africanas. Em suma, os países da África ocidental constituem uma exceção da premissa realista das Relações Internacionais de que todos os Estados desenvolvem a função de estabilidade doméstica e a segurança em relação a agressões externas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.24), pois, estas duas funções foram de maneira geral, privatizadas. Ou seja, nesta região, pode se afirmar que o Estado não tem o monopólio do uso legítimo da força no plano doméstico, o que explica certamente a classificação dos mesmos como Estados falidos ou falhados, e mercados promissores para setores de segurança que vão desde fabricantes de armas até grupos e empresas de segurança privada. Consequentemente, reforçam-se cada vez mais as relações e interações entre atores internos e extras regionais nos enfrentamentos dos desafios securitários da África Ocidental, enquanto se observa uma baixa capacidade de interação interno principalmente em termos de infraestrutura tecnológica e social para transportes e comunicação e amplas vulnerabilidades dos Estados (CEPIK, 2005) devidos principalmente a instabilidades políticas e profundo déficit de desenvolvimento social.

Deste modo, fica evidente que a falta de infraestruturas de transporte além de ser prejudicial ao desenvolvimento econômico-comercial, constitui um desafio de segurança

---

<sup>85</sup> Durante a viagem de campo efetuada no Senegal em outubro de 2013, Gâmbia, Guiné, presenciamos na cidade de Labe (Guine), cenas de violência física praticada por grupos que agem por conta, porém conhecida por todos inclusive as autoridades, dentro da rodoviária da cidade contra supostos infratores. Portanto, a segurança interna é uma questão crucial na África ocidental, pois, ate na atualidade existem certa liberdade de homens fardados ou de grupos autônomos usarem e abusarem da violência contra a população civil.



regional. Ora, a realização de tal infraestrutura depende fortemente da consolidação dos Estados Nacionais e a eliminação das diferentes vulnerabilidades dos mesmos, que passam pela construção ou aquisição e consolidação da Capacidade Estatal. Isto é a capacidade efetivo do Estado de penetrar a sociedade e alterar a distribuição de recursos, atividades e conexões interpessoais (TILLY, 2007). Neste caso, importa para o Estado não apenas alterar as condições, mas adquirir condições de fazê-lo já que as capacidades existentes, mesmo se não empreendida na ação, causam alteração tanto na relação Estado- Sociedade quanto na interação do Estado com o ambiente externo. A compreensão das capacidades específica de um Estado possibilita antever e prognosticar suas ações potenciais no presente e no futuro. Assim Capacidade Estatal pode ser entendida como sendo a força relativa do Estado perante a sociedade, que significa na prática, buscar medir o equilíbrio entre Estado e sociedade com o foco no Estado e nas suas capacidades de extrair recursos da sociedade e ao mesmo tempo de oferecer segurança, direitos, bem estar e serviços que tragam sustentabilidade para essa relação. Isto implica ter três tipos ou dimensões de capacidades: a extrativa, a coercitiva e a administrativa. Segundo Hanson e Sigman (2013), a capacidade de extração como primeira dimensão, envolve elementos como informação, legitimidade e agentes dos serviços públicos e constitui a principal fonte de renda do Estado e pode ser medido através do Produto Interno Bruto (PIB). A segunda dimensão, a capacidade coercitiva envolve questões securitárias como proteção das fronteiras contra ameaças externas, assim como a manutenção da ordem interna que se dá através da legitimidade de uso da força. Essa capacidade conforme esses autores podem ser medida por meio de índice de lei e de ordem, efetividade da defesa e de segurança bem como a través de gastos em defesa, índice de terror político. Ou seja, pode se medir a capacidade coercitiva de um Estado levando em consideração o tamanho das forças de segurança, a qualidade e quantidade do material bélico a disposição das forças bem como os atributos do estado na promoção da manutenção da ordem (HANSON; SIGMAN, 2013, p. 6).

A terceira e última dimensão de capacidade Estatal destacada por Hans e Sigman, se refere à capacidade administrativa. Na visão dos autores a capacidade administrativa tem as duas primeiras dimensões como pré-requisito e envolve outros elementos com o desenvolvimento de adequadas políticas públicas a coordenação do mercado, a produção e distribuição de bens e serviços públicos à população. Importa observar que a capacidade administrativa além de ter como pré-requisito as capacidades extrativa e coercitiva, passa pela existência de uma burocracia autônoma e profissional e a efetividade das duas primeiras dimensões. Aplicando esse conceito aos estados Africanos em geral e especificamente aos países da CEDEAO, verifica-se tanto pelo PIB quanto pelo tamanho das forças de segurança e

gastos em defesa (ver tabela 4) que as duas primeiras dimensões de capacidade Estatal não são alcançadas, conseqüentemente a terceira, não se realiza já que a realização das duas primeiras é pré-requisito para a terceira.

**TABELA 4 DADOS GERAIS E GASTOS COM DEFESA DOS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL**

País	Superf. (Km2)	Pop.(milhões)	Forças armadas	PIB (US\$ bilhões) 2012	PIB per Capita (US\$)	Gastos defesa (US\$, milhões).	% PIB Gasto em Defesa
Benin	112 620	9,598,787	6,950	7,54	786	7,4	0,01
Burkina Faso	274 000	17, 275,115	11200	10,27	594	132	1,28
Cabo Verde	4 033	523,568	1200	1, 87	3,572	9,0	0,47
Costa de Marfim	322 463	21, 952,093	40,000	24,27	1,106	625	2,58
Gâmbia	11 295	1. 840,454	800	0,94	511	6	0,64
Gana	238 533	24, 652,402	15500	40,12	1,627	109	0,27
Guiné	245 857	10.884,958	9700	5,74	527	42	0,73
Guiné-Bissau	36 544	1.628,603	4,450	0, 88	540	25	2,84
Libéria	111 369	3.786,764	2,050	1,77	455	16	0,90
Mali	1 240 192	15, 494,466	15 150	9,60	620	227	2,36
Níger	1 267 000	16,344687	10 700	6,56	401	50	0,76
<b>Nigéria</b>	<b>923 769</b>	<b>170, 123,740</b>	<b>162,000</b>	<b>510<sup>86</sup></b>	<b>1602</b>	<b>2,04 (bi)</b>	<b>0,75</b>
Senegal	197 722	13 711 597	11,700	13,95	1076	210	1,5
Serra Leoa	71 740	5 485,998	10 500	3,82	696	13	0,34
Togo	56 785	6 961,049	8 550	3,62	520	59	1,63

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do ISS, 2013.

Esta tabela mostra que os países da CEDEAO, exceto Nigéria tem um produto interno pequeno, o que permite afirmar que são Estados com pouca capacidade de extração, mas também boa parte destes Estados<sup>87</sup> tem um limitado espaço físico e outros<sup>88</sup> uma população

<sup>86</sup> Dado referente ao ano 2013 (PEC, 2014). Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/>>. Acesso em: 4 maio 2014.

<sup>87</sup> É caso de Cabo Verde, Guiné Bissau, Gâmbia, Benin Togo.

<sup>88</sup> Como Mali que tem uma media de 0,8 habitantes por Km2. Regionalmente considerado, Mali apresenta uma concentração da sua população nas três principais cidades: Segou (41,23ha/km2), Sikasso (39,97Hab./km2) e Bamako (29,14 hab./km2) enquanto que nas regiões do norte Kidal, Tumbuctu e Gão têm respectivamente 0,49; 1,48, e 3,31 habitantes por Km2. Essa é uma realidade da maioria dos países da África e expressa a baixa capacidade de extração e de distribuição dos Estados.

proporcionalmente menor em relação a seu espaço físico. Esta situação, além de constitui um desafio econômico, é um verdadeiro problema securitário, pois, estes vastos espaços inabitados tendem a ser ricos em minérios e redutos de grupos insurgentes apoiados por grupos de interesses diversos (vendedores de armas, empresas de segurança privadas, empresas e países em busca de matérias primas e minérios).

Nigéria com seu PIB de US\$ 510 bilhões, mais de 55% do total do PIB regional, constitui uma exceção, pois, tem também o maior espaço físico (923 769km<sup>2</sup>) e a maior população. Igualmente, considerando a variável "orçamento de defesa", Nigéria se distancia dos seus vizinhos, mesmo gastando menos de 1% (0,75) do seu PIB. Depois da Nigéria, os países que tem maior orçamento em defesa são respectivamente Gana (US\$ 30,14), Costa de Marfim (US\$ 26, 30) e Senegal (US\$ 12 82), em termos absolutos. Portanto, apesar de alguns países Guine Bissau (2,84%); Mali (2,36%), da região gastos maiores percentualmente falando em relação ao PIB, pode se afirmar que os países da África ocidental em geral, precisam fortalecer seus aparatos securitários, para tanto é preciso fortalecer os Estado como entidades políticas autônomas, econômica, política e sócio culturalmente.

Ou seja, para enfrentar e vencer os desafios da segurança regional oeste africana é preciso no plano internacional, romper<sup>89</sup> definitivamente com o pacto colonial e os laços históricos de dependência externa que vinculam política, econômica e institucionalmente os países da região com suas respectivas potências coloniais e particularmente com a França e no plano local e regional, é necessário resolver o problema da liderança e da gestão dos bens públicos. Para tanto, é importante pensar uma nova estratégia africana, que permita enfrentar e diminuir a dependência em relação aos parceiros tradicionais; buscar novas parcerias, na perspectiva de aumentar o controle dos Estados e das organizações de integração regionais do setor securitário e principalmente evitar ou pelo menos minimizar os impactos da terceirização e privatização do mesmo.

Segundo Bryden et N'Diaye (2008), na África além dos atores do setor público oficialmente habilitado a usar a força<sup>90</sup> para proteger o Estado e seus órgãos correspondentes,

---

<sup>89</sup> Este rompimento não deve significar tornar inimigos da França ou de qualquer outro país, mas sim, revogar os acordos de cooperação de dependência elaborados unilateralmente pelas potências e imposta a elite dirigente africana na independência e estabelecer novas parcerias de benefício mútuo.

<sup>90</sup> **Organizações oficialmente habilitadas a fazer uso da força** (As forças armadas, a polícia, a policia militar e outras forças paramilitares, os guardas florestais, as unidades de reservas ou locais (forças de defesa civil; Guarda nacional, serviços de inteligência, alfândega e outras corporações em uniforme como os serviços secretos). **As instituições judiciárias**, compostas pelo Sistema Judiciário, Serviços Correccionais, Serviço Criminal e de Perseguição; **os corpos judiciários tradicionais e costumeiros** e por fim, as **Instituições de gestão e de supervisão** constituída de civis (Presidente, primeiro ministro, conselho consultivo sobre segurança nacional; o legislativo; os ministérios da defesa, do interior, da Justiça, e dos assuntos estrangeiros; gabinete da presidência/primeiro ministro; as órgãos de gestão financeiro (Ministério das finanças,

existem inúmeros de atores, que participam direta ou indiretamente na elaboração e implementação de políticas securitárias. Tais atores são classificados em organismos de segurança não oficiais<sup>91</sup> e organismos não oficiais da sociedade civil composta de organizações profissionais<sup>92</sup>. Em suma, os grandes desafios da segurança regional na África ocidental são tanto variados quanto complexos, no entanto, por isto, considera-se importante, para solucioná-los, levar em consideração os fatores e relações históricos da região a fim de poder particularmente eliminar as divergências reais e/ou imaginárias que minam as relações interafricanas. Neste sentido, África ocidental se tornou um laboratório de estudo e de teste de programas de Gestão do Setor de Segurança (GSS), onde sistemas de Reformas do Setor Securitário (RSS) elaborado por agentes de segurança e de desenvolvimento ocidentais se viu acelerado em substituição a assistência financeira até então descarregada na África sem nenhum efeito visível sobre a insegurança crônica do continente (BRYDEN; N'DIAYE ET FUNMI,2008, p.30).

Segundo estes autores Serra Leoa se tornou a cobaia mais celebre depois dos esforços do Reino Unido em transformar todo aparelho securitário do país. Gana e Nigéria também beneficiaram da assistência da ex- metrópoles, além da ajuda norte americana a Nigéria em vários projetos. No caso da Libéria, o processo de reforma do setor de segurança está nas mãos dos Estados Unidos da America por intermédio de sociedades de segurança privadas como a DynCorp e *Pacific Architects and Engineers* (PAE) encarregados de supervisionar a reconstrução das forças armadas liberianas, em colaboração com a Organização das Nações Unidas (ONU). Do mesmo modo, a República da Guine tem parceria com os EUA para a modernização e profissionalização das forças armadas do país (SCOTT, 2008). Esses exemplos mostram, que exceto a república da Guine, os países cuja reforma de setor de segurança conta com a ajuda e colaboração da Inglaterra e dos Estados Unidos são as ex-colônias inglesas na região e conseqüentemente pode se afirmar que há certa continuação do laço colonial e mais que isso as relações interafricanas continuam sendo analisadas e determinadas em função do passado colonial.

Nesta ótica, o conceito de reforma do setor de segurança bem como sua aplicação tida como anglo-saxônica, apesar de entrar em funcionamento nos países da CEDEAO de colônia

---

departamento do orçamento, os serviços de controladoria geral); as autoridades regionais e locais correspondentes incluindo as tradicionais e costumeiras; as organizações oficiais da sociedade civil, tais como os mediadores pelo direito Humano, as comissões de investigação policial.

<sup>91</sup> O exército de libertação, o exército de guerrilha, as milícias tradicionais e as milícias dos partidos políticos; as organizações de autodefesa incluindo as estabelecidas em função de filiações étnicas ou religiosas; as sociedades de segurança privada.

<sup>92</sup> Sindicatos, as organizações de pesquisa e de análise política; os grupos para a defesa da Gestão do Serviço de Segurança (GSS), as mídias; as organizações religiosas e outras organizações não Governamentais (ONGs).

inglesa, tem pouca aderência por parte dos membros da CEDEAO da África ocidental Francesa, visto que foi recentemente que a França passou a considerar como válido o conceito de Reforma do Setor de Segurança e a importância de insistir sobre a governança democrática em sua política estrangeira. Na opinião de (Bryden; N´diaye et Funmi,2008), isto determina o tipo de apoio oferecida pela França em matéria de segurança às suas antigas colônias da África do Oeste de um lado e do outro, as raízes anglo-saxão do conceito de RSS, fazem com que a sua penetração em outras esferas linguísticas foi difícil. Assim, nos Estados francófonos, os setores de segurança sempre foram e continuam ainda pouco transparentes, pois, pautada legalmente pelos acordos de cooperação francos africanos e funcionam conformes as regras da *Françafrique*.

Grosso modo, percebe-se que influência de atores externos constituídos pelas (ou ligados) as ex-potências coloniais na concepção e implementação de programas de Reforma dos Setores Securitários (RSS), apesar de serem baseadas em "boas intenções", além de não resolver o problema, tem implicações nefastas na segurança regional como um todo. A ingerência externa tende a minar a autonomia e a estabilidade dos Estados e consequentemente enfraquecer os processos de integração regional bem como os projetos de desenvolvimento de longo prazo. Portanto, entende-se que atores externos e parceiros podem aconselhar e ajudar a desenvolver a eficiência e eficácia das forças de segurança; mas, a decisão para a segurança nacional e regional deve ser resolvida de forma autônoma pelos Estados e seus habitantes locais. A política de segurança nacional e regional bem como a estratégia de funcionamento não pode ser imposta ou ditada de fora para dentro mas sim, pensada e construída internamente de forma autônoma.

Conclui-se que no caso específico da África ocidental, para que isso aconteça, é preciso primeiramente, romper com os laços históricos de dependência, fortalecer a integração regional e a solidariedade africana e por fim, estabelecer novas parcerias<sup>93</sup> que permitam o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural independente. Juntamente com as novas parcerias os países africanos buscaram uma estratégia alternativa aos problemas securitários, mas também políticos e socioeconômicos resultantes das relações históricas do continente

---

<sup>93</sup> Neste quesito, é importante dar prioridade aos países emergente, pois, depois de aproximadamente um século de dominação europeia (1884-1975) através da colonização, e meio século de parceria com a mesma Europa, fica claro que nenhum avanço ou progresso africano poderá vir da ajuda ocidental. Ao contrário, a atual situação do continente em geral mostra uma nova tentativa de ocupação e dominação dos pontos estratégicos africanos na perspectiva de continuar a exploração dos recursos energéticos em detrimento da sociedade africana. Apesar, das dúvidas e incertezas quanto à presença dos emergentes na África (China, Índia, Brasil), pode se afirmar considerando somente a última década, que viu a intensificação da presença destes atores no continente, que a aproximação dos países da CEDEAO com as regiões do Sul será no mínimo melhor que a continuação das relações neocolonial com o Ocidente.

com o imperialismo estrangeiro. Isto significa pensar alternativas aos problemas geográficos causados pelas fronteiras físicas<sup>94</sup> e culturais herdadas da colonização árabe e europeia, enfrentar as ameaças do fanatismo religioso do islamismo e do cristianismo. Finalmente, é importante resgatar e valorizar o intenso senso de comunidade africano visto e tratado estrategicamente pelo ocidente como tribal, para impedir que esses sentimentos voltados para um destino único se estendam e agregam maiores números de africanos. Isso ocorre porque o Estado africano não tem crescido fora da nação, mas, pelo contrário, os arranjos instituídos pelo imperialismo árabe e europeu tem deixado o continente num caos (FRIEDMAN, 2012, p.258). Portanto, para sair deste caos, os países africanos devem repensar suas relações internacionais, tanto do ponto de vista interna quanto externa, no sentido de fortalecer a solidariedade interafricana e enfrentar de forma estratégica a nova disputa cuja ela é objeto e os novos desafios securitários.

## 5.2 DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A busca por maior aproximação de Estados e regiões por meio de processos de integração regionais tem sido uma das características do mundo globalizado. Isto traz de um lado, uma ampliação dos mercados assim como a intensificação da livre concorrência e do outro, observa-se uma redução gradativa das barreiras comerciais. Segundo Sylla (2007), estes acontecimentos parecem ter como objetivo eliminar as economias menos competitivas dos países em desenvolvimento em favor das mais competitivas, geralmente dos países desenvolvidos. No entanto, os defensores da globalização argumentam que esta é uma tendência que vai melhorar o bem estar da população mundial devido ao aumento da produção de bens e serviços a custos menores. Esta reorganização do Estado e de seu modo de funcionamento faz dele um ator menos autônomo, principalmente no plano econômico e financeiro, onde devido à liberalização dos mercados em nível global, tornou a circulação do capital financeiro mais dinâmico e sem controle ou domínio de um ou outro país (SYLLA, 2007, p.79).

Ou seja, devido à liberalização dos mercados financeiros, a circulação da moeda de um país a outro não é mais controlado pelos Estados e seus governantes e conseqüentemente

---

<sup>94</sup> Neste sentido, é ilustrativa, a afirmação de Friedman (2012), de que a dinâmica real africana começa a emergir quando se considera que estas fronteiras não definem Estados que tentam presidir múltiplas e hostis nações contidas internamente, mas, geralmente dividem nações entre dois países contemporâneos. Portanto, embora possa haver poucos Estados Africanos, há excetuando a região da África setentrional, poucas Nações-Estados.

seu controle da política monetária ficou bastante limitada, já que a mudança de controle na massa monetária implica mudança também das políticas monetárias. Tanto a crise imobiliária americana de 2008 quanto à recente crise financeira europeia ilustra perfeitamente a situação de interdependência do mundo e da incapacidade de um governo controlar isoladamente suas políticas econômicas e monetárias e muito menos uma região como África ocidental considerada uma das regiões menos desenvolvida do planeta. Igualmente ao longo da última década se tornou uma região com alta incidência de conflitos intra-estado, antes de se transformar recentemente numa das principais rotas do tráfico de drogas. Diante desse cenário, este capítulo objetiva analisar na sessão (4.1), os desafios econômicos. Em seguida, na sessão (4.2), os desafios da integração no ponto de vista político. A terceira sessão (4.3) faz uma análise da integração em termos de segurança regional. A penúltima sessão trata dos desafios estruturais da integração oeste africana e a última sessão é reservada a discussão os desafios de segurança regional e depois da análise dos quatro pontos acima listados é importante sintetizar o argumento na conclusão do capítulo.

### 5.2.1 O Papel da Indústria

Desde da independência dos países africanos, ao longo da década de 1960 e meado da década de 1970 havia um certo consenso pelo menos no pensamento de que o grande desafio do continente é buscar o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural. E tal desenvolvimento não poderia ser alcançado sem a substituição das importações, portanto, a implantação de uma indústria capaz de mudar o perfil das exportações. Nesta perspectiva, no âmbito da CEDEAO tomou-se várias iniciativas desde 1975, para favorecer a concentração e as sinergias regionais e acompanhar os Estados membros nos seus esforços de desenvolvimento socioeconômicos, através da industrialização (CEDEAO, 2010). Porém estas iniciativas não foram ou não puderam ser concretizadas tanto na África Ocidental quanto no resto do continente, apesar da concentração e abundância de recursos energéticos e de matérias primas. Porque as iniciativas de industrialização não foram concretizadas? Que tipo de indústria poderia ser implantadas na região? Eis são algumas perguntas cuja análise importa no entendimento do principal papel da indústria no enfrentamento dos desafios da integração regional.

Antes de abordar estas perguntas em especial, é importante elucidar o conceito de industrialização e traçar um panorâmico geral da situação do setor industrial da África Ocidental. Neste sentido pode se dizer de forma bastante simplificada que industrialização e

desenvolvimento são tratados de forma bastante próxima pela literatura econômica, que trata indústria como a astúcia do desenvolvimento estrutural da economia (Branco, 2003). Assim, a industrialização pode ser entendida como um procedimento de transformação de base estrutural e das dinâmicas socioeconômicas de acumulação, por meio do qual as aquisições da ciência e tecnologias são aplicadas às esferas de organização das cadeias produtivas e de valor, já que suscita um avanço do conhecimento tecnológico e metodológico, que por sua vez possibilita avanço na produtividade e concretiza os avanços na inovação e pesquisa científica (DIOP, 1974; BRANCO, 2003)<sup>95</sup>. Dito com outras palavras, pode se afirmar que a industrialização de um país, de uma região ou de um continente torna a economia do mesmo, capaz de ter a força de captar e influenciar dinâmicas nacionais, regionais e internacionais de desenvolvimento socioeconômica e cultural. Ou seja, há uma estreita ligação entre industrialização e desenvolvimento econômico, a ponto que, pode se afirmar que um dos papéis da indústria na integração regional é gerar um desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, que um dos líderes da independência oeste Africana, Amical Cabral, ao refletir sobre os aspectos econômicos e de desenvolvimento da Guiné, parte do pressuposto que Guiné Bissau é um país subdesenvolvido. Segundo Cardoso (2007),

No texto escrito em 1969 em que Cabral fala dos princípios do partido, nomeadamente sobre a realidade econômica, ele admite que a Guiné de então era uma terra atrasada economicamente, « sem desenvolvimento quase nenhum » isto é, um país sem indústria a sério, com uma agricultura atrasada e do tempo dos nossos avós, em que a exploração das riquezas nacionais depende essencialmente do trabalho dos homens e em que as infraestruturas portuárias eram precárias (CABRAL, 1976, p. 136 apud CARDOSO, 2007).

A partir das linhas acima citada percebe-se, de um lado, a estreita ligação entre indústria e desenvolvimento e do outro, fica evidente a ausência de indústria na Guiné Bissau mas também na região. Para Cabral (1976), isto é a prova de que o imperialismo, na sua condição de capital, não tinha cumprido se quer a missão histórica de aceleração do processo de desenvolvimento das forças produtivas e transformação, no sentido das complexidades, das características do modo de produção nos países “atrasados”. Para chegar a tal conclusão, Cardoso (2007), afirma que Cabral inventariou determinadas riquezas do continente, para

---

<sup>95</sup> Segundo Branco (2003), a inovação, a pesquisa científica e do avanço no conhecimento científico têm um impacto significativo no crescimento e desenvolvimento econômico do que no aumento simples no percentual para o PIB e para o emprego direto, pois, por via de transmissão, para a economia e a sociedade como um todo, os ganhos da produtividade e dos avanços tecnológicos na indústria e na criação de emprego indireto por via de ligações de crescimento potenciada. Igualmente, esta industrialização deve possibilitar a articulação da economia regional através das redes de fornecedores e consumidores, redes de cooperação interempresarial e interindustrial, além das ligações dinâmicas de crescimento desenvolvidas em torno de cadeias socioeconômicas de produção e valor.



mostrar que os africanos foram impedidos de explorar e desfrutar das suas próprias riquezas por serem submetidos diversos tipos de dominação e exploração ao longo da história. Nesta mesma ótica, Cheikh Anta Diop (1974), preocupado com a industrialização e o desenvolvimento da África, apresenta além do inventário das riquezas do continente, oito (8)<sup>96</sup> zonas industriais possíveis com base nos recursos disponíveis e necessários para servir de insumo para cada tipo.

Neste inventário e classificação do continente em zonas industriais nos interessa as zonas dois a cinco já que constituem o atual espaço da CEDEAO, que são nomeadamente, a região do Golfo do Benin (2), Gana e Costa de Marfim (3); Guiné e Serra Leoa (4) e Zona Tropical (Mali, Níger, Senegal) (5), portanto, podemos simplificar e agrupar estas zonas (2 a5) em uma única zona que designamos no âmbito desta tese, da zona industrial da CEDEAO, onde procura-se analisar a partir do mapeamento feito por Diop, qual a situação real da região na atualidade em termos de industrialização e identificar quais são os desafios atuais e as perspectivas do Futuro.

Primeiro importa lembrar a base ou ponto de partida em que iniciou a reflexão de Cheikh Anta para mostrar e reforçar o argumento que vem sendo desenvolvido ao longo desta tese segundo o qual desde da independência dos países africanos uma das principais preocupações de todos os africanos, é como resolver o problema do subdesenvolvimento, da miséria e criar condições favoráveis para o bem estar da sociedade africana. Ou seja, não houve divergência quanto ao objetivo principal, mas sim, a bipolarização do ambiente sociopolítico, econômico, cultural e das relações Interafricanas aconteceu no momento de escolher entre os diversos tipos de caminhos e estratégias possíveis as mais se adequava a realidade africana. Como já foi dito anteriormente, defende-se nesta tese o argumento segundo o qual o ponto de divergência foi principalmente pela falta de referência histórica<sup>97</sup> comum entre as elites dirigentes e tomadores de decisões na independência. Portanto, a ideia de mapear as riquezas e propor zonas industriais, era para Cheikh Anta uma maneira de mostrar cientificamente para seus pares, que África não precisa incondicionalmente da Europa

---

<sup>96</sup> Por mais detalhes ver Diop, Cheikh Anta. **Les Fondements Économiques et Culturels d'un État Fédéral d'Afrique Noire**, présence Africaine. A bacia do Zaire (atual RDC) (1), a região do Golfo do Benin (2), Gana e Costa de Marfim (3); Guiné e Serra Leoa (4), Zona Tropical (Mali, Níger, Senegal) (5), Sudão, região dos Grande Lagos, Etiópia (6); a bacia do Zambeze (7) e por fim zona industrial da África do Sul (8) (DIOP, 1974, p.73-112).

<sup>97</sup> Entre aqueles que consideram que a história africana começa com a colonização e portanto o Estado e qualquer outra instituição deve ter como referência o legado colonial e aquele que acreditavam e acreditam que outra África é possível, que o rompimento do cordão Umbilical com os impérios coloniais do ocidente significaria uma fatalidade para o continente.

para sobreviver e prosperar, pois, tem condições mais que suficiente para seu desenvolvimento socioeconômico.

Nesta lógica, Diop era convencido que a industrialização deve ser uma das condições para romper com a dependência e impedir a implantação do novo sistema colonial (neocolonialismo), proteger o continente das diversas crises do capitalismo e principalmente garantir que a exploração dos recursos naturais africanos será em benefício do povo africano como mostra esta afirmação:

Um plano racional de industrialização consiste em equipar primeiro as imensas fontes de energia que a natureza propiciou à África e, tornar deste modo, possível qualquer processo de desenvolvimento, sendo que tal processo inicia pela energia e o resto deve ser decorrente (consequência), do domínio e da maximização do uso deste recurso. Se a utilização desta energia abundante é um problema para as sociedades privadas, que se colocam sobre a ótica da rentabilidade externa, para um país em desenvolvimento, que deve estimular de múltiplas atividades e criar todos os órgãos indispensáveis para sua entrada na era industrial, a ideia de excedente em energia é um non senso (DIOP, 1974, p.7).

Estas linhas mostram a preocupação do autor pela transformação do continente africanos em exportador de recursos energéticos, que dava uma falsa sensação de excedente enquanto que na realidade, não se criou as mínimas condições de consumo interno dos mesmos, fato que é também válido para os outros recursos minerais. Neste mesmo sentido, o atual secretário da comissão Econômica Africana (CEA) Carlos Lopes afirma no último relatório (2013), que os diferentes ministros de finanças africanas foram convencidos pela ONU a aprovarem o projeto de transformação das economias africanas, priorizando a indústria e os serviços em vez de focar o setor agrícola por três motivos. Primeiro porque as grandes transformações acontecem em períodos de crescimento econômicos como é o caso do continente africanos nos últimos anos (e não em período de recessão), mas também, em período de crescimento da população urbana e por fim, qualquer transformação e industrialização precisa se beneficiar de um bom ambiente macroeconômico. Considerando o aumento das reservas africanas que alcançaram na última década, a faixa de quinhentos (500) bilhões de dólares, e a inflação em torno de 7%, Lopes (2013), afirma que este é um momento histórico, onde boa parte das condições do desenvolvimento socioeconômico reunidas, pois, além destes dados macroeconômicos, há um sistema de regulamentação, principalmente, no setor financeiro e o déficit é controlado, todavia, a chave da transformação e do futuro da África continua sendo a industrialização.

Em suma, a partir desta análise podemos tirar duas observações importantes. A primeira é que fica evidente que as preocupações e convicções do Cheikh Anta Diop na

década de 1960, quanto a importância da industrialização no desenvolvimento socioeconômico africano, continuam sendo as preocupações dos intelectuais, analistas e dirigentes africanos como Carlos Lopes em 2013. Ou seja, a indústria tem um papel fundamental e é um pré-requisito para o alcance dos objetivos dos Estados, das regiões e do continente, na busca da realização do bem estar social africano como foi em outras partes do mundo. É neste sentido que a atual presidente da Comissão da União Africana (CUA), Nkosazana Dlamini-Zuma, lembra que a industrialização não deve ser considerada como um luxo, mas uma necessidade para o desenvolvimento do continente.

A segunda observação, é certamente a mais importante, já que estamos analisando desafios, pois, se refere as divergências internas quanto aos caminhos que levam a industrialização Assim, para uns (Carlos Lopes) se a industrialização é uma necessidade para o continente, ela deve se apoiar nas matérias primeiras, incluindo os produtos agrícolas (Café, Cacao, açúcar, algodão). Para este autor, a indústria baseada nos produtos de base permite do crescimento econômico, cria emprego e favorece um certo desenvolvimento social, porém, mantém a dependência e impede o desenvolvimento autônoma e independente. Portanto, há necessidade de acabar com a dependência dos produtos de bases em vigor no continente desde da independência e iniciar o processo de industrialização para transformar localmente os produtos de base (ECA, 2013). Segundo Ighobor (2013), quando Carlos Lopes e outros propuseram a industrialização como caminho na conferência de Abidjan, o auditório composto de vários tomadores de decisões, a proposta recebeu uma aceitação com entusiasmo, no entanto, quanto a maneira de alcançar este objetivo não ficou tão claro, pois ficou acordado que vai depender de “detalhes”.

Em suma, certamente é esta variável desconhecida (“detalhes) que acompanha as relações interafricana desde da independência que motivou Cheikh Anta Diop em propor a partir de um breve inventário dos recursos africanos, um mapa industrial (oitos zonas Industriais). Neste mapa, a zona do atual espaço da CEDEAO, teria condições suficiente para desenvolver uma cadeia industrial diversa, conforme a disponibilidade e tipos de matérias primas da região.

Na análise de Diop (1974), as regiões topicais, por terem uma tendência de apresentarem deficiência em recursos energéticos, por isto seria ideal, instalar centrais nucleares e térmicas na África ocidental (Senegal Sudão, Níger, Costa de Marfim e o Saara ocidental), mas também, pode ser implantada nesta região toda uma cadeia de produção na linha de material de construção (cimento, argila, pintura). Igualmente é uma região favorável a instalação de uma indústria alimentar (agricultura de cereais, pesca, indústria de conserva, vestimenta e

derivados de petróleo como asfalto), bem como uma indústria especializada em refrigeração, teria um grande potencial na África equatorial e ocidental.

Na Região do Golfo do Benin:(delta do Níger), delimitada pelo Daomey (atual Benin) e o Togo no oeste, Camarões no Leste foi proposta por Diop para ser o futuro centro industrial, visto, as reservas hidráulicas estimadas na época a mais duzentos cinquenta bilhões de Quilo Watt hora (Kwh) anual, além das grandes reservas de petróleo presentes na Nigéria e no Gabão. Estes elementos permitem a instalação de indústria de alumínio, indústria metalúrgica, eletroquímica, indústria de fabricação de óleo, sabão, pneus devido principalmente a produção abundante de algodão, amendoim, óleo de palmeira. Gana e Costa de Marfim poderão ser transformados em grandes centros de produção de café Cacao e derivados, enquanto que Guine Serra Leoa e Libéria é classificado como uma zona metalúrgica por excelência visto a abundância de minério de ferro, ouro, diamante, bauxita além do potencial energética, com a barragem de Kankouré. Segundo Diop (1974, p.84), esta região poder ser transformada em um futuro centro industrial automotivo e aeronáutica. Em suma, este mapa industrial proposto por Diop permite visualizar o grande potencial de desenvolvimento industrial na Africa ocidental, no entanto é importante ressaltar que o autor trabalha na perspectiva de uma complementariedade em nível continental. Por isto, por exemplo, o autor sugere que a região da bacia do Zaire (atual República Democrática do Congo-RDC) onde, o potencial energético e grandes quantidades de recursos minerais de todo tipo (ferro, cobalto, coltan, cassiterita, ouro, zinco, cobre, prata diamante industrial, urânio) seja priorizada para a instalação de indústria pesada de equipamento militar (blindado, indústria naval e aeronáutica).

Grosso modo, pode se perceber a partir do mapeamento do Diop, que a zona industrial da CEDEAO pode ser composta de unidade de produção de energia nuclear e térmica, indústria metalúrgica e eletroquímica além de uma gama de indústria alimentar (agricultura, pesca), indústria de construção civil. Assim, respondendo a primeira indagação (porque as iniciativas da industrialização não foram concretizadas?) pode se dizer que é devido as opções adotadas pelas elites dirigentes logo depois da independência. Tais opções consistiram como já foi mencionado anteriormente, na manutenção das fronteiras coloniais, balcanizando desta forma a região em Estados econômica, política e socioculturalmente inviável. A artificialidade das fronteiras e da delimitação territorial africana tem sido apontados como a raiz de todo mal do continente. Esta divisão e introdução de fronteiras artificiais não somente inviabiliza qualquer tipo de empreendimento de natureza industrial, mas interfere diretamente nas

relações interafricanas, tanto do ponto de vista local quanto regional, pois constitui uma das bases dos conflitos internos e internacionais do continente.

Em consequência desta inviabilidade dos Estados, foram adotados os famosos acordos de cooperação, que transferiram os setores importantes da região (economia, defesa, política externa) especialmente a exploração dos recursos naturais às ex-metrópoles e suas empresas capitalistas, levando ao que Cooper (2006, p.99), chamou da industrialização que nunca foi. Segundo este autor, a cura para a economia colonial dependente da venda de uma limitada quantidade de produtos agrícola ou mineral e na importação de bens manufaturados parecia ser para os economicistas e líderes políticos africanos da década de 1960, um caminho certo para a industrialização. No entanto, isto se revelou insustentável, devido às dificuldades em atrair investimentos, dada a sua população espalhada e dividida por fronteiras coloniais e pós-coloniais (COOPER, 2006). Na opinião deste autor, em toda África houve, logo na independência um ensaio de industrialização, principalmente no setor de mineração, mas somente apenas África do Sul e em certa medida no sul da Rodésia teve êxito no desenvolvimento efetivo de unidades regional de produção de ouro

No caso da África Ocidental, a presença do ofício francês e britânicos nos setores de prospecção e exploração de minérios somente aumenta seu caráter de exportadora de matérias primas e consolida o que Diop buscava evitar ao fazer o inventário dos recursos e propor um plano integrado de industrialização para o continente. Portanto, a convicção dos líderes políticos africanos de que a independência permitiria a construção de uma indústria própria na região com a ajuda das ex-metrópoles, foi mais uma frustração. Tentou-se de forma paliativa adotar uma política de substituição das importações, em alta na época na América Latina, utilizando-se de barreiras tarifárias (taxação pesada da importação de produtos acabados) no intuito de incentivar o investimento e fabricação de produtos dentro das fronteiras nacionais, o que por sua vez se revela ineficaz por motivos óbvios. O primeiro é que os territórios definidos pelas fronteiras coloniais são muito pequenos como mercado, portanto, era necessário neste nível pensar na integração como alternativa ou no mínimo reforçar e estreitar as relações interafricanas em vez de seguir a lógica do legado colonial. Nesta ótica, Cooper (2006) mostra que efetivamente houve, na década de 1960, parte do investimento aplicado no continente, buscou a industrialização para substituir as importações, no entanto, tais investimentos foram feitos por corporações Transnacionais sediadas nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. Ou seja, nos principais países capitalistas interessados em importar do continente africano matérias primas e exportar produtos acabados como ilustram as palavras de Kwame Nkrumah a seguir:

Companhias norte-americanas e europeias ligadas às mais poderosas instituições bancárias e financeiras do mundo, estão, com o consentimento de governos africanos, penetrando em projetos de importância, destinados à exploração de novas fontes de produtos primários. Em alguns casos, os projetos estão aliados a especulação de longo prazo para a criação de determinadas indústrias essenciais. De um modo geral, no entanto, limitam-se à produção de matérias em estágios básicos ou secundários, com o objetivo de processá-los nos moinhos e fábricas possuídos e operados pelas companhias exploradoras nos territórios metropolitanos (NKRUMAH, 1967, p.99)

A traves destas palavras, Nkrumah nos indica o papel das elites dirigentes (governos africanos), das multinacionais europeia e americanas, na explicação da não concretização da industrialização tanto da África Ocidental como no restante do continente. Assim, para Nkrumah e companhia, a África não conseguiu progredir no caminho do desenvolvimento industrial porque os seus recursos naturais não foram empregados com esse objetivo, mas foram utilizados para o maior desenvolvimento do mundo ocidental. Outro elemento explicativo, da não industrialização da África segundo Cooper (2006) está atrelado a falta de financiamento e conhecimento técnico, pois, são dois elementos essenciais exigidas pela indústria e que são altamente concentradas na economia mundial. Evidentemente o conhecimento técnico e científico foi um dos motivos que levou Diop a propor as zonas industriais no continente, porque na visão do autor quanto mais especialização mais aprofundamento no conhecimento técnico específico, assim como ele entendia que esta especialização poderia favorecer as trocas interafricanas gerando fontes internas de financiamento da industrialização.

Ora, as empresas transnacionais, seus países de origem e seus parceiros africanos em busca de seus interesses individuais e coletivos, negociam de forma a manter qualquer alternativa ao sistema vigente e especificamente manter fora qualquer concorrente a fim de proteger seus mercados. Deste modo, diante da necessidade de importação de máquinas e equipamento, construir infraestruturas para viabilizar o processo de industrialização o que se viu foi o estabelecimento de um sistema de mercado fechado para enriquecer-se e beneficiar seus clientes (COOPER, 2006). Segundo este autor, a industrialização da África teve seu momento áureo entre os anos 1965 e 1973 quando, a expansão industrial cresceu duas vezes mais rápido do que o PIB. Evidentemente, grande parte deste crescimento industrial se registrou nos setores de mineração (cerca de sete por cento ao ano entre 1960-1980), setores de alimentos e o de têxteis.

Cooper (2006), argumenta que exceto África do Sul, onde a industrialização remonta ao século XIX, tivemos depois da independência, poucos centros industriais foram registrados

em torno principalmente do Quênia e em Zimbábue, no entanto depois dos choques do petróleo, o crescimento nestes centros diminuirá progressivamente até se tornar negativo na década de 1980, deixando mesma a África do Sul em estado de desindustrialização. O autor sustenta que no continente somente a Ilha dos Maurício, que seguiu os passos do sudeste asiático e produziu têxteis para o mercado de exportação conseguiu se manter e, quanto aos países como Nigéria, Botsuana, Quênia e por um tempo, Zâmbia chegaram a construir uma base industrial para atender as necessidades da mineração ou do setor agrícola mas, continuaram vulneráveis as mudanças da economia internacional e principalmente, a variação dos preços das comódities.

É importante notar que entre os poucos países que chegaram a um estado de industrialização mínima, não há nenhum país que seja ex-colônia francesa e Nigéria é o único da África ocidental, isto é de alguma medida, resultado concreto dos efeitos da cooperação franco-africana que delegou a gestão dos recursos naturais, das finanças e do setor de segurança e Defesa a ex-metrópoles. Portanto, apesar do aumento da capacidade de produção mundial registrada na década de 1970 e a disponibilidade de enormes recursos minerais e energéticos, África estava impossibilitada de realizar com sucesso qualquer processo de industrialização para substituir as importações ou uma industrialização de exportação competitiva. Assim, mesmo no caso da África do Sul pós-apartheid as dificuldades em exportar produtos manufaturados e tornar-se um polo de atividade econômica regional, eram enormes e o país continuou vulnerável a queda de preço do Ouro no mercado internacional por exemplo. Isso mostra que a construção de um centro industrial na África ocidental ou em qualquer outra parte do continente ou do mundo exige mais do que mão de obra barata, disponibilidade de recursos naturais e abarca como bem destaca Cooper (2006), na necessidade de ter uma boa rede de comunicação, eletricidade confiável e suficiente; água, ligações entre as empresas, mão de obra qualificada e capacidade de gestão.

Este são alguns dos fatores acoplados a uma vontade política, uma visão estratégica, que podem e devem estimular a industrialização da África ocidental. Neste sentido, a adoção da Política de Industrialização Comum da África Ocidental (PICA), parece ser a prova não somente da compreensão dos dirigentes da importância da indústria para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região, mas também do entendimento dos mesmos de que concretização dos objetivos da CEDEAO, passa necessariamente pela industrialização.

Neste sentido a industrialização vai além da simples instalação de unidades de produção ou de transformação de matérias primas em produtos mais acabados e abarca um sistema mais complexo elaborado no intuito de conseguir mudar o perfil das exportações da

região Isto pressupões, conforme CEDEAO (2013) o desenvolvimento da indústria no sentido de construir cadeias produtivas em nível regional, baseadas em programas de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial (PID) voltada as necessidades e realidades da região; o Desenvolvimento dos direitos regionais de propriedade intelectual (DPI); Desenvolvimento do financiamento regional. Assim como a elaboração de um Sistema de troca de informações sobre as oportunidades de negócios (ECO-BIZ); a criação de uma rede regional de parceria industrial e o Desenvolvimento das infraestruturas.

Eis são alguns dos desafios a serem enfrentados pelos países membros da CEDEAO, a traves da política Industrial Comum da Africa Ocidental (PICA) a fim de dar adequada resposta a questão dos altos custos dos fatores de produção industrial, reforçar e tornar sustentável a qualidade da infraestrutura (CEDEAO, 2013). Para tanto, segundo a mesma fonte, são necessários acelerar a implementação dos projetos de transportes, telecomunicação, energia, assim como o desenvolvimento das infraestruturas transregionais da Africa Ocidental (estradas, caminhos de ferros, energia, transporte marítimo, aéreo e telecomunicações). Em suma, a industrialização regional, se alcançada, poderá não somente, gerar empregos, mas também contribuirá a reduzir de forma significativa o custo de alguns fatores de produção e permitirá a promoção do desenvolvimento do comercio intracomunitário além de propiciar as economias nacionais o acesso aos mercados da África Ocidental, do continente e do mundo.

Conclui-se deste modo que, a indústria tem um papel fundamental no desenvolvimento regional no sentido amplo, pois, na atualidade o baixo nível de desenvolvimento de recursos humanos, da infraestrutura assim como, a pobreza e o fraco comercio registrados no plano regional podem ser atribuídas ao estado de sub- industrialização oeste africana. Certamente, o bem estar gerado por uma adequada industrialização evitaria o surgimento dos diversos conflitos internos e intra-regionais, até porque boa parte destes surgem das rivalidades entre grupos pelo controle dos recursos naturais, os quais poderiam beneficiar a sociedade como um todo. Deste modo, importa ressaltar apesar das dificuldades, e das diversidades dos desafios a serem enfrentados, a integração regional no âmbito da CEDEAO tem se revelado o caminho mais curto e adequado para a industrialização, o desenvolvimento de infraestruturas e da construção da paz e segurança regional, assim como o enfrentamento dos desafios econômicos dos países membros da CEDEAO.



### 5.2.2 Desafios Econômicos

Durante muito tempo os projetos de integração oeste africanos foram dedicados ao fortalecimento econômico e comercial apesar de tudo, ainda os países da região parecem distantes uns dos outros no que tange a integração econômica e comercial. Os esforços dedicados ao longo da história regional a conversações e seminários para aprofundar a harmonização das regras e regulamentos administrativos em prol da liberalização econômico e comercial parece apresentar resultados limitados devido a fatores tanto internos quanto extra regionais (OWUSU, 2013).

Do ponto de vista interno, a semelhança da pauta da exportação dos países da região, com preponderância do comércio de produtos de base e matéria-prima parece ser um dos limites. No plano extra regional a persistência da dependência excessiva dos países membros da CEDEAO a ajuda econômica em proveniência das ex-metrópoles e/ou das instituições de Breton Woods, se apresenta como elementos que contribuíram marginalização da região no comércio global. Em suma, juntos estes fatores ajudaram a reforçar as influências externas exercidas sobre as várias formas de promover e dinamizar o comércio livre e a integração efetiva entre os países membros da CEDEAO. É neste sentido que Owusu (2013, p.13), argumenta que a maioria dos países da África Ocidental não somente ainda não cortaram os cordões umbilicais que os unem aos antigos colonizadores. Ou seja, para este autor, as dificuldades da integração econômica oeste africana têm entre outras causas a insistência e persistência dos países da região em manter os laços históricos com as antigas metrópoles.

Além desta tradicional influência, do ponto de vista do Owusu (2013), recentemente os países da CEDEAO e africanos em geral, foram submetidos à influência de novos atores das relações internacionais. Tais atores são os países emergentes entre os quais Brasil, Rússia, Índia China e África do Sul. Evidentemente, não se pode negar a influência destes novos atores aos países africanos, no entanto, entende-se inapropriada a comparação da influência dos mesmos com a manutenção do cordão umbilical com as antigas metrópoles, visto que, a multiplicação de parceiros internacionais em geral e o fortalecimento dos laços com os novos atores (países emergentes) particularmente, contribui positivamente, no fortalecimento da capacidade Estatal africana. Isto pode possibilitar a concretização e a consolidação dos processos de integração regional em curso no continente, seja pelo aporte financeiros ou pela parceria técnica e estratégica, além de permitir uma maior possibilidade de barganha nas negociações entre os países africanos e seus parceiros tradicionais.

Igualmente, entende-se, contrariamente a comparação de Owusu, que um dos grandes desafios da integração econômica oeste africana está ligada a capacidade dos países da região de adquirirem autonomia política para de um lado cortar o cordão umbilical e a tutela das antigas metrópoles e do outro, estabelecer parceria estratégicas independente em setores chaves da economia em geral e especificamente, no setor monetário, produtivo e comercial.

#### *5.2.2.1 Desafios para a Integração Monetária*

A integração monetária é um elemento essencial da integração econômica regional e se apresenta na África Ocidental, para uns como um dos grandes avanços da integração e para outros, como um dos grandes gargalos dos projetos de cooperação entre os países da região. No primeiro grupo, encontra-se os adeptos das políticas liberais tais como as agências financeiras internacionais (Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e evidentemente, os países que apoiaram os programas de ajustamentos Estruturais e na atualidade apoiam a autonomia da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) em relação a Comunidade Econômica dos Estados da África ocidental (CEDEAO). Para os defensores da UEMOA, não existe nenhuma relação obrigatoriamente antiética entre as duas organizações oeste africanas, mas, consideráveis esforços serão necessários para assegurar a complementaridade entre ambas.

Para o segundo grupo, o apoio dos credores internacionais, e particularmente, da França a UEMOA, que se justifica pela geometria variável suscitar, no entanto, sentimentos contraditórios e as vezes hostis por parte dos defensores da CEDEAO (BUNDU, 1996). Ou seja, para estes críticos, o projeto da criação da UEMOA ilustra perfeitamente a maneira pragmática e sutil com a qual, os patrocinadores desta União Monetária, agem para travar os ambiciosos processos do Tratado de Abuja e da CEDEAO, em sua capacidade de ser um instrumento privilegiado da integração regional Oeste Africano.

Enfim, estas duas visões divergentes da Integração econômica e Monetária da África Ocidental levanta algumas dúvidas e questionamentos a respeito dos desafios da integração econômica e monetária, mas também convoca a uma análise crítica dos desenhos de integração em geral e particularmente da integração monetária da região. Será que a própria estrutura ou desenho da integração monetária oeste africana é apropriada para melhor aproximação dos países membro da CEDEAO, visto que a mesma foi pensada como a maioria das instituições africanas pela principal potência colonial (França) da região? É importante lembrar que a atual estrutura da integração monetária da África Ocidental se resume a zona do

franco CFA, moeda usada pelos países da antiga África Francesa e representada na atualidade pela União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), a União Econômica e Monetária da África Central (UEMAC) e os Comores que também usa CFA como moeda local. A zona do Franco CFA é uma união de cooperação monetária cujos pilares de controle estão em Paris e nos quais primam os interesses da França (LOM, 2007). Portanto, ha de questionar a adequação desta estrutura institucional da integração monetária aos interesses dos países e da sociedade africana. Neste sentido, Diop (2007), é categórico ao afirmar que a instituição da UEMOA era para o Ocidente um meio de contrabalancear a Nigéria, mas logo se deram conta que com uma população estimada a cerca de sessenta e nove (69) milhões de pessoas, este bloco não é um espaço privilegiado de trocas, por isto, a opção dada a CEDEAO, que é uma instituição que nasceu por iniciativa nigeriana.

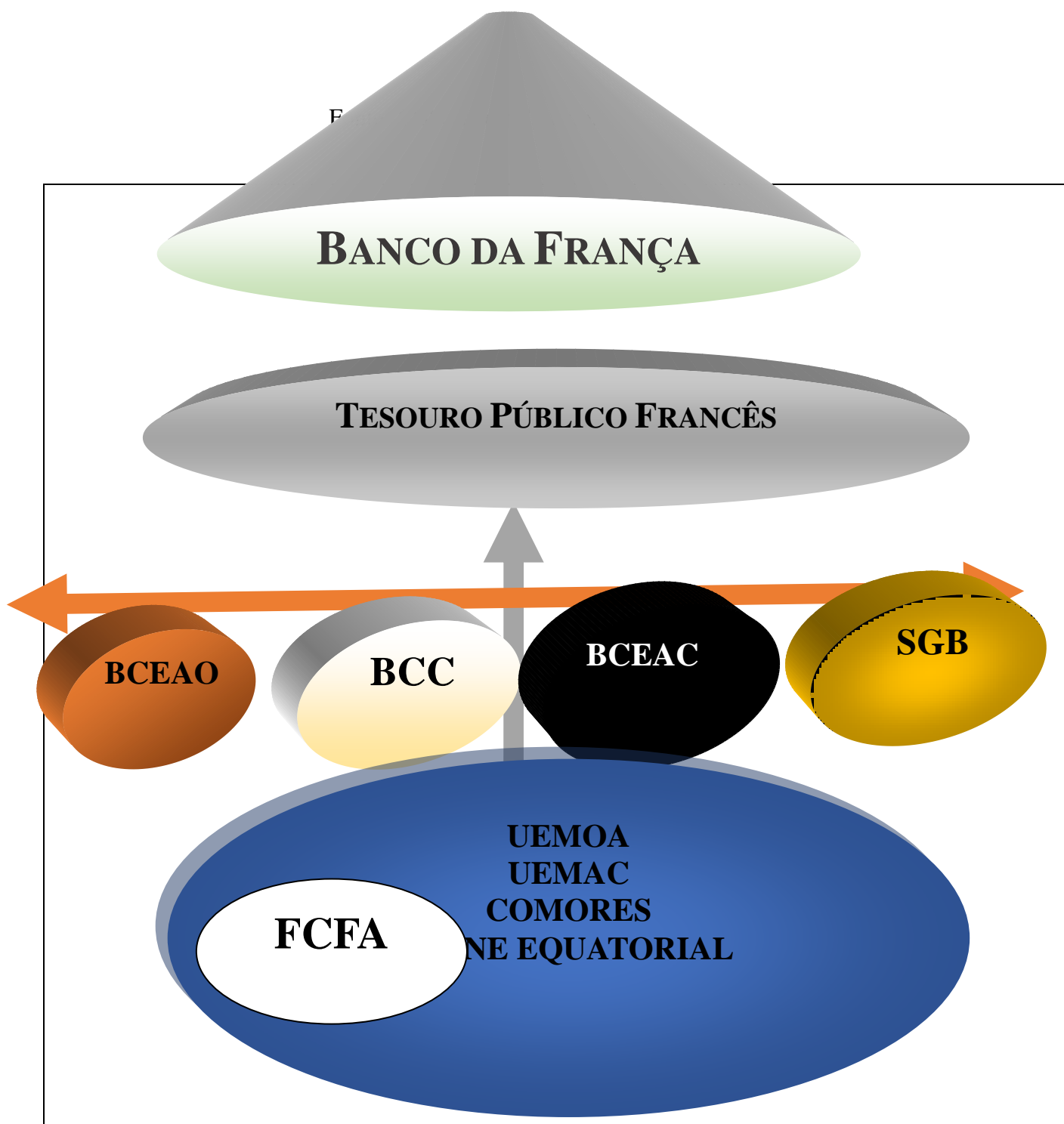
Ora, considerando que a UEMOA, é resultado do longo processo histórico de relações entre a França e suas colônias africanas cuja origem remonta a criação da simples União Monetária Oeste Africana (UMOA)<sup>98</sup>, caracterizada pelo uso do Franco da Comunidade Financeira africana (FCFA) (franco usada como moeda comum e concebida como espaço de influência econômica e financeira da ex potência colonial, pode se afirmar que ela é mais uma instituição de distanciamento e de divisão dos africanos com base na memória colonial, criada pelo pacto colonial. Segundo Koulibaly (2007), os princípios da cooperação monetária entre a França os Estados membros da zona do franco foram enunciados desde da década de 1960, através do pacto colonial, modificado mais tarde pela convenção da cooperação monetária em novembro de 1972 entre os países membros do Banco dos Estados da África Central (BEAC) e a França de um lado, e pelo acordo de cooperação de dezembro de 1973 entre os países membros da União Monetária Oeste Africana (UMOA) e a república francesa do outro. Esta modificação reforça a ideia de que a criação da zona do FCFA na África Ocidental tem entre outros objetivos contrabalancear economicamente a Nigéria na região, já que ocorre na véspera da criação da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) sobre liderança nigeriana. Além do objetivo de conter Nigéria, a zona do Franco CFA, apesar dos aparentes benefícios para os países africanos, constitui uma das principais estruturas do neocolonialismo Frances e, é nesta ótica que nos anos que precederam a reivindicação da independência, a metrópoles colocou como obrigatório aos países africanos a colocar anualmente 65% das suas reservas no Tesouro francês (KOULIBALY, 2007, DIOP, 2007).

---

<sup>98</sup> Esta União Monetária faz parte do pacote dos acordos Franco-africana assinado nas primeiras horas da independência política africana, entre a França e os países da Ex- África Ocidental Francesa: Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo.

Portanto, o uso do franco CFA como moeda comum na região, possibilitou a criação da União Econômica e Monetária Oeste Africano (UEMOA), mas, pode ser vista como um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos países membros da CEDEAO, apesar de todos os benefícios (controle da inflação, facilidade de troca, estabilidade monetária, paridade fixa em relação ao Euro). Esta União é apresentada por boa parte dos analistas e lideranças africanas como o primeiro passo para a realização da integração monetária com a possibilidade de criar uma moeda única para os quinze países membros da CEDEAO, já que mais da metade dos mesmos usam o Franco CFA, e são membros do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). No entanto, atrás desta estrutura aparentemente exemplar e consolidada aparece a outra face ou simplesmente a verdadeira face da Françafrica e do neocolonialismo, pois, apesar da gestão desta moeda ser confiada a Bancos Centrais Comuns tanto na África Ocidental quanto na África Central (BCEAO e BEAC). Segundo Koulibaly (2007) estes bancos são africanos somente de nome, pois, na realidade eles não tem nenhum poder de decisão no que tange a políticas monetárias e são nada mais que gigantescas instituições burocráticas criadas para fazer acreditar aos países da zona do Franco CFA que são mestre de seus destinos. Ou seja, a UEMOA é uma União Econômica e Monetária, que apesar de possuir Banco Central não tem capacidade de emissão de Moeda e nem controle da circulação da mesma, pois, dependente do Banco de France como mostra a Figura 13. Outro problema grave do uso do Franco CFA como moeda regional é o fato de ela ser válida somente dentro da zona, ela não é convertível fora das fronteiras dos países que a usam e mais que isso, FCFA emitido pelo BCEAO não pode ser utilizado e nem trocado pelo FCFA do BEAC, tão pouco pelo FCFA dos Comores ou da Guine Equatorial. Isto demonstra que estes países estão perpetuando e sustentando um sistema a serviço dos interesses da antiga potência colonial através da aceitação das estruturas financeira (ver figura) montada estrategicamente para de um lado manter o controle e a tutela econômica dos novos Estados independentes e do outros limitar a aproximação dos mesmos com seus vizinhos de colônias britânicas em geral e principalmente evitar o domínio econômico da Nigéria na região.

FIGURA 13 ESTRUTURA HIERÁRQUICA DA INTEGRAÇÃO MONETÁRIA.



Fonte: elaboração própria (2014).

Esta figura mostra a relação de dependência direta da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) assim como a União Econômica e Monetária da África

Central (UEMAC) e seus respectivos bancos com o Tesouro Frances. Isto significa não somente a manutenção do cordão umbilical com a ex-potência, mas também, um distanciamento dos países da União com seus vizinhos anglófonos, principalmente do ponto de vista econômico e comercial.

#### 5.2.2.2 *Desafios para a Integração comercial*

Deste modo, percebe-se que a unidade, a cooperação e integração, que foram e continuam sendo o sonho dos mais diversos nacionalistas africanos ideologicamente alinhados ao pan-africanismo, continuam encontrando profundas e complexas dificuldades, apesar dos avanços registrados nas últimas duas décadas. Certamente, se de um lado, boa parte destas dificuldades são vistas e apresentadas como grandes descobertas de especialistas e consultores de instituições internacionais (FMI, BM), do outro, pode se ver que não são nada surpreendente e muito menos descobertas científicas dos anos 1980-1990 (década perdida), pois, Kwame Nkrumah em seu livro “A África deve unir-se”, já vinha preconizando a questão da integração, mas avisando que mesma não será fácil, visto as pretensões neocoloniais (NKRUMAH, 1977).

Nesta mesma ordem Cheikh Anta Diop, em seu livro "Os Fundamentos Econômicos e Culturais de um Estado Federal na África Negra”, publicado em 1960 e reeditado em 1974, mostrava o quão é estratégica a aceitação da independência política da África pela França, assim como a proposta da formação da comunidade franco-africana ou euro-africano, e, neste sentido alertava:

Caso a *Eurafrica* ou simplesmente a comunidade franco-africana se concretize em suas relações verticais e horizontais históricas, por mais que seja de forma flexível e mais suave, esta confederação em gestação será que, uma nova forma de dominação, mais adaptada às circunstâncias. Aliás, é nesta ótica que foi organizado na *Côte d’Azur* (França), em novembro de 1959 entre responsáveis políticos africanos e empresários europeus. Todos magnatas da indústria europeia com desejo de transformar África em um campo de expansão econômico, politicamente estabilizada, estavam presentes, ansiosos, em busca de interlocutores válidos (DIOP, 1974, p.47).

Através destas linhas percebe-se claramente que entre os intelectuais e pan-africanistas, se tinha claro que apesar das belas declarações públicas, o ambiente indicava futuras dificuldades, consequências do apego às fronteiras dos diferentes territórios devido a diversos interesses, em vez de propor caminhos concretos que possa levar infalível e

rapidamente a uma federação de Estados africanos. Segundo Diop (1974) naquele momento, somente os responsáveis políticos não estavam a altura dos problemas, pois no fundo nunca refletiram seriamente sobre, além de terem medo de realizar o rompimento do link econômico e buscarem ser a vitrine da perpetuação da tutela econômica e política de forma mais sinistros, menos reais e pouco perceptíveis pelas massas populares. Isto aparece claramente nas trocas comerciais dos países africanos em geral e especificamente dos países da zona da CEDEAO e explica porque a zona o Euro continua sendo a principal parceira comercial da região como ilustra a figura a seguir:

**TABELA 5 PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DA ÁFRICA OCIDENTAL**

ÁFRICA/REC	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	Principais Parceiros	%	Total	Principais Parceiros	%	Total
África	Zona Euro	30.2	<b>68.0</b>	Zona EURO	28.1%	<b>53.9%</b>
	EUA	16.8		China	12.1%	
	China	13.2		EUA	6.3%)	
	Índia	4.3		África do Sul	4.0%)	
	Reino Unido	3.5		Índia	3.4%	
CEDEAO	EUA	27.6	<b>68.6</b>	Zona EURO	25.3%	<b>57.5%</b>
	Zona Euro	23.1		China	14.8%	
	Índia	9.5		EUA	8.4%	
	Brasil	5.3		Nigéria	4.7%	
	África do Sul	3.0		Índia	4.3%	
UEMOA	Zona Euro	24.2	<b>42.6</b>	Zona Euro	30.0%	<b>55.4</b>
	<u>Nigéria</u>	7.3		China	11.4%	
	EUA	6.5		Nigeria	10.4%	
	<u>Gana</u>	4.7		Reino Unido	3.6%	

Fonte: Elaboração do autor com base em dados de UNCTAD (2011) e ECA (2012).

Estes dados mostram que a CEDEAO é dependente do exterior comercialmente, fato que contradiz os objetivos da integração econômica e reforça a hipótese de que os países da região continuam seguindo os caminhos traçados pela estratégia colonial, que rompeu com as trocas interafricanas e reforçou as relações com a Europa. Observa-se que esta lógica foi levemente modificada pela entrada dos Estados Unidos, atual destino de 27,6% das exportações da região (primeiros parceiros se consideramos os números) seguido da zona do Euro com 23,1%.

No entanto, é importante notar que essa leve supremacia dos Estados Unidos se deve principalmente ao fato do norte-americano ser principal importador do petróleo da região, produto de maior valor agregado. Isto significa que, na prática, que com 23,1% a zona do Euro e particularmente a França continua sendo o principal parceiro comercial da região como

bem ilustra a origem das importações da região. Outro fato importante a ser destacado é a forte presença dos países emergente especificamente o grupo dos BRICS destino de 17,8% das exportações da CEDEAO distribuída entre Índia (9,5%), Brasil (5,3%) e África do Sul (3%).

No que tange as importações a zona do EURO se destaca como origem de 25,3% das importações da CEDEAO seguido da China com 14,8%, Estados Unidos vem em terceiro lugar com 8,4% Nigéria (4,7%) e Índia (4,3%) respectivamente em quarta e quinta posição. Ou seja, conforme estes dados somente 4,7% (Nigéria) dos produtos importados são originários de um país da região e 7,7% (Nigéria e África do Sul) do continente Africano, contra 33,7% dos produtos em proveniência dos parceiros tradicionais (Europa e Estados Unidos), percentual relativamente baixa devido a entrada de novos parceiros (China e Índia), que fornecem 19,1% das importações dos países membros da CEDEAO.

É interessante observar que em termos percentuais China e Índia ocupam uma parcela importante, não apenas do mercado oeste Africano, mas também das importações continente como um todo (15,5%) e são destino de 17,5% das exportações contra 33,5% para a União Europeia e 16,8% dos Estados Unidos da América. Ou seja, entre os 68,0% das exportações africanos 50,5% é comprado pelos chamados parceiros tradicionais (Europa e Estados Unidos) e 17,5% para novos parceiros. Fato que se repete no espaço CEDEAO onde, nos 68,8% dos produtos exportados, os parceiros tradicionais são destino de 50,7% das exportações da região e 18,1% nos novos parceiros (Índia, Brasil e África do Sul).

Restringindo esta análise aos países da UEMOA, a situação não muda muito, porém, apesar da zona do Euro ter o domínio tanto das exportações (24,2%) quanto das importações (30,0%) e Reino Unido (3,6%), nota-se uma diversificação dos parceiros com uma presença significativos da Nigéria, destino de 7,3% das exportações dos países da zona do Franco CFA e origem de 10,4% das suas importações. Gana é outro país da CEDEAO que vem ganhando espaço nesta zona e aparece como a origem de 4,7% das importações da UEMOA em entre 2011 e 2012. Considerando os fatores históricos marcados pela rivalidade entre ex-colônias inglesas e francesas, assim como estes dados que mostram que 15,1% entre os 42,6% de todas às importações dos países da UEMOA têm como origem países da região (Nigéria e Gana) conclui-se que o avanço da integração regional no âmbito da CEDEAO, levou a uma evolução positiva das relações interafricanas pelo menos do ponto de vista econômico-comercial Considerando que os países da CEDEAO. Igualmente, se não se pode negar a ideia de que ainda o comércio interafricano é baixo (para não dizer insignificante como afirmam boa parte das análises), pode se afirmar que há grandes mudanças tanto do ponto de vista interna, onde



cada vez mais se nota um fortalecimento das relações entre Estados africanos quanto externos, onde se observa uma diversificação dos parceiros estratégicos. Nesta diversificação, nota-se uma diminuição do peso dos parceiros tradicionais do norte em prol das novas parcerias, que abre um maior espaço para as relações sul-sul e uma presença maior dos países emergentes como China (responsável por 11,4% das importações da UEMOA entre 2011-2012), Índia, Brasil, África do Sul como mostram os dados da figura acima.

Obviamente estes dados devem ser relativizados, pois, são relativos ao comércio formal que se resume no caso africano às transações realizadas a través de portos e aeroportos, os quais foram projetados efetivamente para estreitar os laços comerciais com as ex-potências coloniais e conseqüentemente são os principais pontos de entradas e saída de mercadoria em proveniência do exterior do continente e/ ou destinado ao exterior. Esta infraestrutura foi pensada efetivamente para substituir as rotas comerciais Inter- e interafricanas tais como as rotas transsaarianas, que ligavam o império do Mali ao mediterrâneo passando pela África do Norte. A importância deste comércio teve durante um bom período de tempo, uma importância fundamental não apenas para o fortalecimento dos impérios africanos (Mali, Sonogai), mas também serviu como principais fontes de abastecimentos em ouro aos antigos impérios do mundo mediterrâneo, árabe e Europeia até a descoberta das Américas (BARRY, 1985).

Portanto, contrariamente ao comércio moderno, o comércio transsaariana era a principal base da organização sociopolítica e econômica da África subsaariana pois, conforme Barry (1985) serviu de fonte às classes dirigentes dos Estados meios importantes de abastecimento, de produtos de luxo (lenços, medicamentos e perfumes, tâmaras e sal) de um lado, e do outro, meios de assentar e de reforçar o poder social e política pela aquisição de cavalos, couro, barras de ferros e armas. Além disso, este comércio era um meio de estreitamento e fortalecimento das relações internacionais da região com o resto do continente e do mundo como mostra Barry:

Durante séculos, as formações sociais da mediterrânea e as da África tropical foram solidárias, tanto nos bons quanto nos maus momentos, os sofrimentos de uns eram automaticamente sentidos pelos outros assim como conheciam simultaneamente a glória e a riqueza. Assim, o deslocamento progressivo das rotas comerciais do oeste em direção ao leste terá um reflexo evidente no deslocamento paralelo da civilização e dos Estados poderosos tanto na África do norte quanto na savana oeste africana (sucessão Gana-Mali, cidades haoussa- Bornu-Kanem-Darfur) (BARRY, 1985, p.15).

Em suma, estas linhas mostram que o enfraquecimento do comércio interafricano originou-se na chegada do europeu e particularmente do desvio e da substituição das rotas comerciais do Saara para o atlântico, fato que se reforça com a dominação colonial e se consolida na criação do Estado nacional no contexto da Guerra Fria e do neocolonialismo. Portanto, os dados comerciais da região são reflexo desta lógica que vê a África em geral e sua parte ocidental aqui analisada, em relação a estrutura colonial e neocolonial (porto, aeroporto) através da qual é coletado as informações consideradas formais e legais, em paralelo ao comércio informal e "ilegal", representes dos fluxos naturais, continua historicamente falando, pois, acontecem desde do período anterior à escravidão, a colonização e da formação do atual Estado nacional. Neste sentido Igue, (2011) observa que antes da conquista colonial o espaço oeste africano era gerenciado por grandes formações políticas como o império do Gana, do Mali ou do Songhai. Este último tinha praticamente coberto todo espaço físico atualmente ocupado pelos países da CEDEAO, tirando a parte florestal do Costa de Marfim Depois da queda dos impérios, se formaram vários reinos, sendo alguns destes menores que os atuais Estados Nações. No entanto, apesar da estreiteza de seu território e da sua população desfrutavam dos benefícios de um comércio aberto, dinâmico e próspero, pois, bem organizada e baseada em grande parte na complementaridade regional no que diz respeito aos produtos trocados. Do ponto de vista organizacional, observavam-se três tipos ou níveis de atividades comerciais: o comércio local; inter-regional e internacional. No primeiro nível as trocas eram realizadas no âmbito das aldeias e das cidades urbanas. O comércio inter-regional foi através de uma extensa rede de rotas de caravanas com direções Norte-Sul e Leste-Oeste.

Portanto, nos atuais processos de integração, pode se perceber que, se de um lado, a CEDEAO e UEMOA permitiram fixar os objetivos de cooperação entre os Estados, do outro, estas organizações continuam de certo modo, marginalizando, os processos naturais de integração socioeconômica, política e culturais, que outra ora fizeram a grandeza dos impérios e dos povos da região. Assim, a eliminação das tarefas aduaneiras, a harmonização dos regimes fiscais ou ainda a adoção da taxa externas comuns (TEC), que são de fato, um avanço significativo da integração regional, focada principalmente na área econômica e monetária. No entanto, estas medidas continuam voltadas para as relações Internacionais (comerciais) da região com o resto do mundo em detrimento das relações internas a região. Segundo Dahou, Gueye, (2007), há uma profunda desconexão entre os trabalhos e iniciativas das instituições regionais e a realidade quotidiana que vive a população principalmente, nos espaços fronteiriços, pois, enquanto a concepção clássica da integração regional avança

normativamente pelo caminho de tratados e de instrumentos jurídicos em direção a um ente supranacional, a aplicação destas normas e leis encontra dificuldades na prática. Esta desconexão explica em parte a marginalização nos balanços das trocas interafricanas por exemplo, dos processos naturais do comércio realizado nas periferias das grandes cidades e estruturas (portos, aeroportos) africanas. Ou seja, as trocas inter-societal e intercultural que acontecem fora do raio de observação e controle do Estado, são ou desconhecidos das redes formais e marginalizada pelos Estados e suas estruturas, pois considerada ilegal, informal.

Esta normatização ou padronização exclusiva é problemática não apenas pela exclusão da grande parte dos processos socioeconômicos realizados fora dos grandes centros urbanos, mas principalmente, por ignorar outros tipos ou dinâmicas de integração que, podem ser chamadas de locais e que se traduzem por uma integração pelos movimentos migratórios, produtivos e comerciais. Segundo Dahou, Gueye (2007), este tipo de integração não é levado em conta pelas instituições normativas, no entanto elas são relevantes visto que são concretas e naturais. Estas dinâmicas são reconhecidas e tratadas pela literatura de maneira ampla e sobre terminologia diversa. Assim, as noções de países fronteiriços, espaços de proximidade, zona de solidariedade, corredor de desenvolvimento, zonas naturais de integração. são usadas para explicar a territorialidade africana materializada pela existência de uma fronteira entre dois ou vários países no meio dos quais se efetua várias formas de trocas e de cooperações formais e informais.

Uma das consequências diretas desta postura, pode ser observado no aparente distanciamento dos países da África ocidental no que tange a integração econômica e comercial, apesar da longa dedicação dos blocos econômicos (CEDEAO) e monetários (UEMOA), em busca do fortalecimento econômico e comercial. Segundo Owusu (2013), os esforços dedicados ao longo da história regional a conversações e seminários para aprofundar a harmonização das regras e regulamentos administrativos em prol da liberalização econômico e comercial parece apresentar resultados limitados devido a fatores tanto internos quanto extra regional.

Do ponto de vista interno, a semelhança da pauta da exportação dos países da região, com preponderância do comércio de produtos de base e matéria-prima parece ser um dos limites. No plano extra regional a persistência da dependência excessiva dos países membros da CEDEAO a ajuda econômica em proveniência das ex- metrópoles e/ou das instituições de Breton Woods, se apresenta como elementos que contribuíram marginalização da região no comércio global. Em suma, juntos estes fatores ajudaram a reforçar as influências externas

exercidas sobre as várias formas de promover e dinamizar o comércio livre e a integração efetiva entre os países membros da CEDEAO. Esta dependência tende a se acentuar se não houver iniciativas e projetos de desenvolvimento regional que leve a dinamizar a indústria local assim como a infraestrutura física (rodovias, ferrovias, portos) da integração.

### 5.2.3 O papel da infraestrutura

A sessão anterior analisou os desafios econômicos e monetários da integração oeste africana, mostrando o quanto os países da região estão dependentes do exterior e conclui-se que tal dependência tende a se acentuar caso não haja, projetos de desenvolvimento regional. Igualmente mostrou-se que a dependência externa desta região iniciou pela substituição do comércio transsaariana pelo comércio transatlântico. Este último, além de desestabilizar as estruturas socioeconômicas (Escravidão) africanas e eliminar de forma progressiva todas as possibilidades de aproximação e de troca interafricana, permitiu o enfraquecimento dos Estados oeste africanos da época e abriu caminhos para a colonização, neocolonialismo e imperialismo ocidental.

Os resultados ou impactos destes diversos processos históricos se transformaram no grito de guerra para o pan-africanismo, bandeira de luta para a independência, objetivos e desafios para os futuros Estados e organizações regionais africanas e constitui na atualidade o principal dilema para africanos e africanistas. Neste sentido o objetivo desta sessão é tentar contribuir na análise e compreensão destes impactos focando o papel da infraestrutura no dilema do desenvolvimento africano.

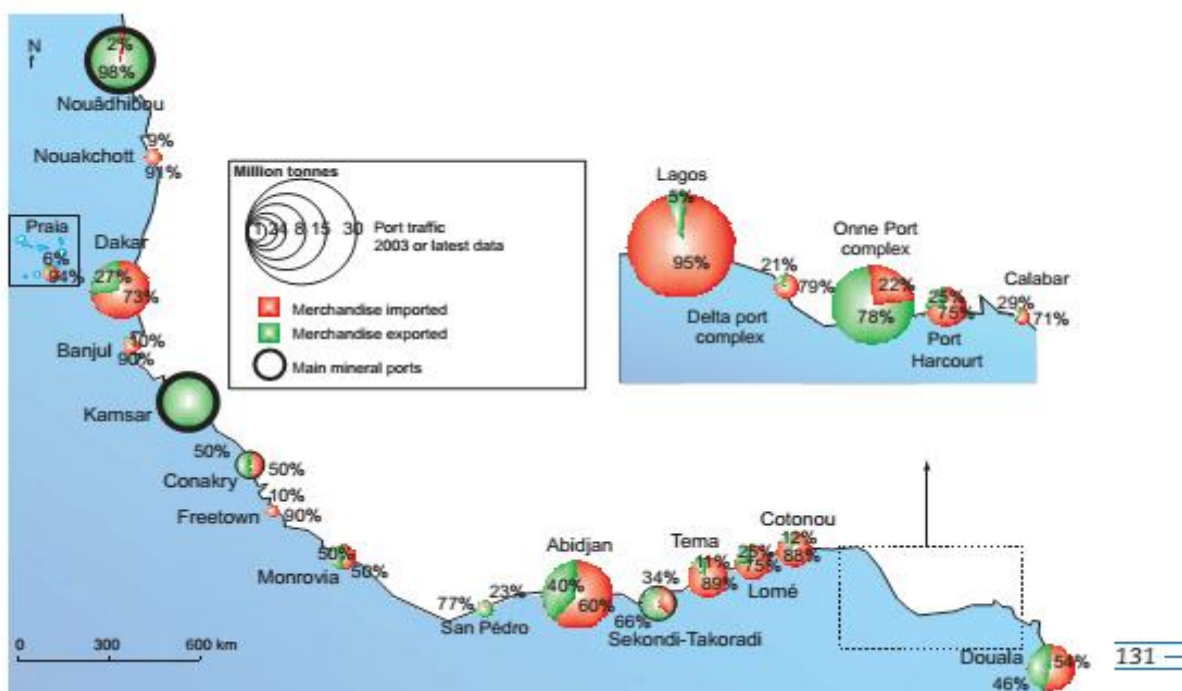
A infraestrutura constitui um dos principais elementos da integração econômica-comercial política-institucional, cultural-identitária bem como de segurança e Defesa. Assim, pode se dizer que os desafios da segurança e defesa, os da integração econômico ligados principalmente a baixa taxa de comércio intra-regional da África Ocidental analisada anteriormente, são em parte, resultados da inexistência ou inadequação da infraestrutura física entre os países da região. Um breve retrospectivo histórico mostra que o dinamismo do comércio interafricano no período, dos impérios (Gana, Mali, Songhai), é fruto da integração das rotas transsaarianas. Este comércio não somente permitiu o fortalecimento dos Estados da África ocidental, mas também, criou uma verdadeira integração socioeconômica como mostra esta afirmação de Brahim Diop (2007):

A população oeste africana teve espaços interligados através dos Estados fortes (impérios), que constituíram uma verdadeira integração econômica e nem a escravidão e a insegurança generalizada que ela reforçou, nem o egoísmo dos novos Estados mais inclinados em defender sua soberania nacional, conseguiram destruir inteiramente os traços (DIOP, 2007, p.21).

Portanto, se houve no passado uma integração oeste africana de sucesso grã aos frutos gerados pelo lucrativo comércio transsaariana, é inevitável que a infraestrutura (rotas), teve uma importância fundamental, até porque, tanto o declínio dos Estados oeste africano coincide com a substituição do comércio interno (transsaariana) pelo comércio externo (transatlântico). Neste sentido, Kerr de Oliveira (2012), afirma que a construção de infraestrutura de uso comum em determinada região pode ser um passo crítico para qualquer processo de integração regional, no entanto, pode servir de base ou ponto de partida para os demais processos de integração. Ou seja, no entendimento deste autor, independentemente do tipo da integração almeja, é necessário pensar em uma integração da infraestrutura como pré-requisito.

No caso da África Ocidental, a análise dos desafios econômicos da integração mostrou que as poucas infraestruturas físicas existentes na região privilegiam as trocas com as antigas metrópoles dificultando deste modo, a efetivação da integração econômica-comercial. Isto no plano político se traduz pela concentração das capitais (centros de comando e sede dos governos) em torno dos grandes portos (Nouakchott, Dakar, Banjul, Conakry, Freetown, Monróvia, Abidjan, Lomé, Cotonou, Douala) como mostra a Figura 14.

FIGURA 14 PRINCIPAIS PORTOS COMERCIAIS DA ÁFRICA OCIDENTAL



Fonte: Atlas da África Ocidental (2012).

É importante notar que estes portos, foram os mesmos que serviram na exportação de escravos e portanto, constituem os principais pontos de entrada da colonização e no período contemporâneo, são conhecidos por abitarem as bases militares do ocidente, principal Pilar do neocolonialismo. Conseqüentemente, do ponto de vista da segurança e defesa fica evidente a vulnerabilidade, econômica, política e securitária dos Estados e da região oeste africana.

Economicamente, ao manter as capitais da maioria dos países da região na costa (oceano atlântico), levou a uma concentração dos poucos empreendimentos nestas cidades criando uma desconexão entre a minoria dirigente (elite política e econômica), com grande maioria da população africana rural. Conseqüentemente os escassos investimentos foram feitos nas principais cidades costeiras, que, com as crises econômicas da década de 1970-1980, atraiu a população campesina nas poucas cidades urbanas em busca de emprego e de melhoria de vida. O impacto desta migração foi em certos casos trágica, pois, além de esvaziar o campo afetando a principal atividade econômica africana (agricultura), criou problemas socioculturais, e econômicos nas grandes cidades (aumento de desemprego, promiscuidade, dos crimes). Para quem ficou no campo, cresce o sentimento de abandono, devido à ausência do Estado incapaz de prover serviços básicos (educação, saúde, infraestrutura mínima) para grande parte da população. Logo, tanto a migração quanto a falta

de serviços básicos no campo se transforma em crises políticas nacionais<sup>99</sup> e regional. Estes problemas, por sua vez, aumentaram o sentimento de ódio, étnicidade, tribalismo herdada da colonização e reforçada pela elite dirigentes, criando problema graves de segurança regional, pelo aumento dos sentimentos de regionalismo, de rebeldia e separatismo como foi o caso da crise casamancês, bem como em outros países da África ocidental (Libéria, Serra Leoa, Costa de Marfim).

Certamente, depois da independência em 1960, se os países africanos tivessem buscado criar infraestrutura a fim de facilitar a aproximação, e as trocas internas, a integração seguiria um curso mais que natural, para gerar o desenvolvimento socioeconômico, cultural e política esperada das atuais organizações de integração regionais. Portanto, na África Ocidental, para efetivar a integração regional, é necessário pensar a infraestrutura, não somente na perspectiva de exportação, mas, para facilitar ampliação da circulação de bens serviços e das pessoas. Segundo Kerr de Oliveira (2012):

[...] Com uma infraestrutura viária e de comunicação adequada, fica mais fácil ampliar a circulação de bens, serviços e pessoas, o que favorece o comércio, a integração de cadeias produtivas, facilita o turismo e o fluxo de informações e até mesmo a construção de uma identidade comum (KERR DE OLIVEIRA, 2012, p.102).

Deste modo, fica evidente a infraestrutura viária destacada acima, assim como uma adequada infraestrutura portuária ou ferroviária, são elementos importantes para qualquer processo de integração regional. E no caso da África ocidental, se no período pré-colonial, se observava, uma vitalidade da produção e a complementariedade de zonas ecológico-econômico; grandes facilidades de circulação entre zonas, redes de mercadores intra-regionais, moeda convertível, livre circulação das pessoas e dos bens (Diop, 2007; Barry, 1987), na contemporaneidade, por mais moderna que aparenta as instituições, assiste-se a um processo inverso. A região é marcada pela insuficiência da sua produção interna, similaridade nas pautas de produção e exportação<sup>100</sup>, moedas não convertíveis e pouca fluidez na

---

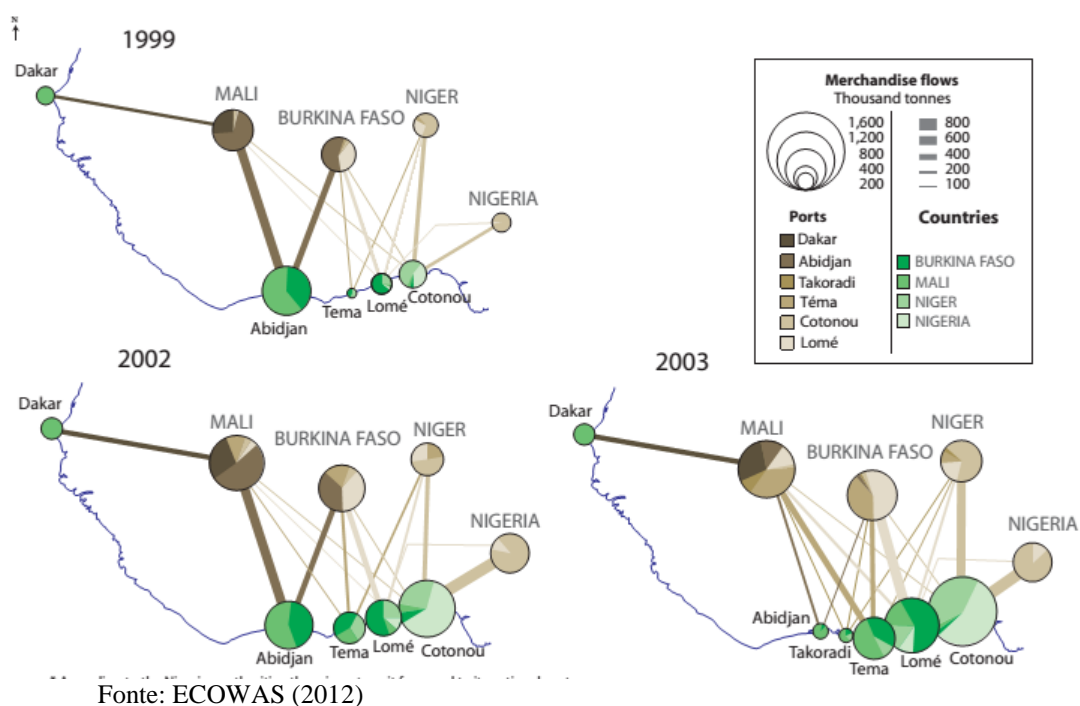
<sup>99</sup> Do ponto de vista interno estas crises geram um aumento das reivindicações internas por mais direitos, menos violência estatal e do ponto de vista regional, estas crises aumentaram as divergências entre estados ocidentais africanos, chegando a expulsão de cidadãos “estrangeiros”, como foi o caso da Nigéria que expulsou vários cidadãos senegaleses, Guineenses. A mesma situação ocorreu várias vezes entre Gambia e Guiné de um lado, Guiné -Senegal do outro. Mas certamente o ápice destas crises regionais aconteceu entre Senegal e seus vizinhos Mauritânia (1989-1991), quando houve expulsão e decapitação recíprocas de cidadãos e quase foram a Guerra aberta e com Guiné Bissau (1993), quando teve confronto militar entre os dois países.

<sup>100</sup> Importa destacar que a similaridade nas exportações não seria um problema tão grave se houvesse uma política de coordenação e cooperação entre os países exportadores, com objetivo de aumentar o poder de barganha destes no curto e médio prazo; que no longo prazo viabilizasse a industrialização destes produtos nos países exportadores.

circulação dos bens, serviços e pessoas devido a rigidez das fronteiras ou/e pela falta de infraestrutura adequada. No caso da infraestrutura portuária é evidente a dependência externa ilustrada pelos números de exportações e importações dos países da CEDEAO. Igualmente um olhar atento nos corredores de reexportação do algodão, além de mostrar a dependência externa, reforça o argumento segundo o qual é necessário repensar a infraestrutura e reorientar o mesmo para as necessidades internas.

Isto significa optar entre as várias modalidades de transporte, por exemplo, a aqueles que aperfeiçoem a aproximação e a complementariedade explorando as potencialidades de transporte a baixo custo. A figura 15, mostra as rotas do algodão produzido em Burkina Faso, Níger e Mali, tradicionalmente exportado através de Abidjan, já que é o porto mais perto e Dakar no caso do Mali devido a existência da estrada de ferro (Dakar-Bamako), até 2002, período em que começa a crise de Costa de Marfim. Nota se que ao longo deste período (1999-2002), o porto de Abidjan foi rapidamente substituído pelos portos de Tema, Lomé e Cotonou, aumentando o custo de transporte para o produtor (CEDEAO, 2012), ou seja, diminuindo os ganhos que já são insignificantes do camponês.

**FIGURA 15 CORREDORES DE REEXPORTAÇÃO DO ALGODÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL**



Esta figura mostra que devido a falta de alternativa interna os produtores são obrigados de vender seu algodão para o exterior, mesmo sabendo que seus países vão importar tecidos, por exemplo. Isto mostra que primeiro, a infraestrutura existente foi



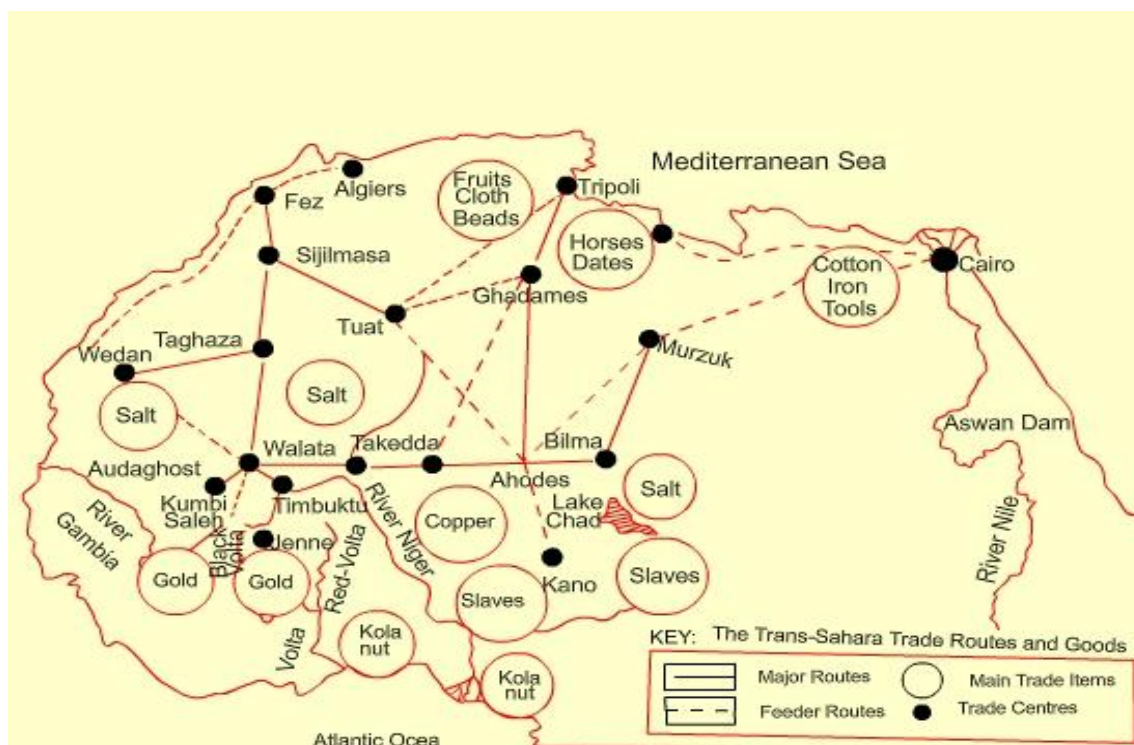
concebida não para criar demanda internas por produtos locais, e segundo, indica que apesar de vizinhos, estes três países têm o mesmo produto de base. Ou seja, qualquer crise neste setor afeta boa parte da população, podendo gerar crises socioeconômicas nestes países e na região. Isto deixa claro que infraestrutura legada pela colonização não favorece por exemplo a integração da cadeia produtiva como sugerido por Kerr de Oliveira. Neste sentido, pode-se afirmar que por mais rudimentar que fossem, as estruturas do comércio transaariano, do ponto de vista da integração da cadeia produtiva pode ser considerada melhor que a herdada da colonização. Segundo Boahen e Ajayi (1986), o comércio transsaariano se desenvolveu na região desde cedo e teve um grande impulso a partir do século VII e atingiu o seu pico e intensidade entre os séculos XIV e XVI. Ou seja, entre 1300 e 1600 a sua diminuição relativamente em volume durante o século XVII e XVIII especialmente nas regiões ocidentais. Este autor acredita que o surgimento e desenvolvimento do comércio transsaariano era mais ou menos historicamente inevitável por diversos motivos.

Em primeiro lugar, cada uma das regiões envolvidas neste comércio produziu algumas mercadorias que poderiam ser vendidas ou era urgentemente necessárias em uma ou outra das zonas<sup>101</sup>. O segundo motivo importante do desenvolvimento do comércio transaariano foi a introdução do camelo como meio de transporte no norte da África, a conquista do norte da África pelos árabes do oriente médio entre o século VI e VII constitui o terceiro motivo citado por Boahen e Ajayi. O quarto motivo foi o desenvolvimento político na África subsaariana em geral e em especial na África ocidental entre o século VII e XVI. Este período viu a emergência de impérios e reinos como Gana, Benin, Kanem Mali, Bornou e dos Estados Haossas (BOAHEN; AJAYI, 1986, p. 2). Estes fatores permitiram a criação de redes ampliadas do ponto de vista interno facilitando o desenvolvimento das cidades assim como a diversificação e interconexão das rotas como mostra a Figura 16.

---

<sup>101</sup> Estes foram os bens industriais do mundo mediterrâneo, da Europa e do Norte da África. o sal, cobre e datas do saara, o marfim, ouro, escravos da savana, e as nozes de kola, ouro das áreas florestais

**FIGURA 16 PRINCIPAIS CIDADES E ROTAS COMERCIAIS ENTRE A ÁFRICA OCIDENTAL E ÁFRICA DO NORTE DOS SÉCULOS VII AO XVI**



Fonte: Feather, Wiliam (2001)<sup>102</sup>

Contrariamente a realidade atual da África Ocidental, este mapa mostra a densidade das rotas bem como a diversidade dos produtos trocados internamente. Deste modo, por mais rudimentares que fossem esta infraestrutura, não se pode negar a importância da mesma no fortalecimento dos Estados (Imperios), bem como a intensificação das trocas internas. Isto se deve tanto a infraestrutura quanto às garantias de ir e vir asseguradas tanto para estrangeiros quanto para africanos, bem como o respeito das diferenças de culto por exemplo. Segundo Boahen e Ajayi (1986), os Estados garantiam a segurança, o abastecimento dos comerciantes muçulmanos e mesmo que os governantes locais não sejam muçulmanos, os comerciantes tinham absoluta liberdade de cultuarem sua religião e para tanto, criou-se no império do Gana por exemplo, bairros para estrangeiros. Igualmente não somente o direito de entrada e de instalação era garantida ao comerciante árabe-muçulmano, mas também assegurava-se que a justiça seja feita em caso de qualquer funcionário tentar enganar ou tirar proveito dos estrangeiros. Isto não é uma realidade absoluta<sup>103</sup> no âmbito do atual espaço CEDEAO, nem para os próprios cidadãos da zona apesar do funcionamento oficial do passaporte CEDEAO.

<sup>102</sup> Disponível em: <[http://www.kcse-online.info/history\\_form2/2.html](http://www.kcse-online.info/history_form2/2.html)>.

<sup>103</sup> A respeito da livre circulação das pessoas pudemos observar tanto, em 2011 quanto em 2013, durante as viagens efetuadas na zona abusos por parte das polícias de fronteira. No caso de 2011, viagem com um colega da Guiné Bissau entre Dakar e Bissau, passando pela Gâmbia, ele, por ser da Guiné Bissau, teve que pagar uma

Deste modo, fica evidente primeiro, que é importante resolver os problemas da infraestrutura física (viária, ferroviária e hidroviária) mas também é necessário garantir a segurança e assegurar a justiça a fim que seja garantido o direito de ir e vir (livre circulação), se queremos intensificar o comércio interafricano, buscar a incentivar e reforçar a integração produtiva e acelerar a industrialização regional e continental.

Neste aspecto, importa ressaltar que grande esforço esta sendo feito pelos países da CEDEAO como os das outras regiões do continente, a traves principalmente do Programa para o Desenvolvimento da infraestrutura em Africa (PIDA), lançada oficialmente em 2010 na cidade de Kampala, capital de Uganda. O principal objetivo deste programa é Interconectar, integrar e Transformar o continente, por meio de financiamento de infraestrutura física em todo o continente, em parceria com as organizações de integração regionais como a CEDEAO, SADEC, IGAD.

A criação deste programa na perspectiva de reduzir a ineficiência, das organizações de integração regionais, acelerar o crescimento e a integração dos países africanos na economia mundial, melhorando o nível de vida e liberalizando as trocas interafricanas (PIDA, NEPAD, 2012) indica a preponderancia da infraestrutura no desenvolvimento regional e continental.

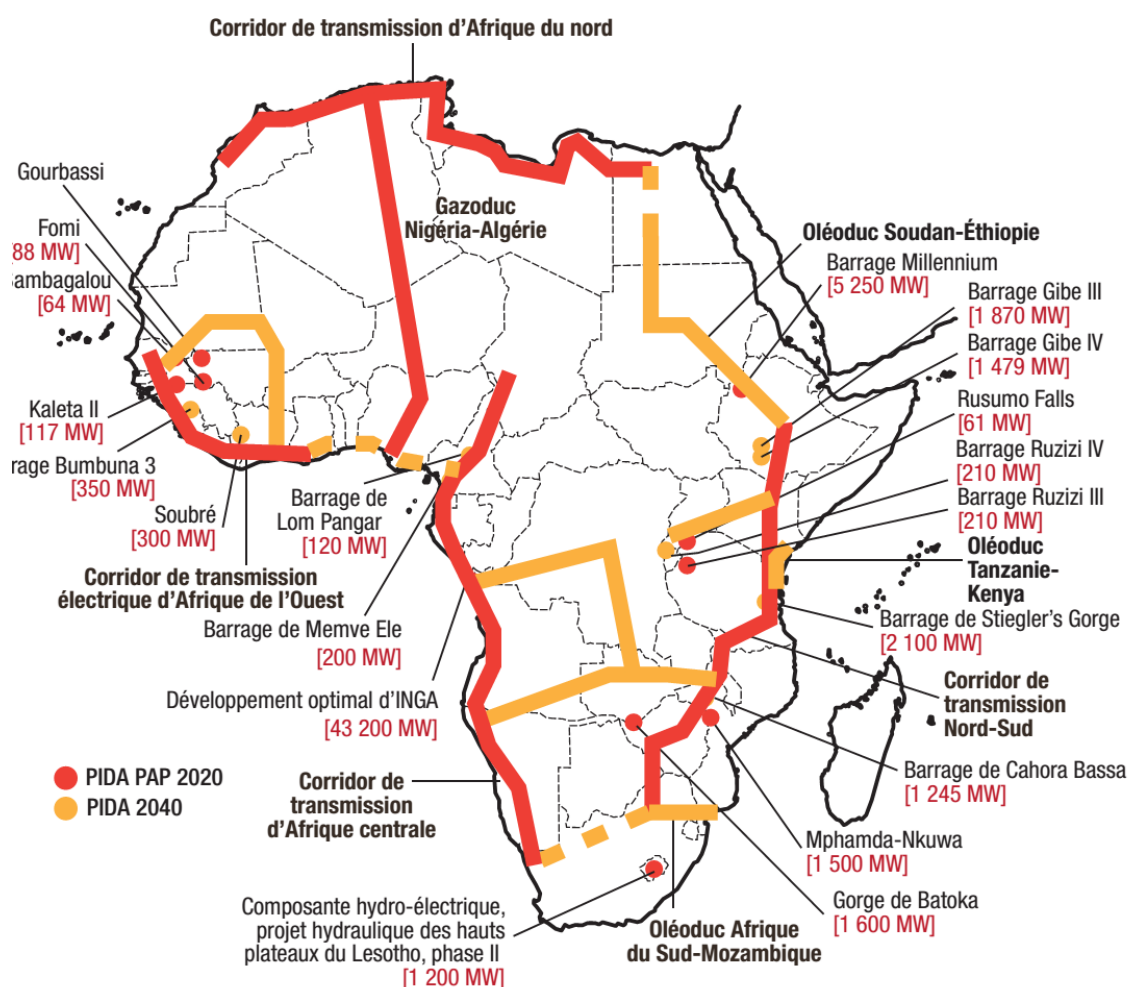
Um olhar atento nos projetos de infraestrutura africana elaborados pelo PIDA, NEPAD e as Organizações de integração regionais, mostra que certamente, depois cinquenta anos de independencia (1960-2010), finalmente os africanos entenderem que a integração regional e o desenvolvimento economico, político e sociocultural passam pela redinamização da infraestrutura (viária, ferroviária, hidroviária) interna, bem como a intergração regional e continental em termos de Tecnologias de informação e Comunicação(TIC), de infraestrutura energetica tais como os gazodutos e oleodutos. Ora, por serem projetos de interesse de todos os países da Africa, a abordagem regional do desenvolvimento integrada de infraestrutura aparece como a mais apropriada. Segundo PIDA (2012), somente um desenvolvimento integrado de infraestrutura torna possível a formação de grandes mercados competitivos, no lugar dos atuais pequenos, isolados e ineficácias mercados, além de contribuir na diminuição de custos de todos os setores produtivos (energético, alimentar, Tecnologia de Informação e de Comunicação-TIC, Transporte, água).

---

propina de 1000, FCFA, equivalente a R\$5,00 na saída do Senegal, na entrada da Gambia, na saída da Gâmbia e de novo na entrada do Senegal e na fronteira do Senegal com Guiné Bissau, ou seja, ele desembolsou 5000 FCFA (R\$ 25,00). Em 2013, quase passei por uma situação parecida na Gâmbia, aonde cheguei as 19horas e como a balsa que faz a travessia do rio Gambia funciona até 18horas, eu tinha que passar a noite, foi quando o policial quis tirar dinheiro de mim alegando que precisa pegar uma autorização para dormir no país. No entanto, como o assunto era interessante para a pesquisa, procurei saber por que eu deveria pagar, percebendo que eu não estava intimidado, ele desistiu da ideia.

No setor energético africano, os estudos da PIDA (2012) mostram por exemplo, em vinte países africanos o tamanho da rede elétrica nacional é inferior à escala de eficácia mínima de uma única central elétrica como ITAIPU, apesar das grandes potencialidades do continente. Isto justifica a importância e a necessidade da integração das redes elétricas regionais e continentais, partindo do pressuposto de que a integração energética de grande envergadura na África ocidental e no continente garante maior eficácia da cooperação regional, menor custo do produto energia e principalmente amplia o acesso para grande parte da população. Assim, o programa de infraestrutura energética é centrado em grandes projetos hidro-elétricos e de interconexão dos sistemas de trocas a fim de enfrentar conjuntamente os desafios do aumento da demanda regional de energia. Para isto, é previsto a instalação de oleodutos e gazodutos regionais conforme mostra a figura 17, cuja efetivação permitira a redução drástica do custo de transporte e estimulará as trocas intra-africanas e garantirá a segurança alimentar e o acesso a água (PIDA, 2012).

**FIGURA 17 PROJETOS DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA DA ÁFRICA**



Fonte: PIDA, (2012).

Este mapa mostra os grandes projetos do continente em termos de infraestrutura energética para 2020 e 2040, e indica o tamanho dos desafios para o continente. Desde já, pode se perceber que é pouco provável que estas infraestruturas sejam concluídas até as datas prevista devido entre outros motivos a instabilidade registradas desde do início da primavera árabe, seguida das crises do Mali, do radicalismo religioso na Nigéria (Boko Haram). Estes dois últimos casos mais o atual surto da epidemia de Ebola afetam diretamente a África Ocidental e certamente vão impactar negativamente nos processos e projetos de integração do conjunto da infraestrutura, assim, como o novo intervencionismo ocidental (França) podem desviar os objetivos da integração da infraestrutura energética.

Neste sentido, é importante lembrar que o gasoduto Nigéria–Argélia bem como o corredor de transmissão da África do norte (Ver Fig. 17) constituem projetos preferenciais para a União Europeia, pois são vistos pelas antigas potências coloniais como alternativa ao gás Russo. Aliás, isto pode ser um dos motivos que explica a nova onda de intervencionismo da OTAN, nos conflitos africanos (Líbia, Costa de Marfim, Mali, República Centro Africana). E o mais interessante é que não há previsão para conectar o maior produtor de gás da África Ocidental (Nigéria), com os outros países da CEDEAO, mas sim, um gasoduto que leva a produção nigeriana diretamente ao extremo norte da Argélia. Ou seja, a Europa, já que este último (Argélia) é um dos grandes produtores de gás na África. Portanto, o gás nigeriano tem como destino preferencial, caso a obra seja concluída, a Europa, contrariando os objetivos de integração regionais e continental.

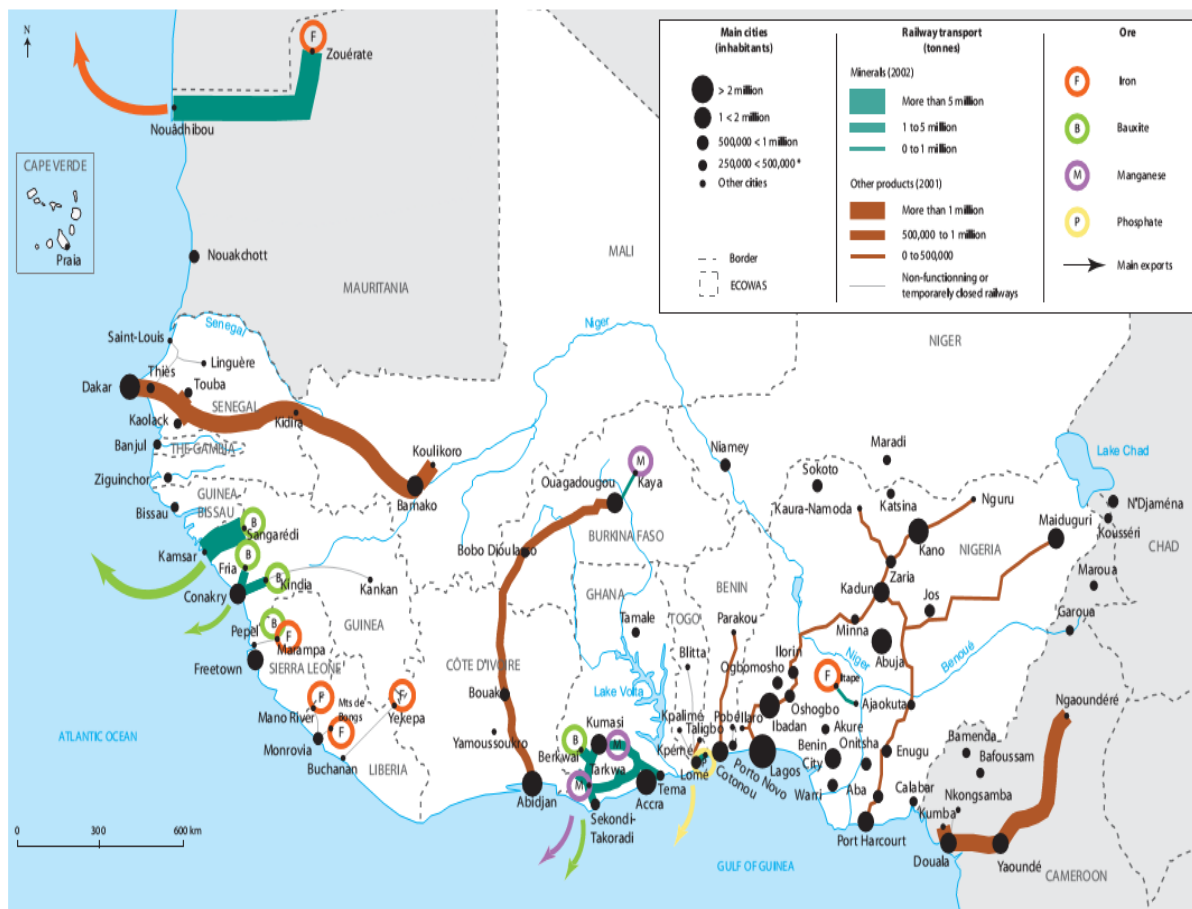
Isto significa, uma nova tentativa de desviar, por meio da cooperação Euro-africana, os projetos de desenvolvimento africanos e comprova mais uma vez a importância das novas parcerias assim como a necessidade de romper com o cordão umbilical com o imperialismo ocidental. Igualmente, este caso demonstra, que a aceleração dos projetos de integração oeste africano devem ser priorizados a través de financiamento próprios, por meio de projetos como PIDA e/ou instituições regionais como o Banco Africano do Desenvolvimento (BAD), Novas Parceria para o Desenvolvimento da Africa (NEPAD) e o Banco Africano de Investimento (BAI). Mas também, mostra a importância que o estreitamento das relações Sul-Sul e a presença dos países emergentes (Brasil, China, Índia, Indonésia, Rússia), podem ter na realização da integração regional e do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural africano.

Além do importante setor de energia, a integração da infraestrutura regional, os projetos de desenvolvimento devem levar em consideração a integração das ferrovias,

rodovias, hidrovias, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como o intuito de enfrentar os desafios da integração produtiva no âmbito regional e continental. Em todos estes setores CEDEAO tem projetos assim como PIDA estipula a realização dos mesmos em nível continental em colaboração com as organizações de integração regional de cada zona.

No que desrespeite as infraestruturas ferroviárias nos países da CEDEAO, é importante dizer que ela é quase inexistente, apesar da sua importância em termos de custos benefício, pois, é amais barata modal de transporte. Segundo CEDEAO (2012), além da Nigéria, nenhum outro país da região pode ser considerado como detentor de uma rede ferroviária interligada e as poucas linhas existentes, data da época da colonização. Entre as principais linhas ferroviárias construídas pela colonização francesa, pode se citar o Trecho Dakar- Bamako, Ouagadougou –Abidjan, Ngaoundere-Yaounde- Douala. Esta infraestrutura como as rodovias, permite a conexão entre as principais cidades e centros de governo colonial e os portos mais próximos, destino dos principais produtos e matérias primas do continente. Isto reforça a ideia de que a infraestrutura foi pensada para servir de ponte entre África e as principais metrópoles, e não para aproximar os Estados e povos africanos como mostra a figura 18.

**FIGURA 18 AS PRINCIPAIS LINHAS FERROVIÁRIAS DA ÁFRICA OCIDENTAL: INFRAESTRUTURA E PROJETOS DE INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA DA CEDEAO**



Fonte: Atlas da CEDEAO (2012).

Esta figura ilustra muito bem o caráter desconectado da infraestrutura ferroviária da África ocidental, exceto a Nigéria que tem uma rede com maior conexão. O mais grave certamente, é este legado colonial além de insuficiente, tem se deteriorado muito ao longo dos cinco décadas de independência africana. No entanto, na última década, mais especificamente a partir da criação da União Africana (UA) em 2001, em substituição à Organização da Unidade Africana (OUA) e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) em 2002, observa-se um grande esforço para a reatualização das infraestruturas no âmbito da integração regional. Assim, há ambiciosos projetos ferroviários na região da África ocidental como mostra a figura 19 a seguir:





FIGURA 20 INTEGRAÇÃO DA REDE DE FIBRA ÓTICA NA ÁFRICA OCIDENTAL



Fonte:ECOWAS (2012).

Esta figura, assim como as figuras anteriores, mostra que no âmbito da CEDEAO, bem como no resto do continente, a integração da infraestrutura tornou-se uma prioridade, devido ao entendimento dos atores nacionais, regionais e continental de que a infraestrutura é base de qualquer tipo de integração. Mas também, o tão sonhado desenvolvimento econômico, político e cultural passa necessariamente pela integração infraestrutural. No caso africano, é importante observar que a infraestruturas tem além de facilitar a mobilidade e a comunicação ou conectar física e geograficamente os Estados, cumpre o papel simbólico de aproximar o Estado e seus governantes da sociedade, eliminando deste modo a barreira psicológica<sup>104</sup> estabelecida pela Estado colonial, herdado e aprimorado na independência. Portanto, durante muito tempo, em vários casos a falta de infraestrutura significava um distanciamento entre governo e sociedade, ou no mínimo uma aproximação dolorosa para a última já que o Estado

<sup>104</sup> O Estado nacional africano, instaurado na década de 1960, pela elite política e seus aliados internos e externos, através do partido Único, foi tão opressor e violento quanto o Estado colonial. Neste sentido, em vários casos o contato entre população e governante se dava somente na época em que são cobrados impostos e taxas ou na execução dos trabalhos forçados, por isto Ahmadou Kourouma em seu livro *“les Soleils des Independences, (1976)* afirma que somente sobrevive a colonização, independência e partido único, os velhos e chefes de famílias tem sabedorias e segredos.

tem o monopólio do uso da força. Neste quesito (uso da força), o Estado nacional africanos durante os primeiros quarenta décadas foi bem parecido com o Estado colonial. Assim segundo Copper (2006):

Estados coloniais tinha derivado sua autoridade do movimento da força militar do lado de fora; seu poder coercitivo era mais efetivo em afirmar raids e aterrorizar as resistências do que em rotinizar autoridade em todo o território; que haviam construído cidades de guarnição e ferrovias para ex-tendem suas capacidades para tais implementações; um que tinha vindo a contar com sistemas localizados de legitimidade "tradicional" e obediência. Seus sucessores encontraram limitações semelhantes e muitas vezes hesitaram entre fazer alianças com as mesmas estruturas de poder descentralizadas, com o risco de reforçar corretores de poder étnicos ou quebrá-los através de outra implantação do poder militar provavelmente provocará oposição regionalista. O que independência acrescentou foi a possibilidade de tecer relações patrão-cliente no interior do Estado, algo que as autoridades coloniais fizeram também, mas não tão bem. (COPPER, 2006, p.156).

Sem falar diretamente de Estrutura, Cooper mostra o tipo de relação estabelecida entre as estruturas de poder no período colonial que foi, muito aprimorada ou sofisticada pelo Estado nacional africano depois da independência com a introdução da relação patrão-cliente. Esta relação pode ser definida como um despotismo descentralizado, no qual, se o braço descentralizado do Estado era durante a colonização a autoridade indígena, composta de uma hierarquia de chefes, no Estado independente, esta autoridade passa a ser controlada por um funcionário cuja permanência no cargo dependia da sua obediência as ordens vindas do poder central (MAMDANI, 2004). Isto é, segundo este autor um grande regime de coerção extra econômica que permite destacar e colocar em prática os poderes coercitivos que dispões as autoridades administrativas (chefes) sobre a população em geral.

Ora, nos primeiros anos de independência, a administração territorial na grande maioria dos Estados africanos, aparece como o braço armado do partido (único) governante. Segundo Seck (2005), no caso do Senegal, a ação da administração territorial se traduzia pela interpretação unilateral dos textos, sempre orientados pelo interesse manifesto do partido. Neste contexto, na maioria dos países (de colônia francesa) da atual CEDEAO, o arbitrário do aparelho do Estado nascido com a criação da lei quadra, se encarregou de estabelecer uma estrutura repressiva ao encontro não somente dos partidos de oposição, mas a qualquer cidadão suspeita de simpatia com partidos de oposição ou a ideologia diferente dos dirigentes do Estado.

Em suma, nestas condições fica evidente que nas primeiras três décadas de independência, a infraestrutura, ou melhor, as estruturas do Estado eram pensadas em prol da consolidação do poder da elite dirigente, numa perspectiva de continuidade da administração

colonial, fatos de certo modo contraditórios com os discursos e, principalmente as necessidades de desenvolvimento econômico, político e sociocultural. Os atuais projetos de infraestrutura, pensadas a partir da observação dos resultados obtidos e constatação do fracasso da estratégia adotada até então tanto do ponto de vista político quanto socioeconômico.

Assim, segundo Sylla (2007), na década de 1990 foi observado um momento de retrocesso econômico onde, as tendências macroeconômicas no continente como um todo, não eram nada favoráveis, apesar das grandes variações entre países. Porém, individualmente considerados, dos trinta e três países para os quais existem dados disponíveis, dezesseis eram mais pobres em 2000 do que 1970. A falta de crescimento levou queda significativa dos rendimentos, aumento exponencial da dívida externa e fuga de capitais grave, colocando deste modo, a África em um curso de dependência financeira substancial no cartel dos doadores ocidentais, para promover a industrialização em busca do Desenvolvimento socioeconômica, cultural e política.

Assim, percebe-se que o protagonismo destes países no que diz respeito a segurança regional bem como as rivalidades por liderança regional, são limitadas pela pouca capacidade Estatal dos mesmos. Como mostrou esta análise, a falta de capacidade estatal na África ocidental se justifica de um lado, pelos fatores históricos (colonização e neocolonização), que se manifestam através dos diversos acordos de cooperação em geral e especificamente, os que mantêm o cordão umbilical franco-africana, evidenciada na retrospectiva histórica e do outro, pela primazia dos interesses dos tomadores de decisões identificados aqui como atores internos (elites políticas e/ou dirigentes) e externos, representada aqui pelas ex-potência coloniais e/ou de seus representantes.

Portanto, para enfrentar e vencer os desafios da segurança regional oeste africana, é necessário resolver definitivamente primeiro, os problemas da autonomia africana em frente aos sistemas até então reinante (colonialismo e neocolonialismo ocidental) e segundo resolver os problemas da liderança africana, que passa como bem indica Djibril Samb (2010), pela "reafricanização" da África. Isto significa pensar África e as relações interafricanas partindo de um referencial próprio, construir instituições adaptadas a realidade sociopolítica local, nacional e regional, principalmente porque no caso especifica da África ocidental, a edificação social, política e econômica sempre partiu da experiência própria para assimilar (incorporar) aportes externas<sup>105</sup>. É importante dizer que não se defende aqui uma rejeição

---

<sup>105</sup> Neste aspecto Samb (2010) lembrar que a região, foi porta de entrada das várias civilizações e culturas estrangeiras no continente, desde cultura do antigo Egito, passando pela chegada dos núbios, bem como os

automática e total dos aportes externos, mas, trata-se de considerar a existência de uma base cultural, identitária própria, assim como existe uma identidade própria da Europa, da Ásia, ou da América Latina.

Do ponto da segurança e defesa voltar a esta base identitária, é essencial para resolver tanto as divergências criadas pelas fronteiras coloniais, quanto os conflitos ditos étnico, tribais e religiosos, que são resultados direta ou indiretamente da soma da perda do referencial identitária causada pela imposição e incorporação anárquica de culturas e práticas estrangeiras como o islamismo, o catolicismo e principalmente a ideia de superioridade de raça e de classe, fruto do sistema colonial.

Nesta ótica, importa observar, que os mais trágicos conflitos da África ocidental, desde da independência, tiveram como ponto de partida a reivindicação e busca de autonomia de uma região (com a justificativa de desprezo e desfavorecimento) em relação ao poder central e as elites dirigentes, definido pela herança colonial, como foi o caso da Guerra do Biafra (1967-1970) na Nigéria, e em Casamance (1981-2000)<sup>106</sup>, a tentativa de tomada do poder central por um grupo de base étnico, religioso, regional ou partidária, reivindicando mais justiça, igualdade e transparência na gestão do Estado e sempre com apoio externo, a exemplo da Libéria, Serra Leoa, Guiné Bissau, Costa de Marfim e Mali. Em tudo este caso, percebe-se que se as causas imediatas dos conflitos são aquelas declaradas, são conhecidas e válidas, o que está atrás das mesmas ou seja, o que levou ao surgimento destas causas, é desconhecido ou simplesmente ignorado, que é a perda ou o abandono do referencial identitária próprio, e juntamente, os sistemas de organização política, econômica, cultural e religiosa africana são relegados em segundo plano.

Em suma, para enfrentar e vencer os diversos desafios de segurança na África Ocidental é importante voltar às raízes, construir uma base de referencial sólida, evitando obviamente, a ideia da identidade africana homogeneia, fixa e imutável e valoriza e aceitar a pluralidade e diversidade sociocultural e política africana. Assim como submeter está

---

povos vindos do mediterrâneo, até a chegada do islamismo e do cristianismo e da colonização. Apesar de tudo, as formas de organização sociopolítica, econômica e cultural tem como base a realidade local, deste modo, percebe-se que as dificuldades (ou pelo menos parte delas) do atual Estado nacional bem como as encontradas pelos processos de integração regional são amplamente ligadas, primeiras a imposição de novas formas e modos de vida e de organização sociopolítica baseada na realidade e interesses do colonizador. Segundo, estas dificuldades são reflexos da aceitação desta imposição, e pior, a incorporação da mesma pela elite africana que por sua vez tenta, por interesses particulares impor essa realidade a sociedade oeste africana como um tudo.

<sup>106</sup> Conflito, que teve seu pico de gravidade e violência entre 1993-e 1996, e apesar de ser totalmente resolvido, a partir de 2000, ele se transformou mais em conflito político que militar. Ou seja, as negociações entre representantes do Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC) e o governo do Senegal continuam mas os confrontos militares entre **Atika** (elo armado do movimento) e o exército senegalês cessaram.

identidade e realidade às leis históricas de longa duração e capaz de se adaptar a novos ambientes (SAMB, 2010). Neste sentido, pode se perceber que a atual África Ocidental, está entrando numa nova fase de transição onde as mudanças identitária apelam para a realidade regional, mas não nacional no sentido das fronteiras herdadas do período colonial. Isto indica um primeiro passo para o enfrentamento das questões da segurança regional, pois, as interrogações e estresses ou crises identitária, começam a ter pelo menos uma fonte de resposta, que indica que África de hoje não é uma aquela herdada da colonização, da civilização árabe-islâmica ou da civiliza judeu-cristão. Mas certamente, estas diversas culturas tiveram campo no continente devido a essência do mesmo ser o continente da diversidade, da pluralidade e da solidariedade e principalmente, por não ser uma sociedade hierárquica (superioridade racial, étnica) e muito menos ter uma cultura de exclusão.

Assim, o segundo passo do enfrentamento dos desafios securitários da África ocidental, parece ser o de reconhecer e aceitar que a África contemporânea, é um continente mais diversos e plural que era antes da chegada do islamismo, cristianismo e colonialismo, portanto, é uma África mais diversa, plural, rica e mais problemática. Logo, o terceiro passo, indica que a partir dos dois primeiros, que é necessário, saber administrar de forma balanceada estas mutações de forma a incorporar os aportes e mudanças culturais, políticas da região sem perder de vista a essência da base, que a principal referencia, para evitar a “eticizar, tribalizar, islamizar ou tornar cristã os problemas e atritos”. Para tanto, é fundamental, buscar a integração regional por meio do qual pode se estabelecer mecanismos viáveis de enfrentamento dos problemas socioculturais, políticos, e principalmente econômicos da região.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desta tese importa lembrar que a tese teve como proposta analisar as relações interafricanas focando as oportunidades e desafios da Integração Regional na região da África Ocidental, partindo da constatação de que, historicamente há um consenso e interesse de tornar realidade o sonho pan-africanista de unidade regional e continental. No entanto, desde a independência a realização deste sonho que parecia tão obvio, enfrenta barreiras de natureza diversas do ponto de vista dos atores, das instituições, da ideologia e crença, assim como do ponto de vista do espaço físico onde se trava estas divergências. Evidentemente, isto não poderia ser diferente, num mundo marcado primeiro pela bipolaridade caracterizada pela Guerra Fria, depois pela relativa uni-polaridade que viu o surgimento da onda liberal, de democratização e abertura de mercados na década de 1990. Este contexto, apesar da maioria dos países africanos tentarem escapar da briga das Grandes potências (EUA e URSS), e seus respectivos aliados, adotando posição “neutra” dentro do Grupo dos Países Não Alinhados (GPNA) em relação a política internacional, marca profundamente o continente africano em geral e especificamente a sua parte ocidental, que muito cedo se dividiu em países moderados com líderes amigos (ao ocidente) e países revolucionários com líderes inimigos. Esta bipolarização interna das relações africanas começa no caso da África Ocidental nas prévias da independência quando a França institui o referendium de 1958, onde os africanos tinham que escolher entre a independência dentro da comunidade franco-africana e a independência total. A vitória da primeira opção em todos os Estados da África Ocidental e Equatorial Francesa (AOF, AEL), exceto na República da Guiné que optou pela independência total, permitiu não somente a fragmentação da região em pequenos territórios inviáveis econômica, política e socioculturalmente, mas também em uma região onde a colonização francesa somente muda de nome e de gestores. Ou seja, esta opção abriu o espaço para a implantação do sistema neocolonial, administrado internamente pelos governadores de pele negra e externamente colocou em marcha uma das maiores e mais complexa Organizações criminosas conhecida pela *Françafrique*.

Além disso, é importante observar que o surgimento dos Estados Africanos pós-colonial se deu sobre a égide da ONU e do Direito Internacional, que proscreeu a guerra como instrumento e política externa. Segundo Cepik (2012) isto foi uma circunstância única, de um sistema de Estados surgir contando com a Ordem Internacional para a defesa de suas

fronteiras, já que anteriormente essa era a tarefa típica, a característica essencial, do Estado soberano territorial. Em suma, esta contextualização mostra apesar do objetivo ser entender as relações internas entre os Estados, a sociedade africana, é prescindível levar em consideração o contexto externo e internacional para entender tanto os debates sobre integração regional na África Ocidental do ponto de vista teórico e histórico, quanto do ponto de vista político-institucional levar em consideração o contexto internacional em que se deu a emancipação política africana. Este contexto foi um elemento determinante na edificação do Estado Africano, das suas instituições assim como a escolha dos gestores e a forma de gestão julgada adequada.

É nesta ótica que iniciou-se pelo debate teórico onde se apresenta brevemente os principais conceitos que englobam a definição e tipos de Integração regional em geral e devido à já destacada importância, do contexto internacional, aborda-se os conceitos de globalização, regionalização, imperialismo e colonialismo, sempre relacionando com o contexto africano. Esta base teórica conceitual permite abordar historicamente, a integração regional oeste africana com o objetivo de entender primeiro qual e como era organizado o sistema sociopolítico, econômico e cultural na África Ocidental antes, durante e depois da colonização. Tal análise permitiu mostrar a antiguidade dos processos de integração ou regionalização na África ocidental, e refutar a ideia de que são processos recentes, certamente, as novas estruturas, seus mentores e fundamentos são novas pois, baseados na herança colonial. No entanto, África tradicional em geral, e especificamente sua parte Ocidental, iniciou muito cedo a experimentar formas de federações, que em tese deveria facilitar a integração dos Estados pós-colonial, se o mesmo não tivesse como referência principal o Estado colonial, apesar das motivações entre uma época e outra ser diferentes. Neste sentido mostrou-se que as primeiras relações internacionais da África Ocidental com o resto do mundo se deu graças ao dinamismo sociopolítica, econômica e cultural dos impérios do Gana, Mali e Songhai. Estes impérios unirão a região e realizaram a integração, da infraestrutura rodoviária apesar do mesmo ser rudimentar se comparada às malas rodoviárias realizadas por regiões dita integrada como a União europeia, mas também o comércio e as trocas internas eram dinâmicas, seguras, geradora de emprego (atravessadores, interpretes, informantes) e de renda para boa parte das populações que dali viviam. Portanto, mesmo admitindo que a unidade regional realizada pelos impérios pré-coloniais tinha uma perspectiva hegemônica, já que não se buscava federar comunidades em condições de igualdade ou em um gerador de benefícios redistribuídos de forma equitativa, mas sim, prevalecia o desejo de subjugar outros reinos, anexar outras terras (SALL, 2006), viu-se o fortalecimento da região como um todo.

Ou seja, apesar dos problemas apresentados por esta unificação, a prosperidade econômica, cultural e a liberdade, o bem estar social e principalmente a solidariedade interafricana alcançada no período foi e certamente continua sendo melhor para a população oeste africanos, comparado aos períodos posteriores que são nomeadamente o período colonial e pós-colonial.

Deste modo, mostrou-se que o período colonial, que foi precedido pela chegada dos europeus e conseqüentemente do desvio e substituição das rotas e do comércio transsaariana pelo comércio transatlântico, que por se só, teve drásticas conseqüências econômicas e socioculturais, para grande parte da sociedade africana em geral e fatal para os Estados tradicionais Oeste africano, pois economicamente, se viram obrigado a depender exclusivamente do comércio atlântico de escravo. A partir de então, inicia-se o processo de autodestruição e de enfraquecimento já que a escravidão não somente paralisa tudo processo de produção e de geração de riqueza interna mas também, transforma o continente em um caldeirão de guerras generalizadas, que, com a chegada e apoio dos europeus, passou a contar com armas de fogo, até então quase desconhecidos no continente.

Assim, depois deste período, a conferência do Berlin somente veio normatizar a ocupação do continente africano, onde apesar das diversas tentativa de resistência, acabara em um curto período de tempo, (segundo Ki-Zerbo entre 1885-1910), sendo totalmente ocupada e desde então nasce a África Ocidental Francesa (AOF), que por sua vez se constitui em uma federação ocupando quase que exclusivamente o antigo território do Império do Mali e certamente, por isso, de forma consciente ou não, algumas elites defenderão firmemente, a conservação desta entidade federativa, usando como argumento a solidariedade cultural e linguística herdada da missão civilizadora. Esta ideia se reforça e se amplia depois da independência com a criação da comunidade franco-africana e a institucionalização da francófono como sendo uma comunidade multicultural, multilateral e/ou bilateral. Certamente foi a primeira estratégia, colocada em prática em vista a implantação do sistema neocolonial francês, e foi um sistema que permitiu a alguns colaboradores africanos de se destacarem, de vestirem a camisa da Françafrica e futuramente garantir o título de legítimos governadores de pele negra ou simplesmente de presidentes amigos da França. É neste sentido que a própria proposição da criação desta instituição (francófono), foi iniciativa de líderes africanos como Leopold Sedar Senghor do Senegal, Habib Bourguiba da Tunísia, Amani Diori do Níger. É interessante notar, antes da independência, o francês era visto como uma arma de resistência contra o colonialismo, mas ao chegar na presidência de seus respectivos países, que iniciam o Desenvolvimento de uma política de bilinguismo, onde o francês se



destacava como língua oficial da administração pública, da educação, em fim como língua de “cultura”. Segundo Ndao (2008), eles concebiam o francês como uma língua de reflexão, de cultura, de emancipação e de modernização de seus países e não simplesmente como um idioma de trabalho, assim, suas teorias, seus discursos, ações e desejos de ver a francófonia ser transformada em uma instituição juridicamente normatizada foram determinantes para o nascimento deste órgão. Ou seja, apesar das críticas ao colonialismo e no engajamento na luta pela independência, foram de certo modo, por diversos motivos (interesses individuais, necessidade de subsistência e de apoio das metrópoles), peças chaves na implantação do neocolonialismo francês, como forma de continuação do imperialismo e do colonialismo ocidental na região.

Estas estruturas enquanto de um lado, permitiram o fortalecimento e a manutenção dos laços entre os países africanos e as metrópoles e garantiu a preservação dos interesses econômicos, geopolíticos e culturais do ocidente em geral e particularmente, no caso da África ocidental, da França, do outro lado, elas aprofundaram a divisão interna da sociedade africana, criaram falsas referências históricas que fecharam as portas da solidariedade africanas do tempo dos impérios (Gana, Mali, Songhai) e conseqüentemente, tornaram cada vez mais distante o alcance do sonho pan-africanista de uma África, independente, unida forte e próspera. Na África Ocidental, o impacto de tudo isso se manifesta, não somente pelas fronteiras físicas mas, sim pela fronteira cultural que transformou o espaço do antigo império do Mali, em uma África ocidental, Francesa, inglesa e portuguesa, fato, que suscita, questionamento, mas principalmente na hora de pensar a integração cria uma enorme confusão a respeito quanto ao modelo forma e tipo de integração adotar e uma divergência entre elites no que diz respeito tanto ao espaço a ser integrado quanto o porquê fazê-lo, naquele espaço e daquela forma.

No entanto, percebeu-se que o grande dilema ou um dos grandes dilemas da integração oeste africana, é a definição do ponto de referência e de partida, que de modo geral contribui na polarização das relações interafricanas. Ou seja, se até na véspera da independência havia uma certa unanimidade, pelo menos do ponto de vista ideológico (panafricanismo) e metodológico que se resume a luta contra o imperialismo, colonialismo e o neocolonialismo e buscar a independência e a união regional e continental, em favor do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural dos povos africanos. Após a emancipação política, a militância política em favor da cooperação franco-africana por boa parte das elites dirigentes, bem como a defesa do francês como língua de cultura, de civilização e de desenvolvimento, além da busca incessante da manutenção da Federação da AOF, ficou evidente que tanto a

percepção do passado quanto a visão pelo futuro não eram a mesma para os principais atores e tomadores de decisões africanos. Assim, se justifica o surgimento de grupos divergentes no continente (Brazzaville, Casablanca, Francófonos versus anglófonos), que impacta duplamente no continente. Em primeiro lugar isto, abriu o espaço africanos a instauração e consolidação do neocolonialismo e em segundo lugar isto, aumentou o individualismo e nacionalismo pensado dentro das fronteiras coloniais. A soberania nacional passou a ser prioridade para maioria dos países (Costa de Marfim, Burkina Faso, Togo, Níger) principalmente da África Ocidental, onde somente Senegal e Mali tentaram uma independência comum instituindo a Federação do Mali, que teve uma vida muito curta (1959-1960), em detrimento dos ideais pan-africanista de solidariedade e Union regional e continental.

Enfim, os projetos e desejos pan-africanistas serão adiada a partir do momento em que conscientemente ou não os africanos, favoreceram a instauração do neocolonialismo, pois, como herdeiro do colonialismo que tem como um de seus princípios “dividir para reinar”, cuidadosamente mantida por um micronacionalismo afiado, foi rápido em bloquear os caminhos almejado pelos impulsos Pan-africanistas. Além disso pode se afirmar, que o neocolonialismo conseguiu quebrar os princípios fundamentais sobre os quais repousavam a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), que são em soma, a unidade, africanidade e a própria negação do neocolonialismo e conseqüentemente os processos de integração regionais seguiram os mesmos passos traçados pela história, baseada nos “valores do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo, em detrimento da verdadeira história africana e principalmente dos valores herdados dos impérios africanos que antecederam a escravidão e o colonialismo..

Neste sentido a discussão sobre os fundamentos teóricos da integração regional, trouxe um apanhado geral sobre os conceitos de integração, mostrando a importância das teorias funcionalistas e neofuncionalista principalmente quando se trata da integração europeia, no entanto viu-se que tanto a adoção destas teoria quanto a importação de modelo de integração e institucionalização da Europa para África pode ser inscrita e justificada pela opção das elites dirigentes africanas em se adequar nos padrões ocidentais, sem necessariamente que isto seja benéfica para a sociedade africana ou seja uma boa opção para as instituições africanas. Deste modo, mostrou-se que na mesma época levantou-se vozes contrarias a essa importação de modelos, que além de inadequados para a realidade africanas, poderiam estar a serviço do neocolonialismo ou da cooperação Franco-africana, pelo menos no caso da África Ocidental. Como alternativa, foram propostas o uso das teorias desenvolvidas no sul ou nas então

chamadas regiões periféricas ou subdesenvolvida, tais como as teorias desenvolvidas na América Latina pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que propunha uma integração limitada e cautelosa, descartando os ganhos em termos de livre movimentação de mercadorias e de meios de produção como condição necessária. A urgência era buscar a autonomia econômica e eliminar a dependência externa e reduzir a ingerência dos países centrais nas economias e mercados em desenvolvimento. A escola de Dakar, seguiu a mesma linha de análise, cabendo destacar a adesão de intelectuais como Samir Amin, a causa centro-periferia e a teoria econômica buscando explicar a origem do subdesenvolvimento dos países periféricos pelo desenvolvimento dos do centro. Ou seja, chega-se à conclusão de que, não haverá êxito nos processos de construção de estado e de processos de Integração regional no sul se tomamos como base ideias e instituições importados dos países do norte, defensores e principais beneficiários do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo. Deste modo, vê-se uma convergência entre a América Latina e África, pois, a autonomia tão pregada pelos em geral e especificamente de Celso Furtado, é interpretado como emancipação da Escola de Dakar e de Samir Amin. Isto levar a afirmar que as teorias de integração desenvolvidas pela escola cepalina, são próximos às ideias desenvolvidas pela escola de Dakar e a inteligência africana em geral e são elementos muito valiosos para enfrentar os desafios da Integração e do desenvolvimento africanos, mas infelizmente, continuam ainda a margem das políticas oeste africana principalmente, já que boa parte de seus autores não fazem parte da elite dirigentes e são considerados membros integrantes da África revolucionária.

Portanto, as considerações teóricas, a partir do mapeamento dos conceitos de integração regional, globalização, regionalização, Imperialismo, colonização e neocolonialismo, permitem afirmar que, no caso da África Ocidental a importância da integração regional se deu através da percepção da impotência e da impossibilidade dos novos Estados africanos enfrentarem e administrar os diversos problemas políticos, econômicos e socioculturais, de forma individual. Mas também pela oposição entre os que desejam continuar a exploração do continente, como menores custos e aqueles que querem se libertar da dominação e do jugo do imperialismo ocidental em seu último estágio, conforme indica o título do Livro de Kwame (*Neocolonialismo –último estágio do imperialismo*, Nkrumah, 1967).

Esta dualidade, deixa claro a importância de voltarmos a definição do ponto de partida considerada para dar início aos processos de integração regional, antes de discutir a evolução, os projetos de integração regional na África Ocidental, isto foi discutido no terceiro capítulo intitulada *história da integração regional na África Ocidental entre 1960 e 2010*.

A análise mostra que as divergências internas sobre a integração regional oeste africana como na eleição do marco referencial do ponto de vista histórico. Ou seja, se partimos da hipótese de que a integração é a reconstrução ou aproximação de um espaço físico, habitado por povos da mesma história, de referenciais culturais e políticas parecidas, podemos perceber o quanto no caso da África Ocidental, é importante saber onde buscar os elementos históricos, culturais e políticos a favor da integração regional.

Isto importa, porque é a partir desta definição do marco referencial que pode discutir se queremos uma integração da África Ocidental a exemplo da CEDEAO, ou se buscamos uma integração da África Ocidental Francesa-AOF, Inglesa ou portuguesa. Dito com outras palavras, queremos reconstruir uma África Ocidental, a imagem do que era no auge dos impérios tradicionais africanos (Gana, Mali, Songhai), ou uma África Ocidental que leve em consideração os marcos dos impérios coloniais?

No primeiro caso, estaremos buscando uma integração que leve em consideração os valores ancestrais e a cultura sociopolítica local, o que pressupões que aceitamos, apesar de estar dentro de Estados construídos com base nas fronteiras coloniais, que somos africanos, portanto, a valorizamos e fortalecemos a solidariedade africana, sem permitir a ingerência externa nos assuntos, interno, priorizamos o resgate das culturas, a valorização das línguas, assim como adotamos maneiras próprias de administração e de institucionalização. Esta foi a ideia defendida pelo panafricanismo antes da independência e será a posição adotada pela denominada África Revolucionária. Para este grupo de pan-africanistas, a integração regional deve ser um meio eficaz para lutar contra a prolongada exploração dos recursos do continente em benefício de empresas estrangeiras, ali implantada desde do período colonial. Isto significa buscar incansavelmente a autonomia econômica, política e sociocultural, para o desenvolvimento e o bem estar do povo africano em geral. Enquanto que no segundo caso, busca-se a manutenção incondicional dos laços coloniais e a priorização das relações verticais (África-Europa) em detrimento das relações horizontais, propícias para o fortalecimento da solidariedade africana. Esta é a posição da África moderada, ou simplesmente da África amiga do ocidente, que militou pela promoção da francófonia e da independência dentro da comunidade Franco-africana. Em suma, a diferença entre os dois grupos está no fato do primeiro tomar como ponto de partida e de referência a África tradicional enquanto que no imaginário do segundo grupo, o ponto de partida é o período colonial, aquela que preserva e valoriza a herança colonial, busca o fortalecimento dos laços com a ex-metrópoles, que considera o francês uma língua de cultura, de civilização e de modernização enquanto as línguas africanas são colocadas em segundo plano, quando não trata como “dialetos”.

Devido a esta incompreensão ou divisão quanto a referência a ser considerada tanto para a formação do Estado quanto para a integração regionais, os projetos de integração, se multiplicaram na região apesar da sua eficácia continuar muito abaixo do esperado. Pode se afirmar que tanto a origem e a evolução dos processos de integração regional na África Ocidental, foram determinadas, conscientemente ou não por esta divergência referencial, além da mesma facilitar a permanência do imperialismo e do colonialismo sobre a sua nova forma (neocolonialismo). Assim, por esta divergência e pela dominação dos moderados sobre os chamados revolucionários, a história da formação do Estado africano e dos processos de integração regional da África ocidental se tornaram intimamente ligados aos processos de globalização, do imperialismo europeu e principalmente do neocolonialismo que, baseado nos laços de amizade e de cooperação pretendiam “ajudar” na construção das novas instituições políticas e econômicas, mas acabaram minando as relações interafricanas.

Para entender o impacto deste processo nas relações interafricanas, a tese analisou os principais atores (elites políticas) internos mostrando entre outros elementos que facilitaram o distanciamento em vez de aproximação estão o individualismo, os interesses e as crenças, por serem estas que determinaram a criação e guiaram o funcionamento das Organizações regionais e Internacionais africanas, mas, estes elementos internos de distanciamentos tem suas fontes, na divergência histórica vista aqui como ponto de referência que permitiram a preponderância do estreitamento das relações no âmbito dos espaços coloniais em detrimento do que seria a aproximação oeste africana em si. Isto se traduziu como se viu numa instrumentalização das divergências entre países de ex-colônias francesas, que a partir da instituição da comunidade Franco-africana no referendun de 1958, buscam construir uma unidade baseada na herança colonial dentro do espaço da África Ocidental Francesa (AOF) e as ex-colônias inglesas na África Ocidental. Isto resultou na invenção de uma das maiores barreiras à integração oeste africana, que é a falsa identidade (África francesas e África inglesa), a mesma, além de reforçar as barreiras físicas herdadas das fronteiras coloniais, criou barreiras culturais, linguísticas, psicológicas. Ou seja, se na África em geral havíamos a bipolarização das relações entre moderados e revolucionários, na região dos atuais países da CEDEAO, criou-se uma outra fragmentação conflituosa, apesar da busca por relações cooperativas ser o objetivo declarados de todos. A criação das Organizações de Integração Econômica e Monetária na África ocidental seguiu esta dinâmica oposta e complementar ao mesmo tempo, que explica em parte a superposição de Organizações na região, assim, como o pertencimento dos Estados a várias entidades regionais apesar das dificuldades principalmente financeiras em honrar os compromissos assumidos nas diversas instituições.

Por fim, considerando entre as diversas Organizações que existem na região, que três (CEDEAO, UEMOA, ZMOA) podem ter um papel fundamental na aproximação, dinamização das relações interafricanas e conseqüentemente na consolidação da integração política, econômica e cultural, fixou-se como objetivo mostrar apesar das divergências há ainda possibilidade de aproximação caso, se consolide a visão que coloca a CEDEAO como a principal Organização dentro da qual as zonas monetárias (UEMOA e ZMOA), cumprem o papel de órgãos funcionais e o recém criado Instituto da África Ocidental (IAO), cumpre um papel importante de “meio campo” a fim de harmonizar as políticas de integração econômica, política e sociocultural.

Igualmente observou-se que a falta de dinamismo dos processos de integração regional oeste africana tem a ver com a politização que permitiu que antagonismo ideológico impactasse tanto na formação quanto no funcionamento das mesmas. Reforça-se a convicção de que a formação das Organizações Internacionais Africanas com base na crença ideológica, na defesa dos interesses nacionais e individuais dos dirigentes, contribuiu em transformá-las em instituições fechadas e excludentes, além de antagônicas e conseqüentemente, elementos de diferenciação e de divisão. O contexto geopolítico da bipolaridade e da Guerra Fria em que surgiu as ideias e os primeiros embriões organizações integracionistas (UAM, OCAM, UEMO, CEDEAO), tem um impacto direto na bipolarização e politização das instituições regionais, pois, certo modo, representa a regionalização da divisão do continente em moderados e francófonos (grupo de Brazzaville) versus progressistas e revolucionários (grupo de Casablanca). Esta bipolarização, que representou a regionalização e africanização da política internacional, possibilitou a instalação e a permanência do neocolonialismo, que por sua vez, manteve a chama da dependência econômica e da instabilidade política (multiplicação dos golpes de Estados, assassinato e perseguição de opositores) e juntos contribuíram no enfraquecimento dos principais atores africanos (Estados) das Relações Internacionais e gerou o mau funcionamento generalizado das Organizações Interafricanas.

Estas Organizações Internacionais africanas, por serem resultados de agrupamento de Estados, próximo pelas opções ideológicas, por interesses individuais e nacionais ditada pela personalidade do dirigente (presidente), as instabilidades políticas ou a mudança inconstitucional de regime em qualquer um dos Estados membros acaba afetando negativamente o funcionamento das instituições regionais. Deste modo, fica claro como a “opção” ideológica, do líder e as rivalidades entre elites, no contexto da Guerra Fria, constituíram um ambiente desfavorável ao florescimento de organizações regionais fortalecedoras das relações interafricanas, contrária aos objetivos do neocolonialismo em

plena expansão. Igualmente, estas opções deixaram as elites políticas em uma posição frágil e com margem de manobra muito limitadas diante do real *politik*, pois, logo vão se dar conta que a realização de seus interesses dependia e muito do comprimento dos interesses neocoloniais e pior, uma opção contrária, poderia significar não somente o não alcance dos objetivos individuais almejados, mas também, ser apagado politicamente ou/e fisicamente. Esta situação justifica, os múltiplos golpes de Estados e de assassinato de líderes registrado no continente entre 1960 e 1990.

Deste modo, a nova dinâmica dos processos integração regional oeste africano que iniciou no final da década de 1990, que pode ser vista como um dos sinais do fim da Guerra Fria assim como o início da despolitização e a introdução de um certo pragmatismo nas relações interafricanas. Apesar disto, não significar o alcance dos objetivos da integração regional e nem a eliminação dos desafios, pode se afirmar, isto constitui o fim de um ciclo, que permite sonhar com uma nova era e um novo dinamismo político africano e com enormes desafios a serem enfrentado.

No que desrespeito aos desafios da integração regional na África Ocidental, percebeu-se a partir desta análise, percebeu-se são múltiplas, complexas, porém interligadas ou interdependentes. Tais desafio começa pela divergência entre os tomadores de decisões no que tange ao ponto de partida e de referência histórica, passa pelos desafios ao desenvolvimento e a integração Econômica, os ligados a questão securitárias.

A posição estratégica e geopolítica transforma a África Ocidental uma das regiões onde a segurança ocupa uma posição mais que importante, já que ela depende tanto de elementos internos (boa governança, democracia, liberdade, bem estar da social) quanto externos que pode resumidos a defesa dos interesses das potências extra regionais (França, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos), e das empresas capitalistas em busca de recursos naturais ou de mercados consumidores.

O entendimento destes desafios demanda uma análise retrospectiva da questão, a interação e o papel dos atores internos e extra regionais e finalmente, é importante traçar algumas linhas prospectivas. A parte retrospectiva da questão securitária da África Ocidental, mostrou-se que a manutenção das fronteiras coloniais depois da independência na perspectiva de evitar conflitos entre os diversos Estados nacionais, foi parcialmente bem sucedida (houve poucos conflitos de fronteiras), mas também, foi responsável pelo mais complexo e maior desafio de segurança na região na atualidade. A manutenção das fronteiras físicas, foi a porta de entrada de boa parte dos problemas de construção do Estado, da integração regional analisada nesta tese, pois foi através deste ato que nasceram ou pelo menos se despertou o

interesse das então poucas elites em serem os futuros dirigentes e conseqüentemente, o pensamento individualista, bem como o nacionalismo. Igualmente, a manutenção das fronteiras físicas permitiu a introdução de fronteiras culturais, linguísticas, ideológicas, econômicas e monetárias, principalmente abriu espaço para a permanência do imperialismo, possibilitou a continuação das políticas coloniais sobre sua forma mais sofisticada e nociva, conhecida como o neocolonialismo e manteve a África Ocidental na margem da economia internacional mas, no centro das disputas da Guerra Fria. Em consequência disto, ao longo das três primeiras décadas (1960-1990) de independência, a questão de segurança se resumiu internamente a manutenção do poder e a preservação com uso das debilitadas forças armadas, dos interesses particulares das elites dirigentes e da sua clientela.

A mesma lógica funcionou no nível regional e internacional, onde, tivemos o uso da influência e da força para a manutenção de governos amigos no poder e derrubar governos inimigos. Os resultados deste jogo de dois níveis, se materializa pela multiplicação dos golpes de Estados na região e no continente no período, assim como levou ao surgimento de milícias e de grupos armados autônomos em diversas zonas principalmente periféricas dos centros de comando dos Estados. A combinação destes elementos internos e externos, em nome da segurança gerou uma situação de insegurança generalizada no continente, onde a principal vítima é a sociedade africana em geral, incluindo as vezes a própria classe dirigente, que vera em boa parte do continente, seus prestígios cair juntamente com o muro do Berlin. Este fato histórico da política internacional, no entanto, introduz um dos principais desafios de segurança regional na África Ocidental, o de fazer frente aos conflitos internos, que se multiplicaram a partir do fim da Guerra Fria (Libéria, Serra Leoa, Senegal (região de Casamance), Costa de Marfim, Guine Bissau, Mali). É em busca do enfrentamento destes desafios que os processos de integração regional no âmbito da CEDEAO ganham força com a criação do Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica da África do Oeste-ECOMOG<sup>107</sup>, órgão que foi de fundamental importância na resolução dos conflitos da Libéria, Serra Leoa, no entanto, encontrou limitações de natureza, estrutural, política e econômica do ponto de vista interna e geopolítica e geoestratégica do ponto de vista internacional.

As limitações internas são em parte, resultados do processo histórico da formação do Estado na região, pois, está relacionado estruturalmente, a debilidade das forças de segurança, quando as mesmas existem, dos países membros da CEDEAO, que como foi mostrado ao

---

<sup>107</sup> Tradução nossa do original em inglês: *Economic Community of West Africa Monitoring Group-ECOMOG*.



longo da tese, confiaram o setor de segurança nas mãos dos gestores da cooperação e antigos colonizadores. Assim, para o bom desempenho do ECOMOG, precisa-se reformar o setor, buscando capacidade as forças tática e tecnicamente, criar espaços integrados de operações conjuntas por exemplo. Porém, isto, necessita, por parte dos Estados, um esforço individual e coletivo já que envolve maiores reflexões em termos de logística, finança e de desenvolvimento de recursos humanos capazes de ultrapassar a visão nacionalista bem como entender que ser de francófono, anglófonos ou lusófono, não deve interferir na solidariedade oeste africana e muito menos ilegítima a essência da existência africana que é ser africanos. Ou seja, para enfrentar os desafios securitários, urge em primeiro lugar eliminar as causas históricas e “reafricanizar a África” como diria Djibril Samb (2010).

É deste modo, que seremos capazes de ter uma visão pautada no interesse regional e nas imensas possibilidades oferecidas pela cooperação securitária, evidentemente, isto terá um custo certamente muito alto. Tal postura irá contrariar, os interesses geopolíticos e geoestratégicos tanto de parceiros tradicionais como França, Reino Unido e Estados Unidos, quanto das diversas empresas multinacionais, e principalmente as que, estão diretamente ligadas aos setores e mercados de segurança, presentes na região desde antes da independência. Isto significaria em outras palavras, fazer frente a privatização da segurança<sup>108</sup>, devolver esta prerrogativa aos Estados e a CEDEAO como organização de integração regional, neste sentido é inevitável enfrentar limitações internacionais de natureza geopolítica e geoestratégicas. Estas limitações são primeiro de natureza econômica, visto que as instituições africanas em geral dependem muito de recursos vindos de parceiros internacionais (sejam estes Estados ou empresas) em troca de exploração de recursos naturais, ou de exclusividades de mercado, por isto, seu enfrentamento devera partir da eliminação dos desafios ao desenvolvimento e a Integração Econômica.

Os desafios ao Desenvolvimento e a Integração Econômica, passaram pelo resgate da industrialização, no entanto, é preciso para ter o efeito esperado de uma possível industrialização da região, enfrentar os desafios estruturais, reverter a lógica colonial, que depois, de pôr fim ao comercio transsaarianas, ocupar e colonizar a região implantou uma infraestrutura voltada para o atendimento dos interesses das metrópoles cujo impacto nas relações interafricanas pode ser medido pela comparação entre as trocas comerciais internas e as dos países da região com os países da atual União Europeia. A análise das infraestruturas

---

<sup>108</sup> Este assunto, apesar de não ser tratada de forma ampla e profunda nesta tese, devido a limitações de natureza pratica de tempo e de espaço, é de uma importância fundamental e por isto, pesquisas futuras dará uma devida atenção ao tema.

(rodovias, ferrovias, hidrovias), mostrou que se de um lado a região tem poucas linhas de transporte viáveis, as que existem não conectam os centros urbanos africanos, mas sim, ligam os principais centros de produção e de comércio aos portos mais próximos que os ligam com a Europa. Igualmente, mostrou-se que há uma falta de infraestrutura energética e de comunicação a região bem que os projetos e programas em andamento, indicam um futuro promissor, caso obviamente os mesmos se realizem nos prazos estipulados, e sem a interferência externa.

Isto é possível se houver uma autonomia política para tomar as decisões certas e uma autonomia financeira para custear as decisões políticas e sair do ciclo vicioso, que se criou pelos diversos mecanismos que acompanharam a formação do Estado nação na região, assim, importa a criação de uma moeda regional, para tirar os países da região da dependência econômica e monetária ditada pelo uso do franco CFA. Neste sentido, a criação do ZMOA parece ser um primeiro passo importante, pois, pode diminuir, caso a moeda do ZMOA venha a circular, a quantidade de moeda usadas na região, no entanto, manterá ainda a bipolarização da região entre ex-colônias francesas e inglesas. Ora, a moeda pode e deve ser um dos possíveis instrumentos de resgate e reabilitação da credibilidade dos Estados e tornar o regionalismo em andamento mais dinâmico.

Apesar das dificuldades e divergência históricas, importa lembrar que o projeto de uma moeda única na África Ocidental constitui um dos objetivos políticos comum desde da independência, portanto, a decisão de criar uma segunda zona monetária (ZMOA) ao lado da zona do franco CFA, surgida em 2000, constitui um avanço bastante positivo, pois, do ponto de vista institucional e funcional isto, deixa claro que as zonas monetárias são órgãos subordinadas (e não concorrentes) da CEDEAO. A criação do Instituto da África Ocidental (IAO), torna esta hierarquização mais nítida, e mostra um início promissor quanto ao enfrentamento dos desafios da integração regional. Assim pode se afirmar, que apesar dos processos de integração serem focados na parte econômica, no caso da África Ocidental, a reorganização em curso mostra que a integração é em primeiro lugar um problema político e que deve ser tratada como tal, já que a evolução histórica mostrou que tratar a integração como um problema tecnocrata e/ou econômica é uma falha que não permite o alcance dos principais objetivos da regionalização.

Assim, é necessário resolver o problema de referência histórica, aceitando uma vez por todo que, a história da integração regional oeste africana iniciou na época dos impérios tradicionais e os principais elementos da solidariedade africanas devem ser buscados nos

valores desta época e não no período colonial como pretendem os defensores da cooperação e da francófia.

Igualmente, para alavancar a integração regional, fortalecer a solidariedade deve ser buscado na valorização dos princípios e ideias pan-africanistas, pois, somente desta maneira que se eliminará as rivalidades entre as elites dirigentes criadas, no período da independência africana que se deu num contexto internacional da Guerra Fria, favorável a bipolarização das relações internas e internacional do continente. O resgate dos valores pan-africanistas auxilia na valorização da cultura e das práticas ancestrais, e levam ao fortalecimento das relações interafricanas e a diversificação das relações Internacionais do continente, favorecendo deste modo, o fortalecimento da autonomia e o enfraquecimento dos laços coloniais e neocoloniais, que bloqueiam todos os processos e projetos em favor do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural das antigas colônias.

O fortalecimento das relações interafricanas e a diversificação dos parceiros internacionais pode contribuir de forma positiva no enfrentamento dos grandes desafios da integração oeste africanos, que se resumem entre outros, ao desenvolvimento de cadeias industriais, para a exploração e transformação das riquezas do sol, do subsolo local e regionalmente; das infraestruturas de transporte, de comunicação e de integração energética, para permitir a intensificação das trocas internas, otimizar a competitividade dos produtos da região, e do continente minimizando os custos de transporte e de produção, gerando bem estar socioeconômica. Isto cria condições favoráveis ao enfrentamento dos grandes dilemas securitário da região, tanto do ponto de vista da prevenção, quanto da resolução dos conflitos.

Apesar da importância e complexidade de todos os desafios e questões aqui abordados, chama atenção a importância do aspecto securitários, que na atualidade pode ser considerado o principal freio a integração e ao desenvolvimento socioeconômico, político e cultural não somente da África Ocidental, mas, também do resto do continente, hoje na mira do chamado terrorismo ou/e radicalismo islâmico, do catolicismo em suas diversas formas e por fim, das empresas de segurança privadas e publica do ocidente em seu novo intervencionismo (Francesas principalmente) na região. Assim, a análise aqui desenvolvida, mostrou que a base de todas as ameaças e inconsistência institucional, econômica e política do continente africano, está na falta do reconhecimento do verdadeiro ponto de partida e de referência e na adoção e aceitação do período colonial e de seus legados como a fonte de partida e de inspiração das elites dirigente e dos Estados e instituições regionais como no caso da CEDEAO. Nesta lógica, mostrar a importância do resgate dos valores reais do continente como base tanto para a construção do Estado nacional quanto para os processos de integração

regionais, constitui uma importante contribuição rumo aos sonhos pan-africanista de uma África independente, unida, forte e próspera. Igualmente, contribui no avanço do debate acadêmico acerca das possibilidades reais do ciclo vicioso do domínio ocidental, do imperialismo e conseqüentemente da pobreza e da suposta irrelevância nas relações Internacionais apesar de ser importante estrategicamente e levante alguns questionamentos ao olharmos a situação geopolítica atual do continente, tais como:

Será que estamos revivendo o passado ou é uma nova corrida para África e contra ela, onde a moral, a política, o imperialismo e colonialismo formam somente uma coalizão, como aquele que eliminou Kadafi, empossou Alassane Dramane Ouattara em Costa de Marfim, invadiu o Mali, ocupa a república Centra africana e ameaça a estabilidade da Nigéria e da África Ocidental?

Uma futura pesquisa pode responder com mais precisão a esta indagação, no entanto, com base na análise realizada por esta tese pode se avançar a hipótese de que, considerando os últimos avanços socioeconômicos e políticos encabeçados por organizações de integração regionais (CEDEAO, SADEC, IGAD, UA), a África está no início da sua própria secularização e o povo e sua classe dirigente tem a esperança e a confiança de poder evitar que o continente seja transformado em um mercado onde se instala a alma das tragédias causadas por diferenças religiosas como é o caso na atual Nigéria. Os arquitetos destes novos movimentos podem esperar que decepção, pois, as novas gerações africanas são cientes que da mesma forma que não se pode ser um bom católico e um bom muçulmano ao mesmo tempo (POUGALA, 2015), não podemos obedecer ao papa e ser orgulhoso das origens ancestrais, muito menos construir e desenvolver econômica, política e culturalmente a África impondo ao seu povo o islamismo.

## REFERÊNCIAS

- ABWA, Daniel. Kwame Nkrumah revisite: les seize pour les États-Unis d'Afrique. : In: BAH, Thierno (Dir). **Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain: perspective historique**. Dakar: CODESRIA, 2005. p.158-169.
- ACOSTA, María Elena Álvarez. Angola: Apuntes para el balance de un conflicto. In: ACOSTA, María Elena Álvarez. **Africa Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2011.
- ADAMOUCHE, Ababacar. Entre l'Afrique au nord et au sud du Sahara. La ville d'Agadez entre hier et aujourd'hui. In: MARUF, Nadir (Dir.). **Les identités régionales et la dialectique Sud-Sud en question**. Dakar: CODESRIA, 2007. p. 6-25.
- ADANDÉ, Alexis B. A. **Integration régionale, Démocratie et Panafricanisme: paradigmes anciens, nouveaux défis**. Dakar: CODESRIA, 2007.
- ADEBAJO, Adekeye. **The Curse of Berlin: Africa after the cold war**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- ADEDEJI, A. A Test of the Endogenous Relationship between Financial Leverage and Bank Debt's Use in the UK. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE MULTINATIONAL FINANCE SOCIETY, 11., 2004, Istanbul. **Proceedings...** Istanbul, 2004.
- ADEDEJO, Armstrong Matiu. Regional Integration in peripheral region: A cost-benefit analysis of Nigeria's role in the Economic Community of West African States (ECOWAS). In: AKINYEYE, Yomi. **Nations States and Challenges of Regional Integration in West Africa: the case of Nigeria**. Paris: Karthala, 2010. p. 57-72.
- ADETULA, Victor A. **Regional Integration in Africa: prospect for closer cooperation between West, East and Southern Africa**. Johannesburg: IDASA/FREDSKORPSET Research Exchange Program Governance and Democracy, May 2004.
- AGBODJI, Akoété Ega. Intégrations et Échanges commerciaux intraSou-régionaux: le cas de l'UEMOA. **Revue Africaine de l'intégration**, [S.l.], v. 1, n. 1, janv. 2007. Disponível em: <<http://www.africa-union.org/root/UA/Newsletter/EA/Vol.%201,%20No.%201/Agbodji.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.
- AHMEDOU, Ould-Abdallah. **Coalition mondiale pour l'Afrique**. Août, 1997.
- AKINYEYE, Yomi. **Nation-States and the challenges of Regional Integration in West Africa: the case of Nigeria**. Paris: Karthala, 2010.
- ALEXIS, Monique et al. **Stratégie pour l'Afrique de l'ouest 2007 – 2011**, l'institut danois des droits de l'homme. Danemark, 2008.

ALUKO, Olajide. **The foreign polices of African States**, Hodder and Stoughton, Toronto, Canada, 1977.

AMIN, Samir. Imperialismo y globalización. **Revista da globalización**, jun. 2001.

AMIN, Samir. **Quelques aspects économiques de l'unité africaine**. Argel: SNED, 1972.

AMSELLE, Jean Loup, M'BOKOLO, Elikia. **Au Coeur de l'éthnie: ethnologie, tribalisme et État en Afrique**. Paris: La Découverte, 1999.

ANGELONI, Ignazio et al. **Economic and Monetary Integration of the new member States helping to chart the route**. Frankfurt, 2005. (Occasional Paper Series, 36). Disponível em: <<http://www.ecb.int/pub/pdf/scpops/ecbocp36.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

ARAMA Yasmina. Nouveau mode d'échange, processus de régionalisation et nouvelles territoires: l'exemple des pays d'Afrique et du Magreb. In. MARUF Nadir (Dir.). **Les identités régionales et la dialectique Sud-Sud en question**. Dakar: CODESRIA, 2007. p. 27-37.

BACH, Daniel. **Dynamique et contradictions dans la politique africaine de la France: les rapports avec le Nigeria (1960-1981)**. [S.l.], 1990. Disponível em: <<http://www.politique-africaine.com/numeros/pdf/005047.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

BADEJO, Diedre. **The African Union**. Adis Abeba: PM-Global Organization, 2007.

BADI, Mbuyi Kabunda. **África subsahariana, continente ignorado**. Fundación seminario de investigación para la paz, Gobierno de Aragón, Zaragoza, 2011.

BADI, Mbuyi Kabunda. **Ideologías y experiencias de integración en el África subsahariana**. [S.l.], 1992.

BADI, Mbuyi Kabunda. **Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África: problemas e perspectivas**. 1992. Tesis (Doctoral Facultad de Ciencias Políticas) - Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales, Universidad Complutense, Madrid, 1992.

BAKARY, T.D. Les elites africaines au pouvoir: problematique, metodologie, état des travaux. **Bibliographie du Centre d'Etude d'Afrique Noir**, [S.l.], n. 2-3, 1990.

BALASSA, Bela. **Teoria de integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - BAD. **Document de Stratégie d'intégration regional pour l'Afrique de l'ouest 2011-2015**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.afdb.org>>. Acesso em: 25 out. 2012.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - BAD. **Rapport de l'assemblée annuelle: vers um programme pour une croissance inclusive em Afrique**. Lisboa, 2011.

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: o desafio da história regional**. Amsterdam: South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS); Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Candido Mendes, 2000.

BJÖN, Hettne, Inotai, András and Sunkel, Osvaldo. **National perspectives on the New Regionalism in the South**. Finland: Macmillian Press, 2000.

BLANCHET, Gilles. **Elites et changement économiques et sociaux dans une perspective africaine**. Dakar: ORSTOM, 1975.

BOAHEN, Adu; AJAYI, Ade. **Topics in West African History**. [S.l.]: University of Ghana, 1986.

BOAS, Morten, MARCHAND, Marianne H.; SHAW, Timothy M. The Weave-World: the regional interweaving of economies ideas and identities. In: SÖDERBAUM, Fredrik; SAW, Timothy M. **Theories of the new regionalism**. [S.l.], 2010. p. 197-210.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: Ed. UNB, 1992.

BORELLA, François. Les regroupements d'Etats dans l'Afrique Independante. **Annuaire français de droit internacional**, [S.l.], v. 7, p. 787-807, 1961. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi\\_0066-3085\\_1961\\_num\\_7\\_1\\_1121](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1961_num_7_1_1121)>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRUZZONE, T. et al. **Le milieu sénégalais et l'action transnationale des migrants**. [S.l.]: CeSPI – Centro Studi di Politica Internazionale, 2006.

BRYDEN Alan; NDIAYE, Boubacar; OLONISKIN, Funmi (Ed.). **Challenges of Security Sector Governance in West Africa**. Geneva: Centre for Democratic Control of Armed Forces (DCAF), 2008.

BURCAN, Silvio. **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y políticas**. Mexico, 1974.

CANALE, Jean Suret; BOADEN, A. Adu. A África Ocidental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História geral da África: 8: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 7. p. 214.

CARAYOL, Remi. Armee Française em Afrique: Renegotiation des accords de défense, rompre avec la “Françafrique”. **Jeune Afrique**, [S.l.], n. 2678, p. 36-37, 2012. Disponível em: <<http://www.jeuneafrique.com/Article/JA2678p036-037.xml0/france-diplomatie-senegal-comores-france-afrique-armee-francaise-en-afrique-renegotiation-des-accords-de-defense-rompre-avec-la-francafrique.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Lisboa: Centro de Estudos Africanos-CEA, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/435/1/A%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20elite%20pol%C3%ADtica%20na%20Guin%C3%A9-Bissau.pdf>>

3%A3o%20da%20Elite%20Politica%20na%20Guin%C3%A9-Bissau.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo (Coord.). **Geopolítica & Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2011.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Congo, a guerra mundial africana: conflito armados, construção do Estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.

CASTRO, Therezinha de. **África: Geo-histórias, Geopolítica e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CEDEAO. **Atlas régional des transports et des télécommunications dans la CEDEAO**. [S.l.], 2013.

CEPIK, Marco. Inteligência e políticas públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação. **Security and Defense Studies Review**, [S.l.], v. 2, n. 2, Winter 2002.

Disponível em:

<<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Intelig%C3%83%C2%AAnCIA%20e%20Pol%C3%83%C2%ADticas%20P%C3%83%C2%BAblicas.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Ver. Bras. De Pol. Int.**, [S.l.], v. 51, n. 2, p. 8-25, 2008. Disponível em:

<<http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=f83cc308-b18c-4d0b-8e43-cf2e47a06126%40sessionmgr111&vid=2&hid=114>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

CESAIRE, Aimé. **Le discours sur le colonialisme**. Paris: Presence Africaines, 1950.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner, 1992.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CISSE, Mamadou. Ecrits et ecriture en Afrique de l'Ouest. **Revue électronique internationale de science du langage**, Dakar, n. 6, 2012. Disponível em

<<http://www.sudlangues.sn/IMG/pdf/doc-135.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system**. The politics of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLAPHAM, Cristopher. **Africa and the international system: the policy of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

COOPER, Frederick. **Africa since 1940: the past of the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

COPSON, R. W. **The United States in Africa: Bush policy and beyond**. Londres: Zed, 2007.



CRUZ E CREUZ, Luís Rodolfo. organizações internacionais de integração e cooperação econômica: revisão de uma teoria geral. **Revista da SJRJ**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 211-240, 2009.

DAHOU, Karim; DAHOU, Tarik; GUEYE, Cheikh. Espace frontières et intégrations régionale. In: DIAPOL, Enda (Org.). **Les dynamiques transfrontières en Afrique de l'Ouest**: analyse des potentiels d'intégration de « trois pays-frontières en Afrique de l'Ouest. Paris: Khartalha, 2007.

DAUTRESME, Olivier. **Pour mémoire**: 1960, année de l'Afrique. [S.l.]: SCÉRÉN (CNDP-CRDP), 2010. Disponível em: <[http://www.cndp.fr/fileadmin/user\\_upload/POUR\\_MEMOIRE/1960\\_anneedelafrique/1960\\_annee\\_de\\_lafrique.pdf](http://www.cndp.fr/fileadmin/user_upload/POUR_MEMOIRE/1960_anneedelafrique/1960_annee_de_lafrique.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2012.

DEMBELE, Demba Moussa. **Samir Amin**: intellectuel organique au service de l'émancipation du Sud. Dakar: CODESRIA, 2012.

DEROGY, Jacques. Tchad, les troupes françaises s'en vont, les chiens de l'express, 1953-2013. **60 ans de mémoire journalistique**, [S.l.], n. 17, p. 26-27, mai 2013

DEVON, Curtis and Dzinesa Gwinyayi A. **Peacebuilding, Power, and Politics in Africa**. [S.l.]: Olho University Press, 2012.

DIENG, Amadou Aly. Nacionalisme et panafricanismo. In: BAH, Thierno (Org.). **Intellectuels, nacionalisme et idéal panafricain**: perspective historique. Dakar: CODESRIA, 2005. p. 57-68.

DIOP, Birahim. Historique des dynamiques d'intégration économique en Afrique de l'Ouest. In: DIOP, Amadou; DIENE, Aminata Niang (Org.). **Les États-nations face à l'intégration régional en Afrique de l'Ouest**: le Cas du Sénégal. Paris: Karthala, 2007. p. 19-46.

DIOP, Cheikh Anta. **Fondements économiques et culturels d'un Etat Federal d'Afrique noire**. Paris: Presence Africaine, 1974.

DIOP, Cheikh Anta. **L'Afrique Noir pre-colonial**. Paris: Présence Africaines, 1987.

DIOP, Djibril. **L'Afrique Dans Le Nouveau Dispositif Securitaire Des Etats-Unis de la lutte contre le terrorisme à l'exploitation des opportunités commerciales les nouveaux paradigmes de l'interventionnisme américain**. [S.l.], 2007. Disponível em: <[http://www.cerium.ca/IMG/pdf/Afrique\\_USA.pdf](http://www.cerium.ca/IMG/pdf/Afrique_USA.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2013.

DIOUF, Abdou. Afrique: l'intégration régionale face à la mondialisation. **Politique étrangère**, [S.l.], v. 4, n. 40, p. 785-797, 2006.

DE GAULLE, G. Discurso pronunciado na abertura da conferência de Brazzaville em 1944. In: NDAO, Papa Aliou. **La francophonie des pères fondateur**. Paris: Karthala, 2008.

DOKKEN, Karin. **African security politics redefined**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert Jr. **Relações Internacionais: as teorias em confronto**. [S.l.]: Principia, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços, a reprodução social**. Nova York, 1995. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/daglobaopoderlocal.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

DUMA, Jean. Sobre as elites: abordagem historiográfica. **Revista História UNISINOS**, São Leopoldo, v. 7, n. 8, p. 89-103, 2003.

ECONOMIC COMMISSIONS FOR AFRICA, SUB-REGIONAL OFFICE FOR WEST AFRICA - ECA/SRO-WA. **Emerging issues in West Africa: developments in regional integration**. Niamey, Niger, 2012.

EGOSCOZÁBAL, Ainhoa Marín. **Integración económica y regionalismo: la Unión Europea y otras Áreas**. Madrid: Universidad Antonio de Nebrija, 2004.

EGOSCOZÁBAL, Ainhoa Marín. **La integración regional en África subsahariana: procesos, problemática y relaciones con la Unión Europea**. Madrid: Universidad Antonio de Nebrija, 2004.

ESCORREGA, Luís Falcão. Intervenções militares e presença militar estrangeira. **Janus 2010 Anuário de Relações Exteriores**, Lisboa, 2010. Disponível em: <[http://www.janusonline.pt/popups2010/2010\\_3\\_3\\_5.pdf](http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_3_3_5.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2013.

ESCOSTEGUY, Pedro. **A nova arquitetura Africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações Brasil África**. Brasília: MRE/FUNAG, 2011.

ÉVORA, Maurino. **Que regionalismo securitário para a África Ocidental?** VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política-ISCP-UTL, Lisboa, 20012. Disponível em: <[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/18-MaurinoEvora.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/18-MaurinoEvora.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FALK, Richard. Regionalism and World Order. In: SÖDERBAUM, Fredrik; SAW, Timothy M. **Theories of the new regionalism**. [S.l.], 2010. p. 63-80.

FAWOLE, W. A.; UKEJE, C. **The crisis of the regionalism in West Africa**. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa, 2005.

FERNANDES, Joel Aló. **A integração econômica como estratégia de desenvolvimento do continente Africano: proposta de fusão entre a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)**. Florianópolis, 2007. Disponível em: <[http://www.didinho.org/dissertacao\\_de\\_mestrado\\_de\\_Joel\\_Alo\\_Fernandes.pdf](http://www.didinho.org/dissertacao_de_mestrado_de_Joel_Alo_Fernandes.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2012.

FURTADO, Celso. Os ares do mundo. In: FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 41-390.

FURTADO, Celso. **Os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

GARY, K. Busch. **Les Africains paient les balles utilisées par la France pour les tuer**. Paris: Ugt, 2011. Disponível em: <[http://ugt.org/IMG/article\\_PDF/article\\_1554.pdf](http://ugt.org/IMG/article_PDF/article_1554.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2015.

GAUTIER, Louis. **Les guerres de François Mitterrand**. Lyon: Université Jean Moulin, 1984. Disponível em: <<http://www.louisgautier.net/page27/files/LesguerresFMVF.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

GIDDENS, Anthony, **O Estado-Nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo, 2001.

GILPIN, Robert. **Global political economy**: understanding the international economic order. [S.l.]: Princeton University Press, 2001.

GIRAUD, Antonia. **Cooperation or competition?** The American and French Foreign Policies in Africa, Sorbonne, 2005.

GLASER, Antoine; SMITH, Stephen. **Comment la France a perdu l'Afrique**. Paris: Hachette, 2005.

GORDON, April A; GORDON, Donald L. (Ed.) **Understanding contemporary Africa**. 5<sup>th</sup>. Colorado: Rienner, 2013.

GRANT, J. Andrew; SODERBAUM, Fredrik (Ed.). **The new regionalism in Africa**. Ashgate, 2003.

GUERRERO, D.; MANJI, F. (Ed.). **China's new role in Africa and the South**: a search for a new perspective. Cape Town, Nairobi, Oxford: Fahamu, 2008.

GUILHOT, Laëtitia. **L'Intégration Economique Régionale de l'ASEAN+3**: la crise de 1997 à l'origine d'un régime régional. 2008. Tese (Doctorat en Science Economique) - Université Pierre Mendès France, Grenoble, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 22, n. 62, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

HAAS, E. B. Beyon. **The Nation State Stanford**. [S.l.]: Stanford University, 1964.

HAAS, E.B. Beyon. El reto del regionalismo. In: HOFFMAN, S. (Ed). **Teorías contemporáneas sobre las Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos, 1963.

HAKIM, Adi. **Pan-African History**: political figure from Africa and the Diaspora since 1787. London; New York: Routledge, 2003.

HANSON, Jonathan K.; SIGMAN, Rachel. **Leviathan latent dimensions**: measuring state capacity for comparative political research. Cambridge: Massachusset University Press, 2013.

HARBESON, John W.; ROTHCHILD, D. (Ed.) **Africa in world politics: reforming political order.** 4<sup>th</sup> ed. Philadelphia: Westview Press, 2009.

HARDT, Michel, NEGRI, Antonio. **Empire.** [S.l.]: Harvard University Press, 2000.

HEAD, Michael; SCOTT, Mann. **Domestic deployment of the Armed Force: Military powers, law and human rights.** Sydney: University of Western Sydney, 2009.

HERBST, Jeffrey. **States and power in Africa: comparative lessons in authority and control.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

HERNANDEZ, Leila L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOH, Anne Valérie; VIGNAUX, Barbara. Concurrence de l'Asie vieillissements des réseaux: l'Afrique n'est plus l'eldorado des entreprises françaises. **Le Monde Diplomatique**, [S.l.], p. 12-13, févr. 2006. Disponível em :<<http://www.monde-diplomatique.fr/2006/02/HOH/13167>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

HUI, Victoria Tin-Bor. **War and state formation in Ancient China and Early Modern Europe.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África.** [S.l.]: FGV de bolso, 2009.

IGUE, John O. Les Enjeux de l'Intégration Régionale. **Rev. Analyses Critiques et Stratégies d'Action**, Institut de l'Afrique de l'Ouest (IAO), Praia, Cabo Verde, v. 6, 2014. Disponível em: <<http://www.westafricainstitute.org>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

IGUE, John. Integração econômica na África Ocidental. In: CORSINO, Tolentino; VOGL, Matthias (Ed.). **Integração regional sustentável na África Ocidental.** Bonn: Zentrum für Europäische Integrationsforschung; Center for European Integration Studies Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn-ZEI, 2011. Disponível em: <[http://aei.pitt.edu/32331/1/dp\\_208\\_tolentino.pdf](http://aei.pitt.edu/32331/1/dp_208_tolentino.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2014.

IGUE, John O. **Sortir du sous-development: quelles nouvelles pistes pour l'Afrique de l'Ouest? Aspects historiques, institutions et intégration régionale.** Paris: Harmattan, 2012.

IGUE, John. **Le territoire et l'État en Afrique.** Paris: Karthala, 1995.

INOTAI, A; SUNKEL, O. **Globalism and the New Regionalism.** ONU/WIDER. London: MacMillan Press, 1999.

ITAUSSU MELLO, Leonel A. **Quem tem medo de Geopolítica?** São Paulo: Edusp; Hucitec, 1999.

JAFFRE, Bruno. **Burkina Faso: les années Sankara: de la révolution à la rectification.** Paris: Harmattan, 2012.

JONES, V. C.; WILLIAMS, B. R. **U.S. Trade and Investment Relations with sub-Saharan Africa and the African Growth and Opportunity Act.** [S.l.]: Congressional Research Service, Nov. 2012.

KABA, Lansine. **Kwame N'Krumah et le rêve de l'Unité Africaine.** Paris, 1991.

KABOU, Axelle. **ET si l'Afrique Refusait le Developpement?** [S.l.]: L'Harmattan, 1991.

KAMIAN, Bakari. La dynamique des integrations de la periodo coloniale à nos jours. In: SANANKOUA, Bintou. **Les États-Nations face à l'intégration régional en Afrique de l'Ouest: le Cas du Mali.** Paris: Karthala, 2007. p. 47-80.

KAMPALA MOVEMENT. **The Kampala Document:** Africa moves to launch a Conference on Security, Stability, Development & Co-operation in Africa. [S.l.], 1991. Disponível em: <<http://www.issafrica.org/uploads/CSSDCA.PDF>>. Acesso em: 15 out. 2014.

KANE, Cheikh Hamidou. **Aventure Ambiguë.** Paris: Julliard, 1961.

KANE, Ousman. Idée et pratique du jihad en Afrique de l'Ouest de Nasr-Al-Din al Hadj Umar Taal (XVIIe-XIXe siècles). In: KANE, Ousman. **Islam, resistances et Etat en Afrique de l'Ouest XIXème & XX ème siècles.** Dakar: Institut des Etudes Africaines, 2003. p. 157-170. (Série Colloques et Déminaires, 9).

KAPLAN, Robert D. **A vingança da Geografia:** a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KINSEY, Christopher; KRIEG Andreas. O papel da segurança fornecida comercialmente no complexo patrimonial de segurança africano. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 69-96, jan./jun. 2014.

KI-ZERBO, Joseph (Org.) **Historia geral da África.** v. 7-8. São Paulo: Ática/Unesco, 1987.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

LAFER, Celso, FONSECA JR., Gelson. **A problemática da integração num mundo de polaridade indefinida.** Lisboa: IEEI, 1995. Disponível em: <<http://www.ieei.pt/publicacoes>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

LAKE, David A.; MORGAN, Patrick M. **Regional orders:** building security in a new world. [S.l.]: Pennsylvania University Press, 1997.

LASTRE, Elena et al. **Globalização e inovação localizada.** Rio de Janeiro: UE/UERJ, 1998. (Nota técnica, 1/98). Disponível em: <<http://www.ie.ufjf.br/redesist/P1/texto/NT01.PDF>>. Acesso em 22 jan. 2012.

LATOKI, Paul Emile. La thèse de l'unité africaine traditionnelle: ses dessous et Consequences sur l'Etat en Afrique. **Cahier de psychologie Politique:** revue d'information, de reflexion et de recherche, [S.l.], n. 14, 2009. Disponível em :<<http://odel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=33>>. Acesso em 23 fev. 2011.

LAVERGNE, Réal. **Intégration et coopération régionales en Afrique de l'Ouest**. [S.l.]: Karthala; CRDI, 1996.

LOMBARD, Jérôme. **Transports et circulations dans l'espace ouest-africain**. L'Afrique, vulnérabilité et défis. Paris: Editions du Temps, 2003.

MAGASSA, Hamidou. L'Afrique du Nord et le mouvement panafricain: retrospective et perspective des relations arabo-africaines. In: MARUF Nadir (Dir.). **Les identités régionales et la dialectique Sud-Sud en question**. Dakar: CODESRIA, 2007. p. 103-117.

MAMDANI, Mahmood. **L'Afrique contemporaine et l'héritage du colonialisme tardif**. Paris: Karthala, 2004.

MANGU, Mbata André (Dir.). **Nationalisme, panafricanisme et reconstruction africaine**. Dakar: CODESRIA, 2006.

MARIANO, Marcelo Passani; MARIANO, Karina I. Pasquariello (Org). **As teorias de integração regional e os Estados subnacionais**. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), 2002.

MARUF, Nadir (Dir.) **Les identités régionales et la dialectique Sud-Sud en question**. Dakar: CODESRIA, 2007.

MUNDELL, Robert. The theory of optimum currency areas. **American Economic Review**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 657-665, Sept. 1961. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/aer/top20/51.4.657-665.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: Ed. UNB, 1981. (Coleção Pensamento Político, 25).

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MISTRY, Percy S. New regionalism and economic development. In: SODERBAUM, Fredrik; SHAW, Timothy M. **Theories of new regionalism**. Great Britain: Palgrave MacMillan, 2003. p. 117-139.

MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 12, n. 1, p. 25-32, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70312338004.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MUNDELL, Robert. Updating the agenda for monetary union. In: BLEJER, Mario, et al. (Ed). **Optimum currency areas- new analytical and policy developments**. [S.l.]: International Monetary Found, 1997.

MURAPA, Rukudzo. **A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC):** rumo à integração política e econômica. Zimbábue: African University, 2002. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2014.

NDAO, Papa Alioune. **La Francophonie des Pères fondateur.** Paris: Karthala, 2008.

NEPAD. **NEPAD in brief.** [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.nepad.org>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

NGODI, Estanislas. Intelectuels, panafricanisme et démocratie en Afrique: bilan et perspectives. In: ADANDÉ, Alexis B. A.(Dir.) **Integration régionale, démocratie et panafricanisme: paradigmes anciens, nouveaux défis.** Dakar: CODESRIA, 2007. p. 55-78.

NGUÉ, Roger Yomba. **Qui menace la paix et la stabilité em Afrique.** Paris: Harmattan, 2013. p. 267.

NGUESSAN, Donald Jean Marc. **Developpement et integration regional en Afrique de l’Ouest: analyse des contribution de l’HOHADA et de l’UEMOA.** 2009. Tese. (Doctorale en droit publique) - Ecole Doctorale de Science de l’Homme e de la Société, Departement de Droit Publique, Université de Reims-Champagne Ardenne, Reims, 2010.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias das Relações Internacionais:** correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NINSIN, Kwamé. **Nations-States and the challenges of regional integration in West Africa:** the case of Ghana. Paris: Karthala, 2009.

NORONHA, Andrius Estevam. Análise teórica sobre a categoria “elite política” e seu engajamento nas instituições da comunidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: História e Ética, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2009. v.1. p. 1. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/41/andrius\\_41.pdf](http://www.achegas.net/numero/41/andrius_41.pdf)> Acesso em: 21 maio. 2012.

NUGENT, Paul. **Africa since independence:** a comparative History. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

NUNES, Lito Fernandes. **Economia política da integração regional na África ocidental:** a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional. 2011. Tese. (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OCAMPO, José Antonio. La cooperación financiera: experiencias y desafíos. In: OCAMPO, José Antonio (Org). **Cooperación financiera regional.** Santiago de Chile: CEPAL, Sept. 2006.

OGUNMOLA, Dele. Redesigning cooperation: the eschatology of Franco-African Relations, **J Soci,** Lead City University, Ibadan, Nigeria, v.19, n. 3, p. 233-242, 2009. Disponível em: <<http://www.krepublishers.com/02-Journals/JSS/JSS-19-0-000-09-Web/JSS-19-3-000-09-Abst-PDF/JSS-19-3-233-2009-633-Ogunmola-D/JSS-19-3-233-2009-633-Ogunmola-D-Tt.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. Sahel and West Africa. **Cahiers de l'Afrique de l'Ouest**: atlas régional de l'Afrique de l'Ouest. Berlin, 2009.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE LA FRANCOPHONIE - OIF. **Conférence des intellectuels d'Afrique et de la diaspora**. Dakar, 2004.

OUÉDRAOGO, Ra-Sablga Seydou. Trajectoire historique, actualité et perspectives du panafricanisme. In: BAH, Thierno (Org.). **Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain**. Dakar: CODESRIA, 2005. p. 69-87.

PERE, Garth le (Ed.). **China in Africa**: mercantilism predator, or partner in development? Johannesburg: Institute for Global Dialogue/SAILA, 2007.

PETITEVILLE, Franck. Quatre décennies de "coopération franco-africaine": usage et usure d'un clientélisme. **Études internationales**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 571-601, 1996. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/ei/1996/v27/n3/703630ar.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

QUENEUDEC, Jean Pierre. Prefácio. In: SALL, Alioune. **Les mutations de l'intégration des États em Afrique de l'Ouest**: une approche institutionnelle. Paris: Harmattan, 2006.

QUERE, Agnès Bénassy, Copet, Maylis. **On the adequacy of Monetary Arrangement in Sub-Saharan Africa**, 2002. Tese (Doctoral) - University Paris X, [S.l.], 2003.

REID, Richard J.A **History of Modern Africa**: 1800 to the present. 2 ed. West Sussex: Blackwell, 2012.

REKACEWICZ, Philippe. Un continent convoité et déchiré. **Le Monde Diplomatique**, juil. 2004. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/local/cache-gd2/6b7148a50916e4c8bb866e44536a3e86.png>>. Acesso em: 12 set. 2012.

RODRIGUES, João Carlos. **Pequena história da África Negra**. São Paulo: Globo, 1990.

SALL, Alioune. **Les mutations de l'intégration des États en Afrique de l'Ouest**: une approche institutionnelle. Paris: Harmattan, 2006.

SANANKOUA, Bintou (Ed). **Les États-nations face a l'intégration régional en Afrique de l'Ouest**: le Cas du Mali. Paris: Karthala, 2007.

SANTOS, Cesar Ricardo Simoni. Territórios não capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo. **Mercator**, [S.l.], v. 9, n. 18, p.27-38, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/393/266>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

SARDAN, Jean Pierre Olivier. État, bureaucratie et gouvernance en Afrique de l'Ouest francophone. Une diagnostic empirique, une perspective historique. In: ADANDÉ Alexis B. A.(Dir.) **Integration régionale, démocratie et panafricanisme**: paradigmes anciens, nouveaux défis. Dakar: CODESRIA, 2007. p. 117-143.



SEVERO, Marília Bortoluzzi. Propaganda: operação psicológica ou operação encoberta. In: CEPIK, Marco (Org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. Niterói: Ímpetos, 2011. p. 168-183.

SENGHOR, Abdoulaye. L'effectivité de la dynamique integrative dans l'espace CEDEAO. In: KANE, Seydou Oumar. **Les états–Nations face à l'intégration regional en Afrique de l'Ouest: le cas du Burkina Faço**. Paris: Karthala, 2009. p. 177-197.

BRESLIN, Shaun; HOOK, Glenn D. **Micro regionalism and World Order**. [S.l.], 2010.

SIDIBE, Ousmane Oumarou. L'intégration en Afrique de l'Ouest: evolution des questions institutionnelles et politiques. In: SANANKOUA, Bintou (Ed). **Les États-nations face a l'intégration régional en Afrique de l'Ouest: le Cas du Mali**. Paris: Karthala, 2007. p. 13-42.

SÖDERBAUN, Fredrik; SAW, Timothy M. **Theories of New Regionalism**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2010.

SOME, Magloire. Les cultures africaines à l'épreuve de la colonization. **Afrika Zamani**, CODESRIA, Dakar, n. 9-10, p. 41-59, 2002.

SOROS, George. **Globalização: introdução especial do autor para a edição brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SOUARÉ, Issaka K. Regard critique sur l'intégration Africaine: comment relever les défis. **ISS Paper**, [S.l.], n. 140, juin 2007.

SYLLA, Kalilou. Pourquoi le processus d'intégration économique en Afrique piétine-t-il? Nouvelles explications de l'écheque de la politique d'intégration. In: ADANDÉ, Alexis B. A.(Dir.). **Integration régionale, démocratie et panafricanisme: paradigmes anciens, nouveaux défis**. Dakar: CODESRIA, 2007. p. 79-88.

SYLLA Kalilou: **La société civile dans les démocraties naissantes en Afrique de l'Ouest: «enfants gâtés » ou alternative a l'état et au marche pour le financement du developpement?** Cas des ONG en Cote D'IVOIRE CIRES/ UFR Sciences Economiques Université d'Abidjan Cocody, 2005.

TAPSOBA, Sampawende J. Armand. **Union Monétaire en Afrique de l'Ouest: quelles réponse à l'hétérogénéité des chocs?**. [S.l.]: CERDI; Université d'Auvergne, 2011.

TAYLOR, I. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**. New York: Continuum, 2010.

TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. **Africa in international politics**. London; New York: Routledge, 2004.

TCHUIGOUA, Bernard Founou. Panafricanisme et lutte dans un monde multipolaire. In: ADANDÉ, Alexis B. A.(Dir.) **Integration régionale, démocratie et panafricanisme : paradigmes anciens, nouveaux défis**. Dakar: CODESRIA, 2007. p. 89-114.

THAW, Ibrahima (Dir.). **Espaces, culture matérielle et identités en Ségambie**. Dakar: CODESRIA, 2010.

THIOUB, Ibrahima. L'école de Dakar et la production d'une écriture académique de l'histoire. In: DIOP, Momar-Coumba. **Le Sénégal contemporain**. Paris: Karthala, 2002. p. 109-153.

THOMSON, A. **An introduction to African politics**. New York: Routledge, 2010.

TILLY, Charles. **The politics of collective violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TORRES, Adelino. **Horizontes do desenvolvimento africano no limiar do século XXI**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

TORRES, Adelino. **Integração regional em África e multilateralismo: integração regional versus GATT?** Lisboa, 1993. (Documento de trabalho, 26). Disponível em: <[http://www.adelinotorres.com/trabalhos/INTEGRA%C3%87%C3%83O%20e%20MULTILATERALISMO\\_1993.pdf](http://www.adelinotorres.com/trabalhos/INTEGRA%C3%87%C3%83O%20e%20MULTILATERALISMO_1993.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2012.

TOUATI, Sylvain. **French foreign policy in Africa: between Pré Carré and Multilateralismo**, an Africa Programme Briefing Note. [S.l.]: Royal Institute of International Affairs, Feb. 2007. Disponível em: <<http://www.africa-union.org/root/UA/Newsletter/EA/Vol.%201,%20No.%201/Agbodji.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

TRAORÉ, Bakari. **Découvrir et comprendre la gouvernance: gouvernance publique et gouvernance d'entreprise**. Paris: Harmattan, 2011.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA - UNECA. **Politique industrielle dynamique em Afrique**. Rapport Economique sur l'Afrique. [S.l.], 2014. Disponível em: <[http://www.uneca.org/sites/default/files/publications/aria5\\_french.pdf](http://www.uneca.org/sites/default/files/publications/aria5_french.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2013.

VALERIANO, Bradon. Power politics and interstate war in Africa. **African Security**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 195-221, 2011.

VERHAVE, François-Xavier e. **De la Françafrique á la Mafiaafrique**. Bruxelles: Tribord, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional**. Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Unesp, 2012.

WADE, Abdoulaye. **Un destin pour l'Afrique: l'avenir d'un continent**. Ile de la Jatte: Michelle Lafon, 2005.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1998.

WRISING, Robert G. **The challenge of ethnic separation in the Asia pacific**. [S.l.]: Palgrave Macmillian, 2011.

YOUNG, Crawford. African colonial heritage compared. In: HARBESON, Johyn W.; ROTHCHILD, Donald. **Africa in world politics: reforming political order**. Philadelphia: Westview Press, 2009. p. 37-55.

ZEBA, Yacouba. Genèse et évolution du nationalismo em Afrique. In: BAH, Thierno. **Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain**. Dakar: CODESRIA, 2005. p. 13-28.

ZIZWE POE, D. **Kwame Nkrumah's contribution to Pan-Africanism: an Afrocentric analysis**. New York; London: Routledge, 2003.